

Juracy da Silva Guimarães

# O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS MEGA EVENTOS ESPORTIVOS NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS ESCOLARES — O CASO DO ESTADO DE GOIÁS

Tese de doutoramento em Ciências do Desporto, ramo de Treino Desportivo, orientada pelo Professor Doutor Carlos E. Gonçalves, apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Juracy da Silva Guimarães**

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS MEGA EVENTOS  
DESPORTIVOS NAS PRÁTICAS DESPORTIVAS ESCOLARES – O CASO  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**COIMBRA**

**2015**

**Juracy da Silva Guimarães**

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS MEGA EVENTOS  
DESPORTIVOS NAS PRÁTICAS DESPORTIVAS ESCOLARES – O CASO  
DO ESTADO DE GOIÁS**

**Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de  
Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade  
de Coimbra com vista à obtenção do grau de doutor em  
Ciências da Educação Física.**

**Orientador: Prof. Doutor Carlos Gonçalves**

**COIMBRA**

**2015**

GUIMARÃES, J.S. (2015). *O impacto das políticas públicas e dos mega eventos desportivos nas práticas desportivas escolares – o caso do estado de Goiás*. Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este estudo a todos os professores, como eu, que acreditam que o esporte é o resultado de nossa intencionalidade e de nossa concepção de mundo ao ensiná-lo ou praticá-lo e não uma determinação social ou ideológica.*

## AGRADECIMENTOS

*À Deus e a meus pais pela vida e por terem me guiado até aqui;*

*À minha família por entenderem meu distanciamento e, mesmo assim, continuarem próximos de mim e apoiando-me;*

*À meus amigos e amigas que sempre acreditaram em minha capacidade;*

*À meus alunos e alunas pela exigência de melhores aulas e mais estudo;*

*Aos meus orientandos pela atenção e compreensão;*

*Aos meus bolsistas e assistentes de pesquisa pelo inestimável apoio na realização deste e de outros trabalhos durante estes anos;*

*Aos amigos “espanhóis” feitos no Colégio Mayor Casa do Brasil (Madrid) ou partir dele;*

*À Direção e toda equipe de funcionários do Colégio Mayor Casa do Brasil em Madrid pelo apoio durante minha estada;*

*Aos professores e funcionários da Universidade Autônoma de Madrid pelo apoio na fase inicial deste doutoramento;*

*Aos professores e funcionários da Faculdade de Educação Física da UFG e da Procom pelo apoio durante todo o processo;*

*À Direção e todos os funcionários da Universidade de Coimbra pelo apoio na fase final deste processo;*

*Ao professor Walter Nilton Celestino da Silva pela constante cobrança e por ser minha eterna “usina de idéias”;*

*À professora Florence Rodrigues Valadares pelas severas cobranças e pelo apoio incondicional em todos os momentos deste processo;*

*Ao professor Carlos Eduardo Gonçalves por ter-me aceitado como orientando, pela paciência e pelos ensinamentos impagáveis....*

Por tudo que deram e pelo pouco que retribuí...muito obrigado!

*Devia ter amado mais  
Ter chorado mais  
Ter visto o sol nascer  
Devia ter arriscado mais  
E até errado mais  
Ter feito o que eu queria fazer...  
Queria ter aceitado  
As pessoas como elas são  
Cada um sabe a alegria  
E a dor que traz no coração...  
O acaso vai me proteger  
Enquanto eu andar distraído  
Devia ter complicado menos  
Trabalhado menos  
Ter visto o sol se pôr  
Devia ter me importado menos  
Com problemas pequenos  
Ter morrido de amor...  
Queria ter aceitado  
A vida como ela é  
A cada um cabe alegrias  
E a tristeza que vier..*

Música: Epitáfio  
Composição: Sérgio Brito  
Cantores: Titãs

## RESUMO

A presente tese buscou compreender as relações entre políticas públicas e os mega eventos esportivos nas práticas esportivas escolares a partir do relato dos professores de educação física do estado de Goiás (Brasil) para subsidiar uma proposta de intervenção na situação; identificada com números abaixo de 15% de participação. A eleição do estado brasileiro como realidade a ser pesquisada considerou sua localização geográfica bem como suas características sócio-econômicas e esportivas medianas no cenário nacional. A seleção das leis que fundamentaram a análise ocorreu em função de sua abrangência no contexto escolar e relação com a prática do professor de educação física; a inclusão dos mega eventos esportivos, enquanto fator interveniente, baseou-se no fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão em 2016. Já a escolha dos professores de educação física enquanto principais informantes teve como base sua importância na implantação das políticas públicas de esportes no país bem como sua importância no contexto escolar. Optou-se pela coleta de dados inicial através de Grupos de Discussão e posteriormente por intermédio de entrevistas individuais com sujeitos selecionados na primeira etapa e envolvidos com o ensino do esporte escolar. Destacaram-se enquanto categorias de análise as formas de “tradução” que os informantes fazem das políticas públicas; as relações de influência/determinação destas políticas na definição dos conteúdos das aulas de educação física; além da influência dos mega eventos nas práticas esportivas escolares. Os resultados obtidos possibilitaram a apresentação de um conjunto de propostas que, após sua implantação no sistema público de ensino de Goiânia, pode ser sugerido nacionalmente.



## ABSTRACT

This thesis sought to understand the relationship between public policies and mega sporting events in school sports from the reporting practices of physical education teachers in the state of Goiás (Brazil) to support a proposal for intervention in the situation; identified with numbers below 15 % market share. The election of the Brazilian state as a reality to be searched considered their geographic location as well as its socio- economic and sporting medians on the national scene characteristics. The selection of the laws that underlie the analysis was due to its coverage in the school context and relationship with the practice of physical education teacher; the inclusion of mega sporting events, as intervening factor was based on the fact that Brazil hosts the FIFA Football World Cup in 2014 and the Summer Olympics in 2016. Already the choice of physical education teachers as key informants was based on their importance in the implementation of public policies in sports in the country as well as its importance in the school context. We opted for the initial data collection through focus groups and later through individual interviews with selected in the first stage and involved with the teaching of school subjects sports. Stood out as categories of analysis forms the " translation " that informants make public policy ; relations of influence / determine these policies in defining the contents of physical education classes ; beyond the influence of events in school sports. The results enabled us to present a set of proposals which, after its implementation in the public school system in Goiânia, can be suggested nationally.

## SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I - O ESPORTE ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
1.1 Aspectos conceituais.....	27
1.2 As normativas constitucionais brasileiras.....	34
1.3 As normativas esportivas brasileiras.....	41
1.3.1 – Lei 8672/93 – A 1ª Lei Geral do Esporte Brasileiro – A Lei Zico.....	41
1.3.2 – Lei 9615/98 – A atual Lei Geral do Esporte brasileiro – A Pelé.....	46
1.3.2.1 Os principais programas esportivos nacionais.....	49
1.4 As normativas educacionais brasileiras.....	55
1.4.1 O decreto 69.450/71 – A regulamentação específica da Educação .....	59
1.4.2 A Lei 9394/96 – A atual lei de diretrizes e bases da educação Nacional .	64
1.5 Os antecedentes teóricos da investigação.....	69
1.5.1 As compreensões e concepções de esporte escolar - De que esporte estamos falando?.....	74
1.6 As questões atuais do tema.....	85
2 – OS EVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL.....	90
2.1 A Copa do Mundo de Futebol no Brasil – CM-2014 .....	93
2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 – Rio – 2016.....	99
2.3 – Os legados dos mega eventos esportivos.....	105
2.4 Os eventos esportivos escolares no Brasil.....	116
2.4.1 Os eventos esportivos escolares em Goiás .....	121
2.5 Problematização.....	128
3. METODOLOGIA.....	134

3.1 Características da pesquisa.....	134
3.2 O percurso metodológico .....	137
3.2.1 Uma breve revisão do DEA – o ponto de partida.....	137
3.3 A escolha das técnicas de coleta de informações.....	140
3.4 O Grupo de Discussão (GD) – a origem.....	146
3.4.1 Uma revisão pela historia dos Grupos de Discussão.....	147
3.4.2 Os Conceitos de GD e esta pesquisa.....	149
3.4.3 As características gerais dos GD e esta pesquisa .....	152
3.4.4 A realização dos encontros dos Grupos de Discussão.....	154
3.4.4.1 As particularidades de cada GD.....	156
3.4.4.2 A rotina geral e as dificuldades dos GD.....	158
3.5 A entrevista – conceituação básica.....	162
3.5.1 Os tipos de entrevistas .....	163
3.5.2 A prática da entrevista em profundidade.....	165
3.5.2.1 Elaboração do roteiro das entrevistas .....	165
3.5.2.2 A escolha dos informantes e a agenda.....	166
3.5.2.3 O registro e transcrição das entrevistas.....	170
3.5.2.4 As entrevistas desta pesquisa .....	171
3.5.3.5 As dificuldades na realização das entrevistas.....	172
3.6 As categorias de análise e a segunda etapa de entrevistas.....	175
2ª. PARTE.....	182
INTRODUÇÃO.....	183
CAPÍTULO IV - OS PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	185
4.1 A Lei de Diretrizes e Bases – a mais conhecida.....	185
4.1.1 – A LDB do estado de Goiás e os professores .....	198
4.1.2 O projeto de Atividades Extracurriculares (PRAEC).....	208
4.2 A Lei 9615/98 (Lei Pelé) e os professores.....	218

CAPITULO V - OS EVENTOS ESPORTIVOS ESCOLARES E OS MEGA EVENTOS NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES.....	237
5.1 Os eventos esportivos escolares e os princípios do esporte Educacional.....	238
5.1.1 Objetivos do esporte escolar <i>versus</i> Objetivos dos eventos esportivos escolares .....	257
5.2 Os Mega eventos esportivos e o esporte escolar.....	270
5.2.1 A Copa do Mundo da FIFA em 2014 – CM-2014.....	270
5.2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 – RIO-2016.....	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	299
BIBLIOGRAFIA.....	318
ANEXOS.....	328
Anexo 1 – Total de projetos apresentados para análise à secretaria estadual de educação.....	328
Anexo 2 –Total de projetos esportivos.....	339
Anexo 3 - Total de projetos de professores licenciados.....	344
Anexo 4 – Convite para participação nos grupos de discussão.....	348
Anexo 5 – Projetos aprovados e participantes dos grupos de discussão.....	352
Anexo 6 – Roteiro para grupos de discussão.....	353
Anexo 7 – Roteiro de entrevistas de professores.....	355
Anexo 8 – Roteiro de entrevistas de dirigentes.....	357
Anexo 9 – Roteiro de entrevistas de treinadores.....	358

## **LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

AI – Ato Institucional

CBCE – Colegio Brasileiro de Ciencias do Esporte

CENESP – Centro Nacional de Excelencia Esportiva

CM-2014 – Copa do Mundo de 2014

CND - Conselho Nacional de Desporto

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

EP – Entrevista em Profundidade

FIEP – Federação Internacional de Educação Física

FIFA – Federação Internacional de Futebol

GD – Grupos de Discussão

GEDE – Gerencia de Desportos Educacionais

GEESPE – Grupo de Estudos sobre o Esporte Escolar

INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ME – Ministério do Esporte

OE – Olimpíadas Escolares

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

Rio-2016 – Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SESC – Serviço Social do Comercio

SESI – Serviço Social da Industria

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### FIGURAS

Figura 1 – Configuração gráfica do Sistema Esportivo Brasileiro.....	92
Figura 2 – Mapa do Brasil com a identificação do estado de Goiás.....	143
Figura 3 – Mapa do estado de Goiás com indicação das cidades onde se realizaram os grupos de discussão e entrevistas.....	144
Figura 4 – Configuração gráfica dos dados coletados para processo de Triangulação. ....	178

### GRÁFICO

Gráfico 1 – Do nº de projetos apresentados à Secretaria Estadual de Educação aos participantes do estudo.....	143
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

### QUADROS

Quadro 1 – Dados financeiros da candidatura brasileira para Rio-2016.....	100
Quadro 2 – Critérios para recebimento da Bolsa Pódio.....	103
Quadro 3 – Principais patrocinadores estatais do Plano Brasil Medalhas.....	104
Quadro 4 – Composição das delegações nas Olimpíadas Escolares nas modalidades individuais.....	118
Quadro 5 – Quantitativo de atletas das modalidades coletivas.....	119
Quadro 6 – Distribuição geográficas das cidades onde se realizaram as Olimpíadas Escolares de Goiás em 2011.....	126
Quadro 7 – Quadro de justificativa: Objetivos – perguntas básicas – Perguntas secundárias.....	166
Quadro 8 – Quadro/agenda da 1ª rodada de entrevistas.....	169
Quadro 9 – Quadro/agenda da 2ª rodada de entrevistas.....	169
Quadro 10- Quadro/agenda da 3ª rodada de entrevistas.....	170
Quadro 11 – Elementos essenciais da coleta de dados.....	178

Quadro 12- Quadro comparativo entre esporte de alto rendimento e Esporte educacional.....	258
Quadro 13 – Hierarquia dos órgãos relacionados com o esporte no estado de Goiás.....	304

## INTRODUÇÃO

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”*

*Paulo Freire*

É indiscutível a importância e a magnitude do fenômeno esportivo em todas as sociedades do mundo moderno. A capacidade de mobilização de pessoas e os crescentes investimentos financeiros são alguns dos fatores que fazem do esporte um dos assuntos mais destacados pelos principais meios de comunicação assim como vem se tornando tema de importantes pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

Se considerarmos o processo de modernização e o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias de transmissão de informações, notícias e conhecimento é possível dizer que, do total de habitantes do planeta (mais de 7 bilhões de pessoas em 2013, segundo IBGE, 2010), mais de 80% já tiveram acesso a alguma forma de manifestação do fenômeno esportivo; quer seja como praticante, consumidor ou simplesmente espectador. Também é possível afirmar que o desenvolvimento tecnológico e a internacionalização (ou mundialização!) das informações fizeram surgir diferentes formas de categorização ou formas de diferenciação das manifestações esportivas.

De maneira geral, podemos afirmar que existem classificações ou denominações mais amplas e outras mais específicas de diferenciação do fenômeno esportivo baseadas em aspectos



como o nível de desenvolvimento motor ou habilidade específica do praticante, os objetivos do praticante e da prática esportiva, o local onde se realiza a prática, a quantidade de pessoas envolvidas, a organização dos participantes, a idade e o sexo dos praticantes entre outras. Existem, também, classificações determinadas legalmente das praticas esportivas em um determinado contexto social ou de acordo com a legislação de cada país.

Se pode ter, ainda, a classificação do fenómeno esportivo do ponto de vista teórico; isto é, a forma como os estudiosos do assunto o analisam e o compreendem; que pode ou não coincidir com as classificações estabelecidas pela legislação de um país ou até mesmo com as classificações estabelecidas pela população por intermédio de seu conhecimento popular.

Dentre estas manifestações esportivas destaca-se aquela relacionada com o alto rendimento ou performance esportiva por apresentar maior possibilidade de viabilidade financeira em função da grande quantidade de pessoas envolvidas direta ou indiretamente pelos eventos deste tipo de manifestação esportiva. É comum associar grandes eventos esportivos a grandes eventos sociais e a grandes investimentos financeiros para a transformação destes acontecimentos em espetáculos. É o que autores como Bracht (1997), Paes (2008) e Stigger (2008) denominaram de espetacularização e mercantilização do esporte e seus praticantes – uma das características indicativas da transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo e o principal indicativo de ruptura com o modelo tradicional de esporte.

A realização de eventos esportivos voltados para o espetáculo pode motivar uma série de mudanças e transformações em vários setores da sociedade organizada, de uma cidade, estado ou país em que o mesmo ocorre. Silva (2006) caracteriza os mega eventos como eventos de curta e pre-estabelecida duração, com grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, de grandes efeitos políticos, com grande extensão de

cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade anfitriã.

Importantes mega eventos esportivos da atualidade como os Jogos Asiáticos, os Jogos Pan-Americanos, as Olimpíadas militares, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, vêm ganhando mais espaço na mídia e se tornando importantes fenômenos sócio-culturais de nossa época. O impacto de um evento como este também desencadeia uma série de manifestações relacionados com os vários setores que se relacionam com a preparação e que, conseqüentemente, conviverão com os resultados do mesmo. Como exemplo destas manifestações podemos citar os protestos ocorridos durante a passagem da Tocha Olímpica por diferentes regiões e países do mundo rumo a Pequim e a Londres nas duas últimas edições dos Jogos Olímpicos; assim como durante a realização da Copa das Confederações<sup>1</sup> no Brasil em 2013.

Para que se possa compreender e analisar tais impactos e conseqüências é preciso recorrer a várias áreas de estudo como história, economia, política, geografia, filosofia, entre outras. Decorre desta constatação a certeza de que os mega eventos esportivos não pertencem mais à uma única área do conhecimento assim como não poder mais ser realizado apenas por profissionais da área esportiva nem tampouco de qualquer outra área de forma isolada; se tornaram campos de atuação e investigação multiprofissional.

Alguns estudos se encarregaram de identificar e analisar os impactos e conseqüências dos grandes eventos esportivos nos últimos 20 anos sob a forma de Legados esportivos. Legados que podem se manifestar sob a forma de criação e/ou adaptação de espaços, influencia econômica, na política, na educação e na cultura do povo entre outros.

---

<sup>1</sup> Evento criado pela FIFA em 2001 com o objetivo de testar as instalações e a capacidade de realização do país que realizará a Copa do Mundo no ano seguinte.

Segundo Poynter (2007) o legado varia muito de acordo com a cidade que sedia um mega evento esportivo e pode “resistir” à passagem do tempo sob a forma de construções, monumentos, obras de arte, galerias, arquivos, selos, *merchandising* e até nome de espaços públicos como ruas ou praças. Ainda segundo o autor, existem legados que ficam registrados na memória oral dos moradores e visitantes do evento. Algumas cidades criam datas comemorativas do evento ou até mesmo de um feito marcante ocorrido durante o evento com o objetivo de registrar na história da cidade esta façanha.

Cabe ressaltar, também, a existência de impactos negativos dos mega eventos esportivos como os débitos que permanecem para os cofres públicos. Dentro dessa variedade de legados possíveis, podemos categorizá-los em tangíveis e intangíveis.

Por outro lado, o impacto cultural e educacional de um mega evento, pode ser considerado legado intangível, pois seus efeitos repercutem de modos diversos: às vezes cria e legitima mudanças, outras vezes lança uma espécie de sombra ou questionamento sobre os projetos e programas da cidade-sede.

Consideramos, para efeito deste estudo, a influência dos mega eventos esportivos na política, na educação e nos programas/projetos esportivos como um legado intangível. Um legado que não pode ser mensurado concretamente como as instalações, mas que deve ser compreendido, analisado e aproveitado como fator interveniente e importante contribuição para a reflexão e possível intervenção nestas áreas.

Desta forma, a primeira pergunta geradora deste estudo foi: Como as políticas públicas do governo brasileiro influenciam as práticas esportivas escolares?

A partir desta pergunta inicial e baseando-nos em estudos anteriores sobre a importância do esporte no contexto escolar (Guimarães, 2002; Bracht, 2000; Oliveira, 1998 e Kunz, 1994)

assim como em estudos sobre as políticas públicas e o esporte (Castellani Filho, 1998; Brasil, 2005 e 2007) optamos por realizar esta investigação para analisar e, posteriormente, intervir no contexto das influências destes eventos e das políticas públicas do governo brasileiro sobre o esporte das escolas brasileiras. Esporte este que, como veremos mais adiante, pode ser denominado de esporte educacional, esporte educativo ou esporte em idade escolar por alguns autores sem, entretanto, apresentar os mesmos princípios, valores e significados. Isto é, o esporte praticado nas escolas pode assumir, por exemplo, características do esporte de alto rendimento dependendo da intervenção do professor de educação física encarregado do seu ensino.

Além da identificação do tipo de manifestação do fenômeno e da unidade de análise onde o mesmo se manifesta, a realização de uma pesquisa científica necessita que se evidencie a existência de aspectos contrastantes neste fenômeno, de forma a garantir o dinamismo do mesmo. Ou seja, é necessário descobrir as contradições apresentadas pelo fenômeno esportivo no contexto escolar para propor alguma intervenção no mesmo, conforme indicam Molina Neto & Triviños (2010).

O conhecimento básico sobre o tema, assim como a inserção na área do esporte escolar do estado de Goiás em função de nossa atuação como professor de uma faculdade de formação de professores de educação física e o fato de ter realizado uma investigação anterior (Guimarães, 2002) sobre a inserção do esporte no contexto escolar, já havia nos mostrado algumas destas contradições que existem sobre o tema da prática esportiva no contexto escolar.

A contradição que nos motivou inicialmente foi a que se relaciona com os objetivos do esporte escolar e os dos eventos esportivos escolares que, por sua vez, evidenciavam outras contradições com respeito ao esporte escolar e o esporte de alto rendimento; ou, ainda, os objetivos dos eventos esportivos escolares e os objetivos das políticas públicas para o esporte no

país. Desta forma a existência de contradições no interior do mesmo esporte e o “movimento” gerado em seu interior é o que serviu como impulso inicial nesta investigação.

Depois da identificação do esporte escolar e algumas de suas contradições, revisitamos detalhadamente as publicações da área da educação física e do esporte no que se refere à relação entre as políticas públicas brasileiras, os grandes eventos esportivos e o esporte escolar. Neste contexto, foram identificadas lacunas que parecem contribuir para o distanciamento dos praticantes de esportes com características educacionais.

Entretanto faltava um ponto de apoio ou de intersecção entre as práticas esportivas escolares, os grandes eventos e as políticas públicas do governo brasileiro.

Após a revisão de literatura inicial identificamos pontos de intersecção como a opinião dos gestores esportivos, a percepção dos alunos e alunas praticantes de esportes ou ainda a posição dos professores de educação física que atuam com o ensino do esporte ou envolvidos nos eventos esportivos escolares oficiais.

Por reconhecermos o professor de educação física como um segmento mais próximo da prática esportiva escolar que os gestores e com melhor capacidade para relacionar políticas públicas com as práticas esportivas escolares do que os praticantes é que optamos pelo relato dos professores como fonte privilegiada de informações deste estudo.

Por conseguinte, o objetivo central da presente investigação foi a análise das relações entre as práticas esportivas escolares, os mega eventos esportivos e as políticas públicas do governo brasileiro a partir do relato dos professores de educação física, com ênfase na realidade do estado de Goiás.

Para atingir os objetivos desta investigação realizamos uma ampla revisão bibliográfica para identificar quais as leis brasileiras apresentavam maior abrangência e pontos de

convergência entre a prática esportiva de maneira geral e a prática de esportes no contexto escolar. Definimos como documentos de análise as constituições brasileiras, as leis gerais do esporte e da educação nacionais .

Também realizamos uma revisão bibliográfica para a delimitação dos principais aspectos relacionados com o esporte, o esporte escolar, os eventos esportivos escolares e os grandes eventos esportivos. Especialmente devido às circunstâncias atuais do país que sediará a Copa do Mundo da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Por fim, esta tese de doutoramento escrita no idioma Português falado no Brasil, de acordo com o acordo ortográfico vigente e baseado nas normas da American Psychological Association (APA), está organizada com a seguinte estrutura:

Está dividida em duas partes com a primeira delas composta por esta introdução e tres outros capítulos; a segunda parte, baseada na análise dos dados com dois capítulos e a apresentação das considerações finais além, obviamente, a bibliografia e alguns anexos.

O primeiro capítulo apresenta os antecedentes do tema assim como uma revisão geral sobre as políticas públicas brasileiras, com ênfase, conforme já indicado anteriormente, nas constituições brasileiras, nas leis gerais da educação e do esporte brasileiros.

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997, a atual Constituição Brasileira (1988) e a Lei 9615/98 que é a atual Lei geral do esporte brasileiro apresentam-se, também no primeiro capítulo, os conceitos e as características que são atribuídas às várias formas de manifestação do fenômeno esportivo até chegar ao caso específico do esporte escolar.

O segundo capítulo, sobre os eventos esportivos escolares e não escolares no país, foi incluído nesta investigação devido à importância que foi atribuída aos mesmos, pelos professores

que participaram da investigação assim como pelas circunstâncias atuais e particulares do sistema desportivo brasileiro e eventos esportivos escolares que vem sendo realizados atualmente no país. No caso específico dos eventos esportivos escolares, se destacou a discrepância entre os objetivos e finalidades apontadas para o esporte escolar e os objetivos indicados para os eventos esportivos escolares oficiais. Na estrutura do estado de Goiás apresentam-se e analisam-se as formas de organização das várias etapas da competição escolar realizada pela Superintendência de Desporto Escolar da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Além disso, destacam-se os aspectos gerais da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 para que pudéssemos compreender os legados dos referidos eventos e suas influências nas práticas esportivas escolares e analisá-las a partir do relato dos entrevistados.

O terceiro capítulo foi reservado para a apresentação detalhada da trajetória metodológica percorrida durante a pesquisa. Este capítulo se reveste de uma importância maior devido às características inovadoras que foram adotadas na coleta dos dados a serem analisados. Isto é, o capítulo se encarregou de apresentar as características dos grupos de discussão e das entrevistas individualizadas assim como a justificativa para adoção destas duas técnicas. Com respeito à seleção das categorias de análise apresenta-se, também neste capítulo, a técnica de triangulação de dados proposta por Triviños (1987) como a principal opção da pesquisa. O capítulo três também destaca a relação quantitativa de professores e projetos esportivos apresentados e selecionados para atuação com o ensino do esporte fora do horário normal de aulas de educação física escolar e a participação nos eventos esportivos escolares.

A segunda parte começa com o quarto capítulo que trata das relações dos professores entrevistados com as políticas públicas do governo brasileiro para o esporte. Destacaram-se os projetos de atividades extracurriculares do estado de Goiás, como uma das alternativas para a

melhoria das taxas de participação nas práticas esportivas escolares. Tornou-se evidente, também, o desconhecimento dos professores entrevistados e dos demais participantes dos grupos de discussão sobre as políticas públicas do governo brasileiro, ao contrário do alto nível de conhecimento sobre os regulamentos dos eventos esportivos escolares locais e nacionais.

O quinto capítulo expõe as relações indicadas pelos professores entrevistados entre a realização dos eventos esportivos no país e suas práticas profissionais no contexto escolar; especialmente devido à estreita relação entre a seleção dos conteúdos de ensino e o estabelecimento dos objetivos das aulas com os eventos esportivos escolares estaduais e nacionais. Em alguns casos se evidenciou uma relação de determinação e não só de influência nas práticas esportivas escolares. Este capítulo se encarregou de analisar, também, as relações entre os dois mega eventos esportivos que serão realizados no Brasil e o contexto da prática esportiva escolar a partir do relato dos informantes.

No final da parte textual da tese expomos as conclusões que foram possíveis identificar a partir do cotejamento e análise dos dados a partir da técnica de triangulação. Foi possível, também, esclarecer a existência e o tipo de relações entre as práticas esportivas escolares com as políticas públicas e os mega eventos esportivos a partir do relato dos professores de educação física entrevistados. Além da análise final, foi possível a síntese e apresentação de um conjunto de propostas de intervenção no contexto onde se realizou a pesquisa assim como a indicação das possibilidades de continuidade desta ou a realização de outras a partir dos resultados apresentados.

Uma síntese que, esperamos, sirva de ponte para a diminuição da distância existente entre a realidade das pessoas que trabalham diretamente com o ensino do esporte no “chão das



escolas” e a das pessoas encarregadas de formular as políticas públicas para o esporte e esporte escolar ou de tomarem decisões sobre ambos.

Como elementos não textuais juntamos os quadros de identificação dos professores que participaram da pesquisa, os roteiros de entrevistas (dos professores, treinadores e dirigentes) e o convite enviado a todas as Subsecretarias de Educação do Estado de Goiás com as devidas informações sobre a investigação a ser realizada.

A transcrição de todas as entrevistas, a filmagem dos grupos de discussão sob o formato de arquivos digitais bem como os termos de consentimento de participação dos sujeitos (devidamente assinados) fazem parte do acervo desta pesquisa podendo ser acessado a partir de solicitação prévia.

Comecemos, pois!

## **1 - O ESPORTE ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Com o objetivo de compreender os antecedentes e o estado da arte sobre as relações entre as políticas públicas do governo brasileiro para o esporte escolar, os mega eventos esportivos e participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares a partir do relato dos professores de educação física do estado de Goiás/Brasil, escolheu-se o suporte teórico de três grandes conjuntos de leis que apresentam relação direta com o esporte escolar, como eixos de análise do relato dos professores de educação física: as Constituições Federais, as leis gerais do esporte e as leis de diretrizes e bases da educação nacional.

Entretanto, é importante destacar o fato de que o estabelecimento das políticas públicas no Brasil esteve condicionado por períodos de dependência da Coroa Portuguesa e de ditadura militar. Isto é, no período compreendido entre os anos de 1.500 e 1.889 as políticas públicas brasileiras estavam vinculadas às do reino de Portugal; enquanto que no período entre 31 de março de 1964 e 15 de janeiro de 1985 todas as políticas públicas foram determinadas pelos interesses militares que se alternaram no poder com a nomeação de cinco (05) generais do exército.

Em estudo recente sobre as ditaduras na america latina a pesquisadora do Instituto Norberto Bobbio (Franca, 2011) estabelece relações entre a situação vivida por alguns países da América do Sul com a realidade brasileira. Para a autora:

Assim, é possível estabelecer certos aspectos comuns que conformam a ideologia dessa doutrina, no caso brasileiro, a partir de 1964, assim como no Chile e Uruguai, em 1973 e ainda na Argentina de 1976. O aspecto que mais se destaca nessa ideologia é a construção da figura do *inimigo público interno*, que incutia nos sujeitos a necessidade ideológica de uma guerra interna constante e permanente contra a influência do comunismo internacional (o “perigo vermelho”), impondo, destarte, a adoção de um projeto de desenvolvimento com segurança, que colocava os militares como salvaguardas dos anseios nacionais no terreno das políticas sócio-econômicas, na medida em que entendia-se que estes compunham o único corpo social apto a transformar o caos instalado pelos subversivos em paz e estabilidade duradouras. (Franca, 2011, p. 49)

No caso específico do Brasil, também se utilizaram as conquistas esportivas internacionais do futebol<sup>2</sup> como exemplo para os outros esportes. A idéia central do governo brasileiro estava sustentada na criação de um país reconhecido internacionalmente por suas realizações no setor esportivo. Defendia-se a idéia de que um país desenvolvido esportivamente seria construído a partir da descoberta de talentos nas escolas e com a continuidade nos clubes ou escolas esportivas mantidas pelo governo.

Ainda que não possamos afirmar que tenha ocorrido o estabelecimento de nenhuma política nacional para o esporte brasileiro neste período é importante destacar a publicação do Decreto 69.450 em 1971 no qual se evidenciam alguns aspectos relacionados com a educação física e com a prática esportiva escolar, motivo pelo qual incluímos o mesmo nas políticas públicas brasileiras que serviram de base para a análise final desta pesquisa.

---

<sup>2</sup> O Brasil já havia sido campeão mundial de futebol em 1958 no Chile, em 1962 na Inglaterra e 1970 no México.

A partir desta perspectiva e levando em consideração a importância do período citado acima para a situação atual do esporte e do esporte escolar no estado de Goiás e em todo o país, fixamos nossas análises nos dados obtidos no período compreendido entre a década de 1960 e os dias atuais.

### 1.1 Aspectos conceituais

De acordo com Ribeiro (1955) o Brasil foi descoberto pelos portugueses no ano de 1500, porém até o ano de 1822 quando adquiriu a condição de nação independente não foi reconhecido internacionalmente. Durante os trezentos e vinte e dois anos em que foi colônia de Portugal, o país não teve suas próprias leis nem tampouco seus partidos políticos além do que era permitido pela coroa portuguesa.

Antes de apresentar uma revisão histórica sobre as normas constitucionais, educativas e esportivas brasileiras, julgamos importante destacar os conceitos de políticas públicas que fundamentarão a análise das relações entre as políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares a partir do relato dos professores de educação física.

O conceito de política pública no Brasil provem das áreas da ciência política e da administração pública. Ainda que proceda destas duas áreas, o conceito de políticas públicas costuma ser utilizado em outras áreas do conhecimento; pois supõe a compreensão do entorno social onde será implantada a referida política antes de sua implementação. A partir desta perspectiva, é importante garantir uma visão transdisciplinar do problema ou assunto que originou esta política pública.

Se admitirmos uma compreensão de política pública como um campo holístico, ou como uma área que situa diversas subáreas organizadas, devemos nos atentar para dois aspectos. Primeiro para o fato de que a área se torna um território disputado por várias disciplinas, teorias e modelos de análise; e em segundo lugar é importante perceber que a visão holística de política pública não significa dizer que ela careça de coerência teórica e metodológica e sim que comporta vários ângulos de compreensão. Por fim, as políticas públicas, normalmente, se desdobram em planos, programas, projetos, base de dados, etc.

Outro conceito de política pública, muito utilizado pelos especialistas da área da educação física (Linhales, 1994; Souza, 1997), é o que compreende as políticas públicas como um conjunto de ações coletivas com o objetivo de garantir os direitos sociais da população; criando um compromisso público para com as necessidades de determinadas áreas.

Pereira (2006) destaca o conceito de políticas públicas como um conjunto de ações que supõe o surgimento e a interferência dos sujeitos (dirigentes e profissionais envolvidos no assunto) encarregados da implementação das políticas públicas e procedimentos, que tem como finalidade a solução pacífica e harmônica dos conflitos relacionados com a distribuição dos esforços e recursos públicos.

A partir dos conceitos citados anteriormente, a compreensão de políticas públicas e o destaque da importância dos sujeitos na implementação das políticas públicas serve para justificar a realização de grupos de discussão e de entrevistas com os professores de educação física e sua compreensão da relação entre as políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e a participação dos alunos e alunas nas práticas esportivas escolares.

Entretanto, há que diferenciar os conceitos de decisões políticas ou projetos políticos dos conceitos de políticas públicas. Especialmente no contexto brasileiro, em que se tem observado a

implementação de vários programas e projetos esportivos<sup>3</sup> a partir de decisões dos dirigentes dos partidos políticos do governo e não como parte de uma política pública geral para o esporte no país. Do mesmo modo, é importante distinguir as normas para a educação física escolar brasileira das normas para a iniciação esportiva no país – ainda que as duas normas apresentem uma estreita relação histórica em nosso país.

De acordo com Soares (1994), a primeira norma legal que destacava a importância da educação física nos estabelecimentos escolares no Brasil foi o Decreto-Real nº 7.247 de 1879 que determinava a obrigatoriedade do oferecimento das aulas de ginástica em todas as escolas da Corte<sup>4</sup>.

A prática da educação física ganhou notoriedade no final do século XIX e início do XX no Brasil em função da importação dos métodos ginásticos de origem européia. Destaca-se entre eles o método calistênico que se tornou oficial nas instituições militares brasileiras e o método francês que foi adotado oficialmente nas escolas públicas de todo o país até meados da década de 1950. A prática esportiva continuava pouco conhecida devido à sua vinculação com o ócio ou tempo livre das pessoas de classes sociais mais favorecidas economicamente, de estudantes estrangeiros que chegavam ao país ou de estudantes brasileiros que retornavam ao país depois de temporadas no exterior.

Para Manhães (1986) e Maia (2003), a educação física se consolidou como uma prática mais popular em função de sua vinculação com o contexto escolar enquanto que as práticas esportivas encontraram dificuldades para sua legitimação devido à sua vinculação com as classes mais elitizadas. Os únicos lugares onde se podia praticar algumas modalidades esportivas como o futebol, o turfe e o remo eram os clubes esportivos particulares. Foram realizadas várias

---

<sup>3</sup> Como por exemplo, o programa “Esporte na Escola” do governo federal que se iniciou em 2000 e foi extinto em 2003 sem sua conclusão ou avaliação final, em função de mudança no governo federal.

<sup>4</sup> Até 1889 as normas eram publicados sob a tutela da Corte Portuguesa que incluía o Brasil.

tentativas de dividir a prática esportiva em dois níveis – profissional e não profissional – com o objetivo de evitar a popularização ou a vulgarização da prática esportiva no país sob a argumentação de que a prática esportiva foi criada com princípios nobres que não deveriam ser esquecidos.

Entretanto, a popularização das práticas esportivas que chagavam ao país não tardou muito – especialmente por influência do futebol – e o poder público não poderia deixar de lado estas manifestações do fenômeno esportivo e sua importância para a consolidação ou legitimação social do governo que publicou o decreto 3.199 de 14 de abril de 1941.

O artigo primeiro do decreto determina a criação no interior do Ministério da Educação e da Saúde de um órgão para realizar o controle de todas as formas de manifestação do esporte no país – O Conselho Nacional de Desportos/CND. Já em seu 3º artigo, o referido decreto, estabelece as responsabilidades do recém criado Conselho de onde se destacam os seguintes item:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;

A partir do que se evidencia acima o governo assume a responsabilidade pela fiscalização de todas as entidades esportivas já existentes no país assim como estabelece a primeira relação legal do esporte com a educação física da juventude brasileira, além de reconhecer as práticas

esportivas como importante forma de manifestação da cultura nacional; como até hoje acontece com o futebol, o samba ou a capoeira, por exemplo.

O item “B” do mesmo artigo se torna explícita a preocupação com a diferença que já existia nas formas de práticas esportivas em todo o país. Destaca o item que o governo deveria:

- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;

Também a partir desta lei se pode concluir que o governo poderia intervir no esporte profissional se julgasse que o mesmo se afastava dos princípios da moralidade ou de princípios adequados à formação dos jovens brasileiros.

Os atletas deveriam organizar-se em associações. Em seguida seriam constituídas as ligas esportivas que, por sua vez, formariam as federações esportivas estaduais de cada uma das modalidades esportivas que, juntas, dariam origem às confederações nacionais. Estas últimas deveriam ter autorização do governo brasileiro para funcionar. Portanto em 1941, de uma maneira institucional, o governo criou um mecanismo de controle sobre as entidades de organização das práticas esportivas em todo o país, o que ocorre até os dias atuais.

Iniciava-se então o modelo associacionista de organização no esporte brasileiro.

Cronologicamente, a normativa seguinte em que o governo brasileiro estabeleceu algumas diretrizes para o esporte foi a Lei 6.251 de oito de outubro de 1975. Nesta lei, pela primeira vez, se estabeleceu um conceito sob o qual os profissionais, estudiosos e dirigentes



poderiam identificar e reconhecer as atividades físicas como o esporte. De acordo com o 2º artigo “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas.”

Além da conceituação, a legislação também estabeleceu os objetivos e as formas de organização do esporte brasileiro. Nos itens I a V do artigo 5 desta lei se estabeleciam os seguintes objetivos:

- Melhoria da capacidade física da população;
- Aumento do nível em todos os esportes;
- Implantação e ampliação da prática dos esportes populares;
- Melhoria do nível técnico e esportivo das seleções nacionais;
- Divulgação do esporte como manifestação do lazer.

Com relação às formas de organização do esporte brasileiro, a Lei 6.251/75 reconheceu uma forma de esporte com características estudantis. O artigo 10 da lei reconhece quatro formas de manifestação do fenômeno esportivo que deveriam constituir o Sistema Desportivo Nacional; que são:

- Esporte Comunitário, que poderia ser praticado de forma amadora ou profissional e deveria basear seus objetivos nos esportes olímpicos; esta forma de organização do esporte englobava a grande maioria das equipes que já existiam no país de forma profissional e suas competições.

- Esporte Estudantil, que estava dividido em esporte escolar e esporte universitário.

Além disso, deveria ser regido, organizado e promovido pelo Ministério da Educação e Cultura do país.

- Esporte Militar, compreendia o esporte praticado nos quartéis das forças armadas em todo o país. Deveriam ter regras, competições e calendários próprios.
- Esporte Classista: esta forma foi criada para reconhecer a prática esportiva dos empregados das empresas e indústrias brasileiras. Possibilitava a participação de equipes classistas nas competições do esporte comunitário. Esta manifestação do esporte brasileiro foi o maior impulso para o fortalecimento das práticas esportivas voltadas para o lazer no contexto do Sistema “S” (Serviço Social do Comercio e Serviço Social da Indústria – SESC E SESI).

O esporte estudantil foi, pela primeira vez, admitido como uma forma possível de organização do esporte brasileiro, mas não se estabeleceu nenhuma diretriz para sua diferenciação dos demais tipos de organização esportiva, nem tampouco se determinou seus princípios gerais. Foi estabelecido, apenas, que o esporte estudantil deveria se organizar a partir das aulas de educação física escolar enquanto que o esporte universitário deveria se basear nas práticas esportivas oferecidas para os alunos do ensino superior.

Esta diferenciação se tornaria mais importante se tivesse estabelecido os objetivos que cada um deveria buscar atingir. Além disso, a lei não fixou os princípios por meio dos quais os esportes estudantis ou universitários deveriam organizar suas atividades de iniciação esportiva, treinamento de equipes nem tampouco como deveriam ser realizadas suas competições.

Superado o período da última ditadura militar no país, que começou em 1964 e perdurou até 1985, o governo brasileiro criou uma equipe de trabalho para elaborar as diretrizes gerais do esporte brasileiro para a nova constituição brasileira. Desta forma, a Comissão de reformulação e reestruturação do esporte brasileiro que foi presidida pelo professor Manoel José Gomes Tubino, deveria apresentar sugestões para a carta constitucional. O ponto de partida da referida comissão foi o reconhecimento do esporte como direito de todos e um dos deveres do estado para com o

povo brasileiro; assim como já ocorrera em 1976, na publicação da Carta Internacional de educação física e esportes, em Paris.

Assim, além das leis específicas e dos decretos do governo brasileiro, vejamos a seguir uma revisão histórica das políticas públicas brasileiras - as constituições, leis de diretrizes e bases da educação e leis gerais do esporte – que também contribuirão para a análise dos relatos dos professores de educação física que participaram desta investigação.

## 1.2 As normativas constitucionais brasileiras

A primeira constituição brasileira foi elaborada a partir de 03 de maio de 1823 no apogeu do conflito entre os políticos do partido radical e do partido conservador brasileiro. Os deputados constituintes tinham uma orientação política que respeitava a monarquia, porém desejavam a limitação dos poderes do imperador e a garantia dos direitos individuais dos cidadãos brasileiros. A carta constitucional tinha como principais características o sistema de governo baseado em uma monarquia unitária e hereditária; a existência de quatro (04) poderes, dentre os quais o poder moderador (exercido pelo imperador) com o maior poder entre eles. A religião oficial era a católica e a igreja estava submetida ao poder do estado brasileiro. Esta constituição foi uma das primeiras do mundo a incluir uma relação de direitos e garantias individuais para os cidadãos.

Nesta constituição não havia nenhuma referência à prática do esporte em terras brasileiras nem sequer da existência de alguma instituição que deveria se encarregar da organização ou desenvolvimento do esporte no país. Ainda que, segundo Oliveira (1982), neste período já existiam os primeiros registros da prática do remo pelos indígenas e da capoeira pelos escravos.

Depois da proclamação da república e do fim da monarquia, em 1889, se iniciou a tramitação para a criação da primeira constituição da república brasileira. A forte inspiração, nesta ocasião, foi a carta constitucional dos Estados Unidos da América do Norte. Entretanto, como na anterior, esta constituição não incluiu nenhuma informação que possa índiciar a organização do esporte no país.

A terceira edição da constituição brasileira foi aprovada em 1934. Ainda que tenha sido a de menor vigência (apenas três anos) foi criada com grande influencia dos movimentos sociais e profissionais que foram se organizando em todo o país após a crise financeira mundial motivada pela “quebra” das instituições financeiras norte americanas em 1929. Especialistas da história da educação brasileira como Ghiraldelli Junior (1988) e Savianni (1998) afirmam que esta foi a primeira constituição que recebeu a contribuição de um manifesto popular da classe trabalhadora, o manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932.

A quarta constituição brasileira, de 1937, foi implantada para garantir o estabelecimento da primeira ditadura no país. Foi chamada, de forma pejorativa de “Constituição Polaca” por ter a constituição da Polônia como base, porém ficou conhecida na história como a Constituição da Ditadura do Estado Novo Brasileiro. Dava todo o poder ao presidente Getulio Vargas. Previa a nomeação das autoridades provinciais pelo presidente e a nomeação das autoridades municipais pelos governadores das províncias.

Pela primeira vez foi incluído um artigo que contemplava alguns aspectos sobre a educação física escolar. Se compreendermos que as aulas de educação física costumam ser um dos espaços onde, historicamente, se desenvolvem atividades de iniciação à prática esportiva e promoção da saúde, podemos afirmar que a constituição de 1937 garantiu, ainda que de maneira indireta, a prática esportiva escolar. O artigo 131 destaca que:

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

A quinta carta constitucional brasileira foi aprovada em 1946 e consagrou um grande número de direitos ao cidadão brasileiro que haviam sido retirados pela constituição de 1937.

Entre eles se pode destacar o artigo 141 do capítulo II:

- A igualdade entre todos os cidadãos perante a lei.
- A liberdade de manifestação de pensamento (sempre que não fosse em espetáculos ou festas públicas)
- A garantia da inviolabilidade de sua correspondência;
- A liberdade de crença religiosa e de organização em associações sem fins lucrativos;
- A ampliação do direito de defesa e a garantia de somente ser preso quando for detido em flagrante delito.

Também em meados da década de 1940 se iniciaram os encontros e congressos de educadores que pretendiam elaborar a primeira lei geral da educação brasileira que somente foi aprovada em 1961.<sup>5</sup>

Nem o esporte nem tampouco a educação física escolar foram citados nesta constituição. Seu maior avanço tem relação com o fato de garantir como obrigação do governo federal do país a criação de um sistema de ensino nacional e a responsabilização dos estados e municípios pela

---

<sup>5</sup> Que é abordada no item 1.4 deste estudo.

criação de seus próprios sistemas educacionais; ainda que somente o nível primário da educação tenha sido considerado obrigatório por esta legislação.

A sexta constituição brasileira foi aprovada em janeiro de 1967. Meses antes de sua aprovação a constituição de 1967 enfrentou uma grande quantidade de movimentos de oposição tendo em vista a grande quantidade de decretos que foram publicados sem a aprovação dos deputados e que tinham como principal objetivo a legitimação da ditadura militar e suas instituições.

A constituição de 1967 foi reformulada significativamente em 1969 a tal ponto que alguns especialistas, consideram-na como outra constituição em função das mudanças que foram realizadas. Seus principais aspectos podem ser resumidos, segundo Arruda e Caldeira (1986), em:

- A concentração no poder executivo do poder de decisão final;
- Exclusividade do poder executivo para definir as medidas de segurança e de financiamentos públicos.
- Aumento do poder das forças militares do país.
- Eleições indiretas para presidente com mandato de cinco anos.
- Estabelecimento da pena de morte para crimes contra a segurança nacional (circunstancia que motivou a criação das leis de censura e da lei de exílio do país).

Os atos institucionais<sup>6</sup> (AIs) foram a marca mais expressiva deste período da vida política brasileira. Ainda que esta constituição já tivesse aumentado o poder do Presidente, a Junta Diretiva Militar do governo aprovou, entre 1964 e 1969, dezessete (17) outros AIs, dentre os quais se pode destacar os seguintes:

---

<sup>6</sup> O governo brasileiro desta época utilizou os atos institucionais para impor a retirada de alguns dos direitos individuais como a liberdade de expressão e o direito de defesa; além de promover a restrição dos direitos políticos.

- Ato Institucional nº 1 (1964): Tirou os direitos políticos e civis dos cidadãos com filiação em partidos políticos de oposição ao governo e determinou a realização de eleições indiretas em 1965.
- Ato Institucional nº 2 (1964): Extinguiu todos os partidos políticos existentes no país.
- Ato Institucional nº 3 (1964): Estabeleceu eleições indiretas para os governantes dos estados e garantiu a nomeação dos prefeitos das capitais e das cidades consideradas “áreas de interesse nacional”.
- Ato Institucional nº 4 (1964): Obrigou a câmara dos deputados e o senado a votar o projeto de constituição escrito por uma junta militar.
- Ato Institucional nº 5 (1964): Determinou o fechamento do Congresso Nacional, suspendeu as garantias constitucionais dos cidadãos em nome da segurança e concedeu poderes absolutos ao poder executivo para criar leis sobre todos os assuntos da vida dos brasileiros.

Este último AI possibilitou ao governo brasileiro realizar uma grande caçada aos intelectuais, políticos, estudantes, personalidades artísticas (músicos, cantores, compositores, etc.) que se opunham às idéias ou diretrizes do governo militar.

No que se refere à educação, esta constituição instituiu um aumento de quatro anos na obrigatoriedade de oferecimento do ensino público por parte dos governos nacional, estadual e municipal. Ou seja, a educação (e, obviamente, a educação física escolar) deveria ser oferecida a todos os alunos e alunas de forma gratuita desde os sete até os quatorze (14) anos de idade. Mais especificamente não ha nenhuma indicação constitucional relacionada com a criação de um sistema esportivo nacional, estadual ou municipal.

A sétima e atual constituição brasileira foi promulgada em 1988 e já sofreu aproximadamente sessenta (60) reformas em seu texto original, o que demonstra a inquietação que experimentam todos os setores da sociedade brasileira na atualidade.

Durante o governo do general do exército João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) aumentou significativamente o desejo de uma constituição que pudesse restabelecer os direitos individuais, políticos e civis do povo brasileiro. O fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país a partir do ano de 1985 atingiram seu ápice com a aprovação em 1988 de uma constituição que rompeu com a estrutura autoritária da constituição militar anterior e garantiu o retorno dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros em sua plenitude. No interior das medidas de maior impacto da nova constituição é importante destacar o fim da censura, a anistia de todos os cidadãos brasileiros que foram exilados durante o governo ditatorial militar, o fim da tortura como meio legal e as eleições diretas para presidente da república, para governador dos estados, para prefeitos e todos os demais representantes do povo como vereadores, deputados e senadores.

A atual constituição brasileira também reorganizou o território brasileiro com a transformação de alguns territórios em estados e foi a primeira a tratar de maneira específica o esporte no texto constitucional e o reconheceu como direito social do povo brasileiro a ser garantido pelos governos municipal, estadual e federal.

Em seu título VIII, capítulo III, seção III que trata do esporte nacional determina, no artigo 217, a atual Constituição Brasileira estabelece que:

Art. 217. É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:



- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
- IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

A partir da perspectiva da mais importante Lei do Estado brasileiro, é importante destacar o pressuposto de que o governo deve promover com prioridade o esporte que tem relação com as aulas de educação física que se realizam na escola. Entretanto, a partir do mesmo artigo da constituição é possível interpretar que a destinação de recursos financeiros do esporte escolar também pode ser orientada para o esporte de alto rendimento ou o esporte de espetáculo. Desta forma, nas oportunidades em que o governo não atender as demandas do esporte escolar, poderá justificar tal medida sob o argumento de que se trata de casos específicos e de interesse nacional, como já o fizera em 2007. Neste ano não foram realizadas algumas das fases das olimpíadas escolares nacionais em função da realização, no Rio de Janeiro, dos Jogos Panamericanos de verão. O investimento público no evento continental foi de 2,85 bilhões de reais (conforme site: [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br), acessado em 19/10/2011).

Por fim, nenhuma das constituições brasileiras apresentaram com clareza o conceito das manifestações esportivas que ocorriam no país nem tampouco a forma como o governo brasileiro deveria tratá-las.

A constituição atual indica a criação dos sistemas esportivos nos estados assim como nas cidades de forma autônoma e independente, porém observando as diretrizes gerais da normativa constitucional do país.

Determinou também que fossem criadas leis específicas do esporte no âmbito dos estados e municípios e uma nacional; que é o tema do próximo item deste estudo.

### 1.3 As normativas esportivas brasileiras

Até à publicação da última constituição brasileira em 1988 não se havia conseguido aprovar uma lei geral do esporte brasileiro. Somente foram aprovados e implantados alguns projetos e programas específicos de algumas modalidades esportivas ou com finalidades específicas e temporárias.

Cinco anos depois da aprovação da nova carta constitucional, criou-se a primeira lei geral do esporte brasileiro, que trataremos a seguir.

#### 1.3.1 – Lei 8672/93 – A 1ª Lei Geral do Esporte Brasileiro – A Lei Zico

Como a primeira lei geral do esporte do país, a lei 8672 de 06 de julho de 1993 foi alvo de muitas críticas e debates antes mesmo de sua aprovação pelo governo brasileiro.

No interior das tarefas mais importantes da lei estava a definição dos tipos de manifestações esportivas que seriam reconhecidas, assim como as finalidades que deveriam ter. Com o objetivo de abarcar todas as manifestações esportivas brasileiras, se estabeleceu logo nas disposições iniciais que seriam compreendidas como manifestação esportiva todas as práticas,

formais ou não, que estivessem baseadas nos fundamentos constitucionais do estado democrático de direito definido pela constituição. Ou seja, todas as práticas esportivas que não violem os direitos constitucionais brasileiros estão sob a jurisdição da lei geral do esporte brasileiro. Além desta caracterização, muito generalista, se estabeleceu uma diferenciação entre as práticas esportivas formais (aquelas baseadas nas regras oficiais de cada federação esportiva) e as práticas não formais (baseadas no aspecto lúdico e na inexistência de regras oficiais).

Com as mesmas características generalistas da classificação das manifestações esportivas, a lei Zico - apelido com a qual ficou conhecida a lei 8672/93 por ter sido aprovada no período que o ex-jogador de futebol do Clube de Regatas Flamengo foi Secretario Extraordinário de Esportes do governo brasileiro - estabeleceu os princípios fundamentais do esporte brasileiro. De acordo com a lei 8672/93, o esporte deveria se basear nos seguintes princípios:

- I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
- II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;
- III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;
- IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;
- V - direito social caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

- VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;
- VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
- VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
- IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
- X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;
- XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
- XII - eficiência, obtida através do estímulo à competência desportiva e administrativa.

No interior das muitas incoerencias que se observou na lei se pode destacar a enfase, no item IV, à liberdade de participação de todos em todas as práticas esportivas de acordo com a capacidade de cada um, enquanto que no item XII se evidencia a eficiência como outro principio a ser buscado através da competencia. Isto é, como possibilitar a participação de todos quando se busca os melhores resultados esportivos?

Além de ter estabelecido os princípios fundamentais para a prática esportiva em todo o país, a Lei Zico fixou também os conceitos sob os quais se fundamentaria o reconhecimento destas práticas. Segundo o artigo 3 da lei, o esporte brasileiro teria as seguintes conceituações:

I - desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

A partir da perspectiva apresentada pela lei, o esporte praticado no interior do sistema educacional ou a partir dele e das aulas de educação física recebeu o nome de desporto educacional. Foram estabelecidas, também, as diretrizes para que uma manifestação do esporte seja reconhecida como tal. O desporto educacional deveria evitar a seletividade e hipercompetitividade e deveria tentar desenvolver integralmente os praticantes, além de incentivá-los na busca pela autonomia e a cidadania.

De fato, a classificação apresentada pela Lei foi muito geral e deixou grande quantidade de lacunas. Os questionamentos mais freqüentes à dita normativa foram apresentados nos

eventos científicos da área do esporte e da educação física que foram realizados no Brasil na década de 1990; sobretudo com relação à metodologia de ensino no contexto escolar, quanto aos objetivos do esporte nas aulas de educação física e a oposição entre os modelos escolares e do alto rendimento. As perguntas mais recorrentes foram tratadas em livros e artigos científicos do período e destacam-se entre estas temáticas e as publicações que trataram das mesmas:

1. Como retirar a competitividade do ensino do esporte? (Educação Física e Aprendizagem Social, 1992; Metodologia de Ensino da Educação Física, 1992, etc.)
2. Que metodologia é a mais adequada para a aprendizagem do esporte na escola? (Metodologia de Ensino da Educação Física, 1992; Transformação didático pedagógica do esporte, 1994)
3. Que modelo de esporte deve ter um lugar privilegiado nas aulas de educação física escolar? (Sociologia crítica do esporte, 1997; Consenso e conflitos da educação física, 1994)
4. Que princípios teóricos e práticos devem servir de base para a prática esportiva escolar? (Metodologia de Ensino em Educação Física, 1992; Educação física – ensino e mudanças, 1991)
5. Que competências devem ter os profissionais do ensino a educação física escolar? (O professor de educação física e a construção do saber docente, 1998; Educação Física: Ensino e realidade, 1994)

A grande quantidade de publicações e a realização de vários congressos (dentre os quais destacamos os congressos realizados anualmente pela Federação Internacional de Educação Física (FIEP) e os realizados pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), ao contrário do que se esperava, deram grande impulso para o estabelecimento de uma crise que parece não ter chegado ao seu final.

Nesta direção se pode dizer que a primeira lei do esporte brasileiro desencadeou um processo de reorganização em todas as suas formas de manifestação e possibilitou a criação de várias entidades de organização e promoção, para além do crescimento do número de clubes esportivos e associações de atletas.

Este processo de reorganização possibilitou o surgimento de novas demandas para as várias formas de manifestação do fenômeno esportivo, reconhecidas pela própria legislação, bem como para as demais formas de manifestação deste importante fenômeno, que ultrapassa os limites da área do conhecimento da educação física e passa a figurar como objeto de estudo de outras áreas relacionadas diretamente com o esporte.

Vejam, então, a atual lei geral do esporte brasileiro e suas principais características.

### 1.3.2 A lei 9615/98 – A atual Lei Geral do Esporte brasileiro – A lei Pelé

No que se refere às classificações do esporte brasileiro, a lei 9615/98 reproduz quase totalmente a classificação da lei anterior. Ou seja, o esporte brasileiro segue sendo reconhecido sob as formas do esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de alto rendimento.

Algumas mudanças de ordem administrativa foram introduzidas pela nova lei. Os órgãos dirigentes do esporte passaram a receber recursos específicos assim como ganharam o *status* de Secretarias Nacionais sob a tutela de um Ministério específico.

Como exemplo destas mudanças se podem destacar a extinção do Conselho Nacional de Desporto (CND) e a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) com as mesmas funções e com pessoal técnico específico para o desenvolvimento de projetos esportivos.

Foram criados, também neste período, alguns órgãos de desenvolvimento de projetos com o objetivo de treinamentos especializados nas modalidades esportivas olímpicas. Estes órgãos deveriam estar vinculados a faculdades de formação de professores de educação física e foram nomeados de “Centros de Excelência do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto” – CENESP/INDESP. Até os dias atuais temos alguns destes Centros em funcionamento como o das Universidades Federais dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Estes centros de excelência foram muito criticados por toda a comunidade científica da área da educação física devido à prioridade da destinação dos recursos do governo federal para as universidades que aceitaram receber no interior de sua estrutura acadêmica o referido centro. Além disso, os centros foram instalados em universidades que já tinham um suporte econômico do governo federal; fato que serviu como ponto de discórdia no interior das instituições de ensino superior encarregadas da formação de mão de obra para atuação com educação física escolar e esportes. O financiamento recebido do governo federal deveria ter, nestes centros de excelência, a destinação específica para o desenvolvimento das técnicas de treinamento e inovação das modalidades esportivas estabelecida no projeto inicial. Ainda que a comunidade científica destas faculdades não estivesse de acordo com as metas fixadas pelo projeto do governo nacional.

O principal avanço da nova lei, e que tem relação direta com esta investigação, foi a inclusão de um capítulo específico para o desporto educacional. Não obstante tenha introduzido somente as diretrizes gerais da prática desportiva educacional, é importante dizer que o referido capítulo determinou a criação de sistemas diferenciados para a gestão do esporte nos estados e nos municípios, a partir de suas características locais. De acordo com o capítulo VIII da lei:



Art. 62. A organização e o funcionamento do desporto educacional obedecerão aos princípios o às diretrizes referentes ao desporto e à educação nacionais.

Art. 63. O desporto educacional terá estrutura específica, compreendendo sistemas diferenciados para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acompanhando a organização descentralizada dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. A organização dos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será fixada na legislação concorrente que cada Unidade da Federação expedir no exercício de sua competência legal.

Outro aspecto que merece destaque em relação ao desporto educacional é o que se vê no artigo 64 da lei geral do esporte brasileiro “Art. 64. Aos praticantes do desporto educacional é assegurado o direito de optarem pelas manifestações participativa e de rendimento.”

O esporte educacional, no país, tem vinculação direta com as aulas de educação física e com a prática pedagógica dos professores de educação física escolar enquanto que o esporte de alto rendimento se desenvolve a partir do trabalho de uma grande quantidade de profissionais que podem ou não ser professores de educação física (cf. Bracht, 1997).

Os artigos 65 e 66 da atual lei geral do esporte brasileiro expõem a composição dos sistemas estaduais e municipais do esporte educacional, assim como a definição da importância do esporte nos sistemas de ensino. Porém a implementação da Lei também sugere ambiguidades no que se refere à operacionalização da lei.

O artigo 65, por exemplo, indica que “o esporte educacional no sistema nacional do esporte reúne os integrantes do sistema nacional, estadual e do distrito federal” e não menciona a inclusão do esporte educacional praticado nos municípios.

Em função deste artigo da Lei o Ministério do Esporte pode negar a autorização de funcionamento de alguns projetos municipais ou até mesmo condicionar o repasse dos recursos públicos por intermédio de projetos estaduais ou por intermédio das Secretarias Estaduais de Esporte.

Por sua vez, o artigo 66 faculta aos sistemas de ensino dos estados e municípios a definição da importância que terá o esporte educacional em suas respectivas áreas. Ainda que a liberdade de definição seja um sinal de autonomia dos governos estaduais e municipais, se evidencia a possibilidade de o país ter vários sistemas desportivos diferentes.

Ou seja, se tivermos diferentes tipos de organização desportiva em cada estado ou cidade como será possível a realização de um evento esportivo escolar nacional que atenda aos interesses de todos? Ou ainda, qual dos sistemas de esporte educacional é o mais adequado?

Como o problema das iniciativas do governo federal e o desenvolvimento de alguns esportes ou manifestações esportivas foi muito destacado pelos professores que participaram dos grupos de discussão e das entrevistas, julgamos importante a apresentação dos aspectos básicos dos projetos específicos do Ministério do Esporte que foram implantados a partir da lei geral do esporte brasileiro.

#### 1.3.2.1 Os principais programas esportivos nacionais

De acordo com a publicação do Ministério do esporte, quando da realização da III Conferencia Nacional do Esporte (2010), os países como o Brasil, no que se refere a sua população total e sua dimensão territorial, tem a necessidade de pensar muito bem a implantação de qualquer tipo de projeto, programa ou política pública e por isso alguns programas são viáveis em algumas regiões e não em outras. Temos uma diversidade cultural, geográfica, social, econômica e étnica muito evidente que deve ser avaliada antes da implantação dos referidos projetos.

Desde esta perspectiva vejamos os principais programas de alcance nacional.

A. O programa “Segundo Tempo”: É um programa estratégico do governo federal, que tem como principal objetivo a democratização do acesso à prática e à cultura do esporte como elemento de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, com ênfase nas populações em situação de risco ou de vulnerabilidade social.

As atividades do programa são realizadas em espaço públicos ou particulares que são colocados à disposição do Ministério do Esporte por intermédio do estabelecimento de convênios passando a se chamar “Núcleos de Esporte Educacional”. O Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, é o responsável pelo funcionamento dos núcleos em todo o país. Os alunos destes núcleos devem estar matriculados no sistema de ensino e só podem participar das atividades esportivas dos núcleos em horários diferentes daqueles em que se encontram matriculados. Além das atividades esportivas, que podem ser organizadas em iniciação ou treinamento pelo menos três vezes por semana, são fornecidos reforços alimentares aos participantes.

O nome do programa faz referencia a uma situação que costuma ocorrer nas competições das modalidades esportivas coletivas em que as disputas são realizadas em dois tempos ou

períodos separados. Nomeadamente, as aulas regulares representam o primeiro tempo e as atividades esportivas representam o segundo tempo do mesmo processo de formação do indivíduo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), o país apresentou uma população de trinta e cinco milhões de criança matriculados na educação básica que poderiam ser beneficiados pelo programa. Porém, até o final do mesmo ano o número de matrículas em todo o país não ultrapassou três milhões de alunos.

B. O Programa “Segundo Tempo” no Programa “Mais Educação”: Nesta iniciativa do governo federal (ação conjunta dos ministérios da educação e do esporte) se propõe a junção dos dois programas com a pretensão de diminuir a discriminação por deficiência física, por condições sociais, por raça, ou qualquer tipo de exclusão de crianças e jovens da prática esportiva.

Mais do que a democratização do acesso à prática esportiva este programa interministerial supõe a universalização deste direito social garantido pela constituição brasileira de 1988.

C. O Programa “Pintando a liberdade”: Este programa se caracteriza por sua contribuição para a ressocialização dos criminosos que foram punidos com pena de restrição de liberdade por um tempo de até dez anos e por crimes de menor gravidade ou violência.

As pessoas beneficiadas por este programa realizam trabalhos de fabricação de materiais esportivos como bolas e redes para as várias modalidades esportivas, em oficinas localizadas em vários centros penitenciários do país. Além de contribuir para a redução de um dia de reclusão

para cada três dias trabalhados, toda a produção do programa é destinada para os projetos esportivos do governo federal e para o desenvolvimento do esporte escolar nas escolas públicas.

Em alguns estados da região amazônica é testada a confecção de materiais esportivos com produtos encontrados em abundância na natureza como as resinas do látex para a produção de bolas biodegradáveis, ao contrário das que são produzidas a partir de material industrializado.

Atualmente o programa atende, em todos os estados, mais de quinze mil condenados.

D. O programa “Bolsa-Atleta”: É um dos maiores programas de patrocínio de atletas de alto rendimento do mundo. Desde 2004, o governo brasileiro estabeleceu uma relação direta entre o poder público e o atleta que é o principal ator do cenário esportivo nacional.

O programa beneficiava atletas dos níveis estudantis, atletas nacionais, atletas internacionais e atletas olímpicos até 2008, quando se incluíram os atletas das categorias de base. Atendeu desde sua criação um total de mais de dez mil atletas e um investimento de quase cento cinquenta milhões de reais.

E. O programa “Esporte e lazer na cidade”: Tem como objetivo geral a ampliação, democratização e universalização do acesso à prática do esporte recreativo e do lazer para ajudar no desenvolvimento humano e a inclusão social.

As ações características deste programa são: criação de núcleos de esporte e lazer a todas as idades, criação de núcleos de vida saudável para adultos e idosos, criação de núcleos para jovens de 15 a 24 anos envolvidos em contextos de violência e incentivo à realização de pesquisas para o desenvolvimento de políticas sociais.

F. O programa de “iniciação esportiva e descoberta de talento esportivo”: É o programa que foi criado pelo Ministério do Esporte para a absorção dos alunos e alunas que se destacarem nos projetos de treinamento esportivo escolar ou no “Segundo Tempo”. O propósito maior deste projeto é garantir a continuidade da iniciação esportiva proporcionada em núcleos esportivos de base, assim como nas escolas de iniciação esportiva das federações, confederações e até mesmo nos projetos de universidades que são apoiadas pelo governo federal, através dos núcleos da rede CENESP, já identificada anteriormente.

G. A “Conferencia Nacional de Esporte”: Este projeto teve como objetivo inicial a consolidação do que estava sendo construído como política pública para o esporte em todo o país, a partir da criação do Ministério do Esporte no país em 2003.

A primeira edição da Conferencia Nacional de Esportes se realizou em 2004 com o tema “Esporte, lazer e desenvolvimento humano” e teve a participação de, aproximadamente, oitenta e três mil pessoas em todas as fases de sua organização (fases municipal, estadual e nacional) e apresentou como resultados mais significativos a indicação das potencialidades e dificuldades do esporte nacional, a aprovação dos referenciais para uma política nacional do esporte com ênfase na inclusão social, assim como a aprovação da criação do Sistema Nacional de Esportes e Lazer.

A segunda edição da Conferencia Nacional de Esportes ocorreu em 2006 e o tema geral proposto foi “Construindo o Sistema Nacional de Esportes e Lazer”. Nesta edição tivemos a participação de quarenta e quatro mil pessoas em todas as fases. Indicou a definição das bases do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, a reestruturação do Conselho Nacional de Esportes, a melhoria na gestão dos projetos “Segundo Tempo” e “Bolsa Atleta”, além da deflagração do

processo de diagnóstico geral do esporte brasileiro para a estruturação das candidaturas para sediar a Copa do Mundo da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2010, já com os resultados favoráveis das candidaturas, se realizou a terceira edição da Conferencia Nacional de Esportes com o argumento central de criação de um plano de desenvolvimento do esporte nacional, o “Plano decenal de esportes e lazer : 10 pontos em 10 anos para por o Brasil entre os 10 melhores”.

Nesta versão da Conferencia se evidenciou a preocupação do governo federal, através do Ministério do Esporte e do Comitê Olímpico Brasileiro, com a organização de um planejamento em todos os níveis, entidades e manifestações esportivas para a participação nos dois grandes eventos esportivos que iriam realizados no país.

A contribuição mais significativa da III Conferência foi a definição das dez linhas estratégicas sob as quais deveriam se organizar as ações e as metas para a implantação do plano decenal de esportes que são:

1. Estruturação do Sistema Nacional de Esportes e Lazer;
2. Formação e valorização do profissional do esporte;
3. Esporte, Lazer e Educação;
4. Esporte, saúde e qualidade de vida;
5. Ciência, Tecnologia e Inovação;
6. Esporte de alto rendimento;
7. O futebol;
8. Financiamento do Esporte;
9. I . Infraestrutura Esportiva; e
10. Esporte e Economia.

Vejamos seguidamente a legislação educacional brasileira com o objetivo de compreender um pouco mais da educação física e do esporte escolar no país.

#### 1.4 As normativas educacionais brasileiras

A primeira lei de diretrizes e bases da educação no Brasil foi aprovada pelo governo federal em 1961, depois de quase trinta anos do primeiro movimento a favor de sua criação: o manifesto dos pioneiros da educação em 1932. Em sua primeira edição, a Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, fixou em três os níveis de organização da educação em todo o país assim como estabeleceu os conhecimentos mínimos que deveriam ter os alunos e alunas do sistema de ensino de todo o país.

O nível primário deveria incluir o ensino anterior à educação primária, denominado popularmente de Pré-primária, e o nível primário. A faixa etária mínima para ingresso no sistema de ensino seria sete anos e deveria se estender até os onze anos, de maneira geral.

O ensino de nível médio seria o segundo degrau do sistema de ensino no país e deveria incluir aos alunos e alunas de onze até dezoito anos, podendo ser subdividido em dois ciclos chamados de curso ginasial (com quatro anos) e curso de segundo grau (três anos). Para ingresso no segundo nível de ensino era obrigatória a aprovação em um exame de qualificação chamado de exame de admissão.

A segunda parte do ensino de grau médio (os últimos três anos) servia como preparação para o ingresso no curso superior através de outro concurso de seleção que existe até os dias atuais, chamado de vestibular.



Além dos cursos de formação básica, a Lei 4024/61 criou cursos técnicos e cursos de formação de professores para a educação primária com habilitação específica de grau médio. Os cursos técnicos tinham a responsabilidade de formação de pessoas qualificadas para o trabalho na agricultura e nas indústrias; enquanto que os cursos de formação de professores deveriam preparar os futuros docentes do país.

O mais alto grau do sistema de ensino do país seria, de acordo com a lei, o grau superior e deveria ser oferecido pelas Universidades e Centros Universitários devidamente autorizados pelo governo federal e com o calendário anual organizado com uma carga horária anual distribuída em pelos menos cento e oitenta dias letivos.

Os princípios gerais da educação no país deveriam ter como base, de acordo com o 1º artigo da Lei 4024/61:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;

g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Também por ter sido a primeira lei geral da educação brasileira fica evidente a preocupação com a generalização dos direitos, com o respeito da liberdade e com o incentivo nacionalista. O contexto histórico e social do país no período da criação da lei era muito agitado em todos os sentidos. Como já destacado no item das constituições, o país vivia um período de importantes mudanças no cenário político, econômico e social em função da aproximação do golpe militar de 1964.

Foi criado, também pela lei 4024/61, o Conselho Federal de Educação que teria o poder de autorizar ou não o funcionamento de todas as escolas e universidades em todo o país assim como poderia determinar o seu fechamento caso julgasse necessário para a conservação da ordem política, social e econômica do país. Também os sistemas de ensino dos estados e municípios deveriam funcionar sob as diretrizes da lei geral.

No que se refere à educação física e o ensino do esporte no contexto escolar, a primeira lei de diretrizes e bases não determinou nada mais que a inclusão das aulas de educação física a partir do segundo nível de ensino, com o objetivo geral da formação de atitudes saudáveis.

É importante destacar, ainda, que neste período o Ministério da Educação se chamava Ministério da Educação e do Desporto, o que indicava uma aproximação entre os assuntos da educação e do esporte.

A segunda lei de diretrizes e bases da educação do país (5692) foi aprovada em 11 de agosto de 1971, também sob um contexto histórico e social muito agitado em função da vigência da ditadura militar instalada por intermédio de um golpe militar em 31 de março de 1964.

Inclusive a redação do texto se caracteriza como uma lei de efeitos mais diretos e determinados, como costumam ocorrer com as leis de um regime autoritário e com o poder centralizado.

Os níveis de ensino foram reduzidos para dois. O nível primário e o secundário tiveram seus nomes modificados para ensino de 1º e de 2º graus, respectivamente. Eliminou-se o nível superior da lei com a justificativa de que o país necessitava, naquele período, preocupar-se com a formação básica da população e que o nível superior não deveria ter a mesma atenção que os demais níveis de ensino da educação brasileira. A educação deveria, de acordo com o artigo 1º da lei, preparar as pessoas para o trabalho e o exercício da cidadania. Reforçou-se a idéia de um currículo mínimo comum a todas as escolas do país e, desta maneira, a idéia de um país único, indivisível e soberano.

Foi a primeira lei geral a fixar a obrigatoriedade da inclusão da educação física em todos os currículos escolares, em todos os níveis. De acordo com o artigo sete (7), a educação física deveria constituir uma disciplina obrigatória em todos os currículos plenos das escolas brasileiras assim como as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Educação Artística. Com destaque para os conteúdos que deveriam impulsionar os sentimentos de nacionalidade e a admiração pelos símbolos nacionais, tais como bandeira brasileira, hino nacional; ou ainda o gosto pelas canções que colocassem em destaque as belezas do país. Neste período, inclusive, foram criadas festividades escolares, militares e civis como o dia da bandeira (19/11), dia do soldado (21/08) e a semana da pátria (01 a 07/09).

O governo militar brasileiro, além da lei geral da educação, normatizou a prática esportiva escolar com diretrizes baseadas na educação esportiva desde os primeiros anos de ensino. Aprovou-se, então, o primeiro decreto específico para normalizar o ensino em uma área do conhecimento humano. Vejamos alguns aspectos desta norma legal.

#### 1.4.1 O decreto 69.450/71: A regulamentação específica da Educação Física

O decreto que foi aprovado em 1º de novembro de 1971 se encarregou de detalhar quase todas as particularidades da área da educação física escolar desde sua definição até à fixação dos conteúdos que deveriam ser ensinados cada ano e nível de ensino.

Já no seu primeiro artigo, o decreto evidencia a aproximação que deveria ter o ensino da educação física escolar e os interesses do país, ou seja:

Art. 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Também no que se refere aos objetivos propostos para as aulas de educação física, o decreto fixava o desenvolvimento das habilidades motoras relacionadas com a prática esportiva desde os primeiros anos do sistema de ensino.

O eixo norteador adotado como parâmetro nas atividades desenvolvidas nas aulas de educação física também devia se basear na obtenção da melhoria da habilidade motora para a prática esportiva. Nos quatro primeiros anos da trajetória escolar os alunos e alunas deveriam ter acesso a atividades de caráter pré-desportivo; isto é, as atividades que pudessem servir de base para o desenvolvimento das habilidades esportivas. A partir do quinto ano deveriam ter acesso às práticas esportivas específicas depois de uma avaliação prévia de suas habilidades.

De acordo com o decreto:

Art. 3º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios ...

§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva ...

Outra orientação do decreto 69.450/71 tem relação com a forma de organização das aulas de educação física e organização das turmas para a prática esportiva. O artigo cinco do decreto fixava os padrões de referência que deveriam ser adotados em todas as aulas de educação física, evidenciando:

Art. 5º Os padrões de referência para orientação das normas regimentais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da educação física, desportiva e recreativa, são situados em:

I - Quanto à seqüência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 minutos, não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

IV - Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior.

Esta orientação do decreto se encontra, até hoje, bastante impregnada na prática profissional do professor de educação física em todo o país. Influenciando até meados da década de 2000 a organização das turmas de educação física com grupos de alunos do mesmo sexo e com o mesmo nível de habilidades técnica. Em um estudo anterior (Guimarães, 2002) identificou-se que os professores de educação física, no estado de Goiás, continuam organizando suas aulas de acordo com as orientações do decreto para obter sucesso nas competições esportivas escolares.

Além da forma de organização das aulas o decreto fixou, também, uma sistemática de compensação ou justificativa de não participação nas aulas para os alunos e alunas que

praticavam esportes fora do contexto escolar ou a partir dele. De acordo com o decreto 69.450/71:

Art. 9 A participação de estudantes de qualquer nível de ensino em competições desportivas oficiais, de âmbito estadual, nacional ou internacional, bem como as suas fases preparatórias, será considerada atividade curricular, regular, para efeito de assiduidade em educação física.

Desta maneira o governo brasileiro fomentava legalmente a prática esportiva de alto rendimento por parte dos alunos e alunas através do reconhecimento destas atividades extracurriculares como se fossem aulas regulares de educação física escolar. Alguns destes alunos e alunas, inclusive, não participavam das aulas de educação física e de algumas outras disciplinas do currículo escolar com as justificativas de estarem participando em treinamentos para alguma competição esportiva fora do contexto escolar. Ou seja, se algum aluno ou aluna participavam de alguma equipe esportiva fora do contexto escolar poderiam aproveitar a frequência neste evento como atividade válida para as aulas de educação física escolar.

O governo federal estipulou também neste decreto uma forma de manter o controle do surgimento de alunos e alunas com capacidade de se destacar como atletas de alto rendimento e de representar o país em eventos esportivos internacionais. O controle seria exercido a partir de avaliações periódicas que deveriam ser realizadas nas escolas e ter seus resultados arquivados para uma provável fiscalização das autoridades desportivas brasileiras. Os resultados dos testes serviam para definir os grupos ou turmas de educação física escolar que eram organizadas de acordo com o nível da capacidade física e habilidade técnica.

Durante sua vigência como referencia para a educação física escolar (de 1971 a 1996), o decreto conquistou grande legitimidade e aceitação o contexto escolar e na prática pedagógica dos professores da área por estar associado à popularidade crescente do fenômeno esportivo.

Também neste intervalo de tempo, entretanto, foram criados vários cursos de formação de professores de educação física no país com diretrizes gerais que deslocavam a centralidade dada ao ensino dos esportes para a formação humana e para o conhecimento da sociedade. A resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação determinava a diferenciação entre os cursos de licenciatura e bacharelado em educação física e estipulava dois eixos para a formação do futuro profissional da área de educação física em todo o país. O primeiro eixo deveria ser direcionado para a formação básica e o segundo eixo para os conhecimentos identificadores da área que deveria incluir, além do esporte, elementos como a docência em educação física /licenciatura; o treinamento ou condicionamento físico; as atividades físico-esportivas de lazer; a gestão/administração de empreendimentos físico-esportivos; e a aptidão física/saúde/qualidade de vida.

A partir desta mudança na formação de professores e considerando que um professor costuma atuar profissionalmente no Brasil por, pelo menos, vinte e cinco (25) anos, podemos inferir que a legitimidade ou o modelo de ensino dos esportes no contexto escolar ainda se encontra em plena vigência.

É importante destacar que as questionamento com respeito à perspectiva de ensino do esporte e da educação física definidas pelo decreto 69.450/71 assim como o surgimento de novas metodologias e teorias pedagógicas para a área da educação física seguem sendo temas que não foram esgotados, sendo temas de congressos e seminários da área de conhecimento e das sociedades científicas como o CBCE.



Depois do aumento dos questionamentos no que se refere à prática esportiva e o ensino do esporte no contexto escolar nas décadas de 1980 e 1990 desencadeou-se um processo que culminaria com a aprovação da atual lei de diretrizes e bases da educação nacional em 1996 que trataremos a seguir.

#### 1.4.2 A Lei 9394/96: A atual lei de diretrizes e bases da educação nacional

A atual lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) se encontra ainda em fase de questionamentos e de compreensão por parte do conjunto de entidades profissionais, instituições escolares, professores e alunos que estão em seu entorno de influência.

A partir da perspectiva política, se pode dizer que a atual lei atende às determinações da Conferencia Internacional de Educação para os países em desenvolvimento, convocada pela UNESCO em 1990 na cidade de Jontiem (Tailândia). O referido evento aprovou um documento assinado por todos os dirigentes presentes, incluindo o presidente brasileiro, onde estavam expressos aspectos para melhorar a qualidade da educação oferecida nestes países:

1. Criação de um sistema educacional que deveria privilegiar a educação básica;
2. Erradicação do analfabetismo ou sua diminuição;
3. Obrigatoriedade de uma formação mínima para atuação como professor;
4. Descentralização da administração e financiamento em todos os níveis da educação nacional;
5. Instalação de convênios de cooperação entre os centros escolares e empresas privadas para o financiamento de projetos específicos.

A nova lei tem como característica principal a flexibilização do papel exercido pelo governo no fomento da educação nacional, sobretudo com respeito à diminuição da obrigatoriedade de financiamento e oferecimento de oportunidades para todos. Isto foi o ponto chave da classificação da nova lei como uma iniciativa com características políticas do neoliberalismo e, portanto, julgada contrária aos interesses dos especialistas da área da educação de todo o país.

Já no primeiro artigo se destaca na Lei 9394/96, a característica citada acima:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nas edições anteriores da lei geral da educação brasileira a definição de educação nem sequer figurava. Na atual se evidencia a vinculação da educação com o contexto escolar, com o universo do trabalho e com as práticas sociais. Ainda no primeiro artigo da lei se reconhecem as formas de educação que ocorrem a partir da convivência familiar, a educação religiosa, a

educação que ocorre nos movimentos sociais e até mesmo a educação que costuma ocorrer nas manifestações culturais das diferentes regiões do país.

Depois da divisão da responsabilidade com a família do dever de oferecer a educação das crianças já destacada no artigo 1, se pode perceber, no artigo 3º, o princípio da flexibilização e o respeito pela diversidade cultural que é muito grande no Brasil:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Um coletivo de autores, sob editoria do CBCE, publicou em 1997 uma análise da nova lei, dos parâmetros curriculares nacionais e seus impactos na educação física escolar onde se destaca a posição contrária à forma muito flexível no que se refere à divisão das obrigações dos governos federal, estadual e municipal, assim como à grande aceitação das empresas privadas em todos os setores e níveis da educação nacional. De acordo com os especialistas, o governo brasileiro estava assumindo a postura de fiscalizar o funcionamento do sistema educacional e não a postura de mantenedor e maior responsável pelo mesmo.

No que se refere à obrigação do oferecimento gratuito da educação por parte do governo brasileiro é importante destacar que somente os oito primeiros anos do sistema educacional estão

previstos na lei. A previsão de extensão desta quantidade de anos até o fim da educação básica<sup>7</sup> somente foi incluído como meta do Plano Nacional de Educação publicado em 2014 (Brasil, 2014) a ser atingida nos próximos dez (10) anos.

Especificamente sobre a educação física, a nova lei excluiu sua obrigatoriedade no nível superior e incluiu-a como um componente curricular obrigatório em toda a educação básica. Além desta inclusão fixou as situações em que se poderá deixar de participar das aulas de educação física curricular.

No documento, aprovado em 20/12/1996, somente se colocou:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Desta forma, a lei proporcionou várias interpretações no interior da comunidade de especialistas. Principalmente por ter indicado apenas a inclusão da educação física na educação básica, mas não ter esclarecido a situação da mesma no ensino superior.

A segunda versão do mesmo parágrafo da lei (introduzido pela lei complementar n.º 10328/2001) tampouco esclareceu as dúvidas sobre a prática da educação física escolar nos cursos noturnos. Persistiam também as dúvidas sobre as exceções que se poderiam admitir, bem como sobre o horário e a quantidade de aulas por semana.

De acordo com a versão atual do 3º parágrafo do artigo 26 da LDB, a prática da educação física segue sem ter esclarecida sua situação no interior do currículo escolar no país. Em

---

<sup>7</sup> A nova LDB estipulou dois níveis para a educação brasileira. A educação básica que contém a educação primária, secundária (organizados em até nove anos) e o nível superior que está organizado nos cursos de graduação e pós graduação.

conformidade com a lei, as aulas de educação física devem atender às características próprias da escola e desta maneira pode ter uma, duas, três ou qualquer quantidade de aulas por semana; assim como pode ser ou não ministrada no mesmo horário que as demais disciplinas do currículo.

A partir desta perspectiva, o esporte escolar se encontra sem poder contar com o importante apoio legal, como tinha com o decreto 69.450/71, para a organização das aulas de educação física escolar e, desta forma, sem o apoio para o desenvolvimento do esporte no contexto escolar.

Entretanto, a nova lei expõe uma possibilidade de fomento à prática esportiva escolar, que não exclui as outras formas de práticas esportivas de alto rendimento ou de participação. No artigo 27, se lê que:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

O ítem IV, que determina a promoção do esporte educacional e o apoio às práticas esportivas não formais, parece indicar também o apoio a atividades que não se relacionam com o esporte educacional.

Se tomarmos como exemplo uma escola da rede pública que tenha incluído em seu currículo oficial somente uma aula de educação física por semana com duração de cinquenta minutos e com a participação de aproximadamente quarenta alunos e alunas, algumas questões se destacam:

1. Como será possível um ensino de educação física e do esporte como um de seus principais conteúdos com um mínimo de qualidade?
2. Como poderá ocorrer uma iniciação esportiva nas aulas de educação física escolar?
3. Como será possível incentivar o desenvolvimento do esporte escolar e aumentar o número de participantes nas práticas e nos eventos esportivos escolares?

Além da revisão sobre o lugar do esporte nas políticas públicas brasileiras, revisitamos as principais publicações que se aproximam do tema das práticas esportivas escolares assim como as que se relacionam com a compreensão do esporte em suas variadas concepções. Esta revisitação foi importante para a correta problematização do objeto de estudo e para a configuração do quadro teórico em que o mesmo está inserido.

### 1.5 Os antecedentes teóricos da investigação

Do ponto de vista das investigações que foram realizadas sobre o esporte escolar no Brasil se pode dizer que a maioria se preocupou com dois aspectos básicos: a metodologia de ensino (formas de trabalho, técnicas de ensino e avaliação, etc.) e os objetivos que deveriam ter as aulas de educação física que abordassem o tema do esporte como conteúdo de ensino.

Até o final da década de 1980, as publicações tinham como eixo central a especialização dos métodos e técnicas de ensino do esporte nas aulas de educação física escolar. Neste contexto destacamos:

- Barbanti (1983) : Um manual de técnicas de ensino que buscou relacionar a atividade física e a saúde; publicado sob a supervisão do Ministério da Educação e Cultura;
- Faria Júnior (1987): Um livro didático específico para a educação física escolar que auxilia na formulação de objetivos e metodologia de ensino para as aulas de educação física escolar esportiva;
- Taffarel (1985): Uma obra que incentiva os professores na utilização da criatividade para o exercício de suas práticas pedagógicas profissionais como forma de superar os modelos tradicionais de ensino da educação física e esportes no contexto escolar;
- Tani (1988): Uma publicação que tentou servir de guia para as atividades físicas que deveriam ser desenvolvidas em todos os níveis da educação física escolar desde a educação infantil até o ensino superior; e
- Tubino (1980): Um manual que relacionava os princípios científicos do treinamento desportivo com as aulas de educação física escolar. Figura como uma das primeiras publicações brasileiras a incentivar o treinamento esportivo de equipes escolares.

Nesta mesma década, existia no interior da estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura uma Secretaria Nacional de Educação Física e Desportos (SEED/MEC) que se encarregava da seleção de autores, organização de conteúdos, impressão e distribuição (gratuita!) para toda rede pública de ensino de manuais simplificados de modalidades esportivas como basquetebol, futsal, handebol e voleibol. Isto é, a perspectiva de educação física escolar

que tinha como base a promoção da saúde e o treinamento esportivo especializado detinha a hegemonia nas publicações e na realização dos eventos científicos da época.

Inclusive a maior entidade científica da área – o CBCE – que foi criado em 1978, publicava periodicamente uma revista com vários artigos e projetos de pesquisa com temas baseados na promoção da saúde e na especialização dos métodos e técnicas de treinamento esportivo das modalidades esportivas. Também o maior congresso científico da educação física brasileira recebia e aprovava para apresentação e publicação somente os trabalhos relacionados com os eixos citados anteriormente.

O período seguinte das pesquisas e, por conseqüência, das publicações mais importantes da área começou na década de 1990 com a publicação dos estudos de autores brasileiros que se encontravam fora do país – conforme já destacado anteriormente – em cursos de pós graduação.

O professor Elenor Kunz destacou em sua tese de doutoramento a necessidade de mudanças radicais e sistemáticas na forma de ensinar esporte no país. O autor dedicou grande parte de seu estudo à aplicação da perspectiva crítico-emancipatória (baseada na teoria crítica da Escola de Frankfurt) no ensino do esporte no contexto escolar (Kunz, 1991).

A partir daí se pode observar a publicação de uma grande quantidade de periódicos com artigos com perspectivas críticas de análise da educação física escolar e do esporte neste contexto.

O mesmo autor publicou (Kunz, 1994) o resultado de suas pesquisas com situações concretas de ensino baseadas na perspectiva crítico-emancipatória, utilizando como exemplo algumas atividades relacionadas com o atletismo. Nesta obra o autor destaca alguns aspectos negativos da prática esportiva de alto rendimento e suas relações com o contexto escolar, propondo uma transformação didática e pedagógica para o esporte.



Outra publicação muito importante para a grande mudança ocorrida na perspectiva de ensino da educação física escolar e do esporte escolar foi o livro “Metodologia de ensino da educação física” de autoria de um coletivo de autores em 1992. Este livro, que tinha como autores os professores Carmem Lucia Soares, Celi N. Z. Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Michele Ortega Escobar e Valter Bracht (Coletivo de Autores, 1992), propunha a adoção da perspectiva crítico superadora de ensino para a educação física escolar. Além disso, propunha a organização do tempo pedagógico sob a forma de ciclos de ensino e não mais a organização baseada em anos escolares. Mas a grande contribuição da obra, em nossa avaliação, foi a de agregar todas as práticas corporais tradicionalmente inseridas na educação física (dentre elas os jogos, a dança, a ginástica, as lutas, o esporte, etc.) como elementos da cultura corporal. Elementos estes que deveriam ser tratados de forma homogênea e incluir todos os alunos nas mesmas.

Esta nova percepção dos conteúdos de ensino da educação física escolar propunha, em outras palavras, a retirada da centralidade e da hegemonia do esporte nas aulas e na prática pedagógica dos professores de educação física. Ainda que tenha obtido grande notoriedade na comunidade científica, a obra não conquistou a simpatia de muitos professores em função de questionar o lugar do conteúdo de ensino de maior legitimidade da área – o esporte.

Ainda na década de 1990, outra publicação importante foi o resultado da dissertação de mestrado do professor Sávio Assis de Oliveira (1998) que propôs uma reformulação geral no esporte escolar brasileiro. Tendo como base a pesquisa realizada no estado de Pernambuco, o autor sugeriu uma nova configuração para os eventos esportivos escolares para aumentar a participação de alunos e alunas nos mesmos. Para o autor, os eventos esportivos escolares devem ter caráter de festivais e não de uma competição de alto rendimento em que somente os mais

capacitados participam de todas as fases. A partir desta perspectiva, o autor apresenta algumas possibilidades de mudança radical do esporte escolar a partir da realidade existente no contexto das aulas de educação física nas escolas da rede pública.

Na década de 2000 se verificam a publicação de poucas obras com novas proposições e sim algumas tentativas de colocar em prática as propostas da década anterior. Deste período podemos destacar os estudos de Kunz (2002) e os resultados de projetos de grupos de pesquisa de Universidades públicas brasileiras como Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

No estudo da UNESP (Quenzer, 2003), se verifica o aprofundamento das reflexões com respeito ao esporte escolar, priorizando as possibilidades de ensino do atletismo nas aulas de educação física. O estudo se destaca dos demais, especialmente, por abordar uma modalidade esportiva com pouca popularidade no contexto da prática pedagógica dos professores de educação física escolar em nosso país.

Por sua vez, o coletivo de pesquisadores da UFG (Sadi, 2010) concentrou suas reflexões nas metodologias de ensino do esporte escolar e nas classificações do esporte para além do que vem descrito nas leis brasileiras. Os autores classificam e exemplificam as várias manifestações do esporte se baseando em suas características e possibilidade no contexto escolar.

Eliene Lopes Faria (Faria, 2001) desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre os sentidos e significados do esporte escolar nas aulas de educação física a partir do planejamento dos professores de educação física e da aplicação de um questionário para alunos e alunas sobre as expectativas a respeito da prática esportiva escolar. Enquanto que os professores buscavam obter o máximo rendimento técnico e tático em suas aulas, os alunos e alunas preferem a prática esportiva como fonte de prazer.

Para a autora o esporte assume, nas aulas de educação física escolar, vários significados desde sua iniciação até o nível de competição esportiva escolar, fato que deve ser observado com muita atenção pelos professores de educação física em sua prática cotidiana para a reflexão e, se for o caso, para sua reformulação.

Castellani Filho (2002) destaca e analisa as políticas públicas do governo brasileiro e suas relações com a educação e o esporte de maneira geral. Enfatizou o esporte de alto rendimento e o financiamento dos clubes de futebol profissional com recursos do governo brasileiro ao longo das décadas de 1980 e 1990. Ainda que o livro destaque as políticas educacionais e a educação física escolar, o autor estabelece críticas contundentes às formas de financiamento do esporte de alto rendimento em detrimento do esporte escolar por parte do governo brasileiro. O autor, conforme já citado anteriormente, fez parte do coletivo de autores que publicou em 1992 o livro Metodologia de ensino da educação física.

Além da classificação que figura nas leis brasileiras, é importante conhecer as concepções e compreensões que são atribuídas ao esporte escolar do ponto de vista prático e teórico. Especialmente porque a análise final desta pesquisa teve como principal fonte o relato dos professores de educação física do estado de Goiás com relação a influencia das políticas públicas e dos eventos esportivos nas práticas esportivas escolares que, seguramente, apresentam aproximações com algumas das concepções que identificaremos no próximo item.

#### 1.5.1 As compreensões e concepções de esporte escolar - De que esporte estamos falando?

Antes de apresentar as compreensões e concepções de esporte escolar julgamos necessário destacar o que estamos denominando esporte escolar ou esporte educacional.

Ou seja,

O que é esporte?

De quê tipo de esporte estamos falando?

Segundo Melo (2007), o primeiro dicionário publicado após a aprovação do acordo ortográfico luso-brasileiro de 1945 destaca o termo *desporto* como a “prática sistemática de exercícios físicos”; e aponta como derivados da palavra *desportista*, *desportivo*, *desportismo*; o termo italiano *diporto* é indicado como a origem da palavra. Já figura, também, a palavra esporte, como um neologismo brasileiro originário do inglês *sport* com o mesmo sentido que *desporto*.

Ainda como advertência inicial deste item é importante destacar que até mesmo a definição do termo esporte vem sendo discutida no mundo inteiro por especialistas de diversas áreas do conhecimento humano sem que se tenha conseguido estabelecer um conceito aceito por uma grande maioria. A propósito deste problema acadêmico, o Ministério do Esporte financiou a publicação de vários estudos brasileiros sobre o esporte (Tubino, 2010), em que se destacou a importância do esporte educacional para além das demais manifestações do esporte no país.

Um primeiro olhar sobre os estudos históricos acerca do esporte no Brasil nos permite afirmar que, sua grande maioria, são usadas reflexões sociológicas para definição do esporte enquanto fenômeno esportivo, especialmente a partir de autores como Norbert Elias, Eric Dunning e Pierre Bourdieu. Neste caso, concordando com Melo (2007) em seu estudo sobre a história do conceito de esporte, acreditamos que são pertinentes as perguntas: Em que medida se define realmente o que é esporte? Não seria possível ser mais preciso?

O dicionário de estudantes da Real Academia Espanhola, em sua edição de 2005, define esporte como “*una actividad física que se realiza como ejercicio o placer, de carácter*

*competitivo, y cuya práctica supone entrenamiento y está sujeta a determinadas reglas.* Porém é importante enfatizar que além da aceitação como uma atividade física, o esporte se transformou em um fenômeno social e uma forma de manifestação cultural da sociedade; sofrendo influencia dos contextos históricos, sociais, econômicos e geográficos do lugar onde ele é praticado.

A partir desta perspectiva, é inconcebível que o conceito de esporte possa estar circunscrito ao que aponta o dicionário e por isso apresentamos a seguir alguns conceitos para o mesmo.

Cagigal (1959) nos apresenta a primeira e mais importante relação do fenômeno esportivo com o próprio surgimento do homem. Para o autor, em artigo publicado na primeira edição da revista “*Citius, Altius, Fortius*”, com o título “*Aporias iniciales para un concepto de deporte*”, não é possível falar de esporte sem falar da própria história do homem. Segundo o autor:

*El deporte es algo que existe, intrínseco a la naturaleza humana, que se ha manifestado siempre donde el hombre ha existido. El deporte es una realidad metafísica del hombre. Es decir, que dondequiera que se da el hombre se da el deporte; y sólo en el hombre se puede éste concebir* (Cagigal, 1959, pp. 7-8).

Além de estabelecer esta importante justificativa para a realização de estudos sobre o fenômeno esportivo o autor assinala duas classificações para o esporte: o de espetáculo e o de prática considerando que ambas estão presentes e, cada uma delas ao seu modo, é importante para o indivíduo e para a sociedade. Outra classificação indicada pelo autor e a que destaca a

oposição entre os modelos de esporte amador e profissional que faz com que existam os esportistas amadores e profissionais.

Um pouco mais tarde (1985) o mesmo autor nos apresenta uma definição mais completa para o termo. Para ele:

*DEPORTE es aquella competición organizada que va desde el gran espectáculo hasta la competición de nivel modesto; también es cada tipo de actividad física realizada con el deseo de compararse, de superar a otros o a sí mismos, o realizada en general con aspectos de expresión, lúdicos, gratificadores, a pesar del esfuerzo. (Cagigal, 1985, p. 13)*

Sánchez Bañuelos (1992) afirma que o esporte supõe, pelo menos, certa quantidade de compromisso com as metas a serem atingidas. Segundo o autor o esporte é:

*Toda actividad física, que el individuo asume como esparcimiento y que suponga para él un cierto compromiso de superación de metas, compromiso que en un principio no es necesario que se establezca más que con uno mismo. (Sánchez Bañuelos, 1992, p. 90)*

Castejón (2001) amplia o conceito de esporte em seu estudo sobre a iniciação esportiva e a aprendizagem. Para o professor o esporte pode ser compreendido como a:

*Actividad física donde la persona elabora y manifiesta un conjunto de movimientos o un control voluntario de los movimientos, aprovechando sus características individuales y/o*

*en cooperación con otro/ s, de manera que pueda competir consigo mismo, con el medio o contra otro/ s tratando de superar sus propios límites, asumiendo que existen unas normas que deben respetarse en todo momento y que también, en determinadas circunstancias, puede valerse de algún tipo de material para practicarl. (Castejón,2001, p.17)*

Outra definição para o termo esporte nos é apresentada pela Carta Europeia Del Deporte (1992) que define o esporte como sendo:

*Todas las formas de actividades que, a través de una participación, organizada o no, tienen como objetivo la expresión o la mejora de la condición física o psíquica, el desarrollo de las relaciones sociales y la obtención de resultados en competición de todos los niveles.(Carta Europea Del Deporte, 1992)*

Também do ponto de vista conceitual é importante destacar que o esporte que conhecemos na atualidade não pode ser considerado, simplesmente, uma evolução ou o resultado do processo de continuidade das manifestações esportivas que foram registradas na pré história da humanidade ou na antiguidade grega; ainda que alguns autores e estudos defendam esta relação de continuidade.

Elias (1992), em sua análise dos processos de organização social do homem, destaca a origem do esporte moderno no declínio da popularidade dos jogos praticados pela aristocracia inglesa dos séculos XVII e XVIII e na necessidade manter o controle sobre as classes populares. Segundo o autor:

*El deporte, así como otras actividades de ocio, en su cuadro específico, puede evocar a través de sus designios, un tipo especial de tensión, una excitación agradable y, de esta forma autorizar los sentimientos a fluir más libremente (...) bajo la forma de una excitación controlada.* (Elias, 1992, p.79)

Com o apoio dos estudos de Guttman (1979), o autor identificou alguns princípios e características do esporte que temos hoje que o diferenciam, quase que totalmente, das manifestações mais antigas do esporte: a competitividade, o alto rendimento, a busca do *record*, a racionalidade e inserção de estudos científicos no desenvolvimento de métodos e técnicas de treinamento dos atletas. Não se pode dizer que as manifestações esportivas da antiguidade não apresentavam nenhum destes princípios, mas o esporte moderno os tem a todos como elementos básicos de sua existência e sua aceitação por parte de seus praticantes.

Alguns estudiosos brasileiros como Paes (2009) e Marquez, Gutierrez e Almeida (2008) indicam uma nova caracterização do esporte a partir das características da pós modernidade e da especialização de alguns aspectos do esporte moderno. A principal característica deste esporte, além de todas do esporte moderno, é a mercantilização dos atletas, dos produtos e subprodutos vinculados à prática esportiva de alto rendimento. Ou seja, a manifestação do esporte de alto rendimento, nesta perspectiva, se apresenta como um produto que deve ser comercializado e gerar lucro para todos os segmentos envolvidos no desenvolvimento dos atletas e suas equipes.

Assim, se tivéssemos que construir uma linha histórica com as configurações básicas do esporte desde seu surgimento até os dias atuais no contexto brasileiro poderia colocar que:



- Na pré história: Atividades físicas de pouco caráter esportivo e mais voltado para a sobrevivência;
- Na antiguidade: Atividades físicas com características de sobrevivência e a introdução de alguns elementos de competitividade e dominação do adversário;
- Na idade média: Atividades físicas com características de divertimento e ocupação do tempo livre, com destaque para os elementos de diferenciação entre os praticantes;
- Da idade média até o século XVIII: Atividades físicas e esportivas com poucas características de divertimento e ocupação do tempo livre com aumento da competitividade;
- Do final do século XVIII até a metade do século XX: Atividades físicas e esportivas com ênfase na competitividade e na busca dos melhores resultados assim como a diminuição das atividades físicas e esportivas com características voltadas para o lazer;
- Desde a década de 1950 até os dias atuais: Atividades físicas e esportivas com o aumento do cientificismo dos métodos e técnicas de treinamento para a melhora do rendimento além do aumento exacerbado do processo de mercantilização do esporte e seus produtos. O processo de mercantilização do esporte fez surgir no entorno do esporte de alto rendimento várias outras especialidades ou profissionais como advogados esportivos, nutricionistas, médicos, preparadores físicos, jornalistas, comentaristas e profissionais do marketing, entre outros. É possível identificar, também neste período, o surgimento de práticas esportivas voltadas para a manutenção da saúde e/ou melhoria da qualidade de vida.

A partir da perspectiva de que o esporte em geral é uma construção histórica e social de um povo, que é um dos fenômenos sociais mais importantes de nosso tempo, que pode se manifestar sob as formas amadoras e profissionais, vejamos como o esporte escolar vem sendo compreendido.

Blázquez (1995) compreende o esporte escolar a partir de seu praticante. Desta maneira, o esporte educacional deve fomentar o desenvolvimento e a melhoria das diferentes capacidades cognitivas, afetivas, sociais, motoras e psicomotoras da pessoa que o pratica.

Para o autor o esporte escolar é:

*Toda actividad físico-deportiva realizada por niños/as y jóvenes en edad escolar, dentro y fuera del centro escolar, incluso la desarrollada en el ámbito de los clubes o de otras entidades públicas o privadas, considerando, por tanto, deporte escolar como sinónimo de deporte en edad escolar. (Blázquez, 1995, p.24)*

Para De La Rica (1993), o esporte escolar se refere às atividades físicas e esportivas organizadas pelos centros escolares, fora do horário letivo, como atividade complementar. Para esta autora, o esporte escolar deve ser visto a partir de um olhar pedagógico e relacionado com as aulas de educação física, mesmo que praticado fora deste contexto.

Seirul-lo (1992), em artigo publicado pela Revista do Instituto Nacional de Educação Física da Universidade de Barcelona, estabelece uma severa crítica ao esporte escolar e seus valores educativos. Para este autor:

*Lo educativo de las prácticas deportivas no es el aprendizaje de sus técnicas o tácticas, ni siquiera los beneficios físicos y psíquicos de una buena preparación física que sustenta su rendimiento, sino que lo realmente y único educativo son las condiciones en que puedan realizarse esas prácticas que permitan al deportista comprometer y movilizar sus capacidades de tal manera que esa experiencia organice y configure su propio yo, logre su auto-estructuración. (Seirul-lo, 1992, p.4)*

O autor destaca a importância da atuação do professor de educação física como a principal condição para a validade educativa da prática esportiva que é oferecida nas escolas.

Para ele:

*Debemos no adjudicar ciertos valores educativos a tal deporte, y tales otros a aquel otro; este o aquel deporte será más o menos educativo, no por su riqueza en gestos técnicos, no por su profusión táctica, sino, por cómo ese entrenador articula las condiciones en las que el deportista aprende esa especialidad, y en qué situaciones desarrolla su competición.*(Seirul-lo, 1992, p.3)

Na mesma publicação, o autor expõe princípios básicos a partir dos quais o ensino e a prática do esporte escolar deveriam ser organizados. O mais importante deles, em nossa avaliação, foi a forma compreensiva que o autor apresenta ou classifica além da sugestão de uma seqüência de apresentação das práticas esportivas que ocorrem nas escolas. Para o autor se pode identificar duas formas. As práticas escolares esportivas e as práticas esportivas escolares, enfatizando que, no contexto das aulas de educação física estas duas formas de prática esportivas devem ser oferecidas a todos os alunos e alunas de forma sequenciada.

A prática escolar esportiva, que é mais geral e permite a participação de todos, deve anteceder a prática esportiva escolar, que é mais específica e onde participam somente aqueles apresentam talento esportivo.

Igual ao que ocorre com a definição do esporte de maneira geral, se pode inferir que as orientações do esporte escolar também não apresentam concordância entre os autores já indicados neste estudo assim como a compreensão do esporte escolar oficial de alguns países.

Na Argentina, a Direção Geral de Educação Física (2000) indica a proximidade entre o esporte escolar e a iniciação esportiva que todos os alunos e alunas devem ter nos primeiros anos da educação primária, além de reconhecer o esporte escolar e os centros esportivos escolares como uma atividade a ser desenvolvida por monitores e treinadores que não precisam, necessariamente, ter vinculação com os centros escolares e com as aulas de educação física escolar.

Em Portugal, de acordo com o Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar (artigo 5º do Decreto-Lei 95/91) o esporte escolar é entendido como:

... o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de actividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.

No Brasil, no que se refere ao esporte escolar o questionamento que mais tardou a ser respondido pelos especialistas brasileiros foi o que destacava a aproximação entre o esporte de alto rendimento e o esporte escolar. Autores como Bracht (1988, 1992 e 1997), Coletivo de Autores (1992), Kunz (1991 e 1994) e Oliveira (1999) se posicionaram frontalmente contra o ensino do esporte com ênfase na competição e na seletividade.

Para os autores citados, o modelo de ensino do esporte nas aulas de educação física escolar no Brasil constitui uma forma de reprodução do modelo de organização social do capitalismo. Ou seja, a seletividade, a competitividade e a liberdade de participação, que caracterizam o referido sistema econômico, são os mesmos princípios adotados na organização de atividades, equipes e torneios esportivos nas aulas de educação física. Os alunos e alunas são selecionados de acordo com suas habilidades esportivas com o objetivo de obter os melhores resultados nas competições regidas por regulamentos extremamente seletivos.

Também no final da década de 1980 e início da de 1990 os autores brasileiros, como já havia ocorrido em outros países, identificaram dois modelos contraditórios de ensino presentes no contexto escolar. Um que sustentava a prática do esporte de acordo com o modelo do esporte de competição, com características excludentes e outro modelo baseado nas reais condições da escola. O primeiro ficou conhecido como o esporte “NA ESCOLA” e o segundo como o esporte “DA ESCOLA”.

Vago (1996), aproveitando-se das contribuições dos autores citados, propôs uma postura compreensiva entre as duas propostas de ensino. Propôs uma relação de tensão permanente, ao contrário da relação de oposição entre as duas características do esporte educacional. Ou seja, o esporte de alto rendimento pode co-existir com o esporte educacional no contexto escolar em uma relação de tensão permanente e não de negação como propunham Bracht (1992) e Caparroz (1996).

Apropriando-se do conceito de cultura no contexto escolar apresentado por Fourquin (1993), Vago (1996), sugeriu que o professor de educação física deve fazer a transposição didática dos conteúdos relacionados com o esporte nas aulas de educação física. Para obter êxito nesta transposição os professores devem considerar a existência de alguns elementos que

constituem e determinam a cultura da escola como horários, instalações, materiais disponíveis, quantidade de aulas e o projeto pedagógico da escola. E, partindo destas circunstâncias, criar uma cultura esportiva própria da escola, com as características mais próximas da realidade da escola e dos alunos.

A reflexão e a postura defendidas pelo autor evidenciam a importância do papel do professor no ensino do esporte no contexto escolar. Desde a iniciação esportiva generalizada que ocorre nas aulas de educação física até à organização e treinamento das equipes esportivas escolares que participam dos eventos esportivos escolares, a figura mais importante e sem a qual o esporte não se efetiva é a do professor de educação física.

Assim, depois de revisar o estado atual do esporte escolar e as práticas esportivas escolares no país, vejamos quais as questões atuais que seguem sem respostas e que podem subsidiar as intervenções, minimamente, no contexto das escolas públicas do estado de Goiás.

#### 1.6 As questões atuais do tema

A partir dos antecedentes apresentados com respeito às normativas constitucionais, esportivas e educacionais além dos antecedentes teóricos brasileiros, é possível inferir que o tema do esporte escolar segue tendo uma série de questões que necessitam de respostas, assim como apresenta uma grande quantidade de possibilidades de intervenção em sua atual estrutura de funcionamento.

No caso específico do Brasil, ainda existem algumas lacunas para a construção de qualquer tipo de proposta de intervenção assim como para levar adiante esta investigação. Ou seja,

- É importante esclarecer as relações que se estabelecem entre as políticas públicas do governo para o esporte e a realidade de sua prática.
- É preciso conhecer como os grupos (praticantes, profissionais e dirigentes) relacionados com o tema do esporte escolar no Brasil compreendem e traduzem para seu cotidiano as diretrizes e determinações destas políticas públicas.
- Será necessário criar e por e colocar em prática projetos que ajudem no aumento do número de praticantes de esporte no contexto escolar.
- Por fim, é imprescindível a mudança na forma de realização dos eventos esportivos escolares que servem como o principal objetivo das aulas de educação física escolar no estado de Goiás e outras regiões do país.

Antes de apresentar as questões que sustentaram esta pesquisa é importante destacar alguns aspectos relacionados com a realidade onde se realizou a investigação e a coleta das informações de caráter empírico.

As taxas de participação nos eventos esportivos escolares oficiais foram consideradas como um dos principais objetivos das aulas de educação física pelos professores da rede pública do estado de Goiás (Guimarães, 2002) e por isso foi utilizada como ponto de partida para avaliar a participação dos alunos e alunas nas práticas esportivas escolares. Essa participação se encontra em patamares muito baixos e indicando que o objetivo de democratização da prática escolar não vem sendo alcançados no estado de Goiás.

De acordo com o sistema central de controle de matrículas da Secretaria de Educação do estado de Goiás ([www.seduc.go.gov.br](http://www.seduc.go.gov.br)) existem mais de um milhão e quarenta mil (1.040.000) alunos em média regularmente matriculados por ano no sistema estadual de ensino de Goiás nos últimos cinco anos. Dos quais, mais de setecentos e setenta mil (770.000) tem entre 12 e 17 anos

e podem participar dos eventos esportivos escolares todos os anos, porém apenas algo em torno de 7,5% (ou 5.500 alunos) deste total tem participado dos eventos esportivos escolares oficiais nos mesmos anos.

Além do aspecto quantitativo, que já justificaria a realização de uma investigação sobre o assunto, é imprescindível conhecer quais os fatores tem influenciado ou podem influenciar a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares e nas competições escolares.

Em um trabalho apresentado em setembro de 2007 ao tribunal do programa de doutoramento da faculdade de formação de professores e educação da Universidade Autônoma de Madrid/Espanha foram identificados os pontos fortes e frágeis das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e para o esporte escolar. Neste estudo se destacou o fato de que as políticas públicas, ainda que desqualificadas por alguns dos dirigentes entrevistados, apresentaram mais pontos fortes do que frágeis no que se refere ao incentivo à participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares. E, a partir desta conclusão, destacou-se a necessidade de aprofundar a investigação com o objetivo de conhecer, então, os motivos pelos quais as taxas seguem sendo baixas se as políticas públicas são adequadas.

De forma explícita, como um estado que tem políticas públicas para o esporte, avaliadas positivamente, não consegue estimular a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares?

Ou ainda, que outros fatores tem influenciado ou podem influenciar no aumento do número de praticantes de esportes no contexto escolar e, conseqüentemente, nos eventos esportivos escolares?



Para tentar responder a estas questões, entretanto, é preciso esclarecer outra pergunta: como estas políticas vem sendo traduzidas pelos profissionais que colocam em prática estas políticas em seus cotidianos?

Ou seja, no contexto da colocação em prática das políticas públicas para qualquer setor da atividade humana é preciso conhecer como os responsáveis a compreendem e como a colocam em prática para que possamos compreender os resultados da mesma.

No caso específico desta investigação optou-se inicialmente por analisar a influencia das políticas públicas e dos eventos esportivos na participação dos alunos e alunas nas práticas esportivas escolares a partir do relato dos professores de educação física; por serem as pessoas que, efetivamente, colocam em práticas as políticas públicas.

Outro aspecto que merece destaque no quadro atual da questão tem relação com a compreensão do conceito de esporte educacional que se evidencia na legislação e que serve de base para a realização dos eventos esportivos escolares assim como para a prática esportiva no contexto escolar.

Ou seja, o conceito de esporte e esporte escolar que se observa na legislação parece estar sendo compreendido de que forma? Esta compreensão parece estar influenciando no ensino dos esportes no contexto escolar e na realização dos eventos esportivos escolares e este fator, a nosso modo de ver, justifica a inclusão do relato dos professores de educação física como fonte de informações a serem analisadas neste estudo.

Neste sentido, as polêmicas questões sobre a prática esportiva nas escolas brasileiras voltam a colocar-se em evidencia e a justificar pesquisas relacionadas com o tema e suas relações com os fatores que interferem nelas. E assim, enquanto perguntas geradoras iniciais temos:

1. Como a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares está sendo influenciada pelas políticas públicas do governo brasileiro?
2. Como os professores de educação física estão traduzindo as políticas públicas governamentais em suas aulas?
3. O que se pode fazer para mudar a atual situação da prática esportiva escolar no estado de Goiás?

Estes são os desafios que pretendíamos superar no início desta investigação; entretanto, depois de iniciada a coleta de dados percebeu-se a possibilidade de influencia de outro importante fator tanto na compreensão sobre esportes dos professores quanto em sua prática profissional; os mega-eventos esportivos que seriam realizados no país nos anos de 2014 e 2016.

Ainda como elemento constitutivo do quadro teórico para esta pesquisa, vejamos a seguir alguns aspectos sobre os grandes eventos esportivos no Brasil e seus legados além de alguns aspectos sobre os eventos esportivos escolares que ocorrem no estado de Goiás; especialmente porque estes últimos serviram para identificar o índice de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares.

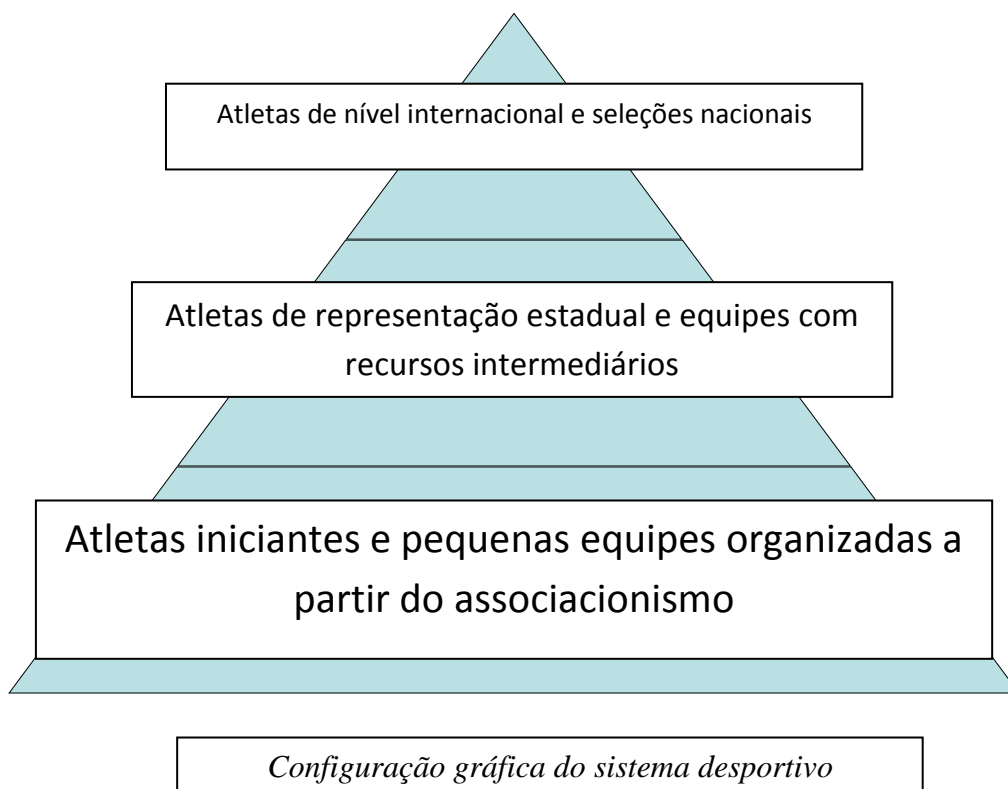
Ao final do próximo capítulo, portanto, indicaremos as demais perguntas geradoras deste estudo.

## 2 – OS EVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL

Para o estudioso brasileiro do tema da organização desportiva Campinussu (2002), o sistema desportivo brasileiro, levando em consideração as normas constitucionais, educacionais e esportivas atuais, se encontra organizado sob a forma de uma pirâmide e baseado no modelo associacionista<sup>8</sup> de estruturação de clubes e entidades organizacionais do esporte. A base da pirâmide é constituída pelos atletas e pelas equipes com poucos recursos; o nível intermediário pelos atletas com melhores resultados estaduais e com quantidade de recursos limitados e de fontes diversas. Na parte mais elevada da pirâmide se encontram os atletas de destaque nacional assim como as equipes com os maiores investimentos.

---

<sup>8</sup> Para efeitos deste estudo o associacionismo é compreendido como a reunião de pessoas, equipes ou entidades com os mesmos objetivos e, de maneira geral, com o mesmo nível de habilidades em determinada modalidade esportiva (Tubino, 2010).



Esta forma de organização também ocorre com as entidades de administração do esporte no país como ligas, federações e confederações das várias modalidades. Este modelo costuma existir em países divididos geográfica e politicamente em cidades, estados/províncias e regiões como é o caso do Brasil. Segundo Tubino (2010), o esporte contemporâneo é o resultado de uma série de reações ao que chamou de “chauvinismo da vitória”<sup>9</sup>. Entre as reações, o autor destacou o surgimento do movimento do Esporte para todos, a manifestação das entidades internacionais e a adesão da classe intelectual à causa do esporte.

Do ponto de vista do investimento financeiro, é importante destacar o fato de que, no caso do Brasil, a distribuição dos recursos públicos para o financiamento de equipes e eventos esportivos é inversamente proporcional ao número de praticantes. Ou seja, na base da pirâmide

<sup>9</sup> Para o autor, os sucessivos boicotes aos jogos olímpicos, a crescente onda de utilização de substâncias ilícitas e a utilização político ideológica do esporte contribuíram para o enfraquecimento do modelo de esporte baseado no olimpismo, na ética e no amadorismo.

esportiva brasileira que tem o maior número de praticantes o investimento público é menor que o que é direcionado para os eventos, clubes e atletas vinculados ao esporte de alto rendimento que compõem o topo da pirâmide esportiva brasileira.

No que se refere à responsabilidade de colocação em prática e fiscalização da execução das políticas públicas também ocorre uma separação por nível de governo. De maneira geral, a base da pirâmide esportiva fica sob responsabilidade dos governos municipais, a parte intermediária da pirâmide a cargo dos governos estaduais; e o topo da pirâmide fica com o governo federal.

A estrutura piramidal de organização das políticas públicas assim como do sistema esportivo brasileiro e seus órgãos nos parece a mais lógica. Neste modelo o funcionamento adequado depende da articulação e da possibilidade de mobilidade no interior destes níveis. Especialmente no que se refere aos aspectos técnicos e o financiamento dos atletas e equipes nos diferentes níveis da pirâmide. Ou seja, todos os integrantes do sistema devem ter o mesmo tipo de acesso e possibilidade de permanência

A partir desta perspectiva e antes de abordar os eventos esportivos escolares estaduais e nacionais que representam, também, alvos desta investigação acreditamos que seja importante destacar alguns aspectos sobre os eventos esportivos de âmbito internacional; sobretudo pelo fato de o Brasil ser anfitrião de dois destes eventos nos próximos anos – a copa do mundo de futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Não temos a pretensão de fazer uma grande revisão sobre a história dos grandes eventos esportivos que já ocorreram no Brasil senão destacar alguns aspectos que nos ajudaram na análise final desta pesquisa; assim faremos, a seguir, uma revisão sobre os principais eventos esportivos internacionais e suas conseqüências esportivas para o país.

## 2.1 A Copa do Mundo de Futebol no Brasil/CM-2014

1950 foi o ano da realização do primeiro grande evento esportivo no país e ficou conhecido como a maior decepção esportiva brasileira até hoje. Neste ano se realizou a Copa do Mundo de Futebol e para sua realização foi construído, entre outros, o estádio com maior capacidade de público do mundo (200.000 pessoas).

Desde o início do processo de apresentação das candidaturas dos países que iriam concorrer para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, em 2007, se desencadearam várias campanhas nas principais cidades do país com o objetivo de promover o argumento de que o referido evento seria de grande importância para todos os setores (econômicos, políticos e sociais) da sociedade brasileira assim como as melhorias na infra-estrutura, nos aeroportos, nas estradas e nos serviços de hotelaria ficariam como legados definitivos dos eventos para o povo brasileiro.

Além da apresentação de garantias dos governos estadual e federal no cumprimento das obrigações do “caderno de encargos”<sup>10</sup> é importante destacar que um processo como este depende de outros fatores como a influência política, interesse das entidades internacionais e as possibilidades de lucro financeiro dos eventos esportivos nas cidades candidatas.

No contexto dos grandes eventos esportivos com a participação dos melhores atletas e equipes, existe a necessidade de um grande suporte financeiro para garantir a visibilidade e a transmissão dos principais jogos e provas para todo o mundo através de redes de TV, internet, rádio e jornais escritos. Esta capacidade de visibilidade proporciona o aumento do interesse dos

---

<sup>10</sup> O caderno de encargos é um documento que contém uma lista de exigências gerais e específicas para os países candidatos a receber um evento esportivo que é protocolo de entidades como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Federação Internacional de Futebol (FIFA).

investidores e patrocinadores do evento e, por consequência, aumenta a chance da cidade candidata em conquistar o direito de sediar o evento.

Nacionalmente os clubes de futebol e as entidades promotoras de eventos desta modalidade já organizam suas competições vislumbrando a possibilidade de obtenção de lucro com o evento. Estes mesmos clubes de futebol também planejam obter lucro com a possível valorização de seus jogadores ao final do evento.

No caso da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, dezoito (18) capitais de estados brasileiros se apresentaram como candidatas para receber uma das doze (12) sedes do evento. Foram criados comitês específicos em cada uma destas cidades que eram compostos por políticos, empresários e dirigentes esportivos que tentaram conquistar o direito de receber a franquia da entidade internacional para realização de algumas partidas do evento. Os argumentos apresentados pelos referidos comitês, de maneira geral, não estavam baseados no oferecimento das melhores condições de treinamento e realização das partidas, mas nas atrações turísticas e econômicas da cidade para atrair os participantes e torcedores do evento.

Existem cidades que sediaram partidas de um dos grupos do evento que se encontram distantes mais de 4.000 km uma da outra; como é o caso de Manaus (capital do estado do Amazonas) e Porto Alegre (capital do estado do Rio Grande do Sul); fato que provocou problemas de deslocamento das equipes e torcedores durante o evento.

Acreditamos que, devido à cultura esportiva brasileira que tem o futebol como sua principal forma de expressão, quase todo o país se envolveu na concorrência para receber uma das sedes que foram definidas com a seguinte distribuição:

Brasília – Capital do país e localizada na região centro-oeste

Belo Horizonte – Capital do estado de Minas Gerais e localizada na região sudeste

Cuiabá – Capital do estado de Mato Grosso e localizada na região centro-oeste

Curitiba – Capital do estado do Paraná e localizada na região sul

Fortaleza – Capital do estado do Ceará e localizada na região nordeste

Manaus – Capital do estado do Amazonas e localizada na região norte

Natal – Capital do estado do Rio Grande do Norte e localizada na região nordeste

Porto Alegre – Capital do estado do Rio Grande do Sul e localizada na região sul

Recife – Capital do estado de Pernambuco e localizada na região nordeste

Rio de Janeiro – Capital do estado do Rio de Janeiro, localizada na região sudeste e que receberá a final do evento

Salvador – Capital do estado da Bahia e localizada na região nordeste

São Paulo – Capital do estado de São Paulo, localizada na região sudeste e receberá o jogo de abertura do evento.

A magnitude de um evento como a Copa do Mundo de Futebol faz com que o país sede se organize de tal maneira que sejam estabelecidos ciclos de planejamento macro-estruturais que envolvem ações em vários setores que se relacionam com o evento. No caso do Brasil, o Ministério do Esporte, divulgou em setembro de 2013 ([www.copa2014.gov.br](http://www.copa2014.gov.br)) o quinto balanço das ações do governo brasileiro para a copa de 2014 e destacamos os seguintes aspectos:

- A existência de ciclos de planejamento que se iniciam com os projetos dos estádios as serem construídos e terminam com a avaliação dos legados do evento;
- A existência de ações e eventos isolados e, ao mesmo tempo, interdependentes da copa do mundo;
- Realização de eventos teste em todos os locais de jogos antes do evento principal;



- Detalhamento de todas as despesas e fontes de recursos para o financiamento das obras necessárias para a realização do evento;
- Cronograma atualizado periodicamente do andamento das obras e serviços relacionados com o evento.

O primeiro ciclo de planejamento se refere à construção e/ou adaptação das obras de infra-estrutura para a realização do evento, tais como estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos. Segundo o documento, o custo estimado inicialmente destas obras foi de 25 bilhões de reais e foi dividido entre o governo federal, a iniciativa privada e recursos locais. As doze cidades que sediaram jogos da copa do mundo tiveram seus estádios totalmente reconstruídos ou, em alguns casos, optou-se pela construção de um novo estádio para atender aos padrões de capacidade de público, conforto, segurança e funcionalidade exigidos pela FIFA para a realização de jogos da copa.

Dos doze (12) estádios necessários para a realização da CM-2014, seis (06) foram entregues para a realização da Copa das Confederações em 2013<sup>11</sup> (Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e Salvador) enquanto que os outros estavam com a conclusão de suas obras previstas para dezembro de 2013 (Cuiabá, Manaus, Natal, Porto Alegre, São Paulo e Curitiba).

Todos os aeroportos das cidades que receberam jogos da CM-2014 passaram por ampliações e reformas para atender ao aumento do número de vôos e, conseqüentemente, de passageiros e transeuntes durante o evento. Ainda segundo o documento oficial do governo brasileiro foram construídos treze (13) novos terminais de passageiros e oito (08) novas pistas de

---

<sup>11</sup> Este evento foi criado em 1992 pela FIFA a pedido do Rei Fahd da Arábia Saudita que sediou e financiou as três primeiras edições (1992, 1995 e 1997) com a participação de seis equipes convidadas. Em 1999 foi realizada no México e a partir de 2001 assumiu o caráter de evento teste para a copa do mundo sendo realizada no Japão; depois em 2005 na Alemanha e a penúltima em 2009 na África do Sul; ambos países que sediaram copas do mundo nos anos subseqüentes à realização destes eventos.

pouso e decolagem além de melhorias na parte de serviços de todos os aeroportos das cidades sede.

Associadas a estas obras também foram realizadas obras de infra estrutura para facilitar a mobilidade no interior das cidades que receberam jogos da CM-2014; foram criados corredores e vias exclusivas para transporte público e veículos sobre trilhos nas cidades sede para facilitar o deslocamento dos torcedores até os locais de jogo bem como foram criados terminais de conexão entre os bairros e centros de controle de tráfego para facilitar o acesso da população durante o evento.

Ainda do ponto de vista da infra estrutura, merece destaque a reestruturação realizada nos principais portos brasileiros, tendo em vista o fato de que grande parte do turista que visita o Brasil prefere o transporte marítimo ao terrestre ou até mesmo aéreo.

O segundo ciclo de planejamento para a copa do mundo se relaciona com os preparativos de infra-estrutura de suporte e serviços. Este ciclo de planejamento envolve ações relacionadas com as telecomunicações, com o turismo e com a segurança. Também de acordo com o documento oficial do governo brasileiro, esta etapa do planejamento estratégico para a copa do mundo foi realizada de acordo com o previsto, ainda que as manifestações e protestos tenham se avolumado durante a realização da Copa das Confederações em 2013. Além das cidades sede da copa do mundo, várias outras cidades do país estão sendo beneficiadas por programas de desenvolvimento da infra estrutura turística e dos serviços relacionados com o turismo e hotelaria destas cidades. Através de programas específicos do governo federal estavam previstas a abertura de 157.000 vagas para cursos de formação de mão de obra especializada em 120 cidades contempladas pelos programas.

O documento oficial do governo brasileiro estabelecia diretrizes gerais e um plano geral de turismo durante a copa a ser seguido pelas cidades sede. Entre as diretrizes gerais estavam: receber com qualidade e atenção o turista da copa, contribuir para a boa imagem do Brasil no exterior e transformar as conquistas em legado positivo para o país. Para atingir tais diretrizes foram traçadas linhas de ação que envolviam a infra estrutura turística adequada, a qualificação de pessoal e a hotelaria.

Verifica-se, também, no documento oficial o investimento de quase dois bilhões de reais em segurança e defesa para o evento. Este aspecto foi muito questionado pela comunidade internacional e pela própria entidade organizadora do evento em função da grande quantidade de manifestações e passeatas que foram divulgadas pela mídia em 2013. Diante disso o plano estratégico de segurança da CM-2014 previu as diretrizes gerais: Integração de Instituições e sistemas, Controle de pontos de entrada no país e a própria segurança durante o evento. Constam, ainda, diretrizes para situações de defesa ou de contingência em que o estado maior das forças armadas brasileiro esteve em estado de alerta durante todo o período de realização do evento com um grupo específico para atuação em casos de necessidade de emprego de força de contingência de pronta resposta<sup>12</sup>.

Outro aspecto que merece destaque neste segundo ciclo de planejamento da CM-2014 se refere às ações de comunicação e integração que serão realizadas antes, durante e após o evento. Aqui se relacionam atividades de projeção da imagem do Brasil como país competitivo, inovador e com grande potencial para negócios além de se desenvolver de maneira sustentável; atividades para projetar a imagem do Brasil como um país hospitaleiro, criativo, alegre, unido, trabalhador que valoriza a diversidade e as riquezas naturais. Se incluíram, também, atividades de divulgação do legado da CM-2014 enquanto ponto de partida positivo para o Rio-2016.

---

<sup>12</sup> Força especial do estado maior brasileiro, somente acionada em casos de calamidade pública.

O terceiro ciclo de planejamento para a CM-2014 se relaciona com as operações e ações específicas dos eventos relacionados com a copa das confederações de 2013 e a própria CM-2014. Com relação a esta etapa o documento traz apenas um relatório extremamente detalhado da copa das confederações com a indicação das ações estratégicas que foram desenvolvidas durante o evento de 2013 e que poderiam ser repetidas durante a copa de 2014.

Do ponto de vista legal, a Presidência da República Brasileira criou em 14 de janeiro de 2010, através de decreto presidencial Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014/(GECOPA, vinculado ao Ministério do Esporte, com o objetivo de analisar e operacionalizar todos os projetos relacionados com a realização do CM-2014. Como órgãos subordinados ao GECOPA foram criadas doze Secretarias Especiais para a Copa/SECOPA, em todas as cidades sede. Esta forma descentralizada de administração dos esforços públicos para a realização das obras relacionadas com a CM-2014, amparada legalmente, também está amparada financeiramente por recursos públicos. Entretanto, é importante destacar que, por se tratar de obras emergenciais elas são dispensadas da realização de licitação<sup>13</sup> para suas contratações ou pagamentos.

## 2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016/Rio 2016

Com relação à realização dos Jogos Olímpicos de 2016, todas as grandes cidades do país se envolveram no apoio à pretensão da cidade do Rio de Janeiro em sediar o evento; principalmente com relação a apresentação de acordos, garantias e facilidades de acesso, transporte, hospedagem e segurança das delegações dos países participantes do evento. A cidade de São Paulo, por

---

<sup>13</sup> Processo de compras e contratação de serviços por órgãos públicos, normatizado pelo governo brasileiro, que envolve a apresentação de, no mínimo, propostas de tres fornecedores ou prestadores de serviços para a efetivação de uma concorrência pública em que o órgão está obrigado a optar pelo menor preço entre os concorrentes.

exemplo, que é a maior cidade do país e que tem a melhor infra-estrutura de aeroportos se comprometeu com a criação de, pelo menos, mais dez vôos diários e diretos entre as cidades.

No processo de candidatura para sediar a olimpíada, a cidade brasileira teve a seu favor o fato de ter realizado com sucesso os Jogos Pan-americanos de 2007, a façanha de ter baixado seus assustadores índices de violência urbana, além de figurar entre a relação dos principais destinos turísticos de todo o mundo na atualidade.

O projeto da candidatura brasileira apresentava os seguintes dados:

*Quadro 1: Dados financeiros da candidatura Rio-2016*

<b>Área</b>	<b>Investimento Público (R\$ milhões)</b>	<b>Investimento COJO (R\$ milhões)</b>	<b>Total (R\$ milhões)</b>	<b>%</b>
<u>Acomodações</u>	2.590,49	0,00	2.590,49	20,69
<u>Instalações Esportivas</u>	953,29	565,07	1.518,36	12,13
<u>Segurança</u>	471,90	0,00	471,90	3,77
<u>Tecnologia</u>	405,86	71,63	477,49	3,81
<u>Transportes</u>	7.460,00	0,00	7.460,00	59,59
<b>Total</b>	<b>11.881,54</b>	<b>636,70</b>	<b>12.518,24</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>94,91</b>	<b>5,09</b>	<b>100</b>	

*Fonte:* Comitê organizador Rio-2016 ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br))

Logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres o governo brasileiro lançou o Plano Brasil Medalhas que tem como objetivo geral colocar o país entre os 10 melhores classificados do Rio 2016.

Este plano prevê o acréscimo, nos investimentos públicos de 1 bilhão de reais no período de 2013 a 2016, para a preparação das equipes representativas do país. De acordo com o site do Ministério do Esporte ([www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)), o investimento deverá ser direcionado para duas frentes distintas de atuação: do total de 1 bilhão, 690 milhões deverão ser destinados ao apoio a atletas e 310 milhões deverão ser investidos na construção, reforma e equipagem dos centros de treinamento destes atletas.

O plano do governo brasileiro, que também envolve o esporte paraolímpico, mapeou as modalidades esportivas com mais chances de conquistar medalhas e definiu vinte e uma modalidades olímpicas e quinze paraolímpicas. De maneira geral, a idéia principal do plano é fazer com que os atletas brasileiros cheguem mais vezes ao pódio no Rio 2016 nas modalidades em que já conquistaram medalhas e ampliar as condições para que cheguem, nas modalidades em que ainda não o fizeram. O documento destaca o fato de que as modalidades não contempladas no plano vão continuar a receber o apoio que já recebem do governo federal.

As modalidades contempladas são: águas abertas, atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo (saltos), judô, lutas, natação, pentatlo moderno, taekwondo, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, voleibol e voleibol de praia.

A partir das diretrizes da Lei Pelé (9615/98), foi sancionada em 2001 a Lei Agnelo Piva (Lei 10264/2001), que determina a destinação de 2% da arrecadação bruta dos concursos de

prognósticos e loterias que estão sujeitas à autorização federal, para o financiamento do esporte no país.

A Lei citada acima capta recursos de uma fonte renovável a cada semana em nosso país em função da cultura do povo brasileiro de participar de concursos de loterias (municipais, estaduais e federais) que dependem apenas da autorização do governo federal para funcionamento, mas não depende do investimento ou subvenção do tesouro público. Os recursos são extraídos do montante apostado pela população semanalmente e é encaminhado para os Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro. Deste total, 85% é destinado ao COB e 15% para o CBP. Outra determinação da lei é que, deste total arrecadado pelas duas entidades de administração do esporte no país, 10% deve ser destinado ao esporte educacional e 5% ao esporte universitário em suas respectivas áreas de abrangência.

Desde a publicação desta lei, as confederações esportivas brasileiras têm recebido sistematicamente recursos para sua subsistência e para a realização de eventos nacionais bem como para a participação das seleções representativas do país em eventos internacionais. A delegação brasileira presente aos Jogos de Inverno de Sochi, na Rússia em 2014 foi patrocinada totalmente por recursos advindos desta Lei e repassados pelo COB à Confederação Brasileira de Esportes de Inverno. Segundo dados do relatório de prestação de contas do COB (disponível em [www.cob.org.br](http://www.cob.org.br)) a Caixa Econômica Federal repassou R\$ 165.938.216,00 para o COB e R\$ 15.483.894,00 para o CBP em 2012.

Além dos recursos identificados anteriormente, o governo brasileiro também criou o Programa Atleta Pódio dentro do Plano Brasil Medalhas (Lei 12.395/11) com valores entre R\$ 5.000,00 e 15.000,00 mensais para atletas olímpicos. Este programa apresenta uma curiosidade de limitar em 160 o número de bolsas a serem pagas e apresentam como justificativa para tal

limitação os critérios técnicos estabelecidos para se ter direito às referidas bolsas. Isto é, de acordo com o programa, o atleta somente tem direito a uma bolsa pódio se já tiver classificado entre os vinte melhores atletas do mundo em sua modalidade esportiva no ano de 2013.

Os valores da referida bolsa também podem variar de acordo com a classificação no ranking mundial. De acordo com o programa, temos a seguinte distribuição:

*Quadro 2* : Critérios para recebimento do bolsa pódio

**Critérios para recebimento da Bolsa Pódio - 2013**

Grupo 1 R\$ 15.000,00		Grupo 2 R\$ 11.000,00	
Medalhista (Ouro, prata ou bronze)	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012	Entre 4ª e 8ª posição	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012
Medalhista (Ouro, prata ou bronze)	Campeonatos mundiais 2013 (no momento da inscrição)	Entre 4ª e 8ª posição	Campeonatos mundiais 2013 (no momento da inscrição)
1ª, 2ª ou 3ª colocado	Ranking mundial 2013 (no momento da inscrição)	Entre 4ª e 8ª colocado	Ranking mundial 2013 (no momento da inscrição)
Grupo 3 R\$ 8.000,00		Grupo 4 R\$ 5.000,00	
Entre 9ª e 12ª posição	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012	Entre 13ª e 20ª posição	Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012
Entre 9ª e 16ª posição	Campeonatos mundiais 2013 (no momento da inscrição)	Entre 17ª e 20ª posição	Campeonatos mundiais 2013 (no momento da inscrição)
Entre 9ª e 16ª colocado	Ranking mundial 2013 (no momento da inscrição)	Entre 17ª e 20ª colocado	Ranking mundial 2013 (no momento da inscrição)

\* O valor será definido pelo melhor resultado do atleta entre os critérios listados

Fonte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)

De acordo com os critérios adotados acima tivemos apenas 59 atletas contemplados até a presente data com a referida bolsa, dentre eles um campeão olímpico e outro campeão mundial na modalidade de ginástica artística.


Com relação aos centros de treinamento visando à preparação das equipes brasileiras para o Rio 2016 foram selecionados vinte e dois centros de treinamento juntamente com as confederações esportivas e os comitês olímpicos e paraolímpicos brasileiro, nas diversas regiões



brasileiras. Destes centros de treinamento um será destinado exclusivamente para o desporto paraolímpico e terá instalações adaptadas e adequadas para todas as modalidades paraolímpicas. Além das obras de construção e reforma necessárias para o perfeito funcionamento destes locais está prevista a aquisição de equipamentos e materiais específicos para o treinamento em alto nível dos atletas selecionados.

Ainda sobre os investimentos do governo brasileiro em relação ao Rio 2016, merece menção o fato de que o plano Brasil Medalhas prevê também o patrocínio de empresas estatais (empresas de economia mista com controle do governo) para as equipes e atletas de acordo com o quadro abaixo:

*Quadro 3: Patrocinadores de equipes brasileiras no Rio-2016*

Patrocínios de empresas estatais Plano Brasil Medalhas			
	<b>Banco do Brasil</b> Vela, vôlei de praia, vôlei, handebol e pentatlo moderno		<b>Correios</b> Natação, águas abertas (maratona aquática), handebol e tênis
	<b>Caixa Econômica Federal</b> Atletismo, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, modalidades paraolímpicas e tiro esportivo		<b>BNDES</b> Canoagem e hipismo
	<b>Petrobras</b> Boxe, judô e taekwondo		<b>Banco do Nordeste (BNB)</b> Triatlo

Fonte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)

As confederações nacionais de modalidades como ginástica, atletismo, judô, natação, luta grego-romana, handebol, basquete e voleibol já adotaram a idéia de seleções permanentes e renováveis (com idades entre 14 e 20 anos) que deverão participar do ciclo olímpico de treinamento visando as Olimpíadas de 2016. Esta nova forma de periodização do treinamento

esportivo com o macro-ciclo<sup>14</sup>, com duração de até seis anos por parte das confederações esportivas já citadas, tem promovido modificações significativas na realização de suas competições regionais ou municipais tais como a faixa etária em que são disputadas e até mesmo o sistema de disputa; sempre com o objetivo de se adequar ao ciclo olímpico até 2016.

Os dois grandes eventos ou mega eventos esportivos que serão realizados no país apresentaram como justificativas o fato de deixarem importantes legados para vários setores da sociedade brasileira que trataremos a seguir e, antes de abordarmos os eventos esportivos escolares.

### 2.3 – Os legados dos mega eventos esportivos

A simples possibilidade de realização de um mega evento de qualquer natureza deve prever os vários tipos de legados que o mesmo pode gerar. De acordo com Villano e Miragaya (2008), os legados podem ser classificados em: Legados do evento em si; Legados da candidatura do evento; Legados da imagem do Brasil; Legados de governança; e Legados de conhecimento. Outra classificação também muito aceita pelo Centro de Estudos Olímpicos do Ministério do Esporte brasileiro é a de Legados tangíveis e intangíveis.

Entre os legados do evento em si que podem ser considerados, em sua maioria, tangíveis destacam-se:

- Construções esportivas, como os estádios, as arenas e outros equipamentos esportivos;

---

<sup>14</sup> De acordo com Tubino (1980), o macro ciclo é o maior período de treinamentos na organização de um programa de treinamento desportivo que pode apresentar duração de um ano ou uma temporada esportiva.

- Construção de infra-estrutura da cidade, como obras de transporte (metrô, corredores específicos para trens e ônibus, etc.);
- Construção de alojamentos para atletas;
- Compra de equipamentos esportivos, de segurança, telecomunicações, informática, etc.;
- Ocupação de empregos temporários e/ou permanentes;
- Abertura de novas possibilidades e oportunidades de trabalho especializado;
- Promoção e realização de outros eventos;
- Aumento da procura de práticas de atividades físicas por parte de população.

Para além das críticas ao governo, merecem atenção dois aspectos relacionados com as construções ou legados concretos dos eventos em si, indicados anteriormente. O primeiro se relaciona com os elevados custos de suas construções e o segundo com as possibilidades de utilização dos mesmos após a realização do evento. Em função do atraso na celebração de contratos e convênios para a realização das grandes obras de infra-estrutura para o evento como estádios/arenas e vias de mobilidade urbana nas cidades-sede, as obras não foram concluídas dentro do prazo estipulado e estão sendo necessárias várias adaptações e inclusões nestes convênios que estão onerando-os financeiramente.

No que se refere à utilização das obras para a realização do evento existem dois aspectos a considerar. O primeiro se relaciona com as obras de mobilidade urbana e melhorias em aeroportos que, seguramente, serão utilizados pela população de maneira geral. O segundo se relaciona com as arenas que estão sendo construídas em Estados que não apresentam uma cultura de prática de futebol anterior à realização da Copa.

Na esteira dos estudos sobre mega eventos esportivos, Lepp e Gibson (2011), ao analisarem os legados da Copa do Mundo realizada na África do Sul em 2010, identificaram que os impactos econômicos positivos como a melhoria da infra-estrutura e instalações esportivas foram superestimados enquanto que os custos para sediar este mesmo mega evento foi subestimado. Segundo os mesmos autores, a CM-2010 serviu como oportunidade para desviar recursos de projetos habitacionais de comunidades carentes para as obras da copa naquele país.

Os legados da candidatura, por sua vez, para sediar um mega evento esportivo são classificados como intangíveis e se resumem ao aprendizado do processo de candidatura com a apresentação de projetos, a organização prévia do evento e o planejamento urbanístico da cidade candidata. No caso do Brasil, estes legados foram extremamente importantes para o sucesso nas candidaturas para sediar a CM 2014 e o Rio 2016. O país já havia sido sede dos Jogos Pan-americanos de 2007 e candidato a sediar as Olimpíadas do ano de 2012, atingindo até a última fase desta concorrência que foi vencida pela cidade de Londres/Inglaterra.

Em relação à imagem do Brasil, os legados se relacionam com a imagem das cidades sede dentro e fora do país, a cultura urbana, a projeção de oportunidade econômica e de serviços que o país poderá oferecer, além do orgulho regional e nacional. Com respeito a este quesito, é importante mencionar que a experiência de realização de um mega evento esportivo proporciona ao país sede uma exposição midiática tão intensa e de caráter duradouro que é capaz de criar, fixar e até mesmo alterar a imagem de um país internacionalmente.

Reforçando esta teoria, Cruz (2012), citando Essex e Chalkely (1989, p.189) indica que:

*The olympics represent an international showcase which can enhance a city's global recognition, places its host on the global stage and the international media attention for the duration of the event can help the host country and city to transmit a new image to the world*<sup>15</sup>

A Olimpíada de 2008, realizada em Pequim na China, representa um importante exemplo de legado para a imagem do país.

Internacionalmente conhecida por suas mais de 60 rígidas regras de controle de acesso à rede mundial de dados, a China foi obrigada pelo Comitê Olímpico Internacional a partir de 01/01/2007 a autorizar a livre circulação e realização de reportagens sobre esportes olímpicos naquele país. Ainda que vários incidentes de constrangimentos à imprensa internacional tenham sido registrados antes, durante e depois do evento ou que a Google tenha deixado de operar naquele país em 2010, a imagem internacional que foi transmitida da China foi a de um país orgulhoso de suas tradições, e que havia investido todo o possível para conquistar o lugar mais alto da competição.

Também no caso da Copa do Mundo de 2010 realizada na África do Sul, a partir do estudo de Lepp e Gibson (2011), é possível identificar a mudança na imagem internacional do país que havia sido banido do cenário esportivo há pouco mais de vinte anos em função de sua política de segregação racial e passara a investir maciçamente na realização de eventos internacionais com o claro objetivo de atrair a atenção da mídia mundial para a transformação que estava ocorrendo naquele país. As imagens de conflitos raciais, instabilidade econômica, subdesenvolvimento foram substituídas por imagens de tradições culturais, parques, vida selvagem entre outras mais atrativas.

---

<sup>15</sup> Tradução livre: Os Jogos Olímpicos representam uma vitrine internacional que pode promover o incremento do reconhecimento, da imagem e da reputação global da cidade. A sede do evento é levada à cena global e a atenção da mídia internacional durante o evento que pode ajudar a cidade e o país anfitriões a transmitir uma nova imagem para o mundo.

No caso específico da CM 2014, o governo brasileiro e os principais patrocinadores desencadearam campanhas de divulgação da imagem do país que foram distribuídas oficialmente para todos os participantes do evento através da organização em seminários e vias de comunicações estabelecidas com os mesmos. A utilização de qualquer marca ou produto relacionado com o evento deveria ter a autorização/chancela da FIFA para ser comercializado no país bem como estes produtos não poderiam incitar violência ou sugerir qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Todas as campanhas indicaram a alegria do povo brasileiro em receber sua segunda copa do mundo e colocava todo o país como a “maior arquibancada” do planeta. A procura por ingressos para os jogos da CM 2014, segundo o site da FIFA, foi a maior de todas as edições do evento.

Sobre os principais patrocinadores da CM 2014 e a necessidade de aprovação da entidade organizadora do evento merece destaque o fato de que a empresa de material esportivo ADIDAS, que é fabricante da bola do evento e, por isso, teria liberdade para comercializar outras formas de vestimenta na CM 2014, teve seu processo de produção suspenso por determinação da FIFA e a pedido do governo brasileiro. O produto em questão – uma camiseta – trazia, segundo o Ministério do Esporte brasileiro, um forte apelo ao turismo sexual no país durante a Copa. Segundo o Ministro dos Esportes do país, Aldo Rebelo, em documento oficial enviado à FIFA, o produto contribuía para reforçar a imagem do país como um destino do turismo sexual mundial que vem sendo combatida pelas autoridades brasileiras nos últimos vinte anos e que não pode ter lugar num evento como a CM 2014. Ainda segundo o documento (disponível em [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)) o evento no país deve ser divulgado como o evento da paz, multicultural e de respeito por todas as etnias.

Ainda com relação à imagem do país, a CM 2014 contribuiu para difundir outros destinos turísticos brasileiros para a comunidade internacional além dos já consagrados Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, Fortaleza e Natal. Algumas das outras cidades sede que foram escolhidas em função do potencial turístico que possuem e que poderão ser melhor aproveitados a partir do impulso da CM 2014.

Sobre os legados de governança, mega eventos como a CM 2014 e o Rio 2016 podem auxiliar o país no estabelecimento de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para a viabilização de grande parte da estrutura de realização dos referidos eventos bem como na divisão das responsabilidades, e eventuais lucros e prejuízos.

É inegável que o maior comprometimento e a maior responsabilidade é do poder público na realização de um evento de grandes proporções, mas é importante destacar que gestões participativas, celebração de convênios, realização de obras em parceria tem sido estratégias cada vez mais utilizadas pelo governo brasileiro em suas principais realizações. No caso da CM 2014, por exemplo, seis (06) dos doze (12) estádios do evento pertencem a clubes de futebol que, após o encerramento do evento, retomarão posse dos mesmos para a realização de seus jogos por campeonatos estaduais e nacionais. As reformas ou adaptações que foram realizadas tiveram seus custos divididos entre o governo brasileiro, o governo estadual e o próprio clube proprietário do espaço.

Ainda de acordo com Villano e Miragaya (2008), os legados relacionados com a governança de um mega evento também se relacionam com a capacidade de cooperação dos vários níveis e das várias formas de governo do país ou cidade sede de se organizar em torno de um único objetivo comum que, neste caso, é a realização da CM 2014 e do Rio 2016.

Para se entender o legado de governança, é importante destacar que o sistema político brasileiro prevê a existência de três níveis de governo autônomos (municipal, estadual e federal) que devem funcionar de forma harmônica. Neste sentido, em muitas situações, alguns estados e municípios criam suas próprias legislações sobre esportes, saúde, transporte, comércio, impostos, etc. o que dificultaria a realização de um evento internacional caso não houvesse uma padronização de normas gerais de tributação, serviços, transporte, saúde e outros aspectos relacionados com o referido evento. O grande legado de governança de um mega evento esportivo para um país de dimensões continentais como o Brasil, é justamente oportunizar a aproximação de todas as cidades sede de um único padrão no oferecimento dos itens citados acima durante a realização do evento.

Os legados de um mega evento esportivo relacionados com a aquisição de conhecimento, embora pareçam óbvios, não podem se resumir aos treinamentos e capacitações de pessoal envolvido na realização e gestão do evento que se iniciam antes e perduram até depois do evento. A transferência de *know-how* para a parcela da população residente nas cidades sede seguramente extrapola os limites do evento e possibilita a abertura de novas frentes de trabalho após o encerramento do mesmo, ou até mesmo o aproveitamento destes conhecimentos para aplicação em eventos similares em suas cidades ou comunidades.

Também no campo dos legados dos mega eventos esportivos, julgamos importante destacar alguns aspectos de outras experiências internacionais na realização de mega eventos esportivos que apresentam relação direta com o que se perspectiva para o Brasil em 2014 e 2016. Especialmente se concordamos com Mac Rury (2008) quando afirma:



O legado é um processo de se passar para próximas gerações um presente ou uma herança de conhecimentos, propriedade e atitudes particulares. O legado tem natureza temporal, uma idéia de movimento através do tempo, uma narrativa de passado, presente e futuro. (Mac Rury,2008, p. 153)

A partir desta perspectiva, os Jogos Olímpicos de Londres em 2012 e a Copa do Mundo da África em 2010 somente se tornaram possíveis a partir de processos de regeneração do Município Leste de Londres e de todo o país africano, respectivamente.

Segundo Miranda (2008), do London East Research Institute, o processo de candidatura da cidade de Londres foi resultado de dois processos históricos: o primeiro refere-se ao desenvolvimento da área leste de Londres, e o segundo, à análise do desenvolvimento do Movimento Olímpico em suas bases internacionais. Para o autor era imprescindível mudar a realidade social e econômica do município Leste de Londres do final dos anos 1980, que albergava uma população total de 245.000 adultos (inseridos paquistaneses, indianos, negros, etc.). O crescimento da população local era três vezes maior do que a média do país, 61% da população pertencente a minorias étnicas, 40% sem qualificação profissional e 50% dos núcleos familiares vivendo na pobreza.

Diante de tal realidade, uma candidatura para sediar um mega evento esportivo deveria considerar como legado um processo de regeneração da cidade sede, a melhoria da imagem desta cidade com o objetivo de torná-la visível globalmente além, é claro, de observar a relação entre os ideais e valores esportivos/olímpicos com os interesses econômicos em torno do evento a ser realizado.

Os valores e ideais esportivos/olímpicos incluem o *fair play*, intercambio cultural, igualdade entre os participantes, tradição, honra, paz, etc. enquanto que a realidade de desenvolvimento do esporte de alto rendimento e dos mega eventos esportivos tem bases econômicas. Esta relação aparentemente contraditória atrai a atenção das pessoas e projeta uma imagem de associação entre o capitalismo e o esporte olímpico e de alto rendimento, que cria uma dialética que reduz o significado de seus valores e ideais.

Assim como já acontecera em 2010 no caso da Copa do Mundo de Futebol realizada na África do Sul o processo de regeneração ou de recriação da imagem de Londres em 2012 também se baseou na ampliação do consumo para se atingir um modelo de cidade mais aceitável globalmente. Partindo das indústrias e serviços de setores em crescimento como a mídia e as telecomunicações criou-se uma base para o aumento da visibilidade da cidade, recriando o conceito de global country para global city, o que fortalece a associação citada anteriormente.

Ohmann, Jones e Wilkes (2006), deslocando um pouco o foco de análise dos legados dos mega eventos esportivos do plano econômico ou da imagem da cidade sede, publicaram um estudo sobre a percepção social dos impactos da copa do mundo de futebol da FIFA em Munique, uma das cidades sede da copa da Alemanha em 2006. Os autores extrapolam os limites econômicos e estruturais dos legados que normalmente são avaliados para justificar a realização dos mega eventos e focam suas análises no relato de moradores da cidade. Apesar da dificuldade de consenso sobre o conceito para impactos sociais os autores destacam que eles devem ser entendidos como consequência de curto prazo, que se manifesta sob a forma imediata e notável na qualidade de vida da comunidade que abriga o evento ou acontecimento. Os resultados da pesquisa foram considerados amplamente positivos no que se refere à regeneração urbana, ao aumento da sensação de segurança e o comportamento geral da população em torno do evento; e

foi considerada negativa do ponto de vista do aumento da criminalidade, da prostituição e os problemas com deslocamento dos residentes.

Do ponto de vista dos procedimentos adotados pelo governo brasileiro com relação à realização do Rio 2016 é possível identificar algumas relações de aproximação com o que fora realizado pelo governo inglês na preparação para Londres 2012.

O Comitê Olímpico do Reino Unido, que teve como presidente em 2005 o ex-atleta Sebastian Coe e a Secretaria Executiva dos Jogos Olímpicos que foi criada no interior do Departamento de Cultura, Meios de Comunicação e Esportes sob a coordenação da atleta Tessa Jowel foram os principais responsáveis pela realização do evento. Dentre as aproximações indicadas anteriormente destacamos, com relação à infra estrutura, os seguintes aspectos:

1. A preocupação com o aproveitamento pela população da cidade da infra estrutura física após a realização do evento;
2. O aproveitamento de estruturas já existentes e a necessidade de construção de novas arenas e adaptações de espaços para a realização das competições das várias modalidades esportivas;
3. A utilização de outros espaços – além da Vila Olímpica - e outras cidades como sub-sedes para a realização de algumas competições; e
4. A melhoria do sistema de transporte público para os vários espaços e cidades sede do evento.

Também é possível identificar semelhanças quanto ao financiamento total dos dois eventos. Segundo dados do Comitê Olímpico Internacional ([www.olympic.org](http://www.olympic.org), acessado em 10/04/2015), no país europeu os recursos para a realização do evento tiveram como fonte os governos das cidades sede (Londres, Manchester, Coventry, Newcastle, Glasgow e Cardiff), o

governo do país, o comitê organizador local e o comitê organizador internacional; sendo que estes dois últimos órgãos receberam parte de seus recursos de patrocínios de empresas e outra parte da venda de bilhetes totalizando 11,3 bilhões de libras esterlinas. O caso dos Jogos a serem realizados em 2016 no Brasil os recursos também estão sendo captados dos governos das cidades sede (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Manaus), o governo do estado do Rio de Janeiro, o governo do país, o comitê organizador local e o comitê organizador internacional. No caso do evento a ser realizado no Brasil, também, os recursos dos comitês organizadores locais e internacional virão da venda dos ingressos assim como de empresas patrocinadoras. Segundo dados oficiais do Ministério do Esporte brasileiro (disponível em [www.esporte.gov.br/arquivos](http://www.esporte.gov.br/arquivos), acessado em 05/04/2015) o custo previsto inicialmente para a realização do evento está previsto em 24 bilhões de reais o que equivale a 5,3 bilhões de libras esterlinas.

No que se refere aos programas esportivos desenvolvidos ou incentivados pelo governo brasileiro para melhorar a posição do país no ranking do Comitê Olímpico Internacional, assim como ocorrera durante a preparação das equipes do Reino Unido para os jogos de Londres em 2012, tivemos a implantação de várias ações de incentivo ao esporte no Brasil.

Além dos projetos já indicados neste estudo (Brasil Medalhas, Bolsa atleta e Bolsa pódio) vale acrescentar a criação de uma rede nacional de treinamento composta por centros de treinamento de alto rendimento nacionais, estaduais e municipais sob a supervisão dos Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiros. A Lei 12.395/2011 estabelece que:

Art. 16. Fica criada a Rede Nacional de Treinamento, vinculada ao Ministério do Esporte, composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais,

articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paralímpico desde a base até a elite esportiva.

Art. 17. A Rede Nacional de Treinamento fomentará o desenvolvimento regional e local de talentos e jovens atletas, em coordenação com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, além de centros regionais e locais, na forma e condições definidas em ato do Ministro de Estado do Esporte.

Esta rede nacional de treinamento já conta com instalações em pleno funcionamento, segundo dados oficiais do Ministério do Esporte (disponíveis em [www.esporte.gov.br/arquivos](http://www.esporte.gov.br/arquivos) acessado em 01/04/2015) nos estados de Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará.

Diante do exposto até aqui é possível deduzir que os mega eventos esportivos realizados no Brasil, seguramente, deixarão legados importantes nos vários aspectos identificados assim como provocará significativas modificações em vários setores do cotidiano do povo brasileiro.

Como esta investigação tem interesse específico nos legados relacionados com o esporte e mais ainda com as práticas esportivas escolares passemos, pois, à revisão sobre os eventos esportivos escolares no Brasil como elemento essencial da revisão bibliográfica inicial deste estudo e como elemento básico para a compreensão e análise do relato dos professores de educação física do estado de Goiás.

#### 2.4 Os eventos esportivos escolares no Brasil

De maneira geral os eventos esportivos escolares que são realizados em todos os estados do país apresentam a mesma estrutura de organização, os mesmos critérios de premiação e o mesmo sistema de disputa.

Até o ano de 2006, a responsabilidade pela realização das competições esportivas escolares em âmbito nacional era da Subsecretaria nacional de educação física e esportes do Ministério da Educação e desde esta data a responsabilidade passou a ser do Departamento de Esporte Escolar do Ministério do Esporte e a execução técnica do evento passou a ser do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Esta mudança no comando geral dos eventos nacionais também promoveu mudanças nas estruturas estaduais e municipais de organização e realização dos eventos esportivos escolares; chegando até o nível das aulas de educação física escolar, pois faz com que o professor tenha que priorizar o ensino e o treinamento do esporte em detrimento dos demais conteúdos de ensino em suas aulas.

A partir da data em que a organização dos eventos esportivos escolares passou para a responsabilidade do COB, as equipes representativas de cada um dos vinte e sete estados e do distrito federal foram classificadas e separadas de acordo com o *ranking* das competições não escolares disputadas até o ano de 2005. Desde então, participam nas competições em um sistema de promoção e rebaixamento para as primeiras e segundas divisões. Esta forma de organização permite a redução do tempo de realização das competições, pois os integrantes das várias divisões jogam ao mesmo tempo, em locais separados. Tal redução também faz diminuir o custo operacional do evento.

O regulamento geral das competições escolares nacionais determinam outros dois procedimentos que contribuem para a diminuição do tempo de realização destas competições que são desobrigatoriedade de disputa da classificação final de todas as equipes assim como a

necessidade de desocupação de todas as dependências oficiais do evento (hoteis, restaurantes, ginásios, etc.) em até 24 horas após o encerramento da desclassificação da equipe. Isso significa, por exemplo, que uma equipe que for sorteada para uma chave de três equipes, pode disputar duas partidas e, caso seja derrotada em ambas, ter que deixar o evento no terceiro dia das competições.

As modalidades em que são realizadas as competições são todas as que compõem o quadro olímpico além da modalidade de futsal; embora esta última seja a modalidade com o maior número de praticantes no contexto escolar e, conseqüentemente, a que apresenta o maior número de equipes concorrentes, segundo dados do próprio COB.

De acordo com o regulamento geral das Olimpíadas Escolares Brasileiras / OE, a composição das delegações de cada uma dos estados brasileiros deve ter a seguinte composição:

*Quadro 4: Quantitativo de atletas das modalidades individuais :*

MODALIDADES INDIVIDUAIS	QUANTIDADE DE ATLETAS		Treinadores
	Masculino	Feminino	
ATLETISMO	13	13	02
CICLISMO	02	02	01
GINÁSTICA RITMICA		02	01
JUDO	08	08	02
NATAÇÃO	08	08	01
TAEKWONDO	03	03	01
TENIS DE MESA	02	02	01
XADREZ	01	01	01

*Fonte: Regulamento Geral das OE/2011 – § 1º do artigo 15*

Na modalidade da natação, de acordo com o regulamento geral das OE, cada atleta somente pode participar de uma prova individual e um revezamento e a quantidade máxima de atletas é de oito por estado, nunca teremos a participação máxima nesta modalidade, pois a mesma prevê a realização de dez provas individuais e mais três de revezamento.

As modalidades coletivas apresentam o seguinte quadro:

*Quadro 5: Quantitativo de atletas das modalidades coletivas*

MODALIDADES COLETIVAS	QUANTIDADE DE ATLETAS				Treinadores
	Feminino		Masculino		
	Min.	Max.	Min.	Máx.	
BASQUETEBOL	08	10	08	10	02
FUTSAL	08	10	08	10	02
HANDEBOL	10	12	10	12	02
VOLEIBOL	09	10	09	10	02

*Fonte: Regulamento das OE/2011 – § 2º do artigo 15*

Impõem-se, a partir desta nova configuração dos eventos esportivos escolares nacionais algumas perguntas que nos parecem importantes:

- Como se pode promover aspectos como a integração e a socialização entre atletas e equipes que se encontram uma ou duas vezes durante todo o evento?
- Como se pode facilitar o intercambio de experiências entre alunos e professores dos vários estados do país uma vez que são separados já no momento de inscrição de suas equipes?

Coincidentemente os eventos esportivos escolares nacionais passaram a adotar o sistema de disputa e de classificar as equipes baseados no esporte de alto rendimento ao mesmo tempo em que o país fora escolhido, em 2009, como sede dos jogos Rio - 2016. Nas modalidades individuais em que ocorrem disputas nos eventos esportivos escolares nacionais como o atletismo e a natação, por exemplo, não basta que os alunos tenham sido campeões em seus respectivos estados, eles tem que alcançar as marcas mínimas, determinados pelo COB. Normalmente estes índices mínimos correspondem às últimas classificações da última edição nacional do evento.



O regulamento geral das OE evidencia, além das exigências já destacadas, alguns aspectos que tem relação com os grandes espetáculos esportivos como: um documento de cessão dos direitos de imagem para a organização do evento, um seguro de vida e acidentes e um documento em que todo participante se obriga a estar presente em todos os momentos de divulgação do evento, bem como conceder entrevistas para as emissoras de TV oficiais do evento. Os eventos esportivos escolares nacionais se tornaram um espetáculo como os eventos do esporte de alto rendimento.

As cidades que realizam as competições nacionais sob o formato determinado pelo COB, por sua vez, devem cumprir uma série de obrigações que são organizadas e informadas previamente em um caderno de encargos semelhante ao das cidades que pretendem realizar competições olímpicas internacionais. Em 2010, a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, realizou a etapa nacional da categoria juvenil e, de acordo com o site oficial do COB ([www.cob.org.br/eventos](http://www.cob.org.br/eventos)), foi a edição que superou todos os demais no que se relaciona com o número de participantes e escolas. Segundo a organização geral do evento participaram quatro mil e quatrocentos alunos e alunas.

Se relacionarmos esta quantidade de participantes do evento nacional com o número de alunos (apenas do estado de Goiás) que poderiam participar do evento estadual, que foi de 770.000 no mesmo ano, teríamos uma taxa de participação inferior a 1%.

Estes números nos obrigam a fazer perguntas como:

1. Estes eventos atendem aos interesses do esporte escolar, das escolas ou dos estudantes brasileiros?
2. Os estados e as cidades do interior do país têm as mesmas condições de participar de uma competição como estas?

3. As políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e para o esporte educacional estão sendo bem interpretadas pelos realizadores deste tipo de evento?

Ainda utilizando os dados do evento citado anteriormente observou-se que 50% das escolas participantes do evento são privadas e as demais são públicas ou mantidas por convênio entre o governo e instituições sem fins lucrativos. Se considerarmos o fato de que o sistema educacional brasileiro é composto por 80% de escolas públicas, podemos deduzir que as escolas particulares participaram em número proporcionalmente muito superior que as públicas.

Apresentaremos, a seguir, algumas considerações sobre os eventos esportivos escolares no estado de Goiás e na cidade de Goiânia para concluir a composição do quadro teórico desta investigação.

#### 2.4.1 Os eventos esportivos escolares em Goiás

De acordo com os arquivos e registros dos Grupos de pesquisa sobre o esporte escolar e o de pedagogia do esporte da Universidade Federal de Goiás ([www.fef.ufg.br/pesquisa/geespe](http://www.fef.ufg.br/pesquisa/geespe) e [www.fef.ufg.br/pesquisa/labphysis](http://www.fef.ufg.br/pesquisa/labphysis)), assim como os dados da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, os eventos esportivos escolares são realizados em várias etapas durante todo o ano letivo e tem como objetivo final a classificação das melhores equipes para a competição nacional já indicada anteriormente.

Ainda que em quase todos os vinte e sete estados do país a organização dos eventos esportivos escolares seja de responsabilidade das Secretarias de Educação e apresentem as mesmas características e os mesmos sistemas de disputa, adotaremos como base para esta investigação a realidade do estado de Goiás nos últimos dez anos.

Do ponto de vista do relato dos dirigentes esportivos e educacionais do estado de Goiás entrevistados na primeira etapa desta investigação (já citada anteriormente como DEA), temos que os eventos esportivos escolares sempre foram realizados pela Secretaria de Educação do estado através de um departamento especializado e com financiamento do próprio governo até o início da década de 1980. Depois disso as edições anuais dos eventos esportivos escolares somente tem sido possíveis a partir do financiamento de patrocinadores como instituições bancárias.

Atualmente o órgão encarregado da realização da fase estadual das Olimpíadas Escolares é a Gerencia de Desporto Educacional (GEDE) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, com o apoio técnico da recém criada Federação Goiana de Desporto Escolar. Porém, a responsabilidade pela organização, realização e avaliação das três primeiras etapas do evento é dividida com as subsecretarias municipais e regionais de educação em todo o estado. Ou seja, a SEE mantém no interior do estado de Goiás trinta e oito Subsecretarias Municipais de Educação e outras oito Subsecretarias Regionais.

Vejamos, a seguir, as etapas em que se encontram estruturados os eventos esportivos escolares no estado de Goiás.

#### I. A etapa escolar ou jogos inter-classes

A primeira etapa se realiza com a participação das equipes organizadas no interior da escola com a participação de seus próprios alunos até que se obtenha uma equipe vencedora em cada uma das modalidades esportivas e faixa etárias em que são disputadas as outras fases do

evento. Nesta etapa, as escolas tem liberdade para realizar competição em quaisquer outras modalidades esportivas, para além das que constam da programação oficial.

Como exemplos destas modalidades o Grupo de Estudos sobre o Esporte Escolar (GEESPE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e alguns trabalhos de conclusão de curso como Brito (2002), Castro (2002) e Cortez (2003) destacaram algumas práticas que foram esportivizadas como a queimada<sup>16</sup>, o basquetebol 3 x 3 e o futsal com equipes formadas por atletas de ambos os sexos. Esta etapa é organizada a partir das aulas regulares de educação física e o professor de educação física, normalmente, desempenha as funções de organizador e árbitro.

Com o objetivo de aumentar as taxas de participação nos eventos esportivos escolares o estado de Goiás criou, em 2001, um programa de incentivo ao desenvolvimento do esporte no interior das escolas públicas que previa o pagamento de uma carga horária extra para o professor que apresentasse projetos específicos e treinasse equipes em horários diferenciados das aulas regulares de educação física. Este programa de atividades extra curriculares (PRAEC) foi instituído pela portaria 2098/2001 da SEE do estado de Goiás e de acordo com os registros da GEDE da SEE o número de participantes diminuiu no ano de 2010 em relação ao ano de 2009 e demais anos de funcionamento do PRAEC.

## II. A segunda etapa ou fase municipal

A segunda etapa dos eventos esportivos escolares do estado de Goiás se realiza entre as escolas localizadas em uma mesma cidade, com o sistema de disputa de eliminatória simples, até

---

<sup>16</sup> A queimada é um jogo onde se confrontam duas equipes de até doze alunos e alunas com o objetivo de fazer uma bola de borracha tocar nos jogadores da equipe adversária sem que estes consigam segura-la.

que se conheça a equipe campeã de cada uma das modalidades e naipes em suas respectivas faixas etários.

Nesta etapa, até o ano de 2005, não se permitia a participação de escolas privadas nas mesmas modalidades que as escolas públicas. Em algumas cidades, no ano de 2006, se realizaram duas competições paralelas e um confronto final entre os campeões de cada um dos sistemas de ensino para definir qual delas representaria a cidade na etapa seguinte da competição. No ano seguinte realizou-se apenas uma competição com a participação de todas as escolas das cidades.

Toda a responsabilidade com relação à realização desta fase é da Secretaria Municipal de Educação e no caso das cidades do interior do estado de Goiás esta fase da competição é realizada no horário das aulas de educação física. As escolas se enfrentam por duas vezes em sistema de eliminatória simples com dois turnos: uma partida em cada escola até que se defina uma única classificada para a fase seguinte. Normalmente as disputas das duas primeiras etapas da competição estadual são realizadas no primeiro semestre do ano letivo.

### III. Terceira etapa ou fase micro-regional

Na terceira etapa, as equipes vencedoras de cada cidade se enfrentam em uma competição que promove o encontro dos representantes de cidades circunvizinhas e sob a jurisdição de uma Secretaria Municipal de Educação designada pela SEE. A partir desta etapa da competição as escolas são obrigadas a deslocar-se para uma única cidade de seu entorno geográfico próximo e começam a surgir as desistências de algumas escolas públicas do evento.

Até o ano de 1998 se permitia a formação de equipes com jogadores de qualquer escola da cidade participantes nesta etapa; eram as chamadas seleções municipais. Esta forma de composição das equipes que participariam da terceira etapa da competição resistiu até o ano de 1999. Já no regulamento geral da competição deste ano (SEE, 1999) a composição das equipes para a terceira etapa voltava a ser obrigatória com alunos regularmente matriculados nas escolas vencedoras da segunda etapa.

Outro importante aspecto a destacar no regulamento geral das competições escolares do estado de Goiás tem relação direta com a valorização do trabalho do professor de educação física e com a concepção de vinculação do esporte que acontece nos eventos esportivos escolares. A obrigatoriedade de incluir apenas alunos da escola campeã e a necessidade de presença de um professor de educação física em todas as partidas fez com que o trabalho do professor fosse reconhecido, para além de garantir a vinculação da equipe e seus integrantes com a escola e com as aulas de educação física escolar.

#### IV. Quarta etapa ou fase regional

A quarta etapa da competição oficial serve para reunir as melhores equipes da fase anterior em cada uma das modalidades coletivas os campeões de cada uma das provas de cada sexo nas modalidades individuais.

De acordo com o regulamento oficial da edição de 2011 do evento estadual esta etapa seria realizada de acordo com a seguinte distribuição geográfica:

*Quadro 06:* Distribuição geográficas das cidades onde se realizaram Olimpíadas

Escolares/2011

Região I	Região II	Região III	Região IV
<i>PALMEIRAS</i>	<i>AP. DE GOIANIA</i>	<i>MINAÇU</i>	<i>LUZIANIA</i>
<i>SÃO LUIS M.</i>	<i>SILVANIA</i>	<i>SÃO MIGUEL</i>	<i>POSSE</i>
<i>BELOS</i>	<i>GOIÂNIA</i>	<i>URUAÇU</i>	<i>FORMOSA</i>
<i>TRINDADE</i>	<i>ANAPOLIS</i>	<i>PORANGATU</i>	<i>CAMPOS BELOS</i>
<i>PIRANHAS</i>	<i>PIRACANJUBA</i>		<i>PLANALTINA</i>
<i>IPORÁ</i>			
Região V	Região VI	Região VII	Região VIII
<i>GOIANESIA</i>	<i>JUSSARA/BRITANIA</i>	<i>QUIRINOPOLIS</i>	<i>CATALAO</i>
<i>RUBIATABA</i>	<i>ITAPURANGA</i>	<i>JATAÍ</i>	<i>GOIATUBA</i>
<i>CERES</i>	<i>CID. DE GOIÁS</i>	<i>RIO VERDE</i>	<i>MORRINHOS</i>
<i>ITAPACI</i>	<i>ITABERAÍ</i>	<i>MINEIROS</i>	<i>ITUMBIARA</i>
	<i>INHUMAS</i>	<i>STA. HELENA</i>	<i>PIRES DO RIO</i>

*Fonte: artigo 76 (SEE, 2011)*

Para a definição das cidades anfitriãs desta fase da competição, a GEDE realiza um exame detalhado nas instalações esportivas, na estrutura de hospedagem e nas condições de oferecimento de alimentação para as delegações visitantes e determina qual delas receberá a competição.

O grau de dificuldade na organização desta fase da competição é tão importante que, desde o ano de 2000, a responsabilidade geral pela realização dos jogos passa a ser da GEDE. Os coordenadores técnicos de cada uma das modalidades também são indicados pela GEDE entre os professores de educação física das cidades que não tenham nenhuma equipe classificada para esta fase sob o argumento de se garantir a isenção e neutralidade necessárias para a coordenação do evento. A partir desta etapa, a equipe de arbitragem é designada pela coordenação geral do evento com o apoio das federações esportivas do estado.

Também é nesta etapa que os professores de educação física mais se esquecem dos princípios básicos do esporte educacional e dos objetivos apresentados no regulamento geral da competição como o princípio da cooperação, da inclusão, da integração e o *fair play* em todos os momentos do evento. De acordo com o relato de professores que participaram de uma

investigação publicada anteriormente (Guimarães, 2002), nesta etapa se destaca o desejo de vencer e de avançar na competição mais que as demais por parte dos alunos e também dos professores. Para estes últimos o fato de se classificar para a última etapa da competição representa a aprovação do trabalho que o mesmo desenvolve no contexto de suas aulas de educação física curriculares.

#### V. Quinta etapa ou fase estadual

No âmbito dos eventos esportivos escolares do estado de Goiás a quinta fase é a última. Nesta etapa os campeões conquistam o direito de representar o estado na competição nacional.

Como já destacado anteriormente, nesta fase da competição somente podem participar as equipes que se classificarem como campeãs da etapa regional até o máximo de oito equipes em cada uma das modalidades e naipes, bem como os primeiros classificados nas provas dos esportes individuais para uma competição que se realiza em quatro dias. Este curto espaço de tempo faz com que o sistema de disputa das modalidades coletivas do evento seja modificado. Ou seja, na primeira fase se adota o rodízio entre as equipes de cada grupo e na segunda fase se utiliza o sistema de eliminatória simples.

Limita-se nesta etapa do evento, o número máximo de 200 integrantes em cada delegação, incluindo neste número os atletas, treinadores e dirigentes. Nas quatro últimas edições da etapa estadual (2009 a 2013) as competições das modalidades coletivas foram programadas de forma que a fase classificatória tivesse seus jogos concluídos antes do início das competições das modalidades individuais e a fase final das modalidades individuais e coletivas terminasse no mesmo dia.



Ao final das cinco etapas são definidos os representantes de cada estado para participação na etapa nacional e os campeões nacionais tem participado nos últimos de competições internacionais organizadas pela Confederação Sulamericana de Desporto Escolar que, desde 2011, tem realizado campeonatos continentais escolares de várias modalidades esportivas ou até mesmo de campeonatos internacionais de esporte escolar organizado sob a responsabilidade da federação internacional de esporte escolar.

Antes de apresentar o percurso metodológico deste estudo e, até mesmo para facilitar a compreensão do mesmo, retomaremos no item seguinte as questões apresentadas durante a revisão bibliográfica apresentada até aqui e as respectivas problematizações que justificam esta investigação.

## 2.5 Problematização

Com o objetivo de resgatar as perguntas iniciais e delimitar de forma mais evidente o problema de pesquisa julgamos importante a inclusão deste breve capítulo que denominamos de problematização.

A convivência com o fenômeno esportivo no contexto escolar, em função de atuar como professor de disciplinas de caráter esportivo no curso de formação de professores de educação física da Universidade Federal de Goiás assim como por desenvolver projeto de acompanhamento e avaliação dos eventos esportivos escolares oficiais do estado de Goiás desde 2000, foi responsável pelas primeiras inquietações e questionamentos desta investigação. O

referido projeto de acompanhamento dos eventos esportivos escolares do estado de Goiás<sup>17</sup> evidenciou diversos aspectos positivos e negativos que foram sistematizados sob a forma de dissertação de mestrado publicada anteriormente (Guimarães, 2002).

Algumas conclusões do referido estudo desencadearam um processo de mudanças relacionadas com o aspecto técnico dos eventos esportivos escolares no estado de Goiás, entretanto outros problemas se tornaram mais evidentes com o estudo. Entre as mudanças que ocorreram a partir do processo de avaliação desencadeado pelo estudo indicado acima destacam-se:

1. O sistema de disputa das fases regional e estadual deixaram de ser eliminatória simples e passou a ser sob a forma de rodízio no interior dos grupos para possibilitar uma maior quantidade de jogos para as equipes classificadas;
2. Durante as disputas das modalidades esportivas de quadra (basquete, futsal, handebol e voleibol) da categoria infantil todos os alunos inscritos devem participar em, pelo menos, um quarto (1/4) da partida;
3. A premiação distribuída na categoria infantil, até 14 anos, passou a ser a mesma para todos os participantes, ainda que permaneça a classificação dos melhores classificados para a fase subsequente; e
4. O número de alunos inscritos até a segunda fase (municipal) pode chegar até o máximo permitido pelas regras oficiais das modalidades assim como podem ocorrer substituições durante o evento.

Por outro lado, identificou-se também grande insatisfação dos professores de educação física que participaram como informantes do estudo em relação às políticas públicas para a

---

<sup>17</sup>Projeto cadastrado na Pro reitoria de Graduação da UFG em 2002 sob o título *Eventos esportivos escolares como campo de investigação científica* e recadastrado em 2004 sob o título *Eventos esportivos escolares e a formação de professores de educação física no estado de Goiás*.

educação e para a educação física e o ensino do esporte no contexto escolar; principalmente em relação a algumas diretrizes para a educação introduzidas pela nova LDB, já discutida anteriormente neste estudo, que influenciaram diretamente o ensino da educação física no contexto escolar. Tal insatisfação vem se manifestando, desde 2001, na diminuição sistemática do número de escolas e alunos participantes nos eventos esportivos escolares oficiais do estado de Goiás; uma insatisfação que fez a taxa de participação de alunos e alunas atingir índices inferiores a 5% do público apto a participar dos eventos esportivos escolares. Os professores indicaram as mudanças recentes na forma de organização da educação física brasileira como a inclusão das aulas da disciplina no mesmo turno que as outras disciplinas do currículo assim como as formadas por alunos e alunas ao mesmo tempo como os principais fatores que poderiam estar influenciando na queda do nível de aprendizado das habilidades motoras específicas dos esportes nas aulas de educação física e, por isso também, a dificuldade de organizar e treinar equipes representativas das escolas.

A portaria 2098/2001 da Secretaria Estadual da Educação, também comentada neste estudo, buscou minimizar os problemas indicados pelos professores para a continuidade do desenvolvimento do esporte no contexto escolar com a autorização de uma carga horária específica para o próprio professor de educação física da escolar desenvolver o treinamento desportivo no contexto escolar. Embora o referido dispositivo legal tenha resolvido parte do problema – o da carga horária específica – vale ressaltar que a nova LDB também estabelecia diretrizes para várias as várias áreas do currículo escolar que pareceram impactar negativamente no ensino do esporte escolar. No caso específico da educação física escolar os PCNs (Brasil, 1997), já tratados neste estudo, previam o tratamento generalizado e igualitário de todos os elementos da cultura corporal de movimento; deslocando o ensino do esporte do papel

hegemônico que desempenhava, até então, para uma situação de coadjuvante na área da educação física escolar.

Assim, se considerarmos o fato de que os eventos esportivos escolares realizados oficialmente pela Secretaria Estadual de Educação são resultados de Leis e projetos oficialmente aprovados pelo estado de Goiás podemos considerar que as políticas públicas para a educação, para a educação física e para o esporte escolar parece ter importante influencia sobre as práticas esportivas que são desenvolvidas no contexto escolar.

Daí que, inicialmente, buscou-se compreender quais as relações das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e as práticas esportivas escolares no estado de Goiás/Brasil; buscou-se, também inicialmente, compreender estas relações a partir da percepção dos gestores educacionais e esportivos.

Entretanto percebeu-se que a pesquisa planejada inicialmente apresentou fragilidades. Isto é, a identificação e análise das relações indicadas acima não poderiam ser compreendidas a partir do relato ou das impressões de representantes de apenas um dos segmentos envolvidos no processo de implantação das referidas políticas públicas educacionais e esportivas no estado de Goiás e no Brasil de maneira geral.

Os primeiros sujeitos de pesquisa a serem entrevistados foram os dirigentes esportivos e os dirigentes educacionais do estado de Goiás. Embora tivéssemos tres fontes de informações e pudéssemos utilizar o processo de triangulação para a coleta e para a análise das informações os dados se mostraram insuficientes para compreender adequadamente o problema proposto. Ou seja, o relato dos dirigentes, as políticas públicas e os dados estatísticos sobre as práticas esportivas escolares foram capazes de identificar apenas os pontos frágeis e os pontos positivos das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte com relação às práticas esportivas

escolares, mas não foram capazes de compreender com a devida profundidade as relações que se evidenciaram entre ambas; e, claro, não poderiam subsidiar qualquer proposta de intervenção no contexto estudado.

O tribunal da Universidade Autônoma de Madrid sugeriu, então, que se ouvisse outro grupo de atores que também fazem parte do processo de implantação das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e no contexto escolar – os professores de educação física que estão envolvidos com o ensino do esporte no contexto escolar. Até mesmo porque se entendeu que as informações e impressões obtidas nos relatos dos dirigentes esportivos e educacionais se mostraram inconsistentes para a elaboração de uma tese de doutoramento sobre o tema do esporte escolar em um país que acabara ser escolhido para sediar os dois maiores eventos esportivos da atualidade nos anos de 2014 e 2016. Dito de outra forma, o relato dos dirigentes esportivos e educacionais poderiam servir, apenas, como um ponto de partida para a compreensão das relações existentes entre as práticas esportivas escolares e as políticas públicas do governo brasileiro e que seria recomendável a inclusão dos professores de educação física envolvidos com o ensino dos esportes contexto escolar como importante fonte de informações.

Posteriormente e já vinculado ao programa de doutoramento da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, a partir de 2012, fomos orientados a incluir uma importante variável para a análise do problema das taxas de participação nas práticas esportivas escolares. Trata-se dos mega eventos esportivos enquanto fator interveniente na prática esportiva escolar brasileira; especialmente pelo fato de o país ter sido escolhido para a realização dos principais eventos esportivos da atualidade nos próximos anos – a CM 2014 e os Jogos do Rio 2016.

A inclusão do tema dos mega eventos esportivos no estudo motivou, obviamente, uma revisão bibliográfica detalhada sobre o tema que nos alertou para fatores como as várias formas de manifestação dos legados de um mega evento para as cidades e países sediantes assim como para as várias possibilidades de questionamentos sobre os impactos e influências destes eventos nas práticas esportivas escolares a serem feitos para os professores de educação física já entrevistados.

Desta forma, as questões iniciais deste estudo estavam relacionadas exclusivamente ao impacto das políticas públicas do governo brasileiro nas práticas esportivas escolares a partir do relato dos gestores; em seguida incluiu-se o relato dos professores de educação física e finalmente acrescentou-se a temática dos grandes eventos esportivos e seus impactos nas práticas esportivas escolares.

Temos, então, como pergunta central deste estudo: quais os impactos das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e dos mega eventos esportivos nas práticas esportivas escolares no estado de Goiás?

Além da revisão bibliográfica sobre os temas das políticas públicas, dos mega eventos esportivos e das práticas esportivas escolares este estudo contou, como fonte privilegiada de informações o relato dos gestores esportivos e educacionais na primeira etapa e dos professores de educação física envolvidos com a prática esportiva escolar/eventos esportivos escolares, todos do estado de Goiás.

E, para atingir o objetivo geral deste estudo, percorreu-se um complexo percurso metodológico que apresentamos a seguir.

### 3 - METODOLOGIA

Minayo (1996) destaca que nada pode constituir-se em um problema de pesquisa sem haver sido, antes, um problema da vida prática do pesquisador. Um problema de pesquisa não surge de maneira espontânea. Surge de interesses e circunstâncias condicionadas, fruto de uma determinada inserção na realidade na qual encontra suas razões e seus objetivos.

Diante desta perspectiva é importante dizer que a preocupação com o tema das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e esporte escolar surgiu a partir do início de nossa atuação como professor do curso de formação de professores de educação física da Universidade Federal de Goiás em 1989. Há pelo menos vinte e cinco anos o esporte escolar tem ocupado lugar destacado em nossa trajetória profissional e por isso emerge como um importante problema de pesquisa como sugere a autora.

É importante ter claro que para se obter êxito na realização de uma pesquisa com características qualitativas é necessário esclarecer alguns aspectos básicos. De acordo com Denzin e Lincoln (1993, *apud* Rodriguez Gomez, 1999), cada pesquisador enfrenta a realidade a partir de um conjunto de idéias ou de um marco teórico que determina uma série de questões que são examinadas de uma forma determinada e com objetivos estabelecidos previamente.

#### 3.1 Características da pesquisa

Os resultados de um trabalho de investigação se mostram significativamente influenciados pelos instrumentos empregados na coleta de dados, pela teoria escolhida e pelas técnicas de análises empregadas pelo investigador. Mesmo assim, é importante esclarecer alguns aspectos sobre este assunto. Inclusive porque, segundo Denzin e Lincoln (1994), a pesquisa que se propõe qualitativa se caracteriza por todo um conjunto de escolhas muito complexas. Em nenhum outro momento histórico o pesquisador qualitativo teve tantos paradigmas, métodos, técnicas e instrumentos de coleta e estratégias de análises dentre os quais deve optar. Por isto é necessário apontar, de acordo com Rodriguez Gomez (1999), que não existe somente um tipo de pesquisa qualitativa senão múltiplos enfoques cujas diferenças fundamentais se destacam pelas opções que se escolhe em cada um dos níveis de atuação durante a pesquisa.

Desta forma, no conjunto dos principais métodos qualitativos apresentados por autores como Denzin e Lincoln (1994); Ludke e André (1986); Triviños (1989) e Minayo (1989), o presente estudo apresenta algumas características do estudo de caso e outras da teoria fundamentada. Porém sempre levando em consideração o suporte de uma reflexão crítica e qualitativa sobre os dados coletados.

No que se refere às aproximações com o estudo de caso<sup>18</sup>, esta pesquisa destaca a exploração da natureza do fenômeno esportivo na prática escolar; a busca de informações quantitativas que não tenham sido analisadas qualitativamente e a investigação de um pequeno número de casos, do relato dos professores de educação física com relação às influências das políticas públicas brasileiras e os eventos esportivos (escolares e não escolares!) nas práticas esportivas escolares.

---

<sup>18</sup> Compreendido, de acordo com Ludke e André (1986), como o método de investigação pelo qual se capta o modo de vida de uma realidade social concreta e através do qual se persegue a descrição ou reconstrução analítica do caráter interpretativo da cultura, formas de vida e estrutura social do grupo pesquisado.



De maneira resumida, podemos dizer que, nesta pesquisa, o objeto de estudo surgiu no contexto educativo no qual tempo, lugar e participantes desempenham um papel fundamental. O fenômeno da participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares e suas relações com as políticas públicas brasileiras e os eventos esportivos escolares tem relação direta com o contexto escolar e com as crenças de alunos e professores de educação física envolvidos neste processo.

Por outro lado também podemos afirmar que a pesquisa apresenta características da teoria fundamentada <sup>19</sup> pelo fato de buscar gerar uma teoria para desenvolver uma explicação do como e por quê ocorre determinado fenômeno. Que, neste caso concreto, são as relações entre as práticas esportivas escolares, as políticas públicas do governo brasileiro e os eventos esportivos a partir da perspectiva dos responsáveis pela colocação em prática das referidas políticas.

Desta forma, e como sugere Rodriguez Gomes (1999), uma investigação com características da teoria fundamentada deve propor-se conhecer que significado tem os fenômenos, as práticas e as palavras para os grupos sociais e como estes interagem uns com os outros para fundamentar suas análises e, a partir de tudo isso, construir sua teoria sobre o problema investigado.

Por fim, devido à complexidade do tema e da grande quantidade de fatores e características dos distintos contextos que se relacionam, escolhemos a junção de dois tipos de investigação qualitativa, estudo de caso e teoria fundamentada. Assim como a associação de duas técnicas complementares de coleta de dados: grupos de discussão e entrevistas individuais; sendo que a primeira técnica serviu para se obter um panorama geral das práticas esportivas escolares em todo o estado de Goiás bem como para identificar os representantes de cada região do estado

---

<sup>19</sup> Nesta pesquisa, compreendida como uma metodologia que está fundamentada na coleta e análise sistemática de dados. De acordo com Rodriguez Gomez (1999), a teoria fundamentada se desenvolve durante a investigação e a partir dos dados coletados.

a serem entrevistados em seguida. Vejamos, então, o caminho metodológico percorrido e suas devidas justificativas.

### 3.2 O percurso metodológico

Como costuma ocorrer nas investigações de natureza qualitativa existem três aspectos básicos ou três etapas obrigatórias que devem ser seguidas: a etapa exploratória, a coleta de dados e a análise final dos dados. No caso concreto desta pesquisa se observou estas mesmas etapas por duas vezes. A primeira para a construção do trabalho de suficiência investigadora junto ao programa de doutoramento da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Autónoma de Madrid e a segunda para a elaboração desta tese de doutoramento. A realização do estudo inicial indicou a necessidade de aprofundar o questionamento sobre o tema a partir do relato dos professores de educação física que atuam com o ensino do esporte no contexto escolar e, por isso, apontados como os responsáveis pela colocação em prática das políticas públicas para o esporte no contexto escolar. Ao mesmo tempo foram identificados como um dos elos de ligação entre as práticas esportivas escolares e os eventos esportivos.

Com o objetivo de evidenciar o ponto de partida para a coleta de dados apresentaremos, a seguir e de forma resumida, as etapas que foram desenvolvidas para a elaboração do estudo inicial (DEA) e, logo depois, as etapas relacionadas com a realização dos grupos de discussão e as entrevistas individuais.

#### 3.2.1 Uma breve revisão do DEA – o ponto de partida

Na etapa exploratória foram realizadas leituras e revisões das leis e dos dados quantitativos relacionados com as taxas de participação de alunos e alunas nos eventos esportivos escolares do Brasil e do estado de Goiás no período entre 1999 e 2009 que, conforme já informado anteriormente, foram admitidos neste estudo como um importante índice para a identificação das taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares.

Observou-se uma aproximação proporcional destes dados quantitativos com os resultados que basearam os estudos de Kunz (1991), a partir dos quais sugere uma transformação didática e pedagógica do esporte escolar e também com os dados que sustentaram a crítica feita ao ensino do esporte no contexto da educação física escolar pelo Coletivo de Autores (1992).

Também durante a revisão bibliográfica do estudo inicial se destacou o estudo de Bracht (1997), que apresenta os elementos básicos para uma sociologia crítica para o esporte brasileiro a partir de alguns aspectos do esporte ensinado nas aulas de educação física e o estudo de Assis Oliveira (1999), que aborda algumas possibilidades de mudança no ensino do esporte escolar e nos eventos esportivos escolares.

Além dos estudos citados, se destacou também o tratamento dado ao esporte escolar pelas sete edições da Constituição brasileira, pelas duas leis gerais do esporte brasileiro (8672/93 e 9615/98), além das três leis de diretrizes e bases da educação nacional (4024/61, 5692/71 e 9394/96).

Na segunda etapa da elaboração do DEA se buscou a identificação, o contato e a realização de entrevistas com roteiros semi estruturados com cada um dos dirigentes do esporte, do esporte escolar e da educação física no estado de Goiás. As entrevistas confirmaram a identificação dos pontos fortes e frágeis das políticas públicas para o esporte e para o esporte

escolar no que se refere às possibilidades de aumento das taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares no estado.

Os pontos identificados como favoráveis ou fortes das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte, foram:

- As diretrizes e os princípios gerais baseados na democratização de acesso e na liberdade de participação de todos.
- A indicação de criação e funcionamento de estruturas e órgãos no âmbito estadual e municipal para o desenvolvimento do esporte e do esporte escolar.
- A indicação da prioridade na destinação dos recursos públicos para o esporte escolar em todas as normas legais observadas.

Já os pontos negativos ou frágeis da legislação foram:

- A flexibilização do oferecimento de aulas de educação física de acordo com a proposta da escola que pode promover a variação entre várias ou nenhuma aula por semana.
- A abertura para a destinação dos recursos públicos para o esporte de alto rendimento em casos específicos sem esclarecer que casos são esses e em qual proporção se pode deixar de priorizar o esporte educacional.
- A inexistência de fiscalização do governo federal para o funcionamento nos estados e municípios de estruturas, entidades e órgãos previstos na legislação nacional.
- A falta de esclarecimento sobre as responsabilidades e atribuições de cada um dos órgãos estaduais de administração e desenvolvimento do esporte e do esporte escolar.

Além destes pontos, se identificou a necessidade de aprofundar a investigação no que se refere à compreensão ou conhecimento que apresentam os responsáveis pela colocação em

prática das referidas políticas públicas nas escolas; sobre a relação que existe entre estas políticas, os eventos esportivos e as práticas esportivas escolares.

Entretanto, para alcançar tal objetivo, se evidenciou também a necessidade de ampliar o leque de técnicas para a coleta de dados, pois tínhamos tantos outros informantes e tantos outros contextos de trabalho diferenciados dos adotados até então.

Vejamos, a seguir, os elementos básicos observados para a eleição das técnicas de coleta de dados que foram utilizadas na segunda parte do estudo.

### 3.3 A escolha das técnicas para coleta de informações

No interior do conjunto de técnicas qualitativas de coleta de dados optamos inicialmente pela realização do grupo de discussão com os professores de educação física que atuavam com o ensino de esportes no contexto escolar no estado de Goiás como o universo total de sujeitos desta pesquisa. Entretanto, quando se começou a identificação dos professores de educação física a partir do registro geral da SEE se verificou um coletivo de mais de quatrocentos e cinquenta professores distribuídos em mais de duzentos municípios do estado (quadro geral de avaliação de projetos esportivos da SEE/2009 – anexo I).

Diante de um universo tão grande e disperso de professores de educação física buscou-se duas alternativas para a de coleta de dados. Uma que pudesse reunir o maior número de professores de cada uma das cidades ou, pelo menos, de cada uma das regiões do estado. E, outra, para reunir os informantes que mais se destacassem nestas reuniões para um momento individual e mais aprofundado – a entrevista.

Estabeleceu-se, então, como critério a participação de representantes de cada uma das regiões do estado na segunda etapa para que se pudesse ter uma amostra que representasse a realidade de todo o estado. Assim, o convite para participação nas reuniões dos grupos de discussão foi enviado, por intermédio da GEDE da SEE, para os professores vinculados às escolas de todas as subsecretarias municipais que participavam dos eventos esportivos escolares oficiais. Solicitou-se que cada uma das trinta e oito Subsecretarias regionais de educação da SEE fosse representada por, pelo menos, um professor de educação física.

A autorização da SEE para a realização da pesquisa com seus professores foi condicionada à eleição de informantes com o título de licenciado em função de política interna de valorização profissional. Outro aspecto observado na escolha dos informantes, desta vez apenas por sugestão da SEE, relacionou-se com a data de realização dos encontros. Ou seja, optamos pelos meses de setembro a dezembro de 2009 em função de os professores estarem participando das terceira e quarta etapas dos eventos esportivos escolares oficiais do estado e, portanto, reunidos em cidades com programações que poderiam abrigar a realização dos referidos encontros.

Com relação aos procedimentos de validação dos instrumentos utilizados para a coleta de dados nesta pesquisa é importante esclarecer que foram realizados dois encontros com professores de educação física da rede pública municipal de Goiânia com o objetivo de discutir a prática esportiva escolar e suas relações com as políticas públicas no auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás nos dias 02 e 06 de março de 2009 com a utilização do mesmo roteiro que foi utilizado nas reuniões dos Grupos de Discussão que seriam realizados no período entre setembro e dezembro daquele ano, mas, em função de problemas de

disponibilidade dos sujeitos participantes foram realizados no ano de 2010; conforme descrição apresentada no item 3.4.4 deste estudo.

O roteiro das entrevistas, por sua vez, foi validado após a realização de três entrevistas-piloto com um professor de educação da rede pública estadual que atendia aos mesmos requisitos exigidos para os demais participantes. A partir dos resultados obtidos em cada uma destas entrevistas foram feitas tantas adaptações quanto necessárias para que as respostas se aproximassem dos objetivos propostos para esta investigação.

A forma inicial de tratamento das informações contidas no anexo I até chegar a um número razoável para a realização dos encontros dos grupos de discussão obedeceu a seguinte ordem:

1. Realizamos a identificação de todos os professores que tiveram seus projetos de treinamento esportivo aprovados no interior dos quatrocentos e cinquenta e oito (458) apresentados. A relação diminuiu para duzentos e quarenta e quatro (244) projetos; anexo II.
2. Identificação dos responsáveis como professores devidamente licenciados. Novamente se observou uma queda no quantitativo atingindo o total de cento e oitenta e três (183); anexo III.
3. Enviamos, então, o convite com um arquivo explicativo sobre a pesquisa, seus objetivos e formas de realização dos encontros para todos os professores identificados no anexo III; anexo IV.

Responderam formalmente ao convite quarenta professores das trinta e oito subsecretarias regionais da SEE.

Sob a forma de gráfico, temos a seguinte configuração:

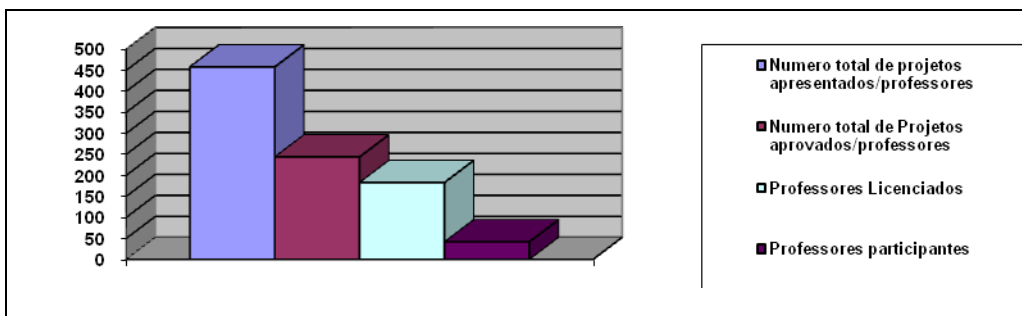


Gráfico 1 : Do nº de projetos apresentados aos participantes dos GD.

A lista com o nome e as cidades onde atuam profissionalmente se pode extrair do anexo I. Porém, para facilitar a visualização da distribuição geográfica de onde ocorreram os encontros, apresentamos um mapa do país e outro do estado de Goiás com as devidas indicações.



Figura 2: Mapa do país com a identificação do estado de Goiás

Fonte: [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps)



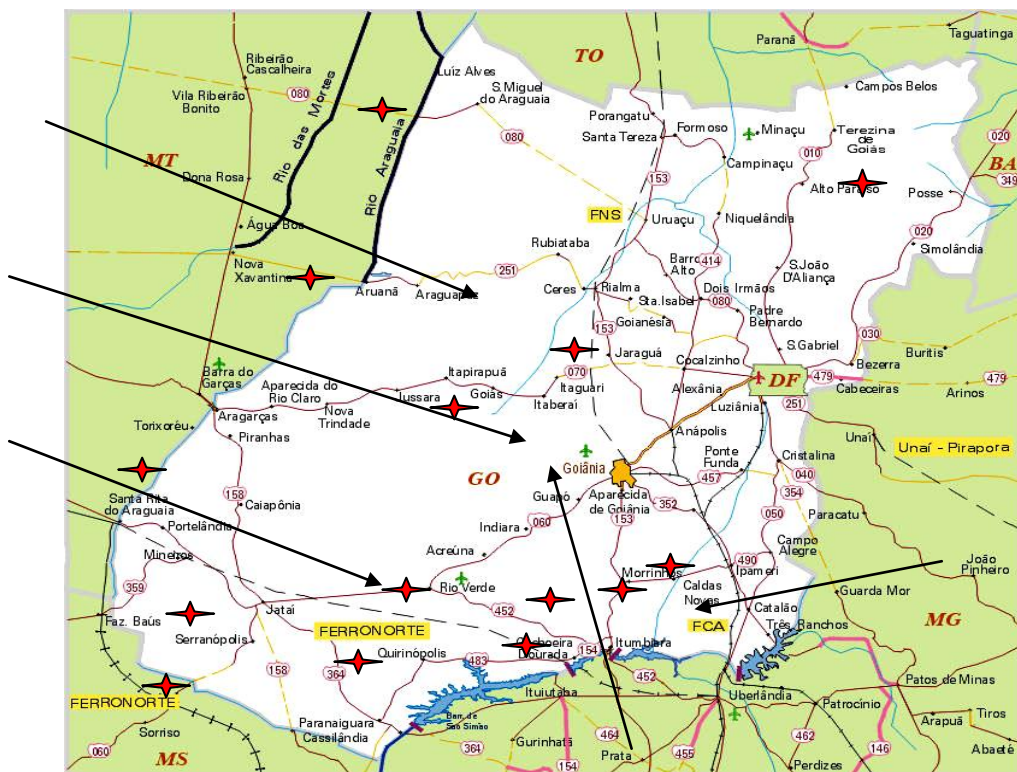


Figura 3 – Mapa do estado de Goiás/Brasil

Fonte: [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps)

Legenda: —→ Cidades onde foram realizados os GD



◆ Cidades de origem dos participantes dos GD

Depois de concluída a fase de identificação do coletivo de professores de educação física que faria parte dos grupos de discussão e das entrevistas, iniciou-se a preparação para a realização dos encontros dos grupos de discussão com os professores convidados.

Nesta fase enviou-se o convite para todas as Subsecretarias de Educação do estado com a solicitação de encaminhamento para todos os profissionais de educação física da região e que abordava os seguintes assuntos:

1. Apresentação da autorização da SEE para a realização da pesquisa;

2. Esclarecimentos sobre o tema das políticas públicas do governo federal, estadual e municipal sobre o esporte e o esporte escolar:

3. Informações estatísticas da participação de alunos e alunas nos eventos esportivos escolares nos últimos cinco anos;

4. Explicações sobre o problema de pesquisa e a metodologia de coleta de dados qualitativos a partir de grupos de discussão;

5. As perguntas básicas a partir das quais se realizariam as discussões nos encontros.

Juntamente com o convite foi enviada uma ficha de identificação dos participantes, em que os convidados autorizavam a utilização de suas imagens e relatos com finalidades acadêmicas e relacionadas com a pesquisa; o termo de consentimento livre e esclarecido do informante. Esta ficha tem sido utilizada em toda pesquisa que envolve dados, depoimentos e imagens dos participantes de pesquisas como exigência dos Comitês de Ética em todo o país.

Em seguida se estabeleceu como critério para a constituição dos grupos de discussão a representatividade da maior quantidade de regiões do estado de Goiás. Ou seja, procurou-se realizar pelo menos uma reunião, sob o formato de grupos de discussão, em cada região geográfica do estado.

Ao final da realização dos grupos de discussão, se confirmou a necessidade de realização de entrevistas individuais com representantes de cada uma destas regiões onde foram realizados os grupos de discussão.

Os critérios adotados para a escolha dos informantes foram, além de ter participado dos grupos de discussão: ter disponibilidade para, pelo menos, mais dois encontros nos próximos seis meses após a primeira participação. Este segundo critério foi adotado para que os informantes

não se esquecessem das discussões iniciais e também para atender às solicitações da SEE quanto ao calendário do ano letivo.

No próximo item deste trabalho, ao mesmo em que apresentamos as características teóricas das duas técnicas de coleta de dados adotada nesta pesquisa destacamos, também, a aplicação das mesmas e suas particularidades; sem que isso represente qualquer análise final dos dados coletados. Dito de outra forma, os comentários que seguem as citações diretas se referem tão somente à técnica de coleta de dados ou às particularidades da aplicação delas nesta pesquisa.

Começemos pela primeira técnica utilizada nesta pesquisa – o Grupo de Discussão (GD).

#### 3.4 O Grupo de Discussão (GD): a origem

Com o aumento do grau de complexidade dos grupos humanos, surgiram também as primeiras dificuldades; especialmente em função da diversificação dos interesses e objetivos das pessoas que faziam parte destes grupos. A tomada de decisão de um grupo é considerada acertada ou equivocada de acordo com as decisões de cada um dos participantes; o grupo, como destaca Richard Krueger (1991):

*...no es ni bueno ni malo; es simplemente un reflejo de las capacidades humanas. El grupo amplia nuestras capacidades y deficiencias individuales. Nuestro fracaso a menudo es el resultado de confusiones acerca del objetivo y el proceso grupal. (Krueger , 1991, p.23)*

Outra dificuldade que costuma surgir na organização dos grupos é a necessidade de um líder. Não é sempre que este líder tem a confiança de todos os integrantes do grupo ou tem habilidade para conduzir os propósitos do grupo e, por isso, o grupo tende a fracassar.

Existem várias formas de organização assim como diferentes tipos de grupos nas sociedades e cultura atuais. Em alguns casos especiais os grupos são organizados desde uma característica comum dos integrantes; o que pode ocorrer sem que os integrantes, sequer, se conheçam. São grupos com tempo de duração determinados até que se atinjam seus objetivos.

Dentre as várias formas de grupos que poderíamos ter utilizado para coletar as informações sobre a influencia das políticas públicas e dos eventos esportivos nas práticas esportivas escolares optamos pelos Grupos de Discussão com a participação de professores de educação física do estado de Goiás que abordaremos a seguir; iniciando por uma breve revisão histórica sobre o tema.

#### 3.4.1 Uma revisão pela história dos Grupos de Discussão

De acordo com Suárez Ortega (2005), os primeiros registros da utilização do GD correspondem à segunda década do século XX com aplicação, principalmente, no desenvolvimento de métodos de pesquisa. Ainda de acordo com a autora, em meados de 1950, o grupo de discussão começou a ter importância como uma técnica atrativa para analisar produtos frente ao público consumidor.

Krueger (1991), por sua vez, destaca que a evolução dos GD em pesquisas de outras áreas do conhecimento humano, que não a psicologia, foi adiada pelos mesmos motivos das outras técnicas de pesquisas qualitativas, ou seja, devido ao interesse pelos procedimentos quantitativos

e por uma predisposição acadêmica em acreditar neste tipo de dados. Além disso, para o autor, o GD “es un procedimiento muy apropiado cuando el objetivo es explicar cómo percibe la gente una experiencia, una Idea o un hecho.” (p.26).

Suárez Ortega (2005) sustenta que devido ao *boom* que a técnica dos GD experimentou nas pesquisas de mercado, a expansão da mesma para outras áreas do conhecimento é muito lenta e ocorre de maneira muito gradual. Concretamente a aplicação da técnica de coleta de dados no âmbito sócio-educativo foi utilizada em campos como a avaliação de necessidades (Buttram, 1990), na análise das visões do professorado sobre a reforma educativa (Flores, 1992) ou em pesquisas sobre gênero e a utilização do tempo por homens e mulheres (Instituto Andaluz de La Mujer, 1998).

Além dos registros históricos sobre a utilização dos GD, é importante destacar que não existe no campo das pesquisas da área da educação física no Brasil nenhuma publicação que tenha adotado esta técnica para coleta de dados e muito menos de maneira associada com entrevistas individuais. Ainda que algumas pesquisas indiquem a técnica de “Grupos Focais”, como estratégia de coleta de dados este estudo se apresenta como pioneiro.

No interior de algumas universidades brasileiras existem grupos de estudos ou pesquisa que costumam realizar reuniões específicas com o formato de um Grupo de Discussão. Ou seja, existe um coletivo de estudiosos que são coordenados por um professor, que aprofundam seus estudos e pesquisas relacionadas com um tema específico e de interesse comum a todos.

Assim, a utilização da técnica dos GD para coleta de dados da forma como é utilizada nesta investigação é inédita e foi escolhida por representar a evolução das técnicas de coleta de dados utilizadas até agora para refletir sobre temas relacionados com o esporte e a partir de relato de professores de educação física.

Ademais do histórico do GD e as técnicas semelhantes na área da educação física é importante conhecer os conceitos que foram considerados antes da opção pela utilização desta técnica de coleta de dados.

### 3.4.2 Conceitos de GD e a pesquisa

Alguns dos autores que estudam GD, enquanto uma técnica de coleta de dados, preferem dizer o que não é um Grupo de Discussão antes de apresentar um conceito para o termo. Da mesma forma, alguns destacam a finalidade ou a utilidade do GD antes de defini-los.

Vejamos as definições que apresentam relação com nosso estudo.

Roger Mucchielli (1978), destaca que

*Se entiende por grupo de discusión, en sentido estricto, un grupo cuyo objetivo es llevar a cabo una confrontación de opiniones, de ideas o de sentimientos de los participantes, con vistas a llegar a unas conclusiones, a un acuerdo o a unas decisiones.*

(Mucchielli, 1978, p.107)

No caso desta pesquisa a confrontação de opiniões dos participantes ocorreu de forma destacada desde os primeiros momentos de realização de cada um dos encontros, pois tínhamos, em todos os casos, professores de educação física que apresentavam trajetórias profissionais diferentes, tempos de carreira díspares e condições de trabalhos também desiguais, além de suas histórias de vida. As conclusões a que se refere o autor foram registradas em áudio e vídeo, mas não se buscou chegar a um acordo entre os participantes. Ou seja, se registrou todas as opiniões

sem julgá-las certas ou erradas senão como a expressão da realidade na qual os sujeitos estavam inseridos naquele momento.

Ibañez (1994) destaca a utilização do GD como um dispositivo de análise, porém destaca que o produto final dos GD para defini-los. Para o autor:

*El grupo de discusión es un dispositivo analizador cuyo proceso de producción es la colisión de los diferentes discursos y cuyo producto es la puesta de manifiesto de los efectos de colisión (discusión) en los discursos personales y en los discursos grupales.*  
(Ibañez, 1994, p.58)

Ainda que o autor considere o GD como um dispositivo para obter um resultado, ele adverte para a diferença e separação entre as opiniões individuais e as grupais. Ou seja, até que ponto podemos separar estes dois discursos ou ainda até que ponto a pessoa deixa de ser um ente individual para submeter seu discurso ao do grupo.

Diante das questões apresentados pelo autor foi possível, durante a realização dos GD desta pesquisa, um movimento do discurso individual para o discurso do grupo e vice-versa. Ou seja, os professores apresentavam sugestões práticas para mudanças na formulação e aplicação das políticas públicas baseados em suas experiências profissionais particulares, tentavam compreender as sugestões dos outros participantes e a aplicação destas em suas realidades profissionais.

A compreensão dos conceitos de “discurso individual” e “discurso grupal” e suas relações com a técnica de investigação foi facilitada aos participantes pelo mediador nos esclarecimentos iniciais que utilizou conceitos de representação coletiva de Durkheim e de representação social de Moscovici (2003). Krueger (1991), por sua vez, ao tentar definir GD coloca que:

*Un grupo de discusión puede ser definido como una conversación cuidadosamente planeada, diseñada para obtener información de un área definida de interés, en un ambiente permisivo, no directivo. Se lleva a cabo con aproximadamente siete a diez personas, guiadas por un moderador experto. La discusión es relajada, confortable y a menudo satisfactoria para los participantes, ya que exponen sus ideas y comentarios en común. Los miembros del grupo se influyen mutuamente, puesto que responden a las ideas y comentarios que surgen en la discusión. (Krueger, 1991, p.24)*

A citação coloca em evidência alguns elementos que garantem maior funcionalidade e aplicabilidade dos GD em relação às demais técnicas de coleta de dados. Sobretudo quando expõe a necessidade da discussão ter que surgir de forma relaxada e ser satisfatória para todos os participantes. Este foi o conceito mais observado em todos os encontros desta pesquisa. O clima de descontração foi predominante em todos os encontros o que facilitou a expressão e a colocação da opinião de todos os participantes.

O conceito apresentado por Flores (1992), por sua vez, destaca a existência da figura do moderador e sua importância para o sucesso da aplicação da técnica do GD. De acordo com o autor a técnica é:

Una técnica no directiva que tiene por finalidad la producción controlada de un discurso por parte de un grupo de sujetos que son reunidos durante un espacio de tiempo limitado a fin de debatir sobre determinado tópico propuesto por el investigador. (Flores, 1992, p. 53)



É importante destacar que a indicação da característica de não ser diretiva não se refere ao descontrolo do confronto de idéias e da participação de todos os membros do grupo. Pelo contrário, o mediador deve intervir sempre que for necessário para garantir o sucesso da reunião.

Nas reuniões realizadas durante esta pesquisa foram necessárias várias intervenções para manter o foco das discussões no tema, pois os participantes se distanciavam dele a partir do relato de algum participante sobre situações do contexto esportivo atual e sobre problemas com a infra estrutura das escolas públicas para o desenvolvimento das práticas esportivas escolares ou para a participação nos eventos esportivos escolares do estado.

Suárez Ortega (2005) sugere como definição que, quando falamos de GD nos referimos a um grupo que apresenta algumas características que lhes são próprias e onde são muito importantes as contribuições de todos. Independente do nível cultural, social ou econômico para o sucesso dos encontros. Esta sugestão foi considerada na organização dos encontros desta pesquisa e sempre foi destacada pelo mediador quando se evidenciava as incertezas e a pouca quantidade de manifestações por parte dos participantes.

Vejamos, a seguir, algumas características dos grupos de discussão que se manifestaram durante os encontros da pesquisa.

### 3.4.3 As características gerais dos GD e a pesquisa

Os grupos que foram constituídos para participarem dos encontros para coleta de dados desta pesquisa apresentaram algumas características que se aproximaram do recomendado pelos autores e outras que se afastaram dos pressupostos teóricos da técnica.

Com respeito à quantidade de pessoas que deve ter um GD, o recomendado por Krueger (1991) é um conjunto com um número de pessoas entre sete e dez pessoas. Porém nesta investigação os encontros ocorreram com quantidades diferenciadas.

Em se tratando da homogeneidade e a heterogeneidade que Krueger (1991) e Suárez Ortega (2005) indicam para a realização efetiva de encontros de GD, se pode dizer que os encontros realizados nesta investigação atenderam às recomendações dos autores. Ou seja, os grupos foram constituídos por informantes com características homogêneas no que se refere ao interesse pelo tema da pesquisa e por apresentarem a mesma formação inicial. No que se refere à heterogeneidade também se acataram as recomendações pelo fato de se tratar de pessoas desconhecidas entre si. Apenas no encontro da cidade de Rio Verde se permitiu a participação de duas pessoas que se conheciam (pai e filha) por ocuparem posições diferentes e em cidades diferentes.

A definição dos temas que foram tratados nos encontros foi baseada nos objetivos da investigação. Ou seja, os temas foram organizados segundo um roteiro com os principais pontos das políticas públicas do governo para o esporte e para o esporte escolar, destacando o fato de que elas existem e que os professores, ainda que involuntariamente, as traduzem em suas aulas e até mesmo quando participam dos eventos esportivos escolares.

A utilização do GD como ferramenta para coleta de dados pode, de acordo com Krueger (1991), ser utilizada em qualquer uma das etapas de uma investigação; ou seja, pode ser utilizada na etapa de aproximação com o tema da pesquisa, pode ser utilizada para a coleta de dados assim como depois da realização da investigação e conclusão da tese como uma forma de avaliação da pesquisa por parte dos informantes da mesma.

De maneira geral, os GD são utilizados na segunda etapa da coleta de dados nas pesquisas sócio-educativas e depois da identificação dos participantes da mesma. Porém, no caso específico desta pesquisa, os GD foram realizados na primeira etapa em função do elevado número de possíveis informantes, como já destacado anteriormente.

Antes da apresentação da forma de realização dos GD, é importante destacar o fato de que a análise preliminar do relato dos professores de educação física nos GD já foi apresentada sob a forma de relatório parcial à SEE, como comunicação oral no encontro Centro-Oeste do CBCE em 2012 e, inclusive, serviu como parâmetro para algumas alterações no Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares a partir de 2011.

Efetivamente, vejamos como foi a realização dos encontros dos GD desta pesquisa.

#### 3.4.A Realização dos encontros dos Grupos de Discussão

Os encontros dos GD foram realizados nas cidades de Ceres, Rio Verde, Catalão, Nova Veneza e Goiânia, no período compreendido entre os meses de setembro e dezembro de 2010. Como já destacado anteriormente estas cidades foram escolhidas para atender o critério geográfico de envolver todas as regiões do estado na coleta de dados. O nome e a identificação dos professores que participaram dos encontros foram registrados em fichas individuais que fazem parte dos arquivos desta pesquisa e quando citados como evidência empírica se adotará nomes fictícios.

A estrutura adotada para a divulgação e organização inicial de cada um dos GD foi feita de maneira simples e objetiva através do contato direto com todos os professores que

participariam da fase regional (III etapa) da competição esportiva escolar oficial do estado no ano de 2009 e pode se resumir da seguinte maneira:

- Na chegada das equipes à cidade onde se realizariam as competições um grupo de estudantes do curso de educação física (monitores do GEESPE que atuaram como assistentes desta pesquisa) confirmava o recebimento do convite. Neste momento, caso necessário, se fazia a entrega de outro convite, assim como já se entregavam as fichas de identificação e o texto explicativo sobre a pesquisa;
- No primeiro momento oficial da competição<sup>20</sup> se lembrava a todos os participantes do evento e chefes de delegação sobre a realização dos encontros dos GD bem como se alertava para o apoio institucional da SEE à pesquisa;
- Finalmente, no final da jornada de competições do segundo dia, se realizava o encontro com os professores presentes.

O local utilizado para a realização dos encontros do GD foi definido pela organização local do evento e apresentava as condições mínimas necessárias para a realização: uma sala de aula, iluminada e confortável para um grupo de até trinta participantes e para a colocação de uma câmera de vídeo.

O registro áudio visual das reuniões foi realizado por monitores do GEESPE em todas as cidades com a utilização de uma câmara digital e a partir de um ponto fixo na sala. Além desta forma de registro, dois outros monitores anotavam os principais aspectos destacados pelos participantes para facilitar as transcrições escritas que ocorriam após os encontros. A definição dos professores que poderiam contribuir na segunda etapa da coleta de dados foi feita após consulta e conversa com os monitores presentes em cada um dos encontros.

---

<sup>20</sup> Nas competições esportivas escolares do estado de Goiás, de acordo com o regulamento geral, o primeiro momento oficial e que tem a participação obrigatória de um representante de cada equipe é o congresso técnico; onde se costuma confirmar ou não a participação das equipes.

Os arquivos digitais com o vídeo dos encontros bem como as transcrições dos mesmos também fazem parte dos arquivos desta pesquisa.

#### 3.4.4.1 Particularidades de cada GD

Na cidade de Ceres, localizada na região centro-norte do estado, o encontro durou apenas 30 minutos. Nesta cidade a organização do evento esportivo escolar informou equivocadamente o lugar onde se realizaria a reunião para o responsável pelo setor de transportes que conduziria os professores do local onde estavam hospedados até o local do encontro. Apenas seis participantes chegaram ao local correto e no horário marcado. Outros oito professores chegaram ao local já no encerramento da reunião.

Os professores que compareceram ao encontro se mostraram motivados a continuar com as discussões que haviam iniciado e comentaram que tentariam incluir o tema das políticas públicas nos momentos coletivos de planejamento de suas escolas no ano seguinte. Foi solicitado pelos participantes do encontro que enviássemos o texto sobre as políticas públicas para as secretarias municipais de educação e que tentássemos participar dos encontros pedagógicos que costumam ser realizados no início do ano letivo para esclarecer a todos os professores de educação física a importância das políticas públicas em suas práticas pedagógicas.

O segundo encontro dos GD ocorreu na cidade de Catalão, localizada na região sudeste do estado. Semelhante ao que ocorreu em todas as outras cidades a reunião do GD ocorreu no segundo dia de competições e a partir das 20h e o lugar foi disponibilizado pela Secretaria de Educação da cidade sede. A reunião começou com a participação de oito participantes e teve a duração de cinquenta e sete minutos. Destacou-se nesta reunião a participação bastante ativa dos

professores de educação física das cidades menores da região, ao contrário do que ocorrera na cidade de Ceres.

Ao final do encontro os professores das referidas cidades destacaram a oportunidade de expor seus argumentos pela primeira vez desde que começaram a trabalhar no sistema público de educação do estado além de terem elogiado a realização de encontros como o que acabavam de participar em um evento esportivo.

Vale destacar que a Subsecretaria de Educação da cidade de Catalão, além de reenviar o convite com os esclarecimentos sobre a pesquisa, convocou oficialmente os professores que tinham equipes classificadas para a fase regional dos eventos esportivos escolares a participarem do encontro e a socializarem posteriormente com os demais professores da cidade as discussões ocorridas no encontro.

O terceiro GD foi realizado na cidade de Rio verde, localizada na região sudoeste do estado, e contou com a participação de nove professores de educação física que discutiram por mais de uma hora (sessenta e três minutos). Os professores julgaram a organização do encontro positivamente e destacaram o envio antecipado do texto básico para fundamentar as discussões. Todos os professores trouxeram suas cópias do texto para o encontro.

Dois aspectos se destacaram na realização do encontro da cidade de Rio Verde. O primeiro deles foi a grande participação de todos os presentes em todos os pontos levantados pelo mediador e a pontualidade com que chegaram e que deixaram o local do encontro.

O quarto encontro foi realizado na cidade de Nova Veneza, localizada na região central do estado e teve a participação de sete professores de educação física desde o início até final. Ainda que a Secretaria Municipal da cidade sede tenha disponibilizado uma sala de aula

localizada em uma escola da periferia da cidade e os meios de transporte do evento não tenham funcionado corretamente o encontro perdurou até as 22h30, com duração de oitenta minutos.

Todos os participantes do encontro portavam o texto que foi enviado e tinham alguns esclarecimentos que solicitaram antes de iniciar a discussão. Especialmente com relação à viabilidade do GD como técnica de coleta de dados para uma pesquisa. A partir desta demanda se realizou um demorado esclarecimento sobre técnicas de pesquisa e também sobre as políticas públicas do estado de Goiás para com o esporte que foram as mais abordadas durante as discussões do grupo.

O quinto e último encontro foi realizado na cidade de Goiânia, capital do estado e localizada na região centro-sul. A fase final do evento esportivo escolar foi realizada na capital e reuniu as oito melhores escolas do estado (de acordo com o sistema de disputa do evento) o que facilitou a participação de professores de outras regiões que não tiveram oportunidade de participar dos encontros anteriores. Este encontro contou com a participação de doze professores e durou setenta e cinco minutos.

#### 3.4.4.2 Rotina geral e dificuldades dos GD

Todos os encontros obedeceram à seguinte rotina:

A. Recepção dos professores na entrada da sala já preparada; confirmação dos dados de identificação constantes na ficha de inscrição;

B. Confecção de placas com o nome dos participantes que eram colocadas na cadeira onde os mesmos estavam sentados, para facilitar a identificação visual;

C. Apresentação do moderador e dos assistentes de pesquisa;

D. Esclarecimentos iniciais e apresentação do roteiro de discussão;

E. Realização das discussões;

F. Encerramento do encontro com a palavra livre aos participantes.

Em todas as reuniões se realizou uma fala inicial com duração máxima de cinco minutos para esclarecimentos sobre a pesquisa, o tema e a técnica de coleta de dados além do incentivo à participação de todos nas discussões e da importância do posicionamento de cada um dos participantes.

Durante as reuniões a função de moderador foi desempenhada pelo próprio pesquisador que, quando necessário, intervinha para garantir a fala de todos ou para prestar algum esclarecimento. As intervenções foram apresentadas sem limitação de tempo, mas sempre com a preocupação de abordar todos os aspectos apresentados no roteiro antes que se esvaziasse o encontro.

Ao final dos encontros era comunicado aos presentes o tempo de duração da reunião, se solicitava a assinatura da ficha de autorização para utilização de suas imagens e relatos com finalidades acadêmicas e agradecia-se a participação de todos na pesquisa.

Merece destaque, também ao final dos encontros, o interesse demonstrado pelos participantes sobre informações com relação às políticas públicas do governo brasileiro e o esporte escolar / eventos esportivos escolares.

Ainda que a utilização do GD tenha representado uma novidade como técnica de investigação, a maior dificuldade para sua realização não foi a compreensão da técnica por parte dos participantes e sim a infra-estrutura para a realização dos referidos encontros. Isto é, o fato de ter que aproveitar a data, a estrutura e a realização da etapa regional dos eventos esportivos escolares oficiais do estado ajudou na reunião dos professores em uma única cidade, todavia



provocou a estranheza por parte dos professores que não estavam acostumados a participar de eventos acadêmicos durante a participação em competições esportivas.

Para garantir a realização dos encontros dos GD, simultaneamente à realização das competições, foi necessário que visitássemos as cidades sede com antecedência de uma semana para auxiliar na organização da programação geral do evento e incluir o horário do encontro dos GD, de forma que não atrapalhasse a programação esportiva do evento. Para estes deslocamentos até às cidades sede tivemos o apoio logístico e financeiro do departamento de transportes da Universidade Federal de Goiás e da SEE.

Outra dificuldade que tivemos que enfrentar foi o caráter inovador do emprego da técnica de coleta de dados através da realização de GD e a compreensão limitada ou até mesmo rejeição intelectual por parte dos professores e até mesmo por parte da equipe organizadora do evento esportivo da SEE relativamente à viabilidade do GD como ferramenta metodológica.

O coordenador geral do evento sempre anunciava a realização dos GD como uma palestra sobre o esporte escolar no primeiro momento oficial do evento e sempre tínhamos que intervir para esclarecer o anúncio e também os objetivos do encontro.

Em uma única cidade em que não pudemos estar presentes no primeiro momento oficial do evento e que não fizemos o esclarecimento acima não conseguimos realizar o encontro devido à desinformação dos professores que estavam na cidade de Posse, localizada na região nordeste do estado. Tentamos viabilizar o encontro para o terceiro dia de competição, mas devido ao regulamento já tínhamos a saída de algumas equipes da competição, o que esvaziaria o encontro para realização do GD.

Outro aspecto negativo durante a realização dos encontros do GD foi a insistente tentativa dos participantes de registrar seus protestos e reivindicações com respeito à infra-estrutura de suas escolas, à falta de material de apoio pedagógico e o baixo salário que recebem.

Na função de moderador do encontro tivemos, recorrentemente, que estabelecer relação entre as políticas públicas do governo brasileiro, os eventos esportivos e as condições de trabalho dos professores em suas respectivas escolas para que os mesmos voltassem para o debate.

Outra queixa apresentada, por mais de um participante em cada encontro, foi a dificuldade de comunicação entre a SEE e as Subsecretarias bem como destas para as escolas. Em todos os encontros reiterávamos a informação de que os convites haviam sido encaminhados por intermédio da SEE por questões burocráticas e que a partir do cadastro que estava sendo realizado nos encontros poderíamos encaminhar diretamente as informações para os professores.

Nos primeiros momentos de realização dos GD um aspecto comportamental se destacou como dificuldade geral: a timidez dos participantes. Segundo os participantes a filmadora, os gravadores e os assistentes de pesquisa além da heterogeneidade dos participantes faziam com que alguns não se manifestassem até que fossem convidados pelo moderador para entrar na conversa. Nestes momentos destacávamos a importância do relato de cada um e esclarecíamos que não existia um posicionamento certo e outro errado e sim leituras diferenciadas da realidade em que estavam inseridos.

A partir de experiências realizadas nos anos de 2008 e 2009, a coordenação geral do evento incluiu na programação dos anos seguintes um espaço de tempo para encontros pedagógicos e discussões orientadas entre os participantes do mesmo. Tais reuniões seguem acontecendo até os dias atuais.

Ainda com o objetivo de justificar a utilização das técnicas de coleta de dados que foram utilizadas nesta investigação vejamos, em seguida, os aspectos gerais das entrevistas individuais com os professores de educação física que constituiu a segunda etapa de coleta de dados.

### 3.5 Entrevista: conceituação básica

No interior do conjunto de métodos e técnicas de coleta de dados das investigações de caráter qualitativo, a entrevista é uma das que apresenta o maior índice de utilização dos últimos anos. Especialmente quando se tem a intenção de fazer uma análise mais detalhada do tema ou objeto de estudo. A entrevista é uma técnica que possibilita ao entrevistador a flexibilização e até mesmo mudança de uma pergunta para se obter a informação desejada. Além da possibilidade de flexibilização e mudanças das perguntas, a entrevista ajuda a estabelecer uma relação de interação entre o investigador e o informante que é muito diferente das relações que se estabelecem quando da utilização de outras ferramentas de coleta de dados como a observação direta do cotidiano do informante (Ludke & André, 1986).

A palavra deriva do latim e significa os que se olham entre si. Uma entrevista é um momento que consiste em um diálogo entre duas ou mais pessoas: o entrevistador ou entrevistadores que interrogam e o entrevistado ou entrevistados que respondem. Trata-se de uma técnica empregada para diversos motivos como pesquisas de opinião, entrevistas médicas, seleção de pessoal, etc. Uma entrevista não é casual e sim um diálogo interessado, com um acordo prévio entre interesses e expectativas de ambos os lados. O entrevistador, além de tomar a iniciativa da conversação busca, a partir de umas quantas perguntas específicas cada assunto de seu interesse e decide em que momento alcançou seus objetivos. O entrevistado, por sua vez,

deve facilitar as informações sobre si mesmo, sobre seus interesses e sua experiência relacionada com o assunto em questão. A entrevista pode servir também para abordagens superficiais, pois podem ajudar a conhecer pessoas ou características gerais de personagens importantes em um determinado contexto sem se aprofundar em nenhuma questão específica.

A seguir veremos algumas características dos vários tipos de entrevistas assim como da entrevista em profundidade que foi a utilizada nesta pesquisa.

### 3.5.1 Tipos de entrevistas

Quase todos os tipos de entrevistas podem ser utilizados em uma investigação qualitativa. Entretanto, a entrevista com a utilização de um questionário com perguntas que exigem respostas objetivas apresenta limitações no que se refere à análise que os investigadores podem fazer a partir destas respostas. Neste caso as respostas remetem a questões conceituais e não expõe a real concepção do entrevistado sobre o assunto.

As entrevistas com roteiro semi estruturado utilizam a combinação de perguntas subjetivas e objetivas no interior das quais o entrevistado pode escolher a forma de tratar o assunto proposto pelo investigador. Esta forma de entrevista poderia ser utilizada nesta pesquisa para facilitar a identificação dos informantes da segunda etapa, mas optamos pela realização do GD por questões relacionadas com o contato com o maior número de pessoas possível antes da escolha final.

A entrevista com roteiro de perguntas com final aberto, assim como a de roteiro semi estruturado, por terem finalidades semelhantes, desempenham as funções exploratórias que já haviam sido realizadas pelos GD.

Por sua vez, a entrevista individual e em profundidade, costuma ser utilizada para duas finalidades distintas que são: as entrevistas de investigação e as entrevistas terapêuticas. A entrevista de investigação pretende através da coleta de um conjunto de saberes individuais, a construção do sentido social da conduta individual ou do grupo de referencia desse indivíduo. A entrevista clínica ou terapêutica tem um propósito quase oposto, pois favorece a construção de um discurso e uma prática discursiva capaz de estruturar e estabilizar uma determinada ação pessoal.

Delgado e Gutierrez (1995) entendem a entrevista de investigação feita em profundidade como que uma conversação entre duas pessoas, um entrevistador e um informante, dirigida e registrada pelo entrevistador com o propósito de favorecer a produção de um discurso conversacional, contínuo e com certa linha de argumentação. Se partirmos desta premissa básica é possível demarcar quatro campos básicos de utilização da entrevista em profundidade que, segundo os autores, são:

1. Reconstrução de ações passadas;
2. Estudo das representações sociais personalizadas: sistemas de normas e valores assumidos, imagens e crenças códigos e estereótipos cristalizados, rotinas e trajetórias vitais particulares, etc.;
3. Estudo da interação entre constituições psicológicas pessoais e condutas sociais específicas;
4. Prospecção dos campos semânticos, vocabulário e discursos arquetípicos de grupos e coletivos.

Desde a perspectiva apresentada pelos autores citados acima com respeito à utilização das entrevistas em profundidade, esta pesquisa se inclui no interior dos estudos indicados no item dois. Ou seja, a pesquisa que realizamos tem como objetivo geral conhecer e analisar crenças e representações dos professores de educação física com respeito a um sistema de normas e leis além de suas relações com as práticas esportivas escolares no estado de Goiás.

### 3.5.2 A prática da entrevista em profundidade

É preciso esclarecer que a prática da entrevista em profundidade segue os mesmos rituais da entrevista com roteiro de perguntas de final aberto, porém com algumas particularidades. No caso desta pesquisa, observamos aspectos ou passos específicos que passamos a expor como subitens.

#### 3.5.2.1 Elaboração do roteiro das entrevistas

O roteiro utilizado durante as entrevistas foi criado a partir da identificação dos pontos mais importantes do relato dos professores nos GD além dos objetivos da pesquisa. Isto é, foram elaboradas perguntas de final aberto relacionadas diretamente com os objetivos do estudo além de perguntas secundárias com o objetivo de aprofundar, caso necessário, a coleta de informações sobre o assunto desejado.

Sob a forma de quadro apresentamos, então, os objetivos a serem alcançados, as perguntas iniciais e as perguntas que poderiam ser feitas aos informantes no caso de a resposta não atingir o objetivo desejado pela pergunta básica.

*Quadro 7: Relação entre objetivos, perguntas básicas e secundárias das entrevistas*

<b>Objetivos</b>	<b>Perguntas básicas</b>	<b>Perguntas secundárias</b>
Identificar o conhecimento sobre as políticas públicas e a relação delas com as práticas escolares em geral	1. Que políticas públicas do governo federal e estadual você que apresentar relação com seu trabalho na escola?	1. Que relações você percebe com mais frequência? 2. Que práticas escolares estão mais expostas a essa relação? 3. Em qual destas práticas os alunos mais se interessam?
Conhecer as relações que os professores conseguem estabelecer entre as Políticas públicas e seu trabalho.	2. Quais as formas ou em que atividades você percebe as relações?	1. Nestas atividades alunos e alunas participam? 2. Você explica para seus alunos estas relações? 3. De que maneira?
Identificar o conhecimento dos professores sobre as políticas públicas e a influencia delas nas práticas esportivas escolares.	3. A partir da sua resposta anterior...quais influencias as políticas públicas nas práticas esportivas escolares?	1. Você crê que estas influencias são positivas ou negativas? 2. Porquê?
Destacar o conhecimento teórico dos professores sobre o esporte e esporte escolar e o que crê ser possível fazer a partir dele.	4. Qual o conceito de esporte é a base de seu trabalho na escola?	1. Que outros conceitos do esporte consegue identificar na escola? 2. Qual delas lhe parece mais adequada para seus alunos?
Evidenciar a relação dos eventos esportivos com as políticas públicas e as taxas de participação nas práticas escolares.	5. Se os eventos são resultados de políticas públicas qual é a importância deles para as práticas esportivas escolares?	1. O modelo de evento esportivo escolar atende aos interesses da escola? Por quê? Como deveriam ser? 2. A participação de sua escola nos eventos esportivos tem relação com os praticantes na escola?
Conhecer as sugestões dos professores para a melhoria da participação dos alunos no contexto escolar.	6. Que sugestões você apresentaria para melhorar a participação dos alunos nas práticas esportivas na tua escola? E nos eventos?	1. Estas sugestões são aplicáveis em sua escola? 2. Crê que seus alunos gostariam da implantação destas sugestões? 3. Porque estas sugestões não foram implantadas nos eventos? E na tua escola?
Analisar a influencia da legislação esportiva nas crenças dos professores com relação a prática esportiva escolar.	7. Que sugestões você apresentaria enquanto políticas públicas favoráveis ao contexto esportivo escolar?	1. Você crê que as políticas públicas devem ser alteradas? 2. Por quê? Como? 3. O que falta para aumentar a participação dos alunos nas práticas esportivas escolares?

### 3.5.2.2 Escolha dos informantes e agenda

Os informantes para a segunda etapa de coleta de dados desta pesquisa foram escolhidos levando em consideração os mesmos critérios adotados para a participação nos GD com a inclusão da obrigatoriedade de ter participado dos encontros do GD como primeiro critério:

- Ter participado dos encontros dos grupos de discussão na fase anterior da pesquisa;
- Possuir o título de licenciado em nível superior em educação física;
- Ter equipes participando das competições escolares do estado de Goiás;
- Ter assinado o termo de disponibilidade em participar das demais etapas da pesquisa; inclusive, se fosse o caso de uma segunda rodada de entrevista;
- Ter demonstrado conhecimentos básicos sobre o tema das políticas públicas do governo brasileiro para a educação e esporte.

Além da possibilidade de obter informações mais confiáveis devido ao fato de terem o título de licenciado, a experiência na direção de equipes em competições foi adotada como critério de inclusão dos sujeitos porque segundo o autor:

O conhecimento que o professor utiliza em sua prática cotidiana é o resultado de uma amálgama mais ou menos coerente de conhecimentos adquiridos de quatro fontes distintas: os conhecimentos da formação profissional, os conhecimentos das disciplinas cursadas, os conhecimentos curriculares e os conhecimentos da experiência. (Tardif, 1991, pp. 218-219)

A escolha de professores licenciados, portanto, considerou as afirmações do autor e o fato de que os mesmos podem apresentar, além de suas crenças pessoais, um conhecimento maior



sobre as leis e as políticas públicas brasileiras adivindo das várias fontes de construção do saber pedagógico indicadas acima.

Além destes critérios, os informantes foram escolhidos levando em consideração também a cidade e a região do estado onde trabalha. Buscou-se escolher, pelo menos, um representante de cada uma das regiões em que se realizaram os encontros dos GD. Assim, foi escolhido um representante da região sudoeste, um da sudeste, outro da centro-norte, um da nordeste e outro da região central do estado.

Este critério foi incluído para, além de garantir a representatividade geográfica, garantir a inclusão de professores da região norte, que é a que tem as cidades com os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) <sup>21</sup> do estado ao contrário da região sul. A região central, por sua vez, foi incluída por apresentar o maior número de escolas, bem como por sediar a capital do estado.

A organização das datas para a realização da primeira etapa das entrevistas com os informantes considerou a disponibilidade de tempo e lugar para os mesmos. A segunda etapa também foi agendada levando em consideração a disponibilidade dos informantes, entretanto com maior espaço de tempo entre uma e outra, o que facilitou a transcrição das mesmas.

Novamente sob a forma de quadro apresentamos as datas e cidades onde foram realizadas as entrevistas das primeira e segunda etapa; ressaltando que o quadro apresenta apenas a data da entrevista que foram antecedidas de vários contatos e visitas para o acerto das mesmas:

---

<sup>21</sup> O IDH é um índice criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é calculado baseado no índice de longevidade da população, o acesso à educação e à renda *per capita*.

*Quadro 8:* Data, horário e local das entrevistas em profundidade – primeira etapa

<b>Data</b>	<b>Horario</b>	<b>Cidade/Região</b>	<b>Local</b>	<b>Professor<sup>22</sup></b>
07/2/2008	14 – 15h30	Catalão/Sudeste	D. R. de Educação	K.R.P.
15/2/2008	10 – 12h	Sao Luís M. Belos/Noroeste	D. R. de Educação	W.E.R.
20/2/2008	10 – 12h	Trindade/Centro	Faculdade Goyases	H.P.O.
24/2/2008	9 – 10h30	Goiânia/Centro	F.E.F./UFG	C.D.F.
26/2/2008	9 – 10h30	Anápolis/Nordeste	Unievangelica	S.S.C.
27/2/2008	10 – 11h30	Río Verde/Sudoeste	Unievangelica	F.F.A.

*Quadro 9:* Data, horário e local das entrevistas em profundidade – segunda etapa

<b>Data</b>	<b>Horario</b>	<b>Cidade/Região</b>	<b>Local</b>	<b>Professor</b>
11/03/2012	10 – 11h00	Catalão/Sudeste	S. R. Educação	K.R.P.
20/03/2012	09 – 10h	Sao Luís M. Belos/Noroeste	Unid. Ensino UEG	W.E.R.
06/04/2012	08 – 09h	Trindade/Centro	Fac. Goyazes	H.P.O.
12/04/2012	08 – 9h	Goiânia/Centro	FE / UFG	C.D.F.
20/04/2012	17 – 18h	Anápolis/Nordeste	Unievangelica	S.S.C.
28/04/2012	19 – 20h	Río Verde/Sudoeste	FE / UFG	F.F.A.

Por recomendação do professor orientador deste trabalho e com o objetivo de completar o quadro de informantes sobre o tema desta investigação incluímos uma terceira rodada de entrevistas na coleta de dados. Esta rodada, por sua vez, seria específica com treinadores esportivos e dirigentes esportivos para colher dos mesmos as impressões sobre a aproximação dos mega eventos esportivos que se realizarão no país e as possíveis relações com o esporte e as práticas esportivas escolares.

<sup>22</sup> Ainda que os professores tenham autorizado a publicação de seus nomes, nesta investigação adotamos apenas suas iniciais.

Estas entrevistas foram realizadas no final do ano letivo de 2013, nos meses de novembro e dezembro, com professores de educação física com experiência com o esporte de alto rendimento e com dirigentes esportivos com alguma experiência na realização e organização de eventos esportivos no estado de Goiás. O roteiro adotados nas entrevistas com os treinadores esportivos, que também foram elaborados de acordo com os objetivos estipulados para este estudo se encontram como anexos deste estudo; e por fim, a agenda cumprida nas referidas entrevistas foi a seguinte:

*Quadro 10: Data, horário e local das entrevistas em profundidade – terceira etapa*

<b>Data</b>	<b>Horario</b>	<b>Cidade/Região</b>	<b>Local</b>	<b>Professor</b>
22/11/2013	18 – 19h	Goiânia/Centro	Agel	R.S.O.
27/11/2013	19 – 20h	Goiânia/Centro	FEF/UEG	E.F.B.B.P.
04/12/2013	10 – 12h	Trindade/Centro	Fac. Goyazes	H.P.O.
18/12/2013	13 – 15h	Goiânia/Centro	SESI/Goiânia	J.R.C.
18/12/2013	16 – 18h	Goiânia/Centro	SESI/Goiânia	C.J.S.
21/12/2013	10 – 11h	Anápolis/Nordeste	SEMEL/Anápolis	A.M.O.

### 3.5.2.3 Registro e transcrição das entrevistas

As entrevistas em profundidade costumam aportar uma grande quantidade de informações e por isso o registro das que foram realizadas nesta pesquisa foi muito cuidadoso e abrangente. A primeira providência com relação ao registro da entrevista foi o acordo com os informantes sobre as formas de registro da entrevista e a autorização dos informantes para a utilização do conteúdo na análise final e ainda a garantia de livre acesso às transcrições antes da publicação.

Nos primeiros minutos das entrevistas foram feitos alguns esclarecimentos com respeito à importância das informações para a pesquisa, sobre as perguntas básicas e a possibilidade de

desmembramento delas em perguntas secundárias, além de ratificar a garantia de anonimato a todos os informantes no texto final da tese de doutoramento.

Além do registro em áudio, realizamos anotações sobre as características do cenário da entrevista, das reações gestuais dos informantes assim como o significado de termos ou gírias desconhecidas e que foram utilizadas pelos informantes.

A transcrição de todas as entrevistas foi realizada pelo pesquisador; ainda que alguns monitores do GEESPE tenham participado de todo o processo de coleta de dados e tenham colaborado com o registro em vídeo dos encontros dos GD. Esta opção se baseou nas recomendações de alguns autores, entre eles Minayo (1996) e Boni e Quaresma (2005), de que a transcrição deve ser feita pelo investigador para que possa iniciar a identificação e definição das categorias de análises das informações coletadas.

Entretanto não foi possível observar nesta pesquisa outra recomendação das autoras, no que se refere à transcrição das entrevistas. De acordo com as autoras, a transcrição das entrevistas deve ser feitas logo em seguida à sua realização para que não se esqueça nenhum detalhe da mesma. No caso presente, a agenda de realização foi organizada de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, em suas cidades e com um curto intervalo de tempo entre uma e outra, o que inviabilizou a transcrição imediata ou a transcrição de uma antes da realização da outra. Entretanto realizamos a escuta da gravação de uma entrevista, a identificação dos aspectos mais relevantes e dos pontos que necessitariam ser abordados com mais profundidade, antes de realizar a entrevista seguinte.

#### 3.5.2.4 As entrevistas

As entrevistas desta pesquisa foram realizadas em três etapas distintas. Nas duas primeiras com os mesmos informantes e na terceira rodada de entrevistas acrescentaram-se três dirigentes esportivos e quatro treinadores de esporte de alto rendimento.

A primeira etapa ocorreu no mês de fevereiro de 2010 em cinco cidades diferentes do estado de Goiás. Os informantes foram escolhidos entre os participantes dos GD realizados no segundo semestre de 2009. A segunda etapa de entrevistas também foi realizada apenas com os professores que participaram no primeiro semestre de 2012 e incluiu o tema dos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil (Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e Jogos Olímpicos de Verão em 2016). A terceira etapa das entrevistas foi realizada no segundo semestre de 2013 e teve como principal objetivo completar o quadro de fontes de informações relevantes sobre a influência dos grandes eventos esportivos nas práticas esportivas escolares.

#### 3.5.2.5 Dificuldades na realização das entrevistas

Como já era de se esperar as duas rodadas de entrevistas realizadas com os professores que participaram dos encontros bem como as entrevistas com os dirigentes esportivos e treinadores na terceira etapa apresentaram mais dificuldades que os encontros para realização dos GD.

Ainda que já tenhamos realizado algumas outras investigações com a utilização de entrevistas com professores de educação física sobre temas relacionados com o esporte escolar e a formação de professores no estado de Goiás, estas foram as mais difíceis até o momento.

A primeira dificuldade teve relação com a compreensão do roteiro de perguntas com final aberto que foi enviado previamente para os participantes. Os professores, já em suas entrevistas,

apresentaram uma compreensão um pouco distorcida do tema das políticas públicas para o esporte escolar e as relações com as taxas de participação nas práticas esportivas escolares, talvez por tentarem elaborar demasiadamente as respostas que dariam nas entrevistas. A verdade é que tivemos que esclarecer a importância dos relatos baseados em suas próprias realidades, baseados nas relações que eles mesmos percebiam no contexto escolar e em suas práticas profissionais cotidianas.

Outra dificuldade verificada tem relação com o fato de o entrevistador ser uma pessoa muito conhecida no meio acadêmico na área do esporte e mais ainda no contexto do esporte escolar no estado de Goiás, por ter publicado alguns artigos sobre o tema e também por ter ministrado alguns cursos de extensão universitária sobre o tema. Alguns dos informantes destacaram o fato de que alguns posicionamentos de suas práticas teriam sido influenciados por algumas destas publicações.

Em um caso específico utilizamos a ajuda de uma terceira pessoa na realização da entrevista. No caso professor C.D.F. que foi aluno do professor durante o curso de graduação e mostrou-se constrangido no sentido acadêmico, segundo relatos do próprio, no primeiro encontro para realização da entrevista. Cancelamos o encontro e marcamos outro momento em que um assistente de pesquisa apresentou as questões básicas e algumas secundárias sob nossa supervisão.

Inicialmente, por solicitação do grupo de assistentes desta pesquisa interessados no tema e na prática de entrevistas, se definiu a realização de todas as entrevistas desta maneira, mas as inúmeras modificações de agenda bem como o fato de algumas das entrevistas terem sido realizadas nas cidades onde os informantes residem, tornaram impossível a adoção desta estratégia.

Chegar a um acordo sobre local, data e horário para a realização das entrevistas com a agenda de trabalho e, em alguns, casos, com as férias dos entrevistados foi, seguramente a maior dificuldade encontrada nesta etapa da coleta de dados. Conforme já exposto anteriormente, algumas entrevistas foram realizadas fora do ambiente de trabalho dos informantes e fora das cidades onde vivem e trabalham. Além dos lugares, indicados pelos próprios informantes como sendo onde se sentiriam mais tranquilos, outra dificuldade para a realização das entrevistas foi a grande quantidade de mudanças solicitadas pelos informantes devido a compromissos profissionais ou familiares. A professora K.R.P., da cidade de Catalão, por exemplo, solicitou mudança de data por três vezes devido a compromissos profissionais, uma vez que ocupava o cargo de coordenadora de educação física da SEE em sua cidade.

Por fim, no que se refere ao desenvolvimento da entrevista, superada a timidez característica do início das entrevistas, é importante destacar a grande vontade de se expressar que os professores apresentaram como dificuldade para a realização das entrevistas. Ou seja, da mesma forma como já havia ocorrido nos encontros dos GD os professores entrevistados aproveitaram as entrevistas individuais e em profundidade para expor suas angústias, suas reivindicações e decepções com o sistema público de ensino do estado de Goiás. Diferente do que ocorrera nos encontros dos GD, nas entrevistas em profundidade permitimos que os professores falassem mais livremente e mais detalhadamente – como deve ocorrer neste tipo de entrevista – sobre os temas. Apenas quando se distanciavam demasiadamente do roteiro de perguntas é que intervínhamos.

Esta liberdade de expressão nas entrevistas em profundidade fez com que a quantidade de informações coletadas se avolumasse e dificultasse a definição das categorias de análise o que só ficou mais claro após a segunda etapa das entrevistas que trataremos a seguir.

### 3.6 Categorias de análise e segunda etapa de entrevistas

Fazer a análise dos dados coletados é a tarefa mais importante de toda pesquisa. Sobretudo quando temos uma grande quantidade de informações, quando temos uma diversidade cultural, social e econômica entre os informantes; ou, ainda, quando utilizamos mais de uma estratégia para a coleta de dados.

Quando se objetiva a análise quantitativa dos dados existe um leque de folhas de cálculos, técnicas e métodos estatísticos, critérios de identificação de taxas de desvio permitidos e não permitidos além dos *softwares* que costumam proporcionar médias, comparações e gráficos após a inserção dos dados nos referidos programas.

Ao contrário, quando se tem dados qualitativos a situação costuma ser bem diferente. Ainda que os dados quantitativos sejam importantes suportes para a análise qualitativa, é imprescindível que a observação dos dados destaque algo mais do que um gráfico ou uma tabela pode expor.

De maneira geral, no processo de análise, de acordo com Miles e Huberman (1994), se destacam quatro grupos de tarefas que devem fazer parte de todas as análises científicas de dados: a transformação das informações em dados, a apresentação ou exposição destes dados da forma adequada ao tipo de pesquisa desenvolvida, a análise dos dados com o suporte teórico escolhido e a exposição das conclusões e sugestões de intervenção que forem possíveis a partir da investigação. Triviños, concorda com os autores citados anteriormente e destaca que:

Não é possível analisar as informações tal como elas se apresentam. É necessário organiza-las, classificá-las e, o que é mais importante, interpretá-las dentro de um



contexto amplo para distinguir o fundamental do que é desnecessário, vuscar as explicações e significados dos pontos de vista. (Triviños,1987, p.170)

A primeira tarefa foi fazer à simplificação, o resumo, a escolha das informações. É normal fazer, nesta fase, a categorização e codificação das informações como forma de evitar a utilização de informações de pouca utilidade para a análise final. No caso específico desta pesquisa reduzimos os dados estatísticos referentes ao número de alunos matriculados no sistema estadual de ensino, os dados estatísticos sobre os professores e projetos cadastrados na GEDE e com relação à participação de alunos e alunas nos eventos esportivos escolares.

A segunda tarefa do processo de análise deve considerar o fato de organizar os dados de maneira que seja possível ao pesquisador analisá-los. Ou seja, é colocar os dados em um conjunto organizado de informações, de forma espacialmente ordenada, visível e operacional para a solução das questões centrais da pesquisa. Um dos procedimentos de disposição utilizados com mais frequência são os gráficos, os quadros comparativos e os diagramas; pois facilitam a leitura e a visualização dos dados de maneira panorâmica. No caso desta pesquisa utilizamos a disposição da transcrição das entrevistas com as partes que se relacionavam com as prováveis categorias de análise destacadas, sublinhadas com pincel colorido, e fixadas em folhas separadas e presas a um quadro de cortiça.

A análise dos dados constitui a terceira tarefa desta etapa da pesquisa.

Aqui o pesquisador destaca as guias ou eixos centrais de articulação dos dados para a análise; expõe as evidências empíricas e, somente aí, começam as análises. Uma das técnicas mais recomendáveis para a análise dos dados nas investigações qualitativas, de acordo com Triviños (1987), é a triangulação; que parte do pressuposto de que é impossível conceber a

existência isolada de um fenômeno social, que não tenha raízes históricas, que não apresente significados culturais ou sem vinculações com uma macrorealidade social.

Vale ressaltar que o fenômeno do esporte escolar que se investigou para a elaboração desta tese de doutoramento preenche todos os requisitos indicados pelo autor para a utilização da técnica da triangulação para sua compreensão e análise; ou seja, apresenta suas raízes na educação física escolar e está recheado de significados da cultura brasileira além de se vincular diretamente à realidade social concreta de um país envolvido com dois mega eventos esportivos.

Segundo o autor a coleta e a análise dos dados representam duas fases que se retroalimentam constantemente e somente do ponto de vista didático se pode abordar separadamente deste tríplice enfoque no estudo de um fenômeno social.

Ainda de acordo com o autor, nas pesquisas qualitativas os dados a serem considerados devem estar relacionados:

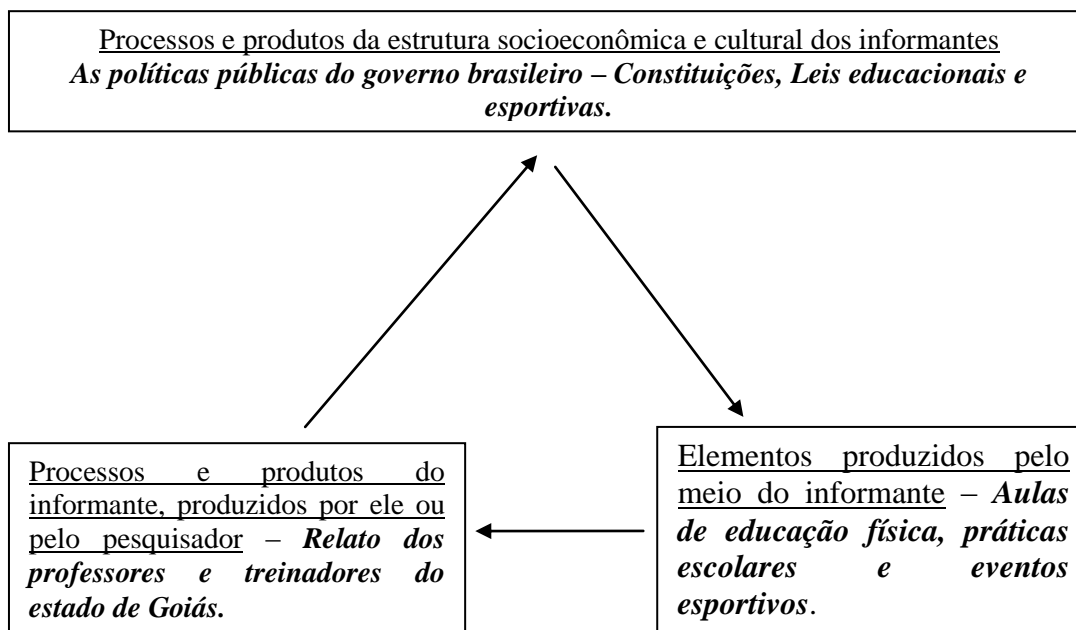
Em primeiro lugar aos processos e produtos centrados no sujeito em seguida, nos elementos produzidos pelo meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade e, por último, aos processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro organismo social no qual está inserido o sujeito (Triviños, 1987, pp. 138-139).

A partir da configuração sugerida pelo autor, os dados desta pesquisa foram coletados e analisados considerando: as políticas públicas para o esporte e as leis gerais da educação e do esporte; os documentos oficiais quanto aos eventos esportivos escolares do estado de Goiás e do Brasil e, por último, os dados obtidos pelas entrevistas com professores de educação física e com os treinadores; sendo estes últimos incluídos como informantes apenas na segunda rodada das

entrevistas individuais em função da inclusão da temática dos mega eventos esportivos no Brasil e, claro, neste estudo.

Numa perspectiva gráfica e já de acordo com os dados desta pesquisa, temos a seguinte configuração para a respectiva triangulação:

Figura 4: Configuração das fontes para triangulação de dados para análise.



Tendo em vista a complexidade do percurso metodológico percorrido durante este estudo julgamos adequado evidenciar os seguintes aspectos da coleta:

Quadro 11: Elementos essenciais da coleta de dados

Participante	Técnica de coleta	Instrumento	Tratamento
Professores	Grupos de Discussão	Roteiro fechado	Filmagem, Transcrição e análise
Professores	Entrevistas individuais	Roteiro semi estruturado	Gravação, Transcrição e análise
Treinadores	Entrevistas individuais	Roteiro semi estruturado	Gravação, Transcrição e análise
Dirigentes	Entrevistas individuais	Roteiro semi estruturado	Gravação, Transcrição e análise

Com relação à análise do conteúdo coletado nas reuniões dos GD e nas EP, todos eles com roteiros previamente estabelecidos, nos baseamos nas normas básicas apresentadas por Triviños (1987) que podem ser resumidas nos seguintes passos:

1. Leitura atenta de todas as respostas de cada uma das questões por vez;
2. Uma segunda leitura sublinhando as idéias que, de alguma maneira, se apresentam relacionadas a algum fundamento teórico;
3. Elaborar uma lista de respostas que apresentam a mesma fundamentação teórica para uma mesma pergunta;
4. Elaborar uma lista de respostas que apresentam a mesma fundamentação para as demais perguntas; e
5. Elaborar uma lista com as respostas com a mesma fundamentação para cada uma das respostas de forma que tenhamos uma lista de respondentes para cada uma das perguntas com a mesma fundamentação.

Uma vez classificados os dados obtidos sob o escopo da teoria ou teorias encontradas no estudo das respostas, dos documentos e da teoria que servirá de apoio para as propostas de transformação ou intervenção no contexto de ocorrência do fenômeno estudado.

A lista final das respostas nos permitiu realizar uma classificação das respostas de acordo com a pergunta que foi apresentada e a partir daí iniciarmos nossas análises com os seguintes tópicos:

1. O conhecimento e as percepções dos professores, treinadores e dirigentes esportivos sobre as diversas políticas públicas que se relacionam direta ou indiretamente com o trabalho desenvolvido por ambos profissionais; divididos em subtítulos do quarto capítulo que trataram das relações com as leis educacionais, esportivas assim como os projetos e iniciativas

do governo que apresentam, de acordo com o relato dos informantes, relações com o ensino do esporte no contexto escolar.

2. Já no quinto capítulo deste estudo analisou-se a percepção dos professores e treinadores, a partir de seus relatos, em relação aos eventos esportivos e a prática esportiva escolar; especialmente o contraste entre os mega eventos, os eventos esportivos escolares e os princípios do esporte que os entrevistados consideram esporte escolar. Também foram abordados, como subtítulos do quinto capítulo, aspectos relacionados com os mega eventos os legados destes para a educação física e o esporte escolar no país.

Vale ressaltar, também, que os relatos dos professores de educação física, dos treinadores e dos dirigentes esportivos foram tratados de acordo com as mesmas categorias de análises. Isto é, optamos por analisar o conjunto de relatos das três categorias de informantes em relação aos temas centrais desta pesquisa que são as políticas públicas e os eventos esportivos; sempre destacando as possibilidades de influência de ambos nas práticas esportivas escolares.

A escolha das categorias de análise dos relatos dos informantes também levou em consideração os objetivos gerais e específicos da pesquisa, a recorrência das respostas para uma mesma pergunta por mais de um entrevistado, além das distinções apresentadas para a mesma pergunta por parte dos informantes.

Excluíram-se as queixas, reclamações e reivindicações dos informantes quanto às suas situações particulares do contexto escolar ou até mesmo sobre relações pessoais com dirigentes do sistema estadual de ensino e políticos de suas respectivas cidades e regiões.

Ainda como esclarecimento sobre o percurso metodológico percorrido durante esta investigação sistematizou-se, no sexto capítulo, as conclusões que foram possíveis a partir da análise dos dados.

Finalmente, depois de todos os esclarecimentos metodológicos necessários, passemos à segunda parte desta tese, os capítulos baseados nos dados coletados.

**2ª PARTE**

**O RELATO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DEMAIS  
INFORMANTES DA PESQUISA**

## INTRODUÇÃO

A partir deste ponto do trabalho destacam-se as evidências produzidas pelos depoimentos dos informantes desta pesquisa, já identificados no capítulo III. As citações de parte dos relatos dos entrevistados, que utilizamos como evidências, foram apresentadas da mesma forma que as demais em citações do texto no que se refere ao recuo da margem esquerda.

A identificação dos informantes, entretanto, foi feita com a inclusão, ao final da citação e entre parênteses, de dois conjuntos de iniciais; o primeiro serve para identificar o entrevistado e o segundo indica se o relato foi apresentado nos encontros dos grupos de discussão (GD) ou no momento de realização das entrevistas em profundidade (EP), para garantir aos informantes o anonimato que lhes fora assegurado no início do processo de coleta de dados. Vale destacar que a maioria dos professores entrevistados e que participou dos GD afirmou não ter problemas quanto à indicação de seus nomes neste relatório final de pesquisa.

Conforme já fora destacado na introdução da primeira parte, o objetivo geral da investigação é reunir elementos necessários para analisar o impacto dos mega eventos e das políticas públicas do governo brasileiro nas práticas esportivas escolares a partir do relato, crenças e percepções dos professores de educação física. E, por isso, as categorias de análise das informações coletadas foram organizadas sob três aspectos gerais que são: as percepções, os conhecimentos e as crenças dos informantes quanto às políticas públicas, os princípios básicos



do esporte escolar e de alto rendimento, além das mesmas percepções, conhecimentos e crenças do impacto dos mega eventos esportivos nas práticas esportivas escolares.

Vejamos, então, o primeiro capítulo desta segunda parte, que tratou dos professores e as políticas públicas do governo brasileiro.

## 4 - OS PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

### 4.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a mais conhecida

... Bem, a única que eu acredito que tem relação direta e efetiva é a LDB. É a única que é distribuída para as escolas, a única que foi colocada em debate com os professores nos planejamentos anuais, é a única que podemos falar algo sobre ela. E só a debatemos por causa de outros problemas da escola; com relação ao esporte a LDB não apresenta quase nenhum destaque. (HPO-ep).

Quando foi questionado, na entrevista em profundidade, sobre quais das políticas públicas do governo brasileiro apresentavam relações com as práticas esportivas escolares, o professor HPO afirmou enfaticamente que apenas a LDB é conhecida e debatida por ele no contexto escolar, sem estabelecer nenhuma relação com sua prática pedagógica.

Se considerarmos que muitos participantes dos encontros dos GDs já haviam manifestado um relato semelhante ao do professor HPO e que, igualmente, não percebiam nenhuma relação da legislação com o esporte escolar, o LDB só dispõe sobre a inclusão da educação física escolar como componente obrigatório de toda a educação básica, poderíamos inferir que os professores do estado de Goiás quase não conhecem a principal lei da educação brasileira.

Entretanto, é importante destacar que a atual lei geral da educação brasileira passou por um longo período de discussões, apresentação de propostas, alterações, emendas até chegar ao texto que foi aprovado em 1996. Esse processo foi desencadeado devido a, entre outros motivos, determinação do art. 210 da atual Constituição Brasileira/1988 de criação de uma nova lei geral para a educação nacional, assim como de novos sistemas educacionais em todo o país com um plano plurianual para a extinção do analfabetismo e a extensão gradual da obrigatoriedade da oferta da educação pública e gratuita até o último ano do nível básico da educação. Assim, os professores de educação física, em função da determinação legal, conviveram com as discussões realizadas em suas escolas e secretarias municipais durante a construção da nova LDB.

Em sua entrevista a professora KRP respondeu à mesma pergunta citando a LDB de forma bastante preocupada com a atual situação dos profissionais da área da educação física. Para ela:

Olha... sou professora do sistema público e de uma escola particular faz quinze anos e o que ocorreu na aprovação desta nova LDB me deixou muito triste. É que os professores de educação física não se envolveram nas discussões, não participaram dos debates e agora só querem saber de reclamar depois de tudo aprovado. (KRP-ep).

Castellani Filho (1998), que analisou a trajetória da área da educação física no processo de elaboração da nova LDB (desde a recomendação de criação de uma nova lei exposta na constituição até sua aprovação), ao destacar os vários projetos de lei, as várias propostas de alteração até a aprovação final, argumenta que a nova LDB é muito importante para os professores de educação física. Destaca, também, o fato de que durante o processo de construção

da nova lei, foram impostas algumas medidas que poderiam beneficiar exclusivamente as escolas particulares com a diminuição do papel do estado na gestão e fiscalização da educação no país, especialmente em relação à compreensão da necessidade de inclusão da educação física como componente curricular obrigatório de toda a educação básica. Ainda de acordo com o autor, não é suficiente o conhecimento da lei; muito mais que isso, é necessária a compreensão do processo histórico de sua construção para fomentar discussões democráticas e, com isso, enfrentar os desafios de uma educação e uma educação física mais críticos.

Quanto aos acontecimentos políticos e sociais que interferiram no processo de construção da nova LDB, o autor destaca o *impedimento*<sup>23</sup> do presidente brasileiro Fernando Collor de Melo, além das inúmeras vezes em que foram apresentadas sugestões de alteração no texto original por parte de políticos, grupos econômicos, sociedades científicas, instituições de ensino e outros.

Além disso, pode-se destacar o fato de que, após a aprovação da LDB, o governo brasileiro enviou para todas as escolas um exemplar da lei em questão. Com o objetivo de esclarecer as dúvidas com relação à nova LDB, o governo brasileiro encomendou sua edição e publicou, já no ano seguinte, alguns livros didáticos e simplificados sobre sua aplicação nas escolas, denominando-os de “Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, criados com o objetivo de apresentar também sugestões para a implantação dos princípios gerais da nova lei.

Esses documentos foram enviados gratuitamente para todas as escolas do país, com a determinação de que fossem observadas todas as recomendações neles contidas.

Outro aspecto que merece destaque nos referidos PCNs é que suas recomendações foram tão debatidas e tão comentadas nos encontros e seminários sobre a nova LDB que alguns professores – inclusive os que participaram desta pesquisa – reconhece-os como uma

---

<sup>23</sup> Em 29 de setembro de 1992, o presidente Fernando Collor de Melo foi impedido de prosseguir seu mandato por decisão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e, a partir de então, seu vice-presidente Itamar Franco governou o país até 2005.

determinação legal e não como parâmetros recomendados. Isso se dá principalmente pelo fato de que a área da educação física tinha, até a publicação da nova lei, uma normativa específica que indicava os objetivos, as estratégias de ensino, as formas de avaliação, a qual acabara de ser revogada – Decreto nº 69.450, de...de...de 1971, já apresentado anteriormente.

Pode-se dizer, então, que a nova LDB teve uma grande divulgação antes de sua aprovação e talvez seja uma das mais conhecidas pelo professorado de maneira geral e pelos profissionais da área da educação física participantes desta pesquisa; entretanto, os PCNs parecem ter desempenhado importante papel no esclarecimento das dúvidas surgidas com a nova lei.

Por outro lado, o professor WER aponta que os profissionais da área da educação física do Estado de Goiás não compreenderam as diretrizes da nova lei, nem tampouco sua aplicação em salas de aula. Segundo ele:

... sobre este assunto que creio que os professores de educação física do Estado de Goiás não têm o costume de ler os documentos oficiais e não conhecem também a LDB; ainda mais, eu creio que a grande maioria dos professores de educação física do estado de Goiás só conhecem os Parâmetros Curriculares Nacionais devido à visibilidade e publicidade que eles tiveram e por apresentarem formato mais simples. (WER-ep).

O fato de os professores de educação física do sistema público de ensino terem ficado sem um roteiro básico para suas práticas profissionais – como continha o citado decreto, a partir da nova LDB, os professores de educação física passaram a se orientar pelos PCNs, especialmente porque a nova lei determina:

- Mudança na forma de organização do tempo escolar passando a ser organizado sob a forma de ciclos de desenvolvimento e não mais sob a forma de séries anuais;
- O agrupamento de disciplinas e conteúdos em eixos comuns de formação sob a forma de projetos interdisciplinares;
- Criação de um Projeto Político Pedagógico em cada escola a partir de suas características específicas, mas sem desconsiderar as diretrizes gerais da nova LDB;
- Criação de projetos de intervenção a partir de assuntos de interesse coletivo<sup>24</sup> como: Educação ambiental, sexual, educação para a cidadania, etc.;
- Mudança no sistema de avaliação que previa a substituição do modelo quantitativo com a atribuição de conceitos pela a avaliação qualitativa e contínua dos conhecimentos dos alunos e alunas;
- Redução da reprovação ou retenção de alunos e alunas nos cursos iniciais com a criação de um sistema de acompanhamento e reforço escolar para as crianças ou adultos com dificuldades de aprendizagem.

Ainda que as orientações expressas nos PCNs tenham sido muito bem avaliadas pelos professores participantes desta pesquisa, alguns enfatizaram uma preocupação com a adoção irrefletida de todas as orientações de vários professores das diversas áreas do currículo escolar. Alguns deles informaram que na área da educação física vem ocorrendo a reprodução completa de alguns itens, como: objetivos, formas de avaliação e até mesmo da metodologia, todos esses indicados como exemplos no documento oficial para o planejamento escolar.

A esse respeito pode-se destacar os seguintes relatos dos GDs:

---

<sup>24</sup> Estes assuntos foram tratados de forma separada dos demais conteúdos de ensino e receberam o nome de Temas Transversais; neles se enquadravam à época assuntos de interesse geral da comunidade escolar e que não estavam circunscritos à uma única disciplina do currículo escolar.

Eu mesmo faço cópia dos objetivos para minhas aulas dos PCNs, faço algumas adaptações e tá pronto... tenho um plano que atende a política da escola para a minha realidade escolar. (LFL-gd-RV).

Na minha cidade, em minha escola, se comparar os planos de ensino de muitos professores vão encontrar muitas cópias dos PCNs, especialmente nas formas de indicar os objetivos e conteúdos (VJO-gd-CAT).

Os PCNs são os únicos documentos que tivemos acesso facilitado pela SEE assim como são mais claros que as outras políticas públicas e leis da educação do nosso estado (DJA-gd-GYN).

Eu tenho saudades do decreto 69450/71 que trazia tudo que tínhamos como objetivos, como metodologia, a quantidade de aulas por semana e tudo mais. Hoje nada fica claro nas novas leis e por isso todo mundo copia os PCNs (LAS-gd-RV).

De minha parte, o que acho pior de tudo nestas mudanças é a falta de uma orientação mais segura e definitiva a partir da qual nos pudéssemos organizar nossas aulas... A recomendação de NÃO reprovação de alunos nas séries iniciais é horrível. (ERF-gd-RV).

Na perspectiva de organização do tempo e do trabalho pedagógico, o disposto prevê autonomia para as escolas terem seu próprio projeto político pedagógico, em que está prevista a

quantidade de aulas por semana de cada uma das disciplinas do currículo escolar. Quanto a essa organização, os professores entrevistados demonstraram grande preocupação, segundo eles, a carga horária semanal da disciplina educação física sempre acaba prejudicada em relação a outras disciplinas. Assim, uma escola que optar por oferecer uma aula semanal de acordo com o previsto no seu projeto político pedagógico terá, seguramente, menores possibilidades de práticas esportivas escolares e, em consequência disso, equipes com baixo nível técnico e com pouco conhecimento de regras ou táticas esportivas.

No que se refere à recomendação de diminuir dos índices de reprovação dos alunos nos anos iniciais da educação básica, a justificativa do governo foi baseada nas discrepâncias entre a idade e o nível de escolaridade que alguns alunos já apresentavam em todo o país. Esse fato proporcionava o surgimento de situações de constrangimento e discriminações que faziam aumentar o nível de evasão desses alunos, sem, sequer, serem alfabetizados. O governo parece não ter levado em consideração o fato de que tal prática poderia gerar prejuízos para o processo de aprendizagem. Alguns dos professores entrevistados destacaram a influência negativa dessa inovação,

Acredito que a determinação da NÃO reprovação nas series iniciais teve “boa intenção”, mas esta criando outros problemas para o aluno. Eles são aprovados sem se apropriar de um mínimo de conhecimentos (ERF-gd).

Alguns dos alunos do terceiro ano da educação primária chegam até nós, para as aulas de educação física e não podemos realizar atividades que necessitem de noções básicas de leitura ou de contas, pois eles ainda não foram nem alfabetizados (CDF-ep).



Antigamente os meninos e meninas já começavam a estudar com algumas noções de leitura e de matemática... atualmente eles são aprovados sem saber quase nada...esta modificação proposta pela lei não é nada boa (WER-ep).

Na nossa região temos um dito popular que é “tampar um santo, destampando outro”. Eu creio que é isso que essa modificação tá fazendo; ou seja, diminuímos a reprovação, mas nossos alunos aprendem nada (KRP-ep).

Em pesquisa realizada na cidade de Goiânia (Valadares, 2002), destacava essa preocupação já era apresentada por grande parte dos professores do sistema municipal de ensino, quando da implantação do programa “Escola para o Século XXI”. Segundo a autora, os professores que foram obrigados a mudar suas formas de avaliação com o objetivo de diminuir as reprovações no sistema, não concordavam com a orientação dos PCNs e desenvolveram uma estratégia de acompanhamentos ou reforços paralelos para os alunos com maiores dificuldades. Criaram um projeto denominado de “Classes de Aceleração”, em que os alunos recebiam aulas de reforço nas disciplinas em que obtivessem desempenho desfavorável e, anteriormente, nas disciplinas que tinham sido reprovados.

Em função da mudança repentina e sem a devida preparação, os professores da rede pública da cidade, de acordo com a autora, apresentaram um grande número de casos da Síndrome de Burnout<sup>25</sup>. Essa situação de adoecimento somente diminuiu, após passados alguns anos da implantação das novas práticas no sistema de ensino e com a sistemática realização de cursos sobre as mudanças previstas na nova LDB. Entretanto, tais cursos destinados aos

---

<sup>25</sup>Para Leite (2009), a **Síndrome de Burnout** - do inglês “burn” que significa “queimar” e “out” que significa “fora” é o nome atribuído ao esgotamento total que afeta muitos profissionais que trabalham, por muitos anos, em contato direto com pessoas como médicos, professores, assistentes sociais, psicólogos e não atingem seus objetivos.

professores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, não atingindo os demais professores das outras 246 cidades do estado.

Fica evidente também, no relato de alguns professores, a importância do conteúdo esportivo em suas aulas e, este sim – o esporte – pareceu estar sendo prejudicado pelas citadas mudanças. Para alguns:

A construção desse tal de “PPP” nas escolas transformou as reuniões em campos de batalha por carga horária entre as disciplinas. As disciplinas básicas como “língua portuguesa”, “matemática” e “ciências” sempre desejam mais aulas que as outras disciplinas que são consideradas menos importantes como educação física, artes, etc. (FB-gd-RV).

A diminuição das aulas por semana nos obriga a dar atividades mais gerais e temos que abrir mão do esporte... Já tinha poucas aulas pra ensinar direito o esporte... agora só dá pra ensinar o básico do esporte e o resto é atividade recreativa ou de ginástica geral mesmo. (LV-gd-CT).

A educação física é uma das disciplinas que não tem prestígio e sempre tem sua quantidade de aulas questionada ou rebaixada quando necessitam de algum espaço a mais na grade de horário semanal. (ES-gd-CAT).

Ao que nos parece, a possibilidade de construção coletiva e democrática de um projeto político pedagógico para a escola com liberdade para proposição de ações relacionadas com o

contexto em que está inserida ou com as características locais é, sem dúvida, um avanço apresentado pela nova LDB e apoiada pelos PCNs. Percebe-se, entretanto, no relato dos professores, que essa liberdade e autonomia não estão sendo satisfatórias para algumas áreas do currículo escolar e, claro, para a educação física.

Se considerarmos a hierarquia das disciplinas do currículo escolar e a baixa importância que costuma ser atribuída à educação física, às artes e às aulas de cultura religiosa, é possível compreender um dos motivos da diminuição da quantidade das aulas de educação física no Estado de Goiás, destacada pelos entrevistados como consequência das diretrizes da nova LDB ou dos PCN's. A possibilidade de diminuir o número de aulas semanais de uma determinada área do conhecimento e apenas uma recomendação e não uma determinação. Ainda assim, tal diminuição pode ser em qualquer outra área e não somente na área da educação física ou artes.

Ainda no contexto dos informantes desta pesquisa, é possível destacar o fato de que os dirigentes esportivos entrevistados na segunda etapa da coleta de dados, apresentam outra percepção da influência das políticas educacionais nas práticas esportivas escolares. Segundo um deles:

A lei foi aprovada para dar mais liberdade para cada unidade escolar ter autonomia e construir seus próprios currículos, mas os professores não participam das discussões e depois só querem reclamar...o professor tem que estar mais presente e brigar pela área da educação física...tem que estar lá nos conselhos de classe. O tempo de entrar pelos fundos do colégio já acabou.(ACFF-ep).

O entrevistado faz referência ao período em que os professores de educação física ministravam suas aulas no turno contrário das demais disciplinas do currículo escolar e, por isso, não participavam das atividades de planejamento ou dos conselhos escolares. Pode-se deduzir, daí certa concordância com a legislação atual, e a indicação que a situação se encontra como está devido a atuação (ou falta dela) do professor de educação física no ,contexto escolar a partir da nova LDB.

Os treinadores esportivos entrevistados na segunda fase da coleta de dados posicionaram-se de forma diferenciada em relação à importância da LDB para a prática esportiva escolar e para o esporte de maneira geral. Segundo eles:

A única coisa que a LDB fez de importante foi garantir a educação física em todos os níveis...mais do que isso? Não sei de nada importante pro esporte. (JRC-ep).

A LDB não ajudou muito não...tem o Pro-esporte (estadual e do ministério do esporte), tem a lei Pelé, a lei Agnelo Piva e algumas outras fontes de financiamento que ajudam muito mais o esporte escolar que a LDB. (CJS-ep).

Olha professor...sinceramente a LDB só ajudou a garantir a EF no currículo e pra dizer que o governo deveria mandar dinheiro pro esporte escolar...o resto? Se não fossem os outros projetos de incentivo ao esporte e até mesmo as leis estaduais? O esporte escolar em Goiás já tinha acabado (RSS-ep).

Fica evidente, segundo os treinadores, seu distanciamento da educação física escolar e com a prioridade estabelecida para o esporte. Entretanto, é importante registrar que o relato dos professores de educação física também indica uma postura pessimista em relação ao desenvolvimento do esporte escolar tendo em vista as diretrizes previstas na nova LDB.

Analisando o relato desses professores, temos o destaque do professor CDF para a multiplicidade de possibilidades de leituras e interpretações no que se refere à educação física e suas particularidades na nova LDB. Como exemplo dessas possibilidades, o professor assim se posicionou quanto ao ensino superior. De acordo com o professor:

Olha professor, a lei da educação brasileira não é má; o que acontece é que ela é muito flexível e permite demasiadas interpretações pelos diretores das escolas, pelos nossos dirigentes e até mesmo por nossos políticos. Lembra-se do que aconteceu com a educação física no ensino superior? Pois é, as únicas mudanças que eu tenho observado na educação física da educação básica é que agora ela é obrigatória e garantida por lei... nada mais do que isso. (CDF-ep).

O exemplo citado pelo professor tem relação com a necessidade que as universidades brasileiras tiveram de esclarecer o conteúdo do art. 26 da nova LDB. Também para os participantes da reunião na cidade de Catalão, a nova LDB é a única política pública que foi debatida em seus encontros de planejamento pedagógico anual e em algumas reuniões com as equipes de coordenação da SEE e com as equipes das Secretarias Municipais de Educação. O professor VJ, entretanto, destacou que a atual LDB necessita de um período de adaptação para se tornar efetiva; para ele:

A nova LDB é muito boa, mas nós precisamos de um tempo maior para fazer as adaptações que ela propõe. Eu acredito que ela é muito melhor que a anterior no que se refere aos níveis de ensino, à inclusão da educação infantil e outras coisas mais. Porém, não é possível mudar tanto uma prática que já levamos muitos anos; principalmente isto de aulas com meninos e meninas juntos... ainda hoje isto me parece uma loucura. (VJ-gd-CAT).

Ainda sobre a LDB, vale destacar a análise apresentada na reunião do GD realizado na cidade de Catalão pelo professor DS. Segundo ele:

Todas as leis brasileiras são feitas por um grupo de pessoas com o objetivo de servir para a vida de todo mundo e isso é ruim. É o que acontece com a atual LDB de nosso país... As pessoas que apresentaram a sugestão da inclusão das aulas de educação física no mesmo horário das demais disciplinas seguramente nunca foi um professor de educação física nem tampouco trabalhou ou tentou trabalhar com o esporte numa escola pública. (DS-gd-CAT).

A sugestão de organização das aulas de educação física no mesmo espaço e horário das demais disciplinas do currículo escolar é uma recomendação da LDB estadual. Essa foi bastante destacada pelos professores participantes como elemento dificultador para o desenvolvimento do esporte no contexto escolar, o que tratamos a seguir.

#### 4.1.1 – A LDB do Estado de Goiás e os professores

As duas principais queixas dos professores de educação física que participaram nos grupos de discussão e nas entrevistas aprofundadas com respeito à LDB estadual, têm relação, em primeiro lugar, com a recomendação de que as aulas de educação física passassem para o mesmo turno das outras disciplinas do currículo escolar e também passassem a ter turmas de alunos e alunas. Em segundo lugar, com o fato de recomendar que, entre as aulas semanais, ocorresse obrigatoriamente uma aula de caráter teórico.

Antes da aprovação da nova LDB nacional e também da LDB estadual, as aulas de educação física aconteciam em turnos separados das demais disciplinas e as turmas eram separadas por sexo e, em alguns casos, até mesmo pelo nível técnico dos alunos e alunas.

A organização das turmas para as aulas de educação física no Estado de Goiás, assim como em quase todos os estados do país, além das separações já indicadas, também estava baseada na realização de testes de aptidão física e de habilidade esportiva, no início de cada ano letivo. A homogeneização das turmas facilitava a criação e o treinamento de equipes esportivas das escolas já nas aulas de educação física.

Confirmando o relato dos professores, de acordo com o § 2º do art. 35 da Lei Complementar nº 26, de...de...de 1998 do Estado de Goiás, a educação física escolar é um componente curricular obrigatório da educação básica como na LDB nacional. Porém, as indicações dos itens A e B do referido parágrafo sugerem duas novas forma de organização das aulas de educação física:

A) É de livre escolha para os alunos do período da noite; e

B) Deve ter suas aulas, preferivelmente, no mesmo período das outras disciplinas.

Isso significa dizer que os professores de educação física tiveram que realizar profundas modificações em suas práticas profissionais considerando as recomendações apontadas na lei estadual. Especialmente no que se refere à existência de turmas mistas e à inclusão das aulas práticas no mesmo horário das demais disciplinas, bem como à flexibilização para a prática de alunos do período noturno.

Dito de outra forma, as mudanças determinadas para por em prática as diretrizes da nova LDB foram extremamente radicais e não foram disponibilizadas condições mínimas necessárias para tais mudanças, no que se refere à preparação dos professores e à infraestrutura básica necessárias para tais alterações.

Na cidade de Rio Verde, corroborando os relatos apresentados nos GD realizados, os participantes destacaram os retrocessos que julgavam estar surgindo a partir da mudança proposta pela nova LDB. Para eles:

Eu tenho que falar sobre isso, a nova LDB do estado de Goiás está matando o esporte escolar e os eventos esportivos escolares... É impossível organizar alguma equipe em nossas aulas de educação física com este novo formato. (WR-gd-RV).

Como é possível organizar e treinar uma equipe de qualquer modalidade esportiva com turmas mistas (alunos e alunas) com níveis totalmente diferentes e ainda mais com somente duas aulas práticas por semana? (RBA-gd-RV).



É impossível... não existem nem as condições mínimas para o desenvolvimento do esporte com esta nova forma de organização das aulas de educação física... Estamos agora mesmo participando dos eventos esportivos escolares sem nenhuma chance de classificar para a etapa estadual. Alguns de nossos alunos vieram sem treinar nenhum dia. (LAS-gd-RV).

Pelo que os professores expressaram, a forma atual de organização das turmas para as aulas de educação física apresenta influência direta na participação das equipes das escolas nos eventos e práticas esportivos escolares. De acordo com eles, o modelo antigo de organização lhes possibilitava um melhor rendimento, pois tinham grupos do mesmo sexo, alunos e alunas de níveis técnicos avaliados no início de cada ano e uma carga horária maior para o treinamento das equipes escolares.

Alguns dos presentes na reunião da cidade de Rio Verde citaram o período de vigência das diretrizes gerais do Decreto nº 69.450/71, que indicava a aptidão física como referência para a educação física escolar e a iniciação esportiva generalizada como o objetivo da primeira fase da educação básica, como o melhor de todos os tempos para o esporte escolar no país.

Já o grupo de professores que se reuniram na cidade de Nova Veneza destacou a preocupação deles com a quantidade de aulas de educação física durante a semana como o maior problema da atualidade. A diminuição do número de aulas de educação física por semana ocorre, segundo eles, para a realização de eventos, projetos interdisciplinares, aplicação de provas e tudo que a escola necessitar. Para eles:

Tudo o que a escola necessita no que se refere a tempo, se tira uma da educação física; as festas, as comemorações... tudo. Em minha escola me tiraram uma aula por semana para que os alunos pudessem participar de um projeto de “Horta Comunitária”. (SC-gd-NV).

Se eu desejo ter uma equipe de treinamento tenho que me disponibilizar de acordo com o horário de alunos ou alunas de minha escola e buscar um espaço livre no quadro de horários deles. A situação é péssima. (JRF-gd-NV).

Além da redução na quantidade de aulas da nossa disciplina por semana, existe também uma recomendação que tenhamos aulas de natureza teórica, ou seja, em alguns casos temos uma aula por semana... E como é possível organizar uma equipe esportiva dessa forma? (DSA-gd-NV).

Isso é verdade, todo novo projeto que vai ser iniciado na escola se tira aulas de educação física. É como se nossa disciplina fosse menos importante que todas as outras do currículo. (CDF-gd-NV).

É importante destacar que a ciatda diminuição criticada pelos professores não representa irregularidade ou ilegalidade por parte da escola ou da SEE. De acordo com a lei, qualquer número de aulas por semana, desde que esteja previsto no projeto político pedagógico da escola, atende ao que está previsto no § 2º do art. 35 da estadual que prevê, simplesmente, que:

§ 2º - A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias, níveis de desenvolvimento e às condições da população escolar, sendo:

- a) facultativa nos cursos noturnos para os alunos;
- b) ministrada preferencialmente no turno em que os alunos estiverem matriculados.

Se os integrantes da comunidade escolar que constroem o projeto político pedagógico decidirem que qualquer uma das disciplinas que compõem o currículo escolar necessitar de maior ou menor quantidade de aulas por semana, a alteração pode ser implantada durante todo o ano letivo na escola. Trata-se da autonomia didática e pedagógica disposta na nova LDB.

Ainda com relação às mudanças da nova lei e as influências em suas práticas cotidianas, os professores do encontro do GD da cidade de Ceres, manifestaram, além das dificuldades já destacadas, seu descontentamento para com a infraestrutura física das escolas para a prática da educação física e dos esportes que deveriam passar a utilizar em função do novo horário das aulas, diferente do anterior. Para eles:

Antigamente a gente tinha espaço e materiais adequados e quando não tínhamos a gente podia resolver este problema com a utilização dos ginásios das cidades e fora do horário das aulas dos alunos, mas agora?... com este novo formato?...é impossível! (SSC-gd-CE).

É obvio que tínhamos melhores resultados, pois os alunos que participavam das aulas fora do horário e fora da escola já demonstravam interesse né? Aí a gente nem precisava fazer muitos testes de habilidade. (GBF-gd-CE).

Também tem o fato de que a gente podia ter nas nossas aulas somente os alunos e alunas interessados na prática, pois as aulas ocorriam em horários diferentes, mas agora, com as aulas no mesmo turno das demais disciplinas sempre temos alunos e alunas de níveis técnicos diferentes, com objetivos diferentes... Eu acredito que não teremos mais o esporte na minha escola. (AD-gd-CE).

Além de facilitar a homogeneização dos grupos para a prática esportiva escolar, a estrutura anterior possibilitava a utilização de outros espaços como ginásios, piscinas e espaços públicos fora das dependências das escolas e com a participação de alunos e alunas organizados em turnos e horários de acordo com sua capacidade e habilidade motoras ou, ainda, a partir dos objetivos estabelecidos para tais práticas. Por exemplo, o treinamento de equipes esportivas da escola para participação nos eventos esportivos escolares.

A seleção mencionada por alguns professores foi uma estratégia utilizada durante vários anos para a organização das turmas na educação física escolar. Especialmente no Estado de Goiás, essa seleção era realizada com o objetivo de escolher os mais habilidosos nas modalidades esportivas para participar nas sessões de treinamento específico e os que não apresentavam tais habilidades, para as aulas regulares de educação física. Essa seleção serviu como base para a organização dos grupos nas aulas de educação física no Estado de Goiás até os

primeiros anos da década de 1990, contando ainda com o apoio do teste de aptidão física TAF<sup>26</sup>, muito utilizado nas instituições militares. Em pesquisa realizada sobre a formação de professores de educação física e o ensino do esporte no Estado de Goiás, Souza (2007) identificou, com grande regularidade, a utilização de testes como o TAF até os dias atuais em alguns processos seletivos para a organização de equipes esportivas escolares e até mesmo para a seleção de alunos e alunas para o curso de formação de professores de educação física, em algumas instituições de ensino superior do país.

A ocupação de outras instalações esportivas públicas, também destacada pelos professores, tornou-se inviável nos tempos atuais por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, em função do tempo disponível para os alunos se deslocarem para os referidos espaços, o que somente seria possível se eles dispusessem de um tempo bem superior ao de uma aula regular, como ocorre atualmente. Em segundo lugar, devido a necessidade do estabelecimento de convênios e parcerias entre as escolas e os órgãos mantenedores dos ginásios e praças públicas.

Ainda com respeito à forma de organização das turmas para as aulas de educação física no Estado de Goiás, existe outra particularidade que merece nossa análise. O item IV da alínea D, do art. 33 da LDB estadual estatui que:

IV – A organização das turmas ou grupos de alunos de series distintas pode ocorrer com níveis iguais de adiantamento dos conteúdos para as disciplinas de línguas estrangeiras, artes e educação física, podendo ser organizadas por idade ou outros critérios pelo projeto político pedagógico da escola, de maneira a suprir as necessidade dos educandos.

---

<sup>26</sup> Teste utilizado para a seleção de militares para as forças armadas; baseado em testes de resistência aeróbia (Teste de Cooper), de resistência muscular localizada (flexões de braço e abdominais), de agilidade e de velocidade.

Pelo que expõe a lei, as aulas de educação física, além da participação de alunos e alunas ao mesmo tempo, podem também apresentar alunos e alunas de séries diferentes, desde que tenham a mesma idade, por exemplo. E essa foi outra dificuldade relatada pelos professores para a aceitação das mudanças indicadas pela lei. Para eles:

Não sei muito sobre a nova LDB, mas o que foi determinado com relação às minhas aulas são mudanças que só vão dificultar nosso trabalho... Imagine uma turma com alunos e alunas de grupos diferentes...é impossível fazer algo de bom.(EC-gd-CAT).

Além das recomendações que a SEE sobre a possibilidade de reunião de alunos de diferentes anos em um mesmo grupo nas aulas de educação física tenho que dizer que não faço e nem vou fazer isso na minha escola... é perigoso pra eles próprios. (LR-gd-NV).

Na minha cidade não fazemos isso nas aulas das turmas de educação física; especialmente nas aulas de esporte porque as discrepâncias prejudicam muito o desenvolvimento da aula; inclusive podem ocorrer lesões entre alunos e alunas de constituições físicas muito diferentes. (WR-gd-RV).

Em nossas aulas de esportes é importante que tenhamos uma organização mínima e isso se torna impossível com alunos e alunas de grupos diferentes... Já tivemos alguns problemas com as turmas de meninos e meninas ao mesmo tempo. (LAS-gd-RV)

Ainda com respeito à compreensão dos professores de educação física sobre as normativas educacionais de Goiás, merece destaque o relato de dois professores que participaram da segunda entrevista aprofundada. Para eles:

Acho que já deveríamos ter um pouco mais de conhecimento sobre a nova LDB e os efeitos dela na nossa prática. Parece que os professores já não reclamam tanto das aulas mistas e nem do fato de terem que dar aula no mesmo horário das demais... parece que o governo conseguiu “enrolar” os professores dando pra eles a chance de dar treinamento fora do horário de aula....aquele tal de PRAEC OU PRADEC que pra mim é só enrolação. (CDF-ep).

Eu acho que vou até parar com os treinamentos aqui na minha escola... na verdade eu tento melhorar o nível das turmas de futsal mas eu só consigo isso se tiver uma iniciação básica nas aulas e aí fica complicado para trabalhar os outros conteúdos...eu acabo não fazendo nenhuma coisa nem outra direito. Fico com uma carga horária um pouco maior e que não ajuda muito no final, quando vamos participar dos jogos. (HP-ep).

No caso específico desses professores, observa-se certa dose de decepção com as políticas públicas e, em especial, com o programa de treinamento esportivo na escola instituído pelo governo de Goiás. Essa dose de decepção dos professores influencia diretamente na participação dos alunos nas práticas esportivas escolares, pois os professores que apresentaram tais relatos, seguramente, deixarão de participar dos eventos esportivos escolares.

Na segunda etapa das entrevistas em profundidade, especificamente no caso dos treinadores, o assunto dos projetos extra curriculares também foi destacado como uma alternativa que, se melhorada, poderia contribuir significativamente para desenvolvimento do esporte no contexto escolar; talvez até com possibilidades de formação de equipes melhores do que as atuais. Para os treinadores:

Eu acho que aquela estratégia que o governo criou pra tentar incentivar a prática esportiva (PRAEC OU PRADEC, não sei direito o nome) é legal... O que acho é que o governo deveria fiscalizar e qualificar o trabalho dos professores que estão trabalhando com aquele tipo de programa. Se tiver uma qualificação melhor e uma fiscalização mais eficiente, com certeza, teremos melhores equipes disputando os jogos e mais atletas sendo descobertos. (JRC-ep).

O programa de treinamento esportivo nas escolas é quase a mesma coisa que o SESI tinha com o nome de Programa Atletas do Futuro – PAF. A diferença é que os alunos iam para o SESI e lá eles realmente poderiam treinar, pois tinha toda uma estrutura voltada pra isso. Do jeito que ta acontecendo na rede pública não vai dar em nada não... Os professores continuam com pouco material e poucas horas pra se trabalhar. (CJS-ep).

Pra mim continua a mesma coisa. A maioria dos professores que tem projetos só utilizam os treinamentos pra completar a carga horária mínima que eles tem que cumprir... alguns deles nem participam dos jogos escolares. (RS-ep).



Diante de tantas citações, observamos que existia uma lacuna no contexto das normas (constituições, leis do esporte e leis educacionais) indicadas como referências teóricas para a análise dos dados coletados. Trata-se de um projeto criado pelo governo de Goiás em 2001, que trataremos a seguir.

#### 4.1.2 Projeto de Atividades Extracurriculares /PRAEC

O governo do estado de Goiás, através da SEE (Portaria 2098/01), estabeleceu um programa de incentivo à prática de atividades extracurriculares pelos alunos e alunas do sistema público de ensino e denominou-o de Programa de Atividades Extracurriculares/PRAEC. Tal programa tinha como objetivo geral promover o aumento da participação de alunos e alunas nos eventos esportivos escolares oficiais, bem como estimular a prática esportiva no contexto escolar; a justificativa central foram as mudanças instituídas nas aulas de educação física.

O programa apresenta como eixos norteadores:

- Aumento da carga horária e do salário do professor para o desenvolvimento de atividades extracurriculares relacionadas com sua área de formação com grupos específicos. No caso dos professores de educação física, para treinamento de equipes esportivas.
- Aumento da oferta de atividades esportivas específicas para alunos e alunas para além das aulas curriculares de educação física.
- Possibilitar a formação de equipes de treinamento esportivo para participar das competições esportivas escolares oficiais e extra oficiais.
- Complementação da formação esportiva de alunos e alunas da escola.

Entretanto, as diretrizes gerais do PRAEC foram sendo estendidas ou adaptadas para outras áreas do currículo escolar. Além das atividades esportivas, com a oferta inicial de cursos de idiomas, iniciação ao xadrez, iniciação musical, capoeira, dança e outros. Esse fato fez com os professores da área da educação física tivessem que disputar, novamente, o espaço, os recursos financeiros, o tempo e a preferência dos alunos por outras áreas do conhecimento escolar. Além disso, muitos alunos e alunas seguissem optando pela participação nas equipes esportivas das escolas. Observou-se a partir de 2007 uma diminuição na quantidade de projetos esportivos apresentados e, conseqüentemente, na participação de equipes escolares nos eventos esportivos oficiais. De acordo com dados da GEDE da SEE, apenas 75% dos projetos apresentados em 2013 estavam relacionados com treinamento esportivo e desses, apenas 50% foram aprovados. A iniciativa criada para atender às demandas da educação física e do esporte escolar absorvem menos de 50% de projetos específicos e mais de 50% para as demais áreas.

No GD da cidade de Rio Verde, alguns participantes destacaram a decadência do PRAEC enquanto solução para os problemas do esporte escolar. Segundo eles:

O PRAEC foi a melhor alternativa para o esporte na minha escola até começar a incluso de outros projetos além de nossa área. Agora temos projetos de idiomas, de informática e todos no mesmo horário e dia dos treinamentos esportivos... agora ta muito complicado. (EF-gd-RV).

Agora o PRAEC não é só da educação física, muitos outros professores apresentam projetos somente para ter uma complementação salarial e nem sequer apresentam os resultados no final do ano. (FFA-gd-RV).

O PRAEC deveria ser exclusivo da educação física nas escolas, pois somente assim nós podemos melhorar o ensino do esporte e a organização das equipes para os eventos esportivos escolares. (LAS-gd-RV).

A diversificação da destinação dos recursos e da complementação da carga horária do PRAEC para outras áreas do currículo escolar, a partir de 2007, de acordo com o Superintendente da Educação Básica somente ocorreu devido “à baixa qualidade e quantidade de projetos da área da educação física. “O que se viu ainda, segundo o dirigente, foi a ocupação dos espaços deixados pelos professores de educação física por parte dos professores de outras áreas.

Na contramão do relato do dirigente, os professores entrevistados destacaram as dificuldades colocadas para a apresentação e aprovação dos projetos específicos da educação física. Para eles:

A SEE nos oferece uma possibilidade que é quase impossível de viabilizar no contexto de nossas escolas... Ela (a SEE) exige que nós treinemos todas as equipes da escola, mas não autorizam mais de um projeto por escola (o que representa mais seis horas por semana)... Como é possível? (VJO-gd-CAT).

Na minha escola eu tenho que treinar as equipes de voleibol e futsal, mas somente um destes projetos foram aprovados pela SEE para este ano (HPS-gd-CAT).

A burocracia é muito grande para a aprovação dos projetos por parte da SEE... E o pior na situação são as exigências pelos resultados e pela participação nos eventos esportivos escolares oficiais... Nem sempre temos boas equipes. (HPO-ep).

Exigem-nos o cumprimento de um monte de objetivos impossíveis, cronogramas com datas que somente são definidas pela SEE depois de iniciado o ano letivo e são informadas em cima da hora (WER-ep).

Como é possível falar de treinamento esportivo com somente duas horas a mais por semana? Eu creio que, inclusive, o nome do programa está errado... tinha de chamar “reforço esportivo” ou algo parecido, pois é o que se pode fazer. (ERF-gd-RV).

Na busca de compreender as dificuldades relatadas pelos professores com relação à apresentação de projetos de treinamento esportivo, colhemos informações na GEDE da SEE e fomos informados sobre os critérios de avaliação dos projetos assim como tivemos acesso à Portaria nº 2.098/01 que apresenta como anexo um modelo de projeto a ser apresentado. Além desse modelo básico, fomos informados de que o parecer sobre cada um dos projetos pode ser consultado por seus proponentes, e até mesmo ele pode ser reformulado antes de ser avaliado definitivamente. No Anexo I da Portaria nº 2.098/01 encontra-se, também, o modelo de uma planilha de materiais que deve ser preenchida e enviada juntamente com o projeto.

Por outro lado, se recorrermos aos princípios básicos do treinamento desportivo indicado por autores como Tubino (1984) ou Dantas (1985) – a individualidade biológica, a adaptabilidade, a sobrecarga, a continuidade e a relação volume x intensidade do esforço – o

programa PRAEC realmente apresenta equívocos conceituais e de funcionamento. Ou seja, se o objetivo é incentivar o treinamento de equipes escolares organizadas a partir das aulas de educação física e aumentar a participação nos eventos esportivos escolares a partir dos princípios básicos do treinamento desportivo, é importante que os projetos apresentados e aprovados tenham coerência com esses princípios, assim como lhes sejam fornecidas as condições necessárias para se atingir os objetivos propostos.

Sob essa perspectiva, o relato destacado anteriormente do professor ERF está correto. Não se pode falar de treinamento esportivo, que supõe, no mínimo, a melhoria da forma física dos praticantes, com o aumento tão somente de duas sessões de uma hora por semana, que é o máximo permitido para cada modalidade esportiva pelo programa do governo do estado.

Ainda de acordo com o relato apresentado pelos informantes, o PRAEC do governo de Goiás se caracteriza como uma boa iniciativa, mas é insuficiente para manter os melhores atletas matriculados na rede pública de ensino. Segundo o relato dos professores entrevistados as escolas particulares retomaram a prática de oferecer bolsas de estudos para os melhores atletas das escolas públicas que não podem oferecer as mesmas condições e não conseguem mantê-los em suas equipes.

Destacamos, entre o relato dos professores, as seguintes afirmações:

Com o PRAEC nós fazemos uma melhor iniciação esportiva nas aulas adicionais e as escolas particulares se aproveitam disto para o fortalecimento de suas equipes... todos os anos eles fazem isso oferecendo bolsas de estudo para nossos melhores (EC-gd-CAT).

Já estou acostumado com a perda dos nossos melhores atletas para as escolas particulares... todos os anos eles fazem uma verdadeira “pescaria” nas escolas públicas para melhorar as equipes deles para os jogos escolares. (MJ-gd-CE).

Até me alegro com o sucesso de nossos alunos e alunas em outras equipes e nos clubes esportivos... sou professor e desejo o melhor para eles, mas acho que isso não é justo com a gente... a SEE deveria oferecer melhores condições para que a gente pudesse tentar manter esses atletas nas escolas públicas. (CDF-ep).

O pior do PRAEC é que quando conseguimos sucesso com algum aluno nos treinamentos e este se destaca nos eventos esportivos escolares temos que nos preparar para “perdê-los” no próximo ano. (KRO-ep).

Diante do exposto, a perda dos melhores alunos para as escolas particulares parece ser algo inevitável, devido a falta de condições para treinamento esportivo nas escolas públicas. Ainda que o projeto do governo de Goiás proporcione o aumento da carga horária e isso resulte na melhoria da qualidade técnica dos atletas e das equipes representativas das escolas públicas nos eventos esportivos escolares oficiais, isso parece não ser o suficiente para garantir a continuidade dos atletas nas escolas públicas nos anos subsequentes ao seus destaques.

Essa migração dos alunos tem relação direta com o que os treinadores entrevistados indicaram como uma das principais fragilidades do sistema desportivo brasileiro. Para os treinadores, continuando seus relatos:

... a única coisa que eu acho ruim é que os alunos das escolas públicas tem uma iniciação esportiva melhorada com os projetos e os que não conseguirem uma bolsa ou uma ajuda de custo para jogar em algum time eles tem que parar porque o governo não tem nenhum projeto pra dar continuidade (JRC-ep).

...sinceramente creio que os meninos e meninas das escolas públicas e até mesmo das escolas particulares não tem pra onde ir... eles se destacam nos jogos escolares e poucos encontram clubes pra jogar e se perdem....acho que faltam projetos e políticas do governo para receber estes destaques (CJS-ep).

Evidencia-se, no relato dos treinadores, a preocupação com a falta de continuidade do trabalho iniciado nas aulas de educação física escolar, na iniciação esportiva. Decorre dessa falta de continuidade uma interrupção na formação esportiva de nossos alunos o que, seguramente, influenciará no resultado final ou na idade adulta. Seguramente, teremos uma menor quantidade de atletas de alto rendimento ou, pelo menos, uma quantidade menor desses atletas com iniciação esportiva baseada no esporte escolar e nas aulas de educação física escolar.

Os professores destacaram, também com relação ao PRAEC, o fato de que ele é um projeto do governo do estado baseado em outros projetos do governo federal e que deveria oferecer melhores condições, por ter sido o primeiro estado em que se implantou esse modelo. Expuseram os professores que:

O estado de Goiás é sempre o primeiro a colocar em marcha os projetos do governo federal, mas sempre ficamos na fase da experimentação e não atingimos as etapas seguintes. (HPO-ep).

Este PRAEC foi a primeira impulsão e implantação do programa “esporte escolar” do governo federal, fizemos todo o trabalho e depois disto não tivemos mais o mesmo apoio. (WER-ep).

Nossa cidade (que tem uma extensão da Universidade Federal e oferece o curso de educação física) fizemos em 2005, as avaliações em nossas escolas do programa “descoberta de talentos esportivos” do governo federal que deveria representar a continuidade do PRAEC, mas até hoje não recebemos nada... nenhuma orientação sequer. (ERF-gd-RV).

Não sei que motivos contribuem para que nosso estado faça sempre a implantação dos projetos esportivos do governo federal e depois fiquemos de fora do desenvolvimento, das outras etapas, do recebimento dos recursos financeiros e materiais... o PRAEC é mais um exemplo disso. (SSC-gd-CE).

Não existe uma explicação razoável com respeito ao fato destacado pelos professores além da proximidade geográfica com a capital do país e o fato de o Estado de Goiás sempre ter representantes nos ministérios da educação e do esporte nos três últimos mandatos presidenciais.



Ainda que nenhum tenha ocupado o cargo de ministro, sempre existem alguns departamentos ou secretarias importantes nos referidos ministérios.

Talvez o fato de o Estado de Goiás não fazer parte das regiões mais desenvolvidas nas áreas econômica, esportiva e educacional no país não traga facilidade para a realização de experiências ou implantação de projetos em sua fase inicial. Isso se justifica mesmo porque para colocar em prática algo mais que as avaliações iniciais de grandes projetos esportivos, o Estado de Goiás teria que receber investimentos significativos por um determinado tempo por parte do governo federal. Principalmente para a construção e/ou adaptação de espaços públicos para a prática esportiva em geral, assim como para o treinamento de equipes de alto rendimento.

A fase inicial dos projetos citados pelos professores utiliza a infraestrutura já existente no estado bem como a mão de obra especializada também já existente na região e por isso o relato dos professores apresenta coerência com a realidade social concreta atual do estado e do país. Dito de outra forma, o governo federal realiza a etapa inicial ou o projeto experimental em estados periféricos em relação aos grandes centros esportivos do país e as demais etapas ou etapas que envolvem maiores investimentos são desenvolvidas em estados que concentram os melhores clubes e centros esportivos do país; o que nos parece um contrasenso num processo de desenvolvimento do esporte, no sentido de que transfere os resultados da fase inicial de um projeto de uma região do país para o aprimoramento da fase final desse projeto em outra região.

Outro aspecto que se destacou no relato dos professores e que tem relação com as políticas públicas, mais especificamente com a compreensão da LDB, tem a ver com a leitura dos professores sobre o papel da educação física na legislação atual. Os relatos dos professores apresentados até agora, ainda que não se tenham posicionado especificamente sobre o assunto, evidenciam posições que indicam uma compreensão da educação física escolar simplesmente

como uma área do currículo escolar que foi legitimada a partir da nova LDB como um componente curricular obrigatório, no interior da qual o esporte continua sendo o principal conteúdo de ensino. Em alguns casos, observa-se a subordinação da educação física no contexto das aulas.

Esses relatos são reflexos de uma compreensão da educação física baseada em uma tendência pedagógica da área que foi introduzida no país em meados da década de 1950 do século passado e que conquistou uma grande legitimidade entre os professores dessa disciplina, tendo, inclusive, o apoio legal por meio do Decreto nº 69.450/71. Tal tendência pedagógica, que tinha como base o método desportivo generalizado, serviu para justificar a inclusão de algumas disciplinas nos currículos dos cursos de formação de professores de educação física por todo o país, assim como para justificar a realização das primeiras competições esportivas escolares e universitárias em âmbito nacional a partir da referida década.

Os relatos indicam, também, que a prática adotada nas aulas de educação física continua atribuindo ao esporte a centralidade e a maior importância entre os conteúdos ministrados, mesmo em detrimento do surgimento de novas metodologias de ensino, de novas formas de organização dos conteúdos de educação física que indicam o esporte como, apenas, um dos componentes da cultura corporal de movimento. Os informantes dessa pesquisa continuam adotando uma abordagem tradicional de ensino com centralidade no conteúdo esportivo, bem como definido seus objetivos voltados para a formação e treinamento de equipes esportivas para a participação em eventos esportivos escolares.

Castellani Filho (1998) aponta que a história e o desenvolvimento da educação física no país passaram por uma primeira fase, baseada nas manifestações das atividades físicas naturais ou relacionadas com os indígenas brasileiros; uma segunda fase organizada, a partir da

importação dos métodos ginásticos como a calistenia, o método alemão, o método sueco ou o método francês; a terceira fase da esportivização das atividades físicas e o boom do esporte na educação física escolar; e, desde meados da década de 1990, a introdução do conceito de cultura corporal de movimento e as metodologias críticas de ensino da educação física e esportes.

Ainda com relação à compreensão dos informantes sobre as políticas públicas, pudemos observar que a lei geral do esporte brasileiro ocupa lugar de destaque como fator interveniente nos eventos esportivos escolares assim como nas práticas esportivas escolares.

Vejamos o que dizem os professores sobre o tema.

#### 4.2 A Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) e os professores

O conhecimento básico dos professores com respeito à Lei nº 9.615/98 ou à Lei Pelé tem relação com as diferenciações teóricas e legais das manifestações esportivas brasileiras, com a forma de organização do sistema esportivo brasileiro e com a realização dos eventos esportivos no país. Para os efeitos desta pesquisa destacamos os relatos sobre a interferência desse conhecimento na prática profissional dos professores de educação física e, claro, nas práticas esportivas escolares.

Conforme o disposto nas leis brasileiras, as classificações do esporte se baseiam nas características de cada umas das manifestações do fenômeno esportivo e, como já destacado anteriormente, foram tipificadas pela Constituição Brasileira de 1988 como práticas esportivas formais e não formais.

A Lei Pelé (1998), por sua vez, classifica o esporte como esporte educacional, esporte de participação e esporte de alto rendimento.

No relato dos informantes é possível identificar que a classificação legal nada tem a ver com a realidade do esporte que vem sendo praticado na escola e nos eventos esportivos escolares em Goiás.

A primeira contradição destacada pelos professores foi a distinção teórica entre os modelos de esporte que ocorrem, ou deveriam ocorrer, no contexto escolar. Tanto nas reuniões dos GD quanto nas EPs os professores se manifestaram de maneira contrária às classificações legais e teóricas apresentadas, ou seja:

Olha, não creio que exista um esporte exclusivamente escolar ou educacional... eu creio que existem vários tipos de esporte no interior da escola. (RSO-gd-RV).

É impossível separar os tipos de esporte como está descrito na lei Pelé... nas minhas aulas de educação física existem alguns momentos de alto rendimento e outros onde tento incluir todo mundo. (LUC-gd-CAT).

É muito boa a divisão apresentada pela lei Pelé, mas não acredito que seja possível uma separação radical como propõe a lei. Os alunos e alunas das escolas também desejam um pouco de competição nas aulas. (ADS-gd-CE).

O modelo do esporte de alto rendimento é muito atrativo, os meninos e meninas de nossas escolas tem contato com esse tipo de esporte o tempo todo com as transmissões esportivas, pela internet, etc. e acho que temos que tratar dele sim nas nossas aulas. (AKG-gd-GYN).

Eu acredito que o modelo adequado para as aulas de educação física é o que põe destaque nas possibilidades de inclusão de todos os alunos e alunas nas atividades práticas, mas que seja apresentado a eles o modelo de alto rendimento ou de competição... a vida tá cheia de competição. (WER-ep).

Não tenho muito claro que modelo é o mais adequado para o contexto escolar, pois os meninos e meninas convivem com a competição em toda sua vida e isto faz parte da vida de todos... não creio que os conteúdos da educação física e do esporte tenham que ser apresentados de forma “irreal” para nossos alunos, eles necessitam de esclarecimentos sobre todas as formas de esporte que existem... Acho que isso é nossa função. (FFA-ep).

Além do posicionamento diferenciado em relação às classificações legais e teóricas, o relato dos informantes denota certa incerteza em relação à qual das classificações é a mais adequada para o contexto escolar, especialmente pela importância que atribuem ao esporte no processo de formação e na vida de seus alunos.

Quando alguns dos informantes indicaram a mescla de mais de um modelo de esporte como o mais indicado para o contexto escolar, fica evidenciada, além da incerteza, a importância do modelo de esporte de alto rendimento no contexto das aulas de educação física sobre os demais. Sempre foi observado, nos relatos, algum aspecto do esporte de rendimento que poderia contribuir para a formação de alunos e alunas como a competitividade, a seleção, as derrotas e as vitórias. A incerteza, então, parece não se referir ao desconhecimento da existência dos

diferentes tipos de modelo de esporte apontados pela Lei Pelé e pelos autores e sim, quanto à não aceitação de que apenas um desses modelos seria o suficiente para tratar do tema nas aulas de educação física.

Nenhum dos professores que participou como informante dessa pesquisa destacou o esporte de participação ou de lazer como uma alternativa para as aulas de educação física. Somente ficou evidenciada uma clara oposição entre os modelos de alto rendimento e o esporte escolar; além da indicação de alguns aspectos do modelo de alto rendimento como fatores importantes para a formação de alunos e alunas.

Se aceitarmos o posicionamento teórico de Vago (1996), relatando a importância de alguns elementos da cultura escolar na transformação que o esporte de alto rendimento sofre em sua entrada no contexto escolar, devemos admitir como aceitáveis as posturas evidenciadas por nossos informantes. Todavia, as justificativas apresentadas pelos informantes indicam a valorização dos aspectos centrais do modelo de alto rendimento no processo de formação de alunos e alunas e não somente os elementos da cultura escolar como: condições de trabalho, quantidade de aulas por semana, duração das aulas, objetivos da escola para a área, ou ainda a disponibilidade de materiais adequados para a prática esportiva.

Fourquin (1993), em seu estudo sobre os saberes escolares, registra que toda escola tem uma história, uma rotina, uma organização interna e outros elementos que constituem uma cultura própria e específica, que determinam mudanças ou adaptações nos conhecimentos e currículos de todas as áreas do conhecimento escolar. Registra, também, que o professor pode e deve fazer uma transposição didática dos conteúdos e situações da vida fora dos limites da escola considerados importantes para a formação de seus alunos e alunas, criando uma cultura escolar específica para a apresentação e ensino dos conteúdos escolares.

Assim, os relatos apresentados pelos professores registram uma preocupação com a necessidade de realização dessa transposição didática de alguns elementos do modelo de alto rendimento para o contexto escolar. Ou seja, ainda que os professores tenham percebido a importância da necessidade de mudanças na definição do modelo de esporte adequado para a escola, basearam suas justificativas na inclusão de mais alunos nas práticas esportivas escolares, assim como na importância da competição como elemento formador de alunos e alunas.

Com relação aos aspectos educativos que deveriam estar presentes no esporte denominado escolar ou educacional de acordo com a Lei Pelé e com os autores brasileiros, merecem destaque algumas declarações apresentadas pelos informantes, quais sejam:

Eu acredito que todo esporte é educacional, serve aos propósitos da educação... alguns apresentem mais competitividade e outros menos, mas todos educam de alguma maneira a meninos e meninas. (CAM-gd-CAT).

A verdade é que o esporte educacional deveria ter algumas características mais inclusivas que os demais, deveria ter a preocupação com a participação de todos em toda a prática, mas eu mesmo não consigo fazê-lo desta maneira na minha escola. (SSS-gd-NV).

As características mais importantes do esporte escolar, eu acredito, deve ser a preocupação com a formação de nossos alunos; não é importante que seja sob a forma de competição ou de eventos esportivos. (DJA-gd-GYN).

Os eventos esportivos escolares do estado de Goiás, ainda que não sejam como desejamos, apresentam muitos eixos educacionais, de integração e de socialização... não se pode dizer que eles são reprodução dos valores da sociedade capitalista e tudo mais que andam dizendo e escrevendo por aí. (HPO-ep).

Penso que nós professores é que devemos dizer o que é importante que nossos alunos tem que conhecer sobre o esporte, pois somos nós que temos capacidade para transformar uma competição em algo mais educativo. (KRP-ep).

Recorrendo aos estudos de Seirul-lo (1992) sobre os valores educativos de uma prática esportiva qualquer, é possível analisar os relatos apresentados pelos professores relativos à capacidade educativa do esporte que ensinam.

Para Bröhm, 1972 (*apud* Seirul-lo, 1992) o esporte, assim como toda superestrutura ideológica, tende para a identificação com a sociedade capitalista, que se encontra, atualmente, minada por suas próprias contradições. Esse fato esclarece que o importante no esporte é apenas o resultado, a confrontação esportiva avaliada em números e não a forma como se produz tal resultado. A forma como a pessoa produz esse resultado é o que pode se tornar educativo nessa prática esportiva. Meinel e Shnabel (1988) propõem que a atividade esportiva do ser humano chegará a níveis educativos sempre que sua realização comporte a necessidade e a responsabilidade de fazerem referência à pessoa que realiza essa atividade e não ponha destaque no resultado dessa atividade esportiva.

Pode-se perceber, a partir do relato dos informantes, a preocupação com a capacidade educativa do esporte no contexto escolar e a relação dessa capacidade com as aulas de educação



física, além de alguns aspectos educativos presentes nos eventos esportivos escolares. Sobre isso, é importante destacar que os valores educativos das práticas esportivas escolares e não escolares não são apenas aqueles habitualmente atribuídos a eles como a melhoria da saúde, o desenvolvimento do companheirismo, o respeito às regras, dentre outros, e sim os que vão se configurando no indivíduo em função das condições sob as quais se realizou essa prática esportiva.

A preocupação dos professores entrevistados nos parece adequada com o que autores como Seirul-lo (1992), Kunz (1994) e Blázquez (1995) consideram como educativo nas práticas esportivas. Não é a aprendizagem e o domínio das técnicas ou táticas, nem tampouco os benefícios de uma boa preparação física e sim as condições em que possam ser realizadas essas práticas. Ou seja, uma prática esportiva com liberdade de decisões, com possibilidades de realizar reflexões individuais e com a abertura para criar uma nova e própria visão desta prática esportiva. A aprendizagem das técnicas e os outros benefícios da prática esportiva são, apenas, consequências que podem ou não advir da prática.

Para que se evidenciem os valores educativos nas práticas esportivas escolares, é imprescindível a atuação do professor de educação física no processo. Principalmente na forma como articula as condições sob as quais os alunos e alunas aprendem as técnicas das modalidades esportivas e em que situações eles participam de competições. A primeira parte desse processo depende da atuação direta do professor nas aulas de educação física, mas a segunda parte depende da relação estabelecida entre alunos e alunas com o professor.

A classificação das modalidades do esporte no Brasil, apontadas pela legislação, assim como nos estudos e reflexões já citados ainda necessitam de melhor compreensão por parte dos informantes, especialmente no que se refere às manifestações que ocorrem ou que estão

presentes no contexto de suas escolas. A mistura de modelos de esporte destacadas pelos informantes nos permite inferir que a própria organização do sistema esportivo brasileiro dificulta a compreensão do esporte e do esporte escolar.

Logo nos primeiros momentos das reuniões do GD da cidade de Rio Verde, os professores indicaram a forma de organização ou de classificação do esporte brasileiro como uma circunstância desfavorável para o esporte escolar. Segundo eles:

Nós temos uma lei geral que divide o esporte em três tipos, mas o mais importante para os políticos é o que tem a menor quantidade de praticantes na atualidade que é o de alto rendimento. (WR-gd-RV).

Se a gente tem um sistema organizado de forma piramidal e temos na parte de baixo o esporte escolar então deveríamos receber muito mais apoio financeiro do que o esporte de alto rendimento que já está no topo da pirâmide. (SC-gd-CAT).

Todos os outros tipos de esporte do sistema brasileiro são resultados do que se desenvolve no esporte escolar... nós somos a base de tudo e temos que receber o tratamento adequado por parte do governo. (CDF-ep).

O esporte escolar representa o primeiro contato dos meninos e meninas com o esporte. Se não o fazemos de forma correta não teremos atletas de alto rendimento nem os “talentos esportivos” assim como não nos tornaremos uma “nação olímpica” como desejam as autoridades esportivas brasileiras. (JRF-gd-CE).

Na Lei Pelé, temos uma divisão boa dos tipos de esporte. O ruim é que o tipo de esporte que mais necessita de apoio, por ter a maior quantidade de praticantes, é o que tem menos apoio e também menos dinheiro para seu desenvolvimento que é o escolar. (AKG-gd-GYN).

Até mesmo o projeto “Segundo Tempo” do governo federal que teve suas origens no projeto “esporte escolar” mudou suas características... agora mesmo é o ministério do esporte que coordena ele nacionalmente assim como realiza os eventos esportivos escolares nacionais. (PMB-gd-NV).

Como já destacado no segundo capítulo, o sistema esportivo brasileiro se encontra organizado sob a forma de uma pirâmide, cuja base é formada pelas manifestações esportivas do esporte escolar, da iniciação esportiva e dos pequenos clubes e associações esportivas; o meio da pirâmide, pelas manifestações organizadas em clubes federados e com a participação de atletas amadores e profissionais; e o topo da pirâmide, pela manifestação de alto rendimento e com atletas profissionais, olímpicos... Também como já fora destacado anteriormente, o investimento de recursos financeiros nessas três categorias ou níveis da pirâmide é inversamente proporcional ao número de praticantes e por isso o relato dos professores parece estar coerente com a realidade.

Ainda que os relatos apontem para uma coerência com a realidade do sistema esportivo brasileiro, parece-nos lamentável que essa tendência se reflita também nos recursos financeiros da iniciativa privada. As empresas privadas priorizam seus investimentos nos produtos que oferecem mais visibilidade e investem no esporte de alto rendimento em detrimento do esporte

de base ou esporte escolar, que conta com um número maior de participantes. Mas, também como já vimos na legislação brasileira, o governo brasileiro não deveria priorizar seus investimentos nesta forma de manifestação do esporte e sim no esporte escolar. De acordo com a Lei Pelé:

Art. 8º Os recursos do INDESP terão a seguinte destinação:

I - desporto educacional;

II - desporto de rendimento, nos casos de participações de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como em competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III - desporto de criação nacional;

IV - capacitação de recursos humanos

Quando questionados sobre o financiamento para o desenvolvimento do esporte escolar e para a realização de eventos esportivos escolares de maneira geral, os informantes apresentaram relatos generalizados e com pouca fundamentação:

Não tenho muito claro o percentual correto que deveria ser repassado ao esporte escolar nem tampouco para a educação em nosso estado; o que sei é que nunca temos recursos financeiros para participar dos eventos. (CAM-gd-CAT).

Eu sei que a lei determina a prioridade dos recursos públicos para o esporte escolar e os de criação nacional, mas sempre ficamos em último lugar na hora de receber algum recurso. (ADS-gd-CE).

Na minha cidade sempre tentamos classificar nossas equipes para as fases regionais ou estaduais, mas quando conseguimos... Temos que enfrentar outra batalha para viabilizar nossa viagem. (SSS-gd-GYN).

Não sei o que acontece... é incrível! A SEE propõe a realização de um evento esportivo escolar com cinco etapas e não ajuda em mais da metade delas... Temos que fazer as três primeiras fases com recursos próprios...eu não entendo essa forma de organizar esporte em Goiás. (KRP-ep).

Em nossa região dividimos as despesas com as Subsecretarias que tem mais recursos financeiros e fazemos as três primeiras fases da competição da maneira que é possível, pedindo um pouco de dinheiro aqui e outro ali. Muitas vezes não fazemos nem a entrega de premiação com medalhas e sim com certificados de participação para todos. (FFA-ep).

Os treinadores entrevistados, por sua vez, embora tenham relatado percepções diferenciadas dos professores de educação física quanto aos objetivos e finalidades do esporte escolar, demonstraram as mesmas preocupações em relação ao financiamento do esporte escolar. Segundo um deles:

O esporte escolar tem sim que formar atletas. Penso que não podemos deixar tudo por conta dos clubes esportivos e que devemos aproveitar melhor as aulas de educação física para a iniciação esportiva... afinal de contas o esporte é o mais importante conteúdo mesmo. Mas é importante uma coisa viu... o governo precisa melhorar as condições de trabalho dos professores e também dos eventos esportivos escolares...do jeito que ta não dá não! (JRC-ep).

Também com relação ao financiamento público para o esporte escolar uma das dirigentes entrevistadas apresentou uma posição diferenciada dos demais:

Não gosto de ficar só reclamando do governo não. Eu acho que tem alguns problemas que atrapalham também em relação à gestão do pouco dinheiro que tem. Tem aquele programa de dinheiro direto na escola que nunca é direcionado para a área da educação física e quando é direcionado pra nossa área não nos consultam sobre o que deve ser comprado...quem deve opinar sobre material esportivo somos nós...senão é desperdício de dinheiro.(AIF-ep).

Decorre desse depoimento da professora uma preocupação que extrapola os limites das políticas públicas e atinge o gerenciamento dos recursos que são ou que deveriam ser destinados para o esporte escolar. No caso citado pela professora, parece-nos que o problema pode ser resolvido com a intervenção mais pontual do profissional da área da educação física no contexto da escola. Ao mesmo tempo, ela sugere que tal situação pode estar se reproduzindo em outros contextos, como o das secretarias municipais e estaduais de esportes, o que contribui para o atual

quadro do esporte escolar em Goiás. Um panorama no qual tem se verificado cada vez menos eventos esportivos escolares durante o ano letivo.

Como já destacado, a Lei Geral do Esporte 9.615/98, determina a prioridade de destinação dos recursos públicos, mas a mesma lei apresenta uma possibilidade de desvio dessa prioridade para projetos específicos do esporte de alto rendimento, no caso de participação das entidades de organização do esporte brasileiro em eventos internacionais. Sempre que uma entidade ou a seleção nacional representar o país em algum evento internacional, ela pode receber recursos financeiros do governo sem que isso represente uma ilegalidade ou um desrespeito ao princípio básico da referida lei. E, no caso do Brasil sediou a Copa de 2014 e sediará em 2016 outro evento esportivo, esses dois de nível internacional, tal prática pode se tornar constante por parte dos dirigentes esportivos e, conseqüentemente, perigosa para a sobrevivência do financiamento do esporte escolar.

Além da prioridade destacada anteriormente, confirmar o equívoco na organização do sistema desportivo brasileiro sob a estrutura piramidal e a proporcionalidade também equivocada de investimentos em seus segmentos, ela faz com que os eventos esportivos escolares se submetam à lógica da realização dos grandes eventos esportivos internacionais.

É claro que o financiamento das representações nacionais nesses eventos é muito importante, mas é imprescindível o apoio do governo brasileiro para a realização daqueles relacionados com as manifestações esportivas escolares que constituem a base da pirâmide.

Diante do quadro atual e caso não ocorram profundas modificações na organização do sistema esportivo brasileiro, principalmente na distribuição dos recursos financeiros, a situação dos pequenos clubes esportivos e do esporte escolar poderá se deteriorar ainda mais e os grandes

clubes ou os atletas de alto rendimento continuarão a ocupar o topo da pirâmide de forma definitiva.

Por outro lado, a estrutura organizacional do sistema esportivo brasileiro nos parece correta pelo menos no que se refere às etapas organizacionais ou de desenvolvimento do esporte no país. A base da pirâmide esportiva realmente deve ser composta pelo esporte escolar e pela iniciação esportiva e contar com número bastante superior aos demais segmentos da referida pirâmide.

Conforme relato dos professores, pode-se verificar a influência dos projetos do governo federal nas práticas esportivas escolares, especialmente em função da nova configuração administrativa ou na gestão de alguns desses projetos.

Os projetos “Talentos Esportivos”, “Nação Olímpica” e “Segundo Tempo” citados pelos professores, são projetos do governo federal, criados com o objetivo de aumentar a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas em todo o país, a partir de ações integradas ao contexto escolar; entretando, não estão mais sob a responsabilidade do Ministério da Educação e sim do Ministério do Esporte.

A mudança no comando dos referidos projetos pode parecer, num primeiro momento, uma simples alteração determinada pela burocracia do governo brasileiro, porém não o é. Representa uma mudança intencional na organização das ações básicas que produzem consequências diretas no esporte escolar brasileiro. Dito de outra forma, não se pode atribuir responsabilidade à formação de atletas de alto rendimento e com nível olímpico ao professor de educação física ou ao esporte escolar e ainda assim respeitar as características do esporte educacional. Até porque esse deve, de acordo com o inciso I do art. 2 da Lei nº 9.615/98, ter a seguinte finalidade:



I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Os professores informantes se mostraram contrários às mudanças implantadas nos eventos esportivos escolares nacionais e nos projetos citados acima, como evidenciaram certa desconfiança com respeito aos motivos que a justificaram. Segundo os professores:

Antigamente o projeto segundo tempo somente poderia se realizar no interior das escolas públicas, no contra-turno das demais disciplinas e com alunos da própria escola... agora... se pode fazer em qualquer lugar e receber todo tipo de aluno. (EFM-gd-RV).

Agora mesmo o projeto segundo tempo não está mais sob a organização das secretarias municipais de educação e sim nas secretarias municipais de esportes... Agora tudo tá mais complicado pra acontecer! (JCLO-gd-GYN).

O pior desta mudança na coordenação foram os atrasos no repasse dos pagamentos para os monitores, no pagamento e entrega dos materiais e tudo que ficou por conta das secretarias municipais de esportes... o que não acontecia antes. (HPO-ep).

Estão colocando mais responsabilidades nas aulas de educação física... agora ainda temos que fazer ou descobrir atletas de alto rendimento para as olimpíadas ou copa do mundo... tudo sem as mínimas condições.(CDF-ep).

Eu acredito que o governo brasileiro e o ministério do esporte estão loucos... isto é, agora querem que os professores de educação física também descubram talentos esportivos e olímpicos com duas aulas por semana... Isso é uma vergonha sem contar que é impossível! (ERS-gd-CAT).

Pode-se perceber que a mudança na coordenação geral dos projetos do governo federal, que tinham relações com o contexto escolar, não foi aprovada pelos professores entrevistados. Pelo contrário, é visível a grande insatisfação por parte dos professores de educação física, que são os principais agentes de implementação dos referidos projetos.

As alterações parecem não haver ocorrido somente na coordenação, mas também nos objetivos dos projetos e na clientela a ser atendida pelos mesmos. Os objetivos não apresentam mais relação com a democratização ou universalização do acesso à prática esportiva, nem tampouco com a preparação de alunos e alunas para o exercício crítico da cidadania. Os objetivos, sob essa nova perspectiva, têm a ver com a formação de atletas de alto rendimento e com a revelação dos prováveis talentos esportivos para a melhoria da representação do país nos Jogos Olímpicos de 2016. Por fim, a clientela a ser atendida pelos projetos estava restrita aos alunos regularmente matriculados nos sistemas públicos de ensino e, atualmente já não existe mais essa exigência.

Os treinadores vinculados ao esporte de alto rendimento que participaram da segunda etapa das entrevistas, entretanto, não apresentaram tantas objeções quanto à mudança na direção dos eventos esportivos escolares. Para eles:

Olha professor... eu não acho tão ruim assim não! Na verdade o esporte que ta lá na escola é muito parecido com o de rendimento mesmo e os alunos gostam de competir nos jogos que participam só os melhores mesmo...então eu acho que o COB tá certo!(JRC-ep).

De que adianta os eventos ficarem na responsabilidade do ministério da educação e seguir o modelo do esporte de alto rendimento...na verdade eu acho até mais coerente ficar com o COB! Os eventos nacionais não têm nada a ver com o esporte que eu acho que é educacional. (CJS-ep).

Mesmo achando que o esporte escolar precisa criar um evento próprio pra ele eu acho que os eventos esportivos escolares nacionais do jeito que estão não atendem ao interesse de ninguém da escola e eu não sei se o COB e o Ministério do Esporte não é o caminho certo viu? (RSS-ep).

Eu nem sei o que pensar sobre esse assunto. Eu acho que é responsabilidade do Ministério da Educação, mas o tipo de evento que estão fazendo não tem cabimento...não tem ligação nenhuma com o que os professores tem condição de fazer na escola. Fica até mais fácil para os treinadores de clubes do que para os professores das escolas (AIF-ep).

Os treinadores admitem com tranquilidade a mudança na direção dos projetos em função do tipo de evento que vem sendo realizado no âmbito nacional. Percebe-se, no relato dos treinadores, que o modelo de eventos esportivos escolares nacionais são mais adequados ao Ministério do Esporte do que ao da Educação, distanciando e dificultando ainda mais o trabalho do professor de educação física com o ensino do esporte escolar.

Entretanto, é importante esclarecer que a realização dessa tarefa por alguns professores de educação física escolar é quase impossível, se considerarmos as condições de trabalho e infraestrutura destacadas pelos informantes. Igualmente devemos destacar que, para se atingir esses novos objetivos, serão necessárias várias mudanças na estrutura e nas condições de trabalho do professor de educação física das escolas públicas brasileiras. Especialmente porque, se considerarmos as atuais orientações metodológicas da educação física escolar brasileira, o esporte não é mais o único conteúdo de ensino das aulas de educação física. Como já vimos, o esporte deve ser tratado apenas como um importante conteúdo de ensino da cultura corporal de movimento trabalhado pela área de conhecimento da educação física.

Essa nova perspectiva de ensino da educação física, a qual vem assumindo a posição hegemônica ocupada pela pedagogia tecnicista nos anos de 1970 e 1980, impõe certas limitações ao ensino do esporte escolar. O ensino e o treinamento de equipes para participação nos eventos esportivos escolares acontecer em espaços e horários diferentes dos que são destinados às aulas de educação física escolar. E o que poderia acontecer por intermédio do PRAEC, mas a desvinculação dos projetos federais do Ministério da Educação e subordinação ao Ministério do Esporte dificulta a viabilização desses espaços para práticas esportivas escolares.

É evidente a relação de influência direta e bastante significativa das políticas públicas e até mesmo dos projetos dos governos estadual e federal nas práticas esportivas escolares. Ainda que alguns dos pesquisados não a tenham identificado no momento inicial das entrevistas ou dos GDs, foi possível perceber que eles sentem grande influência das referidas políticas públicas do governo brasileiro em suas práticas profissionais, quando indicam a necessidade de mais investimentos, de melhor estrutura e melhores condições de trabalho.

Os equívocos e as limitações evidenciados na diferenciação entre políticas públicas, leis, decretos, e outros, não nos permite dizer que os professores entrevistados desconhecem a legislação constitucional, esportiva ou educacional do estado e do país; apenas nos permite deduzir que os professores de educação física apresentam conhecimentos teóricos limitados sobre a legislação. No entanto, conseguem estabelecer relação entre essas políticas públicas e as práticas esportivas escolares que constituem suas práticas profissionais no cotidiano da escola.

Tendo em vista a importância dos legados dos eventos esportivos, especialmente os mega eventos internacionais, segundo o relato dos professores e informantes dessa investigação, tal assunto será tratado no próximo capítulo.

## **5 - OS EVENTOS ESPORTIVOS ESCOLARES E OS MEGA EVENTOS NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES**

Neste capítulo apresentamos e analisamos o relato dos informantes no que refere às relações entre os eventos esportivos escolares e os mega eventos com a prática esportiva escolar; especialmente em função da importância que esses dois temas assumiram durante os GDs, como também das duas rodadas de entrevistas individuais com os professores de educação física e com os dirigentes esportivos selecionados.

Para além da influência direta na prática esportiva escolar, os eventos esportivos escolares e os mega eventos foram destacados pelos participantes como fatores geradores de legados imediatos e legados duradouros ou permanentes para a escola.

No âmbito da realidade social concreta em que se desenvolveu a investigação empírica, em Goiás, os eventos esportivos escolares foram admitidos como importante aliado para análise e compreensão das práticas esportivas escolares, em função do estudo realizado na fase inicial desta investigação.

O estudo inicial identificou o fato de que, do universo de alunos matriculados em todos os sistemas de ensino de Goiás com possibilidades de participação nos eventos esportivos escolares, menos de 10% do total participaram no período entre 2007 e 2010, em todas as cinco etapas do evento estadual.

A partir dos dados evidenciados na referida investigação e da constatação de que os professores de educação física de Goiás continuam privilegiando o ensino do esporte em suas aulas, e estabelecendo como objetivo geral em seus planejamentos anuais a participação nos eventos esportivos escolares oficiais (Guimarães, 2002) optou-se por estabelecer a taxa de participação nos eventos esportivos escolares como mostra significativa da prática esportiva escolar e como ponto de partida deste estudo.

Iniciemos, pois, com os relatos que destacaram as relações entre os eventos esportivos escolares e os princípios do esporte educacional.

#### 5.1 Os eventos esportivos escolares X os princípios do esporte educacional segundo os entrevistados

Levando em consideração as reflexões apresentadas até agora com respeito à classificação teórica, prática, legal e política que costuma ser estabelecida para as manifestações do fenômeno esportivo no país e destacando aquela que se relaciona com o contexto escolar, os professores entrevistados indicaram os eventos esportivos escolares como elemento chave de suas reflexões sobre o esporte que ensinam no contexto escolar e por isso tentaremos compreendê-lo a partir dos seus relatos.

O primeiro aspecto a ser compreendido sobre tal assunto foram as relações entre os princípios básicos do esporte educacional e os eventos esportivos escolares da atualidade.

Ainda que não tenhamos observado nos relatos dos entrevistados uma aceitação ampla e irrestrita dos princípios gerais para o esporte educacional apresentados nas normativas pelos autores, nem tampouco com o que confere adequação do modelo dos eventos esportivos

escolares de Goiás e no âmbito nacional, foi possível a identificação de uma profunda indignação com a situação atual dos eventos esportivos escolares e sua relação com os princípios do esporte escolar.

Quando foi apresentado o tema dos princípios gerais do esporte escolar e os eventos esportivos escolares, todos os entrevistados se inquietaram e se posicionaram baseados em suas realidades. Para os professores de educação física:

Não creio que se possa falar que os eventos esportivos escolares que temos hoje seja inclusivo senão que o mais excludente de todos os tempos, a quantidade de alunos excluídos é muito maior agora nas escolas. (FFA-gd-RV).

Não se respeitam nem as regras oficiais de algumas modalidades esportivas no que se refere ao número de participantes em cada uma delas...por causa de uma economia sem sentido diminuem o número de atletas por equipe...como se não bastasse a seleção que já fazemos nas aulas ainda temos que cortar mais... é muita exclusão. (ADS-gd-CE).

Na minha escola tenho que fazer, pelo menos, duas etapas seletivas até chegar ao número de atletas que é imposto pelo regulamento dos jogos escolares na modalidade de futsal, por exemplo na qual eu tenho pelo menos cem (100) atletas que poderiam participar... e como posso chamar isso de esporte educacional?? (CAM-gd-CAT).

Se um dos princípios básicos do esporte educacional é a inclusão... como é possível que se permitam uma quantidade tão baixa de participantes por cada uma das escolas? Onde



está a inclusão? Hoje em dia nós nem podemos inscrever o número mínimo de atletas de uma equipe de handebol... (HPO-ep).

Nos falamos o tempo todo que devemos incluir nossos alunos e alunas em todas as práticas esportivas que propomos nas aulas de educação física lá na escola e quando saímos dali...

O que acontece? O regulamento dos eventos esportivos escolares são totalmente excludentes! Temos que excluir, grande quantidade de nossos alunos! (SC-gd-NV).

Talvez o princípio do esporte educacional mais destacado nos relatos tenha sido o da inclusão frente à seleção característica do esporte de alto rendimento. De acordo com o que se evidencia nos relatos da pesquisa, algumas modalidades esportivas em que ocorrem disputas nos eventos esportivos escolares apresentam certa limitação referente à quantidade de alunos/atletas sendo inferior ao número previsto, até mesmo no esporte de alto rendimento ou federado. Se considerarmos que o objetivo geral dos eventos esportivos escolares é a democratização do acesso à prática esportiva, pode-se apontar aí a primeira contradição prevista no regulamento geral dos eventos esportivos escolares. Isto é, o regulamento de uma competição esportiva escolar deveria permitir, no mínimo, a quantidade máxima permitida pelas regras oficiais de cada uma das modalidades esportivas.

A contradição entre o princípio da inclusão e o regulamento das competições escolares expõem outro aspecto que pode representar a transposição dos valores e princípios do regulamento geral para o tratamento dado ao esporte no contexto escolar. Dito de outra maneira, se os professores seguem participando dos eventos esportivos escolares com o regulamento determinando, essa limitação relativa à quantidade de participantes, seguramente terá que ser

revista com reduções e seleções no contexto de suas aulas e nas práticas esportivas adotadas em suas escolas.

Ainda referindo-se à inobservância do princípio da inclusão, os professores apontaram a necessidade de se verificar nas práticas esportivas escolares o princípio da não seletividade, enquanto que o regulamento geral dos eventos esportivos escolares impõe, exatamente, o contrário disso. As escolas devem realizar a seleção de apenas uma equipe de cada modalidade esportiva e de cada faixa etária para participar do evento. Em contraposição a esse aspecto do regulamento, vejamos alguns relatos:

Nas aulas de educação física da minha escola tentamos colocar todos os alunos para jogar ao mesmo tempo em quase todas as atividades que proponho. Nas práticas esportivas faço adaptações nas regras para que todos participem ao mesmo tempo ou para que joguem o mesmo número de vezes durante a aula. (RSO-gd-RV).

Quando temos o futsal como conteúdo da aula criamos jogos adaptados à quantidade de alunos e alunas para não excluir a ninguém, mas creio que não são todos que pensam desta maneira né?(KRP-ep).

É impossível que o regulamento dos eventos esportivos escolares de Goiás tenha algo de bom...nos impõe uma seletividade que tentamos tirar de nossa prática já faz um tempo. (WSV-gd-GYN).

O pior deste regulamento é que temos que selecionar, que excluir e até colocar nossos alunos para se enfrentarem uns aos outros para escolher uma equipe com apenas dez alunos... agora imagine fazer isso com três ou quatro turmas com quarenta alunos cada uma. (HPO-ep).

Os treinadores entrevistados, ao serem questionados sobre as influências do esporte de alto rendimento no esporte escolar, expressaram uma postura de maior compreensão em relação às interferências que possam ocorrer nesse modelo. Para eles:

Não podemos negar que o esporte escolar depende do alto rendimento. Os garotos e as garotas se motivam a praticar esportes em função dos ídolos do alto rendimento e não só por causa das aulas de educação física escolar. (AIF-ep).

Eu não acho tão maléfica assim a influência do esporte de alto rendimento no esporte escolar...eu até acho boa a influência. Eu acho que é boa porque se não fosse o “espelho” ou o exemplo dos grandes ídolos esportivos que estão no esporte de alto rendimento...nem sei se teríamos o esporte nas aulas de educação física. (RSS-ep).

Desde que o COB assumiu a realização dos Jogos Escolares, acho que até mudou o nome para Olimpíadas Escolares, o evento melhorou de qualidade técnica isso é inegável. Não podemos desprezar esse fator, mas temos que reconhecer que ficou bem mais seletivo. Mesmo assim eu achei que ajudou o esporte escolar. (JRC-ep).

Os eventos poderiam ser menos excludentes sim, mas acho que o modelo que existe é um tipo de modelo que funciona bem para o esporte de competição que também tem que existir na escola...na verdade eu acho que a gente tinha que ter mais de um evento esportivo escolar. (CJS-ep).

Fica evidente que o modelo de esporte de alto rendimento está presente no contexto escolar e, mais que isso, parece estar determinando também o modelo de eventos esportivos escolares que vem sendo realizado pelos órgãos oficiais dos vários níveis de governo brasileiro. Vale destacar que a postura mais compreensiva dos treinadores em relação à influência do esporte de alto rendimento sobre o esporte escolar não pode ser entendida simplesmente como uma negação do modelo existente no contexto escolar.

Os treinadores, ao contrário, tentaram articular a importância desse esporte no contexto escolar; especialmente se considerarmos os aspectos relacionados à imagem dos ídolos esportivos como fator motivacional para o desenvolvimento da fase de iniciação esportiva. Ainda de acordo com o relato dos treinadores, é possível perceber que a imagem veiculada pelos meios de comunicação dos grandes ídolos e eventos esportivos é capaz de atrair e manter mais alunos na prática esportiva e também na prática esportiva escolar. Verifica-se aí um serviço de publicidade prestado pelo esporte de alto rendimento, em função de sua visibilidade, ao esporte escolar.

O modelo do esporte de alto rendimento, de acordo com autores como Bracht (1997) e Betti (1998), vem sendo espetacularizado sob todos os aspectos de seu desenvolvimento e o grande mecanismo facilitador dessa espetacularização é sua íntima relação com os meios de comunicação de massa e a velocidade de divulgação de informações em nossa sociedade. Uma

das principais características desse esporte que temos na atualidade é justamente sua capacidade de se tornar um produto interessante para exibição em vários meios de comunicação e, por consequência disso, também interessante para grandes investimentos por parte de patrocinadores.

A melhoria do nível técnico das competições esportivas escolares a partir do momento em que passaram a ser organizadas pelo COB, também destacada pelos treinadores, se apoia no fato de que, desde então, as equipes foram separadas em três divisões distintas de acordo com o nível técnico de cada uma das equipes e com um sistema de disputa que acentua ainda mais a disputa entre as equipes. Trata-se de um sistema que promove ou rebaixa as equipes de acordo com seu desempenho nos eventos. Eles são realizados sob a coordenação do COB, que seleciona os melhores classificados em cada divisão são premiados, os dois primeiros classificados da segunda divisão são promovidos e os dois últimos classificados da primeira divisão são rebaixados para a segunda divisão, o mesmo ocorrendo da segunda para a terceira divisão. O art. 43 do Regulamento Geral das Olimpíadas Escolares de 2014 (COB, 2014) prevê que:

Art. 43. O sistema de competição das modalidades coletivas será organizado em divisões, sendo:

- a) PRIMEIRA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados de 1º a 6º lugares na 1ª divisão em 2013 mais os estados 1º e 2º lugares na segunda divisão em 2013, desde que inscritas para a competição de 2014.
- b) SEGUNDA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados em 7º e 8º lugares na 1ª divisão em 2013, os estados classificados entre 3º e 6º lugares na segunda divisão em 2013, mais os estados 1º e 2º lugares na terceira divisão em 2013, desde que inscritas para a competição de 2014.

c) TERCEIRA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados em 7º e 8º lugares na 2ª divisão em 2013, demais Estados que não estejam na 1ª e nem na 2ª divisões e cidade-sede, desde que inscritos para a competição de 2014.

Efetivamente, a melhoria do nível técnico da competição ocorre em relação direta com a exclusão das equipes que não alcançarem o mesmo nível das demais durante a disputa e não por intermédio de uma política de qualificação dos participantes no evento ou pela oportunidade de intercâmbio que este mesmo evento poderia proporcionar caso adotasse um modelo de competição mais democrático. Pode-se afirmar que a melhoria do nível técnico destacada pelos treinadores se caracteriza como uma separação em níveis diferenciados de participação das equipes que, em muitos casos, permanecerão nos mesmos níveis em que chegaram à competição.

Outro aspecto em destaque no relato dos entrevistados e que apresenta uma relação mais direta com o esporte de alto rendimento do que com o esporte escolar foi a necessidade de seleção de apenas uma equipe de até doze alunos/atletas para representar um universo de alunos que pode chegar, em alguns casos, até a 500 (quinhentos) alunos por escola.

A seletividade identificada pelos entrevistados no que se refere à escolha de uma equipe se torna ainda mais cruel se observamos o sistema de disputa e de classificação do regulamento geral que apresentam as mesmas características de exclusão. De acordo com o regulamento geral do evento do Estado de Goiás, já destacado, o sistema de disputa é o que qualifica apenas os campeões de uma etapa para a etapa seguinte. No interior de cada uma dessas etapas o sistema de disputa em cada uma das modalidades, dependendo do número de equipes inscritas, pode ser o de eliminatória simples até se chegar ao campeão.

Apenas na fase estadual as equipes são distribuídas em grupos com até quatro equipes que jogam entre si para a classificação das duas melhores para as fases semifinal e final. Nesse caso, a equipe pode chegar a jogar cinco partidas em três dias de competição. Sobre esse tema, os professores disseram:

Se nossas equipes não conseguirem se classificar para além da fase municipal faremos, no máximo, dois ou três jogos em todo o ano letivo se a gente joga só os eventos esportivos escolares oficiais. (SSS-gd-NV).

Eu tenho uma equipe de basquete que é muito boa para os parâmetros da minha cidade e, geralmente, classificamos para a outra etapa sem sequer ter que jogar e isso é ruim. Não me alegro com esse tipo de competição. (SM-gd-CAT).

O sistema de disputa deveria possibilitar que, pelo menos, todas as equipes que estiverem inscritas na competição jogar com todas as outras...isso sim promoveria a integração apontada no regulamento. (LAS-gd-RV).

Olha, o sistema de disputa dos jogos escolares do nosso estado é muito cruel com algumas escolas... por exemplo, se tenho como objetivo geral das minhas aulas o treinamento para a participação nos jogos e não “passo” da primeira etapa, vamos jogar três partidas oficiais durante o ano todo. (FE-gd-NV).

Não tenho a participação nos jogos escolares como o único objetivo das minhas aulas, mas é uma vergonha que a participação das equipes possa ser reduzida a dois ou três jogos, dependendo da sua classificação ou não para as etapas seguintes. (WSV-gd-GYN).

Na etapa municipal, que é de responsabilidade das escolas, utilizamos o sistema de rodízio com dois turnos e em algumas modalidades que não temos muitas equipes inscritas adotamos até mesmo a realização de “play-offs” entre as equipes participantes da competição ou quando queremos incentivar o aumento na participação como é o caso do basquete aqui na nossa cidade. (WER-ep).

Pelo que se observa nos relatos, podemos destacar três posicionamentos distintos. No primeiro deles, alguns dos professores entrevistados têm o esporte como conteúdo privilegiado de suas aulas, assim como a participação nos eventos esportivos escolares oficiais continuam sendo o objetivo geral do ano letivo; no segundo, demonstram indignação com o modelo de evento esportivo que vem sendo realizado; e no terceiro, os professores preferem não depender, exclusivamente, dos eventos esportivos oficiais para o desenvolvimento do esporte em suas escolas.

O primeiro grupo de professores, que representa a maior parte dos entrevistados e participantes dos GDs, lamenta o fato de terem poucas oportunidades de participação nos eventos esportivos escolares que vêm sendo realizado pelos órgãos oficiais, mas continuam priorizando o ensino do esporte em suas aulas regulares de educação física escolar, bem como estabelecendo como objetivo geral a organização de equipes representativas de suas escolas para participação nos referidos eventos.



O segundo grupo continua participando dos eventos esportivos escolares oficiais, mas reconhecendo-se como uma manifestação do esporte de alto rendimento e não como uma oportunidade de prática esportiva escolar; tal posicionamento nos parece uma incoerência ou submissão à influência do fenômeno esportivo em suas práticas profissionais.

O terceiro grupo, embora os professores continuem participando dos eventos esportivos escolares oficiais, eles não os reconhecem como prioridade em seus planejamentos; e buscam alternativas para o desenvolvimento do esporte em suas aulas de educação física, através da realização de eventos internos ou até mesmo de intercâmbio com outras unidades escolares.

Se essa é a situação de muitas escolas do Estado de Goiás e também do país, é imperiosa e urgente a necessidade de mudanças no sistema de disputa dos eventos esportivos escolares ou no planejamento anual dos professores de educação física.

Pelo que se evidenciou nessa pesquisa até agora, nem o regulamento dos eventos esportivos escolares adequado à inclusão e à não seletividade na prática esportiva escolar nem tampouco o planejamento dos professores podem seguir priorizando desta maneira a participação de seus alunos e alunas nos referidos eventos.

Ainda sobre o regulamento dos eventos esportivos escolares que vem sendo realizados no estado de Goiás e no país os entrevistados destacaram algumas atitudes de participantes que só se justificam devido a busca exacerbada pelos melhores resultados de suas equipes nos referidos eventos.

Sobre esse assunto, os professores acrescentaram que:

O pior de todos os problemas do regulamento dos jogos escolares é que alguns professores, mesmo reconhecendo que não é bom, tentam burlá-lo com atitudes que prefiro nem citar aqui. (OSR-gd-NV).

Já participei de uma edição dos jogos escolares onde quase todas as equipes apresentavam alunos e alunas com idades acima da permitida sem que ninguém tomasse qualquer providencia em relação a isso. (LAS-gd-RV).

Temos que acreditar que os profissionais são responsáveis e honestos, mas em algumas situações identifiquei a participação de alunos e alunas que tinham vinculação com escolas diferentes em uma mesma equipe; isso é uma atitude imperdoável do professor. (WER-ep).

Todos nós, quando aceitamos participar dos jogos escolares, temos muito claro as faixas etárias em que podemos inscrever nossas equipes; agora alguns professores não querem só participar...querem ganhar de qualquer maneira... se é que me entende? (CDF-ep)

Esta forma de classificação prevista no regulamento pode incentivar alguns professores e até mesmo alguns alunos e alunas à utilização de documentos falsos, à informação de idades não verdadeiras e um monte de coisas que tenho visto nos vários anos que venho participando. (ERF-gd-RV).

Tentamos conscientizar os professores sobre a importância que pode representar atitudes “extremadas” ou desonestas de sua parte para a formação de seus alunos e equipes, mas alguns deles se “transformam”, se desequilibram em momentos de competição. (KRP-ep).

Alguns professores utilizam atitudes que não fazem parte de seu comportamento cotidiano; se transformam nos momentos de competição e se esquecem da importância de seu exemplo para a formação de alunos e alunas (WSV-gd-GYN).

Já presenciei agressões verbais e físicas da parte de professores em relação a árbitros em partidas que suas equipes foram derrotadas por mais de vinte pontos no basquetebol somente porque o árbitro se equivocou na marcação de uma única falta no final da partida (HPO-ep).

Se recordarmos alguns dos princípios do esporte moderno como a busca pelos melhores resultados ou *records*, a cientificização do treinamento e a seletividade (Bracht, 1997), podemos entender as atitudes dos professores entrevistados como uma estratégia para a obtenção dos melhores resultados por parte de seus atletas e equipes. Essas mesmas atitudes desrespeitam o princípio básico da igualdade de condições entre os praticantes em uma disputa esportiva que deve preceder qualquer outro e em qualquer modalidade.

Fica clara a ocorrência significativa de atitudes inadequadas por parte dos professores de educação física na formação de suas equipes assim como a ocorrência de situações de desrespeito e até agressão à equipe de arbitragem. Situações como as que foram relatadas são

características da busca desenfreada e irrefletida pelos melhores resultados por parte dos professores que, nesses casos, deixam extrapolar uma perspectiva de participação diferente da esperada de um professor de educação física que atua com o ensino do esporte educacional; ou como fora destacado por um dos entrevistados, “este professor se esquece da importância que tem o exemplo de suas atitudes para o desenvolvimento de valores e opiniões na formação geral de seus alunos”.

A situação de informar uma idade diferente da que o aluno realmente tem para participar do evento pode parecer um pequeno deslize de comportamento por parte dos professores e até mesmo dos organizadores do evento. Todavia, tal deslize do ponto de vista da formação de valores em adolescentes e jovens pode ser o início da aceitação de outras atitudes irregulares na prática esportiva como, por exemplo, o uso de substâncias químicas ilegais para melhorar o desempenho esportivo que podem gerar dependência química em seus usuários.

Kunz (1994) já alertava para o fato de que o uso de substâncias químicas alucinógenas ou estimulantes do sistema nervoso central já não fazia parte apenas do universo dos tratamentos médicos, nem tampouco dos usuários viciados. Segundo o autor, a utilização de substâncias dessa natureza faz parte do universo esportivo desde que os atletas passaram a ter que conquistar resultados acima de sua capacidade de treinamento ou de seu tempo de preparação. Desde que o atleta e as equipes se tornaram parte de um mercado onde as empresas privadas e o capital se tornaram os patrões, o esporte passou a ser a mercadoria a ser consumida pela população.

A reflexão do autor se estende para o universo do esporte escolar no qual identifica, entre outros problemas, a especialização precoce, o *doping* e a necessidade urgente de uma transformação didática e pedagógica para o esporte no contexto escolar.

Outro aspecto que merece destaque no relato dos professores entrevistados tem relação com o princípio da integração ou socialização do esporte escolar. Em contraposição à opinião apresentada por vários autores brasileiros (Bracht, 1992, 1997 e 2000; Oliveira, 1998; Faria, 1999) que entendem os eventos esportivos escolares e o esporte de maneira geral como uma forma de socialização funcionalista ou a serviço do modelo de sociedade capitalista, os professores destacaram os seguintes aspectos:

Olha, eu acredito que ocorre sim uma integração muito boa, mas muito curta, entre os alunos e alunas que participam dos eventos esportivos escolares, ocorre um intercâmbio de experiências entre eles que é muito bom para a formação deles (OS-gd-NV).

Não se pode de dizer que os eventos esportivos escolares sejam os melhores momentos do ano nem que sejam muito bem organizados, mas temos que fazer justiça... é o momento mais desejado pelos alunos por causa da integração com outras escolas e outras realidades (KRP-ep).

Tenho lido bastante que os jogos escolares em todo o país são a afirmação e reprodução dos valores do sistema capitalista e que não promovem a socialização entre os alunos, mas não acredito que seja assim; não temos, é claro, os melhores jogos, mas são momentos de muita alegria, descontração e integração entre os alunos (CDF-ep).

Eu creio que as críticas são importantes para as mudanças (que são necessárias ainda!), mas não podemos dizer que os jogos escolares não promovem uma integração entre os

participantes. Temos que melhorar, mas é seguro que, pelo menos a integração está garantida pelos jogos (WER-ep).

Isto que os autores dizem que os jogos escolares são a reprodução do sistema capitalista e que não deveriam ser realizados me parece uma loucura. Além disso, me parece que eles (os autores críticos dos eventos esportivos escolares) nunca tiveram a felicidade que os participantes sentem... nunca viram o sorriso dos vencedores e somente a angústia dos perdedores (FFA-ep).

Os relatos indicam que os professores que participam dos eventos esportivos escolares em Goiás têm consciência de que o regulamento da competição necessita de mudanças, mas também destacam uma posição contrária a alguns autores brasileiros sobre a capacidade de socialização e integração que os eventos desempenham na atualidade.

Decididamente os professores entrevistados não compactuam da mesma opinião. Tomando como referência o conceito básico de Socialização de Durkheim (2002), que a entende como o processo pelo qual os novos membros de uma sociedade se relacionam com os elementos fundamentais da cultura do grupo, ou como os meios com que chegamos a ser membros de qualquer sociedade humana, é possível compreender os relatos dos professores como corretos e adequados no que se refere à participação de suas equipes nos eventos esportivos escolares. Ou seja, se as equipes apresentam os mesmos objetivos, estabelecem relação com as outras equipes e seguem as mesmas regras ou normas de conduta, podemos afirmar que ocorre uma forma de socialização efetiva nos jogos escolares.

Entretanto, se partirmos do princípio de que:

a) uma socialização não deve servir somente para submeter as pessoas a regras e regulamentos pré-determinados ou para que tenham as mesmas normas de comportamento e reação dos outros integrantes diante dos objetivos e desafios; e

b) que os eventos esportivos escolares que são realizados atualmente determinam esse tipo de relação.

É preciso realizar com urgência uma reflexão sobre esses eventos.

Além do questionamento de vários aspectos do regulamento das competições realizadas em Goiás, foi importante a identificação de uma insatisfação generalizada com relação à forma como vem sendo planejados e realizados os eventos esportivos escolares em âmbito nacional.

Sobre a participação de suas equipes no evento nacional os professores destacaram inicialmente que:

Aqui nos temos que lutar muito para chegar à etapa nacional e quando conseguimos viabilizar financeiramente a participação de nossas escolas nela (na etapa nacional!), dependendo de nossos resultados, pode acontecer de fazermos apenas dois jogos (SM-gd-CAT).

Na etapa nacional que pode ser realizada em cidades que estão a 2.000 km ou mais de distancia de nossa capital a situação é desumana. Nosso deslocamento para algumas destas cidades (sempre de ônibus, é claro!) leva mais tempo do que o que ficamos lá pra jogar... quando perdemos na fase classificatória temos que sair do hotel (GBJ-gd-CE).

Especialmente depois da transferencia do comando da etapa nacional para o COB, temos que chegar ao local de competição em uma data, só temos o direito de ficar até outra data determinada pelo regulamento, temos que cumprir toda a rotina de uma equipe de alto rendimento ainda que sejamos a equipe de uma escola pública e estejamos em um evento esportivo escolar (HPO-ep).

Quando chegamos na cidade de Londrina (no estado do Paraná – região sul do país) nossos alunos nunca tinham visto uma pista de atletismo tão grande e com capacidade para tantas pessoas nas arquibancadas; uma realidade completamente diferente da nossa; Eu acho, inclusive, que tenha sido este um dos maiores problemas para os resultados terem sido tão ruins (CAM-gd-CAT).

Como já foi destacado, o regulamento das competições esportivas nacionais, desde 2004 sob a supervisão do COB, apresenta algumas particularidades que fazem com que o evento esportivo escolar, em âmbito nacional, se distancie mais ainda do que propõem as leis brasileiras assim como os autores que estudam o esporte escolar.

Os depoimentos dos professores destacam aspectos da atual forma de organização do evento nacional que exigem performance, comportamento e estrutura de equipes esportivas profissionais e não de equipes escolares. Desde a necessidade de apresentação antecipada de dois conjuntos de uniformes, com as mesmas numerações, a obrigatoriedade de jogar com o mesmo número todas as partidas, a obrigatoriedade de utilizar apenas materiais esportivos das empresas patrocinadoras do evento, tudo parece refletir o nível de especialização exigida pelo COB para todas as equipes, quer sejam escolas públicas ou particulares.



Evidenciam-se algumas situações de delegações de alguns estados do país que necessitam deslocar-se de ônibus por grandes distâncias. Num exemplo concreto dessa situação, a delegação do Estado do Acre, extremo norte do país, deslocou-se em três ônibus, com 118 (cento e dezoito) integrantes até a cidade sede de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Percorreu 3.950 km em aproximadamente 50 (cinquenta) horas e sua equipe de basquete foi sorteada para um grupo de três equipes onde se enfrentariam uns contra os outros para a classificação do primeiro colocado de cada grupo. Por sorteio, a equipe realizou suas duas partidas nos dois dias seguintes sendo desclassificada após dois resultados negativos. A equipe demorou mais em sua viagem do que em sua participação no evento.

Outra situação decorrente dessa obrigatoriedade de saída das equipes desclassificadas do hotel da delegação imposta pelo regulamento, relaciona-se com a organização da delegação de cada estado que, dependendo de seus resultados, a equipe de uma modalidade tem que deixar o convívio e a hospedagem no hotel junto com todas as demais equipes da mesma delegação e buscar outra forma de se hospedar até que toda a delegação esteja desclassificada ou que termine sua participação. Dessa forma, as delegações dos estados que se dispõem a participar da etapa nacional devem ter meios de transporte, alojamento e alimentação independentes para cada uma das modalidades esportivas, o que é quase impossível para delegações estudantis da grande maioria dos estados.

Também na etapa nacional dos eventos esportivos escolares, a programação das disputas está organizada de forma que as modalidades individuais aconteçam nos primeiros dias do evento e as modalidades coletivas nos últimos. Outra vez o regulamento impõe uma forma de organização interna das delegações estaduais que não favorece a integração, o companheirismo,

e o sentimento de pertencimento do mesmo grupo e também uma forma de manifestação da socialização de acordo com Durkheim (2002).

Não se trata, pelo que expõem os entrevistados, de uma competição nacional que seja adequada ou que atenda aos interesses e objetivos do esporte educacional, quer sejam os indicados pela lei ou pelos autores que estudam o assunto. Também não atende aos objetivos propostos pelos professores e nem tampouco dos participantes que não conseguem estar em todas as etapas.

A partir desse conflito de objetivos, vejamos o que disseram nossos entrevistados sobre o assunto.

#### 5.1.1 Objetivos do esporte escolar X objetivos dos eventos esportivos escolares segundo os entrevistados

O regulamento geral dos eventos esportivos escolares do Estado de Goiás, que a partir da edição de 2008 reproduz o da competição nacional, propõe, em seu art. 3º, que os objetivos devem ser:

A – Incentivar a prática do esporte escolar com finalidades educativas;

B – Possibilitar a identificação de talentos esportivos nas escolas;

C – Desenvolver o intercambio socio-cultural e esportivo entre os participantes;

D – Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno/atleta como individuo social, autônomo, democrático e participante; estimulando o pelo exercício da cidadania através do esporte.

E – Garantir o conhecimento do esporte como forma de oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos/atletas.

Por sua vez, se retornamos à Lei Geral do Esporte Brasileiro 9.615/98, podemos observar que a mesma indica, em seu art. 2º que o esporte educacional deverá:

Ser praticado nos sistemas de ensino e nas outras formas de educação evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral da pessoa e sua formação para o exercício crítico da cidadania e da prática do lazer.

Diante do disposto na lei e no regulamento dos eventos esportivos escolares, poderíamos entender que os objetivos propostos não são contraditórios e que até mesmo apresentam certa complementariedade e articulação entre eles.

Entretanto, se recuperarmos o quadro comparativo do esporte escolar com o esporte de alto rendimento apresentado no documento final da I Conferência do Esporte Educacional (1996) e que baseou a definição dos princípios do esporte educacional no país, temos que os dois modelos apresentam características antagônicas, ou seja:

*Quadro 12:* Comparação entre esporte de alto rendimento e esporte educacional

Esporte de Alto Rendimento	Esporte Educacional
Seleção dos melhores	Participação de todos
Competitividade	Cooperação
Busca do rendimento	Co-educação e Participação
Cientificismo no treinamento	Totalidade e Regionalidade
Busca dos recordes	Totalidade e Participação

*Fonte:* Conferência Nacional do Esporte Educacional (1996)

Porém, para compreender e analisar os objetivos do esporte educacional e dos eventos esportivos escolares, é preciso inserir uma terceira fonte de informações – o relato dos professores de educação física que atuam com o ensino do esporte no contexto escolar e que participam desses eventos.

Quando o tema dos eventos esportivos escolares de Goiás e também os nacionais surgiu nos encontros dos GDs ou nas entrevistas em profundidade, todos os participantes tinham um comentário a fazer. Com relação aos objetivos, igualmente, os relatos surgiram em grande quantidade e foram organizados em duas subcategorias de análise: a dos relatos que indicam a contradição entre o que está escrito e a realidade e a categoria dos relatos que reconhecem a validade ou a importância dos eventos esportivos escolares da forma como estão.

Entre os que destacaram a contradição, vejamos os mais incisivos:

É preciso esclarecer um pouco mais o lugar de cada uma das manifestações do esporte que estamos falando... são duas coisa completamente diferentes. E acredito que deveriam existir dois eventos e não só um (WER-ep).

As competições nacionais e até mesmo as nossas daqui (estaduais) são uma mistura de alto rendimento com escolar... as equipes são escolares e todo o resto é baseado no alto rendimento (KRP-ep).

Os objetivos estão muito bem colocados nos projetos, mas na realidade que conhecemos muito bem não é o que acontece... todos querem ganhar mesmo e custe o que custar para isso. (ADS-gd-CE).

Não sou contra a competição... sou contra esse tipo de evento levar o nome de jogos escolares ou jogos educacionais ou até mesmo olimpíadas escolares... deveria chamar copa, torneio ou algo assim; é o puro rendimento o que se vê (CDF-ep).

O que não me agrada é que nos dizem que estes eventos têm caráter educativo... não tenho nada contra a realização de competições entre escolas e preparo minhas equipes para isso, mas não se pode dizer que os eventos que temos aqui têm objetivos educacionais (SSS-gd-NV).

Todo o regulamento dos jogos escolares são contrariados quando começam os jogos... as disputas, as regras, o sistema de classificação... não tem nada a ver com o esporte que eu conheço como escolar (FFA-gd-RV).

Quando o regulamento impõe a utilização de uniformes específicos para cada uma das modalidades e a chegada e saída em dias diferentes para uma mesma escola pública, nos parece que os organizadores não conhecem a realidade das escolas públicas em nosso estado e no resto do país (FE-gd-GYN).

É uma tentativa de que ocorra a expressão do alto rendimento por parte daqueles que não estão preparados para isso. No caso das escolas públicas que chegam a uma etapa nacional então é quase humilhante (LAS-gd-RV).

A contradição explícita no próprio regulamento está na apresentação de objetivos como o da inclusão, da democratização do acesso à prática esportiva e do desenvolvimento do intercâmbio sócio cultural entre os participantes por um lado e por outro, a limitação do número de participantes em um número inferior ao permitido pelas próprias regras oficiais da modalidade, o sistema de disputa de caráter eliminatório, além da obrigatoriedade de saída do local de hospedagem em no máximo 24 horas, após a desclassificação da equipe na competição.

Dos depoimentos também se pode deduzir que existe contradição no que se refere à orientação da lei para a formação das equipes e o que acontece na realidade. De um lado, a legislação dispõe que o esporte escolar e os eventos esportivos escolares devem ser praticados nos sistemas de ensino e nas outras formas de educação evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes; e do outro, o regulamento e a organização dos eventos esportivos escolares exigindo, cada vez mais espaços, equipamentos e equipes com o mais alto nível possível.

Pode parecer uma atitude sem propósito ou uma incoerência por parte dos professores de educação física que não concordam com o modelo de eventos esportivos escolares o fato de continuarem a participar dos mesmos. Entretanto, com o objetivo de compreender tais atitudes questionamos nossos informantes sobre tal fato e percebemos um grupo de depoimentos que reconhece a validade da realização dos eventos esportivos na forma como estão. A seguir alguns posicionamentos que indicam tal validade:

Eu sei que o modelo dos eventos esportivos escolares nos quais nos envolvemos seguem o padrão do alto rendimento, mas é uma motivação a mais que temos para nossas aulas (RSO-gd-RV).

É uma motivação a mais que temos em nossas aulas... não só o esporte sob a forma de competição senão que a participação nos jogos escolares em outras cidades de nosso estado, ainda que não tenhamos um modelo legal de jogos (WSV-gd-GYN).

O modelo dos eventos esportivos escolares não está de acordo com nossa realidade, mas o meninos e agora mesmo até as meninas fazem a maior “pressão” para participar nos jogos escolares... isso ocorre em qualquer escola e em qualquer aula de esportes (GBJ-gd-CE).

Minha intenção ao inscrever meus alunos nos jogos escolares do estado de Goiás, sob o formato que tá, é somente para não deixá-los à margem das atividades das outras escolas da minha cidade (WER-ep).

O esporte é o conteúdo mais reconhecido nas aulas de educação física... ainda que tentemos pratica-lo a partir de uma perspectiva mais lúdica na escola... é impossível negar a força da competição no esporte (CG-gd-CAT).

Faço da participação nos eventos esportivos escolares uma “moeda de troca” nas minhas aulas; ou seja, se eles participam das outras atividades que proponho ao longo do ano eu inscrevo a equipe nos jogos (EFC-gd-RV).

A legitimidade do esporte como conteúdo das aulas de educação física, assim como o modelo de eventos esportivos com características competitivas parece ser indiscutível entre os professores entrevistados. Ainda, tal legitimidade é vista na inadequação do modelo dos eventos esportivos escolares do estado de Goiás e do país, em relação ao esporte que ensinam em suas escolas.

Se trazermos de volta algumas reflexões apresentadas anteriormente nessa pesquisa, quando destacamos alguns aspectos da história da educação física e do esporte brasileiro, vamos perceber que, desde a década de 1950, com a implantação do método desportivo generalizado nas escolas brasileiras, o esporte tem ganhado notoriedade e legitimidade no contexto escolar. Ainda que tal expansão e a consolidação do esporte no contexto escolar não tenham ocorrido sem resistências, (cf. Bracht,1997).

Essa legitimidade ocorreu no Brasil com alguns anos de atraso em relação a países mais industrializados da Europa e de outros continentes, sobretudo se considerarmos o processo de importação de métodos ginásticos, de técnicas de ensino e de treinamento esportivo que sempre estiveram presentes na história da educação, cultura e esportes do país. Historicamente, essa importação também interessava ao governo, pois o desenvolvimento do esporte no âmbito escolar constituiu um processo que sempre esteve subordinado ao cumprimento de funções de formação moral e de controle social em países que viveram períodos ditatoriais como o Brasil e outros (Velázquez, 2001). No caso específico do Brasil a função formativa do esporte escolar deveria contribuir para o fortalecimento da ideologia nacionalista do governo brasileiro da primeira ditadura vivida pelo país, a ditadura do Estado Novo.

Outro fator que contribuiu para a legitimação do esporte no contexto escolar brasileiro foi a vinculação da prática esportiva escolar com a crença de que ela contribuía para o



desenvolvimento de qualidades morais como caráter, valores, força de vontade, desejo de superação, companheirismo, e outros. Ela substituíra favoravelmente a tendência eugênica/higienista pela qual passava a educação física brasileira no período indicado anteriormente (Soares, 1994).

Entretanto, a legitimidade destacada pelos professores não se refere somente ao esporte como conteúdo privilegiado de suas aulas, mas também à legitimidade da competição no contexto das aulas de educação física. Refere-se à legitimação de uma forma de manifestação do esporte que não se identifica com nenhum dos princípios do esporte educacional e nem tampouco indicados explicitamente nos regulamentos dos eventos esportivos escolares apresentados. Quanto ao reconhecimento da inadequação do modelo de eventos esportivos escolares realizados pelo governo estadual e federal, os professores ainda acrescentaram:

Não posso manter-me indiferente à importância da competição para a formação de meus alunos e por isso tento participar de todos os eventos do ano; mesmo correndo o risco de ser desclassificado na primeira fase (MEM-gd-CAT).

Meu objetivo é apresentar a meus alunos a parte educativa da competição... é mostrar a eles que no esporte, assim como na vida, algumas vezes ganhamos e outras perdemos (JCLO-gd-GYN).

Existem alguns componentes educativos na competição, na participação de eventos como os jogos escolares... temos que aproveitá-los! É uma forma prazerosa de educação física (TLNN-gd-CAT).

Alguns de meus companheiros de trabalho não gostam do que falo, mas acredito que os jogos escolares do estado deveriam apresentar a mesma estrutura da etapa nacional desde a fase escolar até a fase estadual... não adianta resistir... nós temos que nos acostumar já que é uma tendência que veio pra ficar... (SG-ep).

Meus objetivos, falando sério, são dois: colocar à prova o trabalho desenvolvido e oferecer uma oportunidade para os meninos e meninas que gostam da competição...O problema é que tenho muitos alunos que não gostam de competir e aí, normalmente, não sei o que fazer com eles? (LFL-gd-RV).

Fica evidente o reconhecimento da legitimidade do fator competitividade no ensino do esporte escolar. A legitimidade indicada pelos entrevistados parece sustentar as características pedagógicas que a competição pode apresentar. Ainda que reconheçam os problemas do regulamento geral dos eventos esportivos escolares e suas características excludentes, os professores se apoiam nos fatores relacionados com a própria competição, como a exclusão dos menos habilidosos ou mais capazes tecnicamente, para tratar pedagogicamente o esporte no contexto de suas aulas de educação física escolar.

Os treinadores entrevistados também se posicionaram a respeito da legitimidade do esporte como conteúdo das aulas de educação física e dos eventos esportivos escolares no atual formato de realização.

Eu acho que os professores da educação física escolar, ao invés de brigar com o sistema que tá aí deveriam criar outro tipo de evento. Nem todo mundo é obrigado a participar,

mas com certeza tem muito aluno que gosta de jogar e de competir...qual o problema nisso? Outra coisa importante é saber aproveitar os eventos para aprender com os outros treinadores de outras escolas e outros estados (CJS-ep).

Sinceramente eu acho que em nosso estado estamos muito atrasados viu? Enquanto temos vários estados tentando se organizar para participar, cada vez com mais qualidade, nós temos professores daqui brigando pra ninguém ir...eu acho isso um atraso muito grande. Quem tem equipe nas escolas, quem tem atleta em condição de competir tem que deixar os meninos competir (JRC-ep).

Os jogos nacionais são muito importantes para que nossas equipes possam melhorar...as vezes temos equipes muito boas em nosso estado que nunca saíram para jogar em outros estados e quando saem perdem todas as partidas; então não estamos tão bem assim né? Acredito que a competição é algo que também devemos ensinar a nossos alunos. O esporte sem competição é como o mar sem onda ou o rio sem correnteza (PVB-ep).

O posicionamento dos treinadores, de maneira geral, reconhece os problemas que o evento nacional apresenta, mas também indica que os mesmos constituem uma legítima forma de expressão do mais importante dos conteúdos da educação física escolar que, para todos os entrevistados, é o esporte.

Os relatos dos professores e treinadores, que indicam a necessidade de apresentação do elemento competição como um importante elemento das manifestações do fenômeno esportivo e também como conteúdo da educação física escolar, parece-nos adequada se consideramos que

alunos e alunas têm o direito de conhecer não somente uma forma de esporte. Por outro lado, e analisando de forma crítica essa apresentação aos alunos, acreditamos que os professores de educação física devem apresentar as demais formas de manifestação do esporte a seus alunos, e esclarecendo-lhes as características de cada um deles. Especialmente, a diferença entre os vários tipos de esporte e o que podem vivenciar em suas aulas de educação física.

Entretanto, não é necessário que a apresentação dessas outras formas de manifestação do fenômeno esportivo implique a participação em eventos competitivos para que seja considerada uma vivência ou experimentação válida. Até porque se considerarmos os demais componentes da cultura corporal de movimento de que se devem ocupar as aulas de educação física (jogos, danças, ginásticas, lutas) e adotássemos o mesmo critério de validade, teríamos na área da educação física, o processo de ensino-aprendizagem mais longo e complexo do currículo escolar.

Merece destaque também a atribuição de uma forma de legitimidade exterior para o elemento da competição no esporte escolar. A inclusão deste elemento no esporte escolar é justificada com o argumento de que tal inclusão ajudaria na socialização de comportamentos desejáveis ou ainda que o mesmo faz parte da vida de todos. Ou seja, os professores não apresentaram nenhuma justificativa para a inclusão da competitividade no esporte escolar ou para a participação nos eventos esportivos escolares. Uma justificativa, por exemplo, baseada no direito do aluno a ter acesso à prática esportiva enquanto um direito social ou até mesmo enquanto direito de manifestação de um elemento constituinte de sua cultura corporal de movimento, que é o esporte em seus vários aspectos.

Outro aspecto que não foi destacado, de forma explícita por nenhum dos entrevistados, tem relação com a característica universal que deve ter a prática esportiva escolar em detrimento da prática seletiva, que norteia a prática esportiva de alto rendimento.

Como destacado no início deste capítulo, o universo de alunos com possibilidade de participar dos eventos esportivos escolares atinge cerca de 750.000 alunos entre 12 e 17 anos e somente cerca de 12.000 alunos participam em todas as fases. Esse quantitativo representa um percentual inferior a 2% do total, o que é inadmissível se considerarmos os eventos esportivos escolares como resultado de uma política pública para o esporte escolar. Ou seja, como uma política pública pode atender tão somente 2% da população a que se destina?

Os entrevistados alertaram para o fato de que os eventos esportivos escolares apresentam características excludentes, mas limitaram-se a destacar o número que é permitido pelas regras oficiais de cada uma das modalidades esportivas como a principal contradição do regulamento dos referidos eventos e os princípios do esporte educacional.

Parece-nos que o questionamento central deveria estar localizado na possibilidade de universalização da participação e não simplesmente no aumento do número de participantes em cada uma das modalidades. Isto é, se os eventos esportivos escolares apresentam como objetivo central a integração e a socialização por meio do esporte escolar, é importante que se imagine uma ampla mudança na forma de participação nos eventos esportivos escolares por parte das equipes escolares.

Ao serem questionados sobre a nova forma de organização dos eventos esportivos escolares desde 2004, sob a tutela do COB, os dirigentes entrevistados expressaram posições antagônicas entre si, que merecem ser destacadas. Para eles:

Olha professor, eu acho que o COB ta certo em organizar desse jeito mesmo porque da forma como era tinha muito mais jogos e o nível técnico era fraco demais...tinha jogo na

primeira fase que terminava com placares humilhantes para algumas equipes. Sem contar que o tempo que se gastava era muito maior do que agora né? (ACFF-ep)

Eu acho que essa mudança só apresentou ganhos para o conforto dos atletas que conseguem ir até a fase nacional...antigamente todas as equipes ficavam alojadas em escolas do início ao fim dos jogos e comiam em restaurantes populares nas cidades sede...agora todo mundo fica em hotel e joga em ginásios muito bons...não sei até que ponto isso é tão bom assim para o esporte escolar (AIF-ep).

Agora o evento tá mais enxuto e mais viável financeiramente para ser realizado em poucos dias....agora tá mais fácil para a organização, mas tá muito mais difícil para os estados participarem. Temos que ter uma organização independente para cada equipe e isso é difícil ou quase impossível para estados como o nosso que ainda depende do poder público para quase tudo (PCRS-ep).

Podemos concluir que a organização dos eventos esportivos escolares nacionais possibilitou avanços em determinados aspectos e retrocessos em relação a outros. Quando os comparamos com a estrutura anterior, não se vislumbra, nenhuma observação relacionada com os princípios da participação ou da socialização entre os participantes e tão somente em relação à infraestrutura. Para os dirigentes, as mudanças mais perceptíveis ocorreram em relação ao conforto dos atletas, ao tempo de realização da competição e ao nível técnico da competição.

Dessa forma, enquanto conclusão deste item e como primeira indicação das Considerações Finais desta pesquisa, observamos que o cotejamento dos objetivos previstos nas

leis, com os objetivos dos eventos esportivos escolares ficou evidente uma grande articulação e interdependência teórica entre eles. Entretanto, essa articulação não se confirmou no relato dos professores que participaram deste estudo. Isto é, o principal ator para desenvolvimento das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte escolar, assim como um dos principais interessados na realização dos eventos esportivos escolares em todos os níveis, é o professor de educação física, não concorda com a atual forma dos eventos esportivos escolares, nem das práticas esportivas escolares em Goiás.

O segundo elemento de análise neste capítulo se relaciona com a influência dos mega eventos esportivos nas práticas esportivas escolares.

## 5.2 Os Mega eventos esportivos e o esporte escolar

### 5.2.1 A Copa do Mundo da FIFA/CM 2014

Também já destacado anteriormente neste estudo, o Brasil foi anfitrião da Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e será anfitrião também dos Jogos Olímpicos de verão em 2016. Os professores, treinadores e dirigentes que participaram desta pesquisa destacaram algumas relações desses eventos com suas práticas esportivas escolares, que se tornaram imprescindíveis para nossa análise final.

A pergunta geradora dos relatos sobre o tema foi:” Vocês acreditam que os grandes eventos esportivos que serão realizados em nosso país apresentam ou apresentarão alguma influência nas práticas esportivas em vossas escolas?”

Segundo os professores:

Seguramente que sim! Lembro-me das Copas do mundo anteriores em que aquele atacante (Ronaldo) criou um corte de cabelo que se tornou uma mania entre os meninos da minha turma de educação física... e já no dia seguinte ao jogo (ERF-gd-RV).

Tudo que os atletas de futebol fazem se torna modelos para nossos alunos e alunas... é incrível! Nós temos que aproveitar o momento de realização da Copa em nosso país de alguma forma (LUC-gd-CAT).

Eu gosto muito de futebol e as Copas do Mundo, especialmente porque aproveito este período para motivar meus alunos e até mesmo às alunas que não gostam muito de futebol a participarem das aulas (LAS-gd-RV).

A Copa do Mundo será, acredito eu, mais importante para os alunos do que as olimpíadas... O futebol é muito mais popular em nosso país. Eu tentarei aproveitar os jogos, as festas e tudo da copa nas minhas aulas... Ainda não sei como (JCLO-gd-NV).

Olha...eu até que gosto do clima de Copa do Mundo no Brasil, mas na verdade eu acho que não consigo relacionar muito isso nas minhas aulas não...especialmente porque os meninos já chegam com opinião formada e as meninas evitam discutir com eles (FFA-gd-RV).



A Copa do Mundo de Futebol foi destacada inicialmente pelos professores como o evento de maior influência nas aulas de educação física, e eles se basearam nas experiências das copas anteriores para justificar suas expectativas com respeito à influência delas em suas aulas. Mas não consideraram o fato de serem realizadas em nosso país e não fora dele, talvez pelo fato de o Estado de Goiás não ter sido escolhida como sede do evento.

Os professores que participaram das entrevistas individuais, por sua vez, demonstraram uma maior preocupação com o distanciamento existente entre a realidade escolar e o mundo da copa do mundo de futebol. Para eles:

Não sei bem o que farei sobre a Copa do Mundo nas minhas aulas, mas o que posso dizer é que vou tentar discutir com meus alunos algumas questões relacionadas com o ensino do esporte no contexto escolar bem como com a realidade do futebol no mundo. Vou tentar mostrar que nem todo mundo vira Neymar (CDF-ep).

É muita informação o tempo todo da TV e na internet... sei que vou ter que me manter informado sobre todos os jogos e tudo da Copa, mas penso que o mais importante é esclarecer para meus alunos e alunas que a realização de um evento deste em nosso país tem que ser aproveitado para outras coisas também...como por exemplo, algumas manifestações (HPO-ep).

Eu acho que o mais importante para tratar durante a Copa vai ser esclarecer para nossos alunos que nem todo jogador de futebol chega até a seleção e muito menos a disputar uma

Copa do Mundo....nem todo mundo ganha muito dinheiro. Tem muita ilusão neste meio!  
(WER-ep).

A mídia vai trazer muita informação e muita ilusão também para nossos alunos...nós temos que saber esclarecer para nossos alunos como é esse caminho até se tornar um atleta profissional...quem sabe até aproveitar para conquistar atletas para nossas práticas esportivas na escola né? (SSH-ep).

Depois da Copa do Mundo de 2002, a primeira realizada em dois países ao mesmo tempo (Japão e Coreia), foram publicadas algumas análises (Mascarenhas, 2002; Guimarães, 2004) sobre a influência da copa do mundo nas aulas de educação física em Goiás. As análises tiveram como base as alterações que ocorreram durante o evento nos vários setores da sociedade brasileira e mais especificamente ainda, no cotidiano escolar. Observaram-se mudanças em horários de funcionamento de bancos, de algumas empresas de prestação de serviços, assim como no horário de aulas em vários estabelecimentos de ensino de todos os níveis, para que as pessoas pudessem assistir às transmissões dos jogos da seleção brasileira. Grande parte da população brasileira foi afetada de maneira indireta pelo evento, pois proliferaram espaços com a exposição de telões para a transmissão de quase todos os jogos da copa. É o caso de restaurantes, bares, praças e até mesmo escolas particulares. Na partida final, em que se confrontaram as seleções de Brasil e Alemanha, ainda que o jogo tenha ocorrido às sete horas da manhã de um domingo, os locais citados acima permaneceram abertos para a permanência das pessoas interessadas em assistir a transmissão. Nas edições de 2006, na Alemanha e de 2010, na África

do Sul, essa rotina se repetiu em todo o país, enquanto durou a participação da seleção brasileira nos referidos eventos.

Estudos indicam que os legados de um mega evento como a CM/2014 podem ser caracterizados como tangíveis e intangíveis (Ministério dos Esportes, 2008). Es que atingirão a realidade escolar do Estado de Goiás, seguramente, estão entre os intangíveis, ou entre aqueles relacionados com o sistema educacional como um todo ou com a cultura esportiva do país.

Não teremos legados tangíveis ou que influenciarão diretamente a realidade social concreta de Goiás em que se desenvolveu a presente investigação. Entretanto, é importante salientar que a cultura brasileira e mais especificamente a cultura esportiva, que têm o futebol como seu principal expoente, seguramente assistirá a significativas alterações em vários segmentos da sociedade e do cotidiano brasileiro assim como já ocorrera nas edições anteriores do evento.

Mas afinal de contas...que influências esse evento exercerá sobre os vários segmentos da sociedade brasileira?

Mais especificamente ainda, que influências a realização desse evento exercerá na educação e na educação física brasileira?

Pelo que pode se verificar no relato dos informantes, é notável a influencia do evento nas aulas de educação física. Eles apontam também algumas experiências das edições anteriores, mas não se percebe com clareza como os professores pretendem aproveitá-las ou até mesmo se irão fazê-lo.

A partir de uma perspectiva mais ampla, um evento como a copa do mundo oferece várias possibilidades de aproveitamento pelas áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar; desde a abordagem histórica sobre os países participantes, sua localização geográfica,

sistemas de governo, costumes, etnia, cultura alimentar, assim como a cultura esportiva de cada um dos países participantes, entre outras possibilidades. Todas elas, entretanto, devem ser articuladas e organizadas sob a estrutura de um projeto interdisciplinar, além de estarem incluídos nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

No que se refere às práticas esportivas escolares e suas relações com a copa do mundo também não foi observado, explicitamente, no relato dos professores entrevistados nenhum destaque ou algo mais específico de aproveitamento do evento em suas práticas profissionais. O currículo formal das escolas públicas do país, de maneira geral, não apresenta o futebol como uma opção para a prática esportiva escolar devido o fato de pouquíssimas unidades escolares possuírem espaço adequado para tal prática. Talvez, tenha sido esse o motivo pelo qual os professores não tenham indicado possibilidades de relação entre o evento e suas práticas profissionais na escola.

Entretanto, se entendemos o futebol como uma manifestação do esporte de alto rendimento e, talvez, a mais importante forma de espetacularização do esporte na atualidade, como apontam vários autores (Bracht, 1997, Kunz, 2004 e Oliveira, 1998), parece que os professores entrevistados estão desperdiçando uma grande oportunidade de abordar algumas questões sobre o esporte no contexto escolar. Questões como a importância do esporte na sociedade, questões relacionadas até mesmo com as regras do esporte e suas possibilidades de inclusão como conteúdo da educação física escolar.

Parece-nos, também, que o argumento de que não tratam do futebol em função da inexistência do espaço físico nas escolas é inconsistente. Várias outras modalidades esportivas e culturais são abordadas no contexto escolar sem a existência dos espaços e aparelhagem

adequada como a ginástica, a dança e o atletismo, sem a mesma legitimidade social que o futebol, enquanto conteúdo da cultura corporal de movimento.

Por outro lado, os professores entrevistados aproveitaram a pergunta sobre a influência da copa do mundo nas práticas esportivas escolares e na educação física escolar para expressarem suas preocupações com a organização do futebol brasileiro. Entretanto, eles não conseguiram identificar a interferência dessa organização nas práticas esportivas escolares.

Alguns deles indicaram que:

A copa do mundo no Brasil é uma oportunidade para que nosso futebol se organize, é a grande oportunidade para que tenhamos mais transparência na destinação dos recursos públicos para o esporte (DJA-gd-GYN).

Espero que a Copa do Mundo no país possa ajudar na organização de um calendário esportivo mais organizado do que o que temos agora que é uma vergonha para o futebol brasileiro (CDF-ep).

Espero que nossos estádios de futebol, pelo menos os das cidades sede, possam ganhar algo com relação à modernização deles... somos considerados o país do futebol e temos que ter estádios melhores (KRP-ep).

Oxalá a realização da Copa do Mundo em nosso país ajude na moralização do nosso futebol que está muito desorganizado, com vários casos de corrupção que nos envergonham internacionalmente (AKG-gd-NV).

Sei que nós temos os melhores jogadores de futebol do mundo, mas também acho que temos os campeonatos mais desorganizados e os dirigentes mais corruptos do mundo e por isso gostaria que a Copa do Mundo de futebol aqui no Brasil servisse para melhorar essa parte...acho que na escola não teremos muito o que fazer não! Estamos muito longe dessa realidade (HPO-ep).

Ao destacarem a importância da CM/2014 para a organização dos calendários do futebol brasileiro, entendemos que os professores estabeleceram uma importante relação com as práticas esportivas escolares, ainda que de forma involuntária. Parece-nos que, se o desejo dos professores se concretizassem ou que mais professores de educação física se preocupassem com esses mesmos fatores relacionados com a modalidade do futebol e utilizassem o momento esportivo para esclarecer seus alunos e a comunidade escolar da importância da organização do futebol e do esporte como um todo, poderíamos ter significativos avanços a partir do evento. Assim sendo, teríamos a formação de uma consciência popular sobre a necessidade de reorganização de um importante segmento da sociedade brasileira representado pelos consumidores<sup>27</sup> do fenômeno esportivo.

Ainda com relação aos relatos sobre a CM/2014 é importante observar que os professores destacaram a importância de maior transparência na destinação dos recursos públicos para o esporte, considerando os gastos do governo para a realização do evento. A transparência e a correta destinação dos recursos públicos é algo que interessa diretamente ao esporte escolar e que já fora destacado anteriormente nesta investigação como um dos principais equívocos que vêm sendo cometidos com a cobertura da lei. A Lei Geral do Esporte Brasileiro (9.615/98) prevê a

---

<sup>27</sup> Para efeito deste capítulo entendidos como os praticantes, os profissionais relacionados com o esporte assim como os espectadores e telespectadores de espetáculos esportivos de maneira geral.

destinação prioritária dos recursos públicos para o incentivo ao esporte escolar e aos de criação nacional; todavia, o que estamos presenciando é algo bem diferente. Temos testemunhado a destinação, quase que exclusiva, dos recursos públicos para a construção de estádios, reforma de aeroportos e melhoria da infraestrutura das cidades sede da CM/2014. Para os dirigentes entrevistados:

Entendo que um dos grandes problemas da Copa do Mundo no Brasil é a corrupção que já está acontecendo... não acredito que as obras vão ficar prontas dentro do prazo e ainda assim vão “desviar” muito dinheiro público (CDF-ep).

Eu sei que o governo é quem vai financiar a grande parte das obras da Copa...até aí tudo bem! O problema é que poderia investir também e na mesma proporção em nossas escolas, na saúde...tudo no padrão FIFA (AIF-ep).

As parcerias que estão sendo firmadas para a construção dos estádios e para a realização das obras necessárias para a Copa e também para as Olimpíadas com certeza vão dar margem para muita “maracutaia” e para muito desvio de recursos públicos....agora que eu acho que o esporte escolar vai afundar mesmo (ACFF-ep).

Dentro de uma mesma perspectiva, os professores entrevistados também manifestaram posições de indignação quanto à destinação de recursos públicos para a construção de estádios e para algumas reformas quando da realização da CM/2014 e para RIO 2016. De acordo com eles:

O que não posso concordar é com o fato de o governo gastar tanto dinheiro para realizar uma Copa aqui no país e nossas escolas continuarem caindo os pedaços (ERF-gd-RV).

Eu queria era ter escolas no padrão dos estádios exigidos pela FIFA...eu queria era ter hospitais no padrão da FIFA... eu queria era ter segurança no padrão determinado pela FIFA eu queria era ter esporte escolar ou esporte de base no padrão exigido pela FIFA (SSH-gd-CE).

É revoltante saber que o governo vai investir milhões e milhões para construir estádios em vários estados que servirão para poucos jogos e não termos dinheiro para consertar nossas escolas (KRP-gd-CAT).

Aqui na nossa cidade, professor, temos que realizar os jogos escolares até altas horas da noite porque só temos um ginásio de esportes disponível...não dá pra aceitar o governo gastar tanto dinheiro com a realização de uma Copa e continuar vendo nossas escolas e nosso esporte escolar desse jeito (WER-ep).

Eu não tenho nada contra a realização da Copa nem das Olimpíadas aqui no Brasil... só queria que o governo destinasse o mesmo dinheiro para a educação ou até mesmo para o esporte de base. Não adianta ficarem só realizando mega eventos e não investir na base (WSV-gd-GYN).



Nesse sentido, percebe-se uma postura de não aceitação das atuais condições de investimento de recursos públicos no esporte escolar, em contraste com o investimento feito pelo governo na construção de estádios e obras para a realização da CM/2014. Destaca-se, ainda, a preocupação com o devido investimento no esporte de base; um investimento que seja diretamente proporcional ao número de participantes e não em relação ao rendimento ou ao resultado técnico.

Também como já foram destacados anteriormente, os programas e projetos de desenvolvimento do esporte escolar dos governos estadual e federal têm seus recursos limitados ao fornecimento de pequena quantidade de materiais esportivos e ao pagamento de carga horária específica para os profissionais da área da educação física. Tais projetos vêm sendo responsabilizados pela descoberta de talentos e pela transformação da realidade esportiva do país, a partir do esporte escolar e do trabalho dos professores de educação física no contexto escolar. Entretanto, esses projetos também foram citados pelos professores como oportunidades que poderiam ser mais bem aproveitadas durante a CM/2014:

Nós que temos o PRAEC até que ainda podemos fazer alguma coisa, pois temos um grupo selecionado de uma única modalidade né? Mas mesmo assim eu ainda não sei o que vou fazer durante a Copa (FE-gd-GYN).

Estou com um monte de idéias para trabalhar com meus alunos do PRAEC durante a Copa...mesmo minha turma sendo de futsal eu acho que vai dar pra aproveitar o evento de alguma maneira (MVT-gd-GYN).

Eu fico chateado é com o fato do pessoal do Ministério do Esporte e da Secretaria da Educação ficar querendo que a gente faça milagre com duas aulinhas a mais por semana no PRAEC (ERF-gd-RV).

É impossível fazer algo de significativo durante a Copa com duas aulinhas a mais por semana com esse tal de PRAEC...(KRP-gd-CAT).

Olha, eu acho que o PRAEC é uma boa oportunidade que nós temos pra trabalhar especificamente, mas no caso da Copa do Mundo eu acho que a gente vai ter que trabalhar é no geral mesmo... (HPO-ep).

Percebe-se, novamente, que os professores entrevistados sentem-se impotentes ou muito distanciados do grande evento e, talvez por isso, não conseguem estabelecer muitas conexões com suas realidades e com suas práticas pedagógicas.

Além dos professores de educação física, os treinadores foram questionados sobre a relação entre a copa do mundo e o esporte escolar; também se limitaram a criticar o que identificaram como o pior problema do esporte brasileiro: uma espécie de monocultura do futebol. Para eles:

Olha professor, a realização da Copa do Mundo no Brasil só vai servir para confirmar o que todo mundo já diz... nós somos o país do futebol. O governo vai gastar, aliás, já está gastando há muito tempo o que tem e o que não tem pra mostrar pra todo mundo que

nosso futebol é bom... Nem vou falar de outras áreas mas o resto dos esportes vai continuar sendo tratado como resto durante a Copa (JRC-ep).

Eu acho que o Brasil tem problemas horríveis em áreas como a educação, a saúde e a segurança pública que vão ser “escondidos” durante a Copa... No caso do esporte escolar e as demais formas do esporte amador brasileiro nós não precisamos esperar muita coisa do governo não... com certeza o futebol vai aparecer em 99% dos noticiários, nas revistas e também como o destino da grana...pode escrever aí (CJS-ep).

Ainda que minha modalidade seja próxima do futebol de campo (trabalho com futsal né?). Nós vamos ter um período de pelo menos dois anos sem nenhuma atenção do governo... só vai mudar radicalmente quando perceberem que já está chegando as olimpíadas....mas até lá só vamos ouvir falar, respirar, comer...futebol (PVB-ep).

Apenas um deles enfatizou a importância da Copa do Mundo no Brasil para o esporte escolar e para as outras modalidades esportivas em geral. Segundo ele:

Acredito que as modalidades esportivas de maneira geral precisam aproveitar a “carona” da copa no Brasil. Quero dizer, nós temos que aproveitar o momento para realizar eventos das outras modalidades para aproveitar a mídia, a estrutura de hotéis, aeroportos, etc. para as outras também. Sei que não é fácil, mas é uma oportunidade que a gente tem que aproveitar. No basquete vamos tentar realizar eventos curtos nas cidades que serão

sedes... nem que seja o basquete 3 x 3 nos estacionamentos dos estádios...temos que aproveitar (RSS-ep).

O relato dos treinadores também reconhece a importância da copa do mundo no país, mas destaca grande contrariedade com a hegemonia atribuída ao futebol, por parte dos meios de comunicação de maneira geral e do próprio governo brasileiro, em detrimento das demais modalidades esportivas que, segundo eles, passarão por mais um período de ostracismo. Betti (1998) já destacava a importância do fenômeno esportivo na mídia mundial e, sobretudo, da hegemonia exercida pelo futebol e seus eventos. No estudo, o autor analisou o número de inserções das várias modalidades esportivas nos noticiários esportivos brasileiros e constatou que o futebol ocupava mais de 90% da programação diária nos vários meios de comunicação e mais de 92% do espaço reservado pela mídia impressa para os esportes em geral.

O posicionamento isolado do treinador de basquete também reconhece a monocultura do futebol no país, mas acena seu posicionamento de inconformidade com a situação daquela modalidade, indicando algumas possibilidades de mobilização durante o evento.

Talvez o posicionamento expresso pelo treinador de basquete em relação ao aproveitamento do período de realização da CM/2014 seja o de oportunidade para a realização de eventos alternativos nas escolas. E que até mesmo em outros espaços, pudesse ser utilizado como uma experiência desencadeadora de outros projetos a serem aplicados por professores de educação física em suas respectivas escolas e em outras modalidades esportivas.

Independente de se tratar de um evento relacionado diretamente com o futebol, é importante salientar a magnitude da Copa do Mundo de Futebol da FIFA na atualidade. Até para

justificar, mais uma vez, sua inclusão enquanto importante aspecto a ser considerado como impactante na prática esportiva escolar em nosso país.

Embora já tenhamos dedicado uma parte deste estudo aos aspectos gerais da organização do evento e que os informantes tenham destacado como uma prática esportiva um pouco distanciada das demais práticas esportivas escolares, o futebol e a CM/2014 assumem proporções de um fenômeno social de enorme dimensão.

Diante da relevância histórica, social, econômica e esportiva que tem a CM/2014 nos parece que os informantes que participaram desta investigação não dimensionaram como poderiam, em suas práticas, os impactos e a influencia do referido evento.

Antes de passarmos aos relatos sobre o Rio/2016, devemos esclarecer que excluímos intencionalmente do relato de todos os informantes as atividades que não tinham relação direta e exclusiva com a área de conhecimento da educação física. Durante todo o período de coleta de dados empíricos (grupos de discussão e entrevistas individuais), foram realizados alguns esclarecimentos iniciais sobre os objetivos da pesquisa, sobre os assuntos a serem tratados, assim como sobre a área temática na qual se pretendia obter respostas.

Especificamente em relação à área temática em que se pretendia obter respostas, acordou-se com os informantes que as atividades ou sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante a CM/2014 ou Rio/2016 deveriam estar relacionadas diretamente com a área da educação física e não apenas como um apêndice de outras áreas do currículo escolar. Citamos como exemplos de atividades-apêndice alguns projetos interdisciplinares desenvolvidos em outras oportunidades que se utilizavam do evento da Copa do Mundo ou dos Jogos Olímpicos para estudarem a língua dos países participantes, a economia, a forma de governo, a

comida tradicional, e outros, e nunca aspectos relacionados diretamente com a prática esportiva dos países participantes ou até mesmo do país sede.

Acreditamos que, em função desse recorte metodológico, as atividades ou propostas de atividades apresentadas pelos entrevistados para serem realizadas durante a Copa tenham sido tão escassas. Embora tenham atribuído a escassez ou a falta de opção de atividades a fatores como o distanciamento do evento e o fato de não atuarem diretamente com o ensino da modalidade do futebol.

Passemos, então, ao relato dos entrevistados sobre os Jogos Olímpicos de 2016.

### 5.2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016: RIO 2016

Por sua vez, os Jogos Olímpicos de 2016/Rio/2016, outro mega evento a ser realizado no país, foram destacados pelos participantes desta pesquisa como de importante influência e de profundas relações com as práticas esportivas escolares.

As primeiras preocupações evidenciadas por nossos informantes se relacionaram com o aspecto do desenvolvimento técnico e com a infraestrutura para a prática e treinamentos das modalidades esportivas olímpicas em todo o país. Para os professores:

Temos que despertar para a participação em projetos e programas do governo para o financiamento de equipamentos e construção da infra estrutura esportiva para as modalidades olímpicas (HPO-ep).

As cidades do interior dos estados não terão muitas oportunidades, mas é importante ficar atento nos programas de iniciação e treinamentos esportivos que serão implantados em todo o país... alguns já estão até com os editais abertos..... Como sempre de última hora! (WEP-ep).

Penso que nenhum dos meus alunos ou alunas chegará ao nível de competir numa olimpíada, mas se o programa “nação olímpica” se voltar para todos os alunos que quiserem e não somente para os pre-selecionados... acho que poderemos ter muito mais atletas espalhados pelo país (ADS-gd-CE).

Uma olimpíada é o sonho de qualquer atleta... isto seguramente, nos ajudará nas práticas esportivas escolares... no aumento da quantidade e também na qualidade de nossas equipes (RSO-gd-RV).

Se os projetos “Nação Olímpica” e “Segundo Tempo” voltassem a ter as escolas como o centro das atenções teríamos muito mais oportunidades de “surpresas” nas seleções olímpicas em 2016 (DJA-gd-NV).

A quantidade de participantes nas aulas de educação física, nas práticas esportivas escolares e nos jogos escolares terão um aumento significativo no período próximo das Olimpíadas de 2016 e isso deve ajudar, inclusive, no aumento da qualidade de nossos eventos esportivos escolares no estado (SSS-gd-GYN).

Nesses relatos é possível deduzir que os professores de educação física acreditam no retorno dos projetos de desenvolvimento do esporte para o interior das escolas e, conseqüentemente, com maior proximidade com as aulas de educação física escolar. Evidencia-se também a partir dos relatos, que a realização do Rio 2016 contará com a participação somente dos melhores atletas de cada uma das modalidades esportivas, mas acreditam que isso também pode motivar mais alunos e alunas a participarem das práticas esportivas escolares e das aulas de educação física escolar em geral.

As expectativas evidenciadas nos relatos dos professores somente serão possíveis de ocorrer desde que sejam realizadas profundas modificações nas diretrizes dos principais programas do governo federal, já destacados nesta pesquisa, assim como na forma de organização dos eventos esportivos escolares.

Os Projetos “Segundo Tempo”, “Nação Olímpica” e “Talentos Esportivos” de acordo com os professores deveriam voltar suas ações (seleção, treinamento...) para o contexto escolar para que ocorresse uma maior observação e detecção dos prováveis talentos esportivos a partir das aulas de educação física.

Parece-nos imprescindível que os objetivos propostos nos projetos elaborados pelo Ministério do Esporte para o Ministério da Educação sejam organizados e sequenciados de forma que permitisse:

- Em primeiro lugar, a identificação dos prováveis talentos esportivos;
- Em seguida, que esses prováveis talentos fossem reunidos em “Pré equipes” no Projeto Segundo Tempo;
- Por fim, que eles fossem indicados para treinamentos de alto nível e de especialização de suas habilidades esportivas até o nível olímpico.



Como já destacamos, o Ministério do Esporte já mantém alguns Centros de Excelência Desportiva vinculados a algumas universidades brasileiras, assim como mantém seleções permanentes de algumas modalidades esportivas. As modalidades oferecidas por esses centros de excelência mantidos pelo governo brasileiro ou por empresas estatais são as que têm conseguido os melhores resultados internacionais, assim como têm realizado os eventos nacionais com o melhor índice técnico.

A Confederação Brasileira de Voleibol, por exemplo, mantém desde 1992, na cidade de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, um centro de treinamento e preparação física com capacidade para receber, ao mesmo tempo mais de duzentas pessoas para os treinamentos de alto nível, avaliações fisiológicas e realização de cursos de aperfeiçoamento. Tudo isso com apoio do Banco do Brasil e de outros patrocinadores minoritários. Já a Confederação Brasileira de Ginástica mantém, desde 2000, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, uma estrutura para treinamento da seleção brasileira permanente de ginástica. Tal estrutura está vinculada a uma Universidade e recebe substancial e periódico apoio financeiro da Caixa Econômica Federal e de outros patrocinadores minoritários. Como outro exemplo, temos a Confederação Brasileira de Atletismo, que mantém desde 1980, um convênio com a Universidade de São Paulo e utiliza suas instalações como centro de treinamento para os integrantes da seleção brasileira daquela modalidade, recebendo apoio financeiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Além dessas três modalidades esportivas consideradas amadoras pelo sistema esportivo brasileiro, somente o futebol mantém uma centro de treinamento desde 1978, em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. Mas o futebol no Brasil, como destacaram nossos informantes, é um caso especial.

Algumas outras confederações nacionais disponibilizam espaços ou estruturas de forma e tempo limitados para a reunião e treinamento dos atletas da representação nacional. Geralmente esses espaços são disponibilizados pelos clubes ou pelos estados em que se concentra o maior número de atletas selecionados nacionalmente para a equipe representativa da referida modalidade.

Confirmando o relato e as preocupações dos professores, é importante registrar que as modalidades esportivas que mantêm tais centros em funcionamento ininterrupto são as que vêm alcançando os melhores resultados olímpicos nos últimos anos, como é o caso das modalidades de voleibol, atletismo e ginástica.

As outras possibilidades de analisar o relato dos entrevistados com relação às influências do Rio/2016 nas práticas esportivas escolares, bem como na prática pedagógica dos profissionais da área da educação física, podem se manifestar sob duas perspectivas diferentes. Uma que está relacionada com a utilização das práticas esportivas como a primeira etapa do processo de formação e de descoberta dos talentos esportivos. E outra, relacionada à utilização de todos os aspectos da realização da Olimpíada como tema de debates, reflexões e práticas orientadas pelos professores de educação física em suas aulas.

O primeiro conjunto de influências depende de uma reorganização do sistema esportivo brasileiro, assim como de uma reestruturação dos projetos mantidos pelo governo federal, que visam à preparação de atletas e seleções representativas do país. Nesse caso, são influências e situações que não dependem do aluno ou do professor de educação física, mas de mudanças na estrutura de organização do sistema esportivo brasileiro, realizadas apenas por motivações políticas.

No segundo conjunto de influências dos jogos olímpicos, é imprescindível a atuação do professor de educação física e a capacidade de compreensão dos alunos. Esses aspectos gerais do evento podem e devem ser aproveitados de forma crítica e pedagógica pelos professores de educação física em suas aulas. É importante que o esporte seja colocado em questão, que o sistema desportivo brasileiro seja analisado e que até mesmo a realização de um evento como esse em nosso país seja tema de reflexão por parte dos professores de educação física.

Alguns dos entrevistados indicaram a intenção de aproveitar a realização dos Jogos Olímpicos no país em suas práticas profissionais. Ainda que não tenham apresentado nenhuma proposta sistematizada. Pode-se destacar:

Ainda não sei como farei para problematizar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em minhas aulas, mas seguramente vou aproveitar o evento de alguma maneira (SSC-ep).

Eu vou fazer um monte de atividades na minha escola. Sempre faço algumas atividades quando da realização desse tipo de evento em outros países, agora no Rio de Janeiro é certo que vou fazer algo mais (KRP-ep).

Vou aproveitar a motivação que é gerada por um evento como esse para aumentar a quantidade de participantes nas minhas equipes, principalmente nas modalidades que existem competições no evento (ADS-gd-CE).

Eu ando meio desanimado com o esporte escolar em nosso estado, mas acredito que esse ciclo olímpico pode ajudar a melhorar a realidade. O futsal que nem é olímpico já não

precisa de tanto incentivo pra se desenvolver na escola enquanto que as outras modalidades – todas elas – tem que aproveitar a chance destes jogos em nosso país. Temos que aproveitar pra ver todos os jogos, todos os treinamentos, todas as modalidades....temos que tentar aprender tudo que for possível...acho que é uma chance incrível (WER-ep).

As práticas esportivas escolares vão sofrer uma grande influencia das Olimpíadas... vou aproveitar isso para realizar algumas competições adaptadas no interior da escola para que os alunos possam conhecer pelo menos o modelo olímpico (WSV-gd-GYN).

Desejo aproveitar a motivação dos Jogos Olímpicos em nosso país para divulgar a prática de alguns esportes que não existem ou que não são tão populares assim nas aulas de educação física no Brasil, como o badminton, por exemplo (CDF-ep).

Eu gostaria muito de ter melhores condições de treinamento na minha escola... penso que seria possível, inclusive, descobrir alguns talentos esportivos... eu acho que essa é sim uma das funções da educação física escolar (LAS-gd-RV).

Eu sei que ta longe ainda, mas eu gostaria de ver o esporte escolar sendo mais bem tratado aqui em Goiás e em todo o país para a gente poder ter boas surpresas na Olimpíada....não sei se teria alguém da minha escola ou até mesmo daqui do estado, mas com certeza teríamos muito mais atletas de onde escolher os melhores! Já estamos

atrasados...já deveríamos ter começado a trabalhar nossa base, nosso esporte escolar (HPO-ep).

Fica evidente a compreensão de todos com respeito à importância e a influência dos Jogos Olímpicos em suas práticas profissionais e nas aulas de educação física. Todavia, não se percebe nos relatos apresentados nenhuma forma organizada, além de poucas intenções de realização de ações envolvendo alunos, motivadas pela realização do mega evento que se aproxima. Nesse caso, parece se agudizar o distanciamento não somente das instâncias decisórias em relação ao evento, mas também em relação ao tempo que falta para a realização do mesmo.

Ainda assim se pode observar que os professores acreditam no poder de mobilização do Rio 2016 para aumentar o número de participantes das práticas esportivas escolares, assim como para a melhoria do esporte escolar. Dois aspectos merecem uma análise mais detalhada nos relatos transcritos anteriormente. O primeiro se relaciona com a identificação ou o reconhecimento do papel do esporte escolar enquanto fomentador ou formador de atletas para o alto rendimento e o segundo, com a prática do futsal nas escolas.

Do ponto de vista legal e até mesmo de acordo com a ampla maioria dos autores consultados, como Bracht (1992 e 1997), Kunz (1991, 1994), Oliveira (1998), Betti (1998), não deve ser atribuição das aulas de educação física nem tampouco do esporte escolar a formação de atletas para o alto rendimento. Antes disso, a experimentação ou vivência motora inicial das diversas modalidades esportivas com caráter de inclusão, de cooperação, de co-educação, de totalidade e regionalidade. Entretanto, os relatos dos professores indicam o reconhecimento do papel do esporte escolar enquanto elemento inicial do esporte de alto rendimento o que, embora não possa ser admitido como uma relação direta, nos parece se caracterizar como uma relação,

em que o primeiro é de vital importância para a sobrevivência e renovação do segundo modelo de esporte.

Outro aspecto que merece relevo no relato dos professores se relaciona com a incidência da prática da modalidade do futsal no contexto escolar. Segundo relatório da GEDE (2008, 2009, 2010 e 2011), a modalidade com o maior número de equipes inscritas nos eventos esportivos escolares do Estado de Goiás foi o futsal, com cerca de 50% dos participantes nos eventos enquanto que as outras modalidades têm completado o restante do universo dos 100% de participantes. Observa-se uma situação semelhante nos eventos esportivos escolares nacionais. Esse dado nos faz questionar a importância dessa modalidade na cultura esportiva brasileira de maneira geral e na cultura esportiva escolar de maneira mais específica.

Ora, se temos uma manifestação do fenômeno esportivo de tamanha legitimidade cultural no país, por qual ou quais motivos não incluí-la como modalidade de apresentação<sup>28</sup> no Rio 2016?

Por que um país com tamanha paixão pelo futebol não tem o mesmo interesse por uma modalidade que muito se assemelha a ele? Inclusive com o mesmo número de títulos mundiais conquistados.

Essa negação ou desinteresse por parte das autoridades esportivas brasileiras na inclusão do futsal enquanto modalidade de apresentação no programa olímpico nos parece indicar uma falta de atenção numa das principais manifestações do esporte que vem sendo desenvolvido no contexto escolar e, por conseguinte, de todo o esporte escolar. Negação essa que pode estar contribuindo para o afastamento cada vez mais acentuado dos professores de educação física dos

---

<sup>28</sup> O programa de modalidade olímpicas pode ser acrescido de até quatro (04) modalidades fora do programa oficial em cada edição do evento. Tais modalidades podem ou não ser efetivadas de acordo com sua aceitação pelos participantes e o sucesso no evento. O taekwondo, por exemplo, foi inserido como modalidade de apresentação em 1988 nos Jogos Olímpicos de Seul/Korea do Sul e se tornou efetivo desde então; a modalidade da dança foi inserida como modalidade de apresentação nos Jogos Olímpicos de Sidney/Austrália em 2000 e não se efetivou.

programas de desenvolvimento do esporte escolar promovidos pelos governos municipal, estadual e federal.

Entre os treinadores entrevistados, os posicionamentos externados também foram de descrença. Especialmente no que se refere às mudanças necessárias para o encurtamento da grande distância existente entre a realidade do professor de educação física da rede pública e um evento como o Rio/2016:

É como se estivéssemos em outro planeta... os jogos olímpicos estão muito distantes da realidade do nosso esporte escolar. Acredito que os professores das escolas devem, no caso desta próxima olimpíada, preparar os alunos para, pelo menos, entenderem os jogos das várias modalidades do programa olímpico (CJS – ep).

Eu acho professor, que o esporte escolar está há anos luz de distancia do esporte olímpico em nosso país. A realização de um evento como esse em nosso país já deveria ter promovido um monte de mudanças em toda a estrutura esportiva do país começando por dar mais atenção ao esporte escolar com uns oito anos de antecedência... acho que já estamos atrasados (RSS-ep).

Sinceramente... se os praticantes do esporte escolar de nossas escolas públicas conseguirem, pelo menos, “consumir” o evento com um olhar mais crítico eu já vou estar satisfeito sabe...em nosso país as autoridades não levaram a sério o segmento que mais poderia contribuir paras as seleções nacionais que é o esporte escolar...pra mim já passou da hora (PVB-ep).

A modalidade que eu trabalho tem crescido muito internacionalmente, mas não tem sido feito nada no contexto escolar...alguns clubes tem investido em alguns poucos estados do Brasil e isso é muito ruim porque não estamos tendo renovação. Quando essas meninas daí do Handebol ficarem mais velhas...o que vamos fazer! Nós tínhamos que ter começado a trabalhar a base da pirâmide há muito tempo para fazermos um papel bonito nos Jogos de 2016 no Rio... nosso esporte vai acabar (JRC-ep).

Para além do pessimismo como aspecto central do relato dos treinadores sobre as relações entre o esporte escolar e o Rio 2016, destaca-se o fato de que todos eles identificam o esporte escolar como o ponto de partida para a mudança do atual panorama de desenvolvimento do esporte olímpico no país. Isto é, mesmo que não acreditem que as mudanças possam surtir efeito já na próxima olimpíada, os professores apontam que as mudanças necessárias para a melhoria do sistema esportivo brasileiro passam obrigatoriamente pelo esporte escolar.

Destaca-se também no relato dos treinadores a preocupação de que os alunos das escolas públicas possam, pelo menos, compreender como ocorrem determinadas competições e até mesmo conhecer algumas modalidades esportivas que não são praticadas regularmente no contexto escolar.

O posicionamento dos treinadores também pode ser analisado como um importante alerta para as autoridades esportivas brasileiras, bem como para os professores de educação física do contexto escolar. Com relação às autoridades esportivas brasileiras, o alerta se relaciona com a organização básica do sistema esportivo brasileiro.



Como vimos anteriormente, é preciso planejar por um período de tempo bem maior do que o que vem acontecendo atualmente se queremos modificar os resultados obtidos em eventos como o Rio 2016, como já vem acontecendo por parte de algumas confederações esportivas brasileiras. Um planejamento que envolva, sem exceções:

- Programas de identificação de talentos esportivos;
- Mais tempo e programas sequenciais de treinamento;
- Melhor infraestrutura e equipamentos para treinamento e competição;
- Melhores treinadores;
- Apoio financeiro para treinamentos e participação em eventos.

Já com relação aos professores de educação física da rede escolar, o relato dos treinadores serve como um importante alerta no sentido de que as experiências do esporte escolar não devem ficar restritas às modalidades que, costumeiramente, são oferecidas aos alunos. Ao contrário, o relato dos treinadores indica a necessidade de os professores aproveitarem a oportunidade de realização de um evento como o Rio 2016 para possibilitar práticas esportivas incomuns a seus alunos durante as aulas de educação física e, dessa forma, ampliar o vocabulário de práticas esportivas ou acervo motor de seus alunos. Especialmente porque as modalidades esportivas que são geralmente abordadas nas aulas de educação física escolar são aquelas que são praticadas nas quadras poliesportivas existentes na maioria das escolas brasileiras e que possuem marcações oficiais das modalidades de futsal, basquete, voleibol e handebol.

Essas marcações oficiais vêm sendo utilizadas como argumentos para a definição dos conteúdos a serem abordados pelos professores de educação física durante suas aulas. Em estudo anterior, Guimarães (2002) identificou que a definição da metodologia e dos conteúdos de ensino

está relacionada diretamente com condições de trabalho e com a infraestrutura que é oferecida para o professor de educação física da rede pública de ensino de Goiás.

É óbvio que o trabalho a ser desenvolvido pelo professor de educação física não pode estar submetido à existência das condições ideais de infraestrutura, de material, de horários, de número de alunos e de todos os demais requisitos para a excelência de um programa de desenvolvimento do esporte. Mas é importante destacar que a precariedade das condições materiais ou de infra estrutura para o desenvolvimento do esporte e do esporte escolar em Goiás e no Brasil, de maneira geral, vem se tornando tema recorrente de reivindicações de várias entidades esportivas, bem como de instituições de ensino e de prática esportiva. Tais reivindicações foram reforçadas por todos os entrevistados como um dos principais fatores que determinam o subdesenvolvimento esportivo do país e, mais especificamente ainda, do esporte escolar.

De maneira preliminar, podemos sintetizar o relato dos professores, treinadores e dirigentes esportivos entrevistados, em relação aos mega eventos no país, nos seguintes tópicos:

1. Um distanciamento gigantesco em relação ao esporte escolar; despertando no imaginário dos professores de educação física, poucas possibilidades de aproveitamento dos eventos em suas práticas pedagógicas cotidianas.
2. Vários equívocos em seus planejamentos e fase inicial de execução sem o devido aproveitamento das potencialidades locais, bem como das possibilidades de melhorias a partir da base esportiva nacional;
3. Pessimismo quase generalizado com relação aos resultados técnicos, políticos, econômicos e sociais do evento por parte dos entrevistados;
4. Reforço da hegemonia do futebol sobre as demais modalidades esportivas.

Voltaremos a esses aspectos e aos objetivos propostos inicialmente e apresentaremos nossas considerações finais com a síntese de algumas sugestões para a melhoria do cenário das práticas esportivas escolares e para o esporte brasileiro de maneira geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a forma de apresentação desta parte do trabalho, julgamos importante esclarecer que, embora tenhamos conseguido responder a várias perguntas que formulamos inicialmente e que tenhamos atingido quase todos os objetivos propostos, o assunto que motivou esta pesquisa é muito importante e complexo para que pudéssemos apresentar conclusões definitivas sobre o mesmo. Ao contrário, pensamos que podemos apresentar algumas considerações em relação ao recorte metodológico que fizemos sobre o assunto e por isso a denominação utilizada.

Como já destacado anteriormente e durante toda a pesquisa, o fenômeno esportivo se tornou tema de discussões e reflexões por especialistas de várias áreas do conhecimento humano em todo o mundo. Desde sua mais simples forma de manifestar-se como ocupação do tempo livre até a mais complexa e próxima do espetáculo que é o esporte de alto rendimento. Esse último, dada a sua capacidade de mobilização de pessoas e de recursos financeiros, se tornou o terceiro produto<sup>29</sup> mais comercializado no Brasil e, seguramente, um dos primeiros nos países capitalistas.

Entre as várias formas de manifestação do fenômeno esportivo na sociedade brasileira da atualidade, esta pesquisa se encarregou da que ocorre “no” ou “a partir” do contexto escolar, que vem sendo denominada de esporte escolar ou esporte educacional (Constituição Federal, 1988 e

---

<sup>29</sup> Para efeitos deste estudo entendemos, conforme Betti (1998), como parte do produto “Esporte” tudo que vem sendo comercializado nos eventos, pelos torcedores, praticantes assim como a utilização do mesmo para divulgação de qualquer tipo de marca ou produto sob a forma de patrocínio.

Lei 9615/98), ou ainda como esporte educativo. Todas elas admitidas como sinônimas, depois de destacadas as diferenciações teóricas feitas pelos vários autores revisitados.

Para além das denominações citadas, é importante rememorar que existem outras formas de manifestação do referido fenômeno, que também foram devidamente identificadas neste estudo.

O ponto de partida da pesquisa foi nosso interesse pelo esporte escolar no país, a partir das observações realizadas nos eventos esportivos escolares do Estado de Goiás, assim como a partir do conhecimento dos dados estatísticos sobre a participação de alunos e alunas nos referidos eventos esportivos. Em seguida, e levando em consideração os dados quantitativos de projetos de treinamento esportivo e a relação com as práticas esportivas escolares, chegamos a algumas questões que nos impulsionaram inicialmente. Ou seja, tínhamos dados estatísticos oficiais (SEE, 2008), que indicavam que menos de 5 % do total de alunos que poderiam participar dos eventos esportivos estavam inscritos nos mesmos e, conseqüentemente, estariam participando das práticas esportivas escolares.

De posse de tais informações e com o conhecimento prevista na LDB sobre a obrigatoriedade da prática da educação física em todos os níveis da educação básica e, ainda, em função dos resultados de investigação anterior (Guimarães, 2002), que constatou a estreita relação entre os participantes dos eventos esportivos escolares do estado e a participação nas práticas esportivas escolares, tornou-se imprescindível compreender o que estava acontecendo nesse contexto ou quais relações poderíamos estabelecer entre essa situação e aspectos macro-estruturais como políticas públicas e a realização de mega eventos no país.

Já tínhamos informações sobre o que pensavam os dirigentes acerca do tema e definimos como informantes centrais os professores de educação física que atuam com o ensino do esporte

escolar em Goiás. Especialmente porque eles são os responsáveis pela operacionalização das políticas públicas, assim como pela participação de alunos e alunas nas referidas práticas esportivas escolares e nos eventos esportivos oficiais.

Estabelecemos como meta da pesquisa a análise das relações entre as taxas de participação nas práticas esportivas escolares, os eventos esportivos e as políticas públicas do governo brasileiro, a partir dos relatos dos professores de educação física do Estado de Goiás. Em seguida, formulamos algumas questões geradoras ou objetivos parciais para que pudéssemos orientar nossa coleta de dados. As perguntas foram:

- Como os professores de educação física estão desenvolvendo as políticas públicas do governo brasileiro em suas aulas?
- Como a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares está sendo influenciada por tais políticas?
- Como os eventos esportivos (escolares ou não) estão influenciando as práticas esportivas escolares?

Acreditamos que tenhamos respondido a todas as perguntas de maneira satisfatória durante esta investigação e optamos pela adoção de uma metodologia de pesquisa que incluiu uma ampla revisão bibliográfica e o emprego de duas técnicas de coletas de dados. Ainda assim, utilizamos a triangulação dos dados para garantir sua validade no processo de análise final.

Com relação à tradução que os professores estariam fazendo em suas aulas dos ordenamentos legais ou políticas públicas do governo para o esporte e para o esporte escolar, julgamos necessário identificar quais dessas políticas poderiam apresentar relação com a prática profissional dos professores de educação física do estado, enfatizando as que poderiam se relacionar com a prática esportiva escolar. Optamos por dar centralidade a três delas: as

constituições brasileiras, as leis de diretrizes e bases da educação nacional e as leis gerais do esporte brasileiro, em função de suas características mais abrangentes e com mais possibilidades de generalizar os resultados deste estudo.

O período histórico escolhido para a revisão bibliográfica foi estabelecido a partir da introdução do esporte no contexto escolar brasileiro. Tal fato ocorreu logo após o término da II Guerra Mundial, ainda que a revisão sobre as constituições tenha contemplado todas as existentes no país até 1988 e a revisão sobre as leis gerais do esporte tenha apresentado apenas duas edições (1993 e 1998).

O relato dos professores destacou que, entre as três normativas selecionadas para esta investigação, a mais conhecida e a que apresenta mais relações com suas práticas profissionais é a nova LDB (1996), especialmente em função dos esclarecimentos acrescentados com a publicação dos PCNs (1997) e que foram amplamente divulgados em todas as escolas do sistema público de ensino de Goiás.

Quanto às leis gerais do esporte brasileiro, a edição atual foi muito citada pelos professores em função da popularidade que a mesma ganhou por ter sua edição e número oficiais (9615/98) associados ao nome do Ministro Extraordinário do Esporte, quando de sua publicação, o ex-jogador de futebol Pelé. O aspecto mais relevante sobre essa lei, de acordo com os relatos, foi a inclusão de um capítulo específico para tratar do esporte escolar, contendo seis artigos que definem as características gerais de cada uma das manifestações do fenômeno esportivo no país e, em especial, os princípios norteadores da prática esportiva no contexto escolar.

Efetivamente, com relação à transposição didática das políticas públicas do governo brasileiro para as suas aulas e para o ensino do esporte, os professores destacaram que conhecem muito pouco sobre as mesmas e a influência delas em suas práticas profissionais. Isso dificulta a

realização de qualquer tipo de transposição didática ou o estabelecimento de relações com suas práticas. Assim mesmo, nossos entrevistados avaliaram de maneira positiva todas as políticas públicas do governo brasileiro para o esporte, mas criticaram a lentidão no seu processo de operacionalização além da motivação para sua efetivação estar sempre relacionada a interesses políticos em todo o Estado de Goiás e no país de maneira geral.

Se partirmos do pressuposto de que a participação nos eventos esportivos escolares representa uma amostra fidedigna da participação nas práticas esportivas escolares e que esses eventos são realizados a partir de diretrizes emanadas das políticas públicas do governo brasileiro, podemos afirmar a existência de grande influência das políticas públicas nos eventos esportivos escolares e destes nas práticas esportivas escolares.

Em alguns relatos se evidenciou uma relação de determinação e não apenas de influência dos eventos esportivos escolares nos elementos básicos das aulas, como conteúdo, metodologia, avaliação, e outros. Especialmente quando os professores que participam dos eventos esportivos escolares organizam seus planejamentos e aulas visando essa participação.

Dessa forma, se já admitimos os eventos esportivos escolares como consequência das políticas públicas e que aqueles determinam os aspectos das aulas e das práticas esportivas escolares, também podemos afirmar que os eventos esportivos escolares determinam alguns aspectos da prática pedagógica do professor de educação física.

A responsabilidade do esporte escolar e a realização dos eventos esportivos escolares também foram alvo dos informantes que destacaram, sobretudo, a existência de uma certa confusão na administração e gestão do esporte em Goiás.

Isto é, de acordo com os dirigentes entrevistados na primeira parte desse estudo, do qual originou o DEA; a SEE do Estado de Goiás é o órgão do Governo que mantém uma



superintendência de esporte escolar , responsável institucional pela existência da AGEL, que também tem um departamento de esporte educacional. O que significa dizer que temos um Secretário de Estado, um Superintendente e um Presidente de Agência para tratar do mesmo assunto. É claro que tais cargos apresentam diferentes status, estão relacionados com níveis diferenciados de autonomia, de gestão e de disponibilidade de recursos financeiros para realização ou participação em eventos esportivos escolares.

De forma esquemática, hierarquicamente organizado, teríamos o seguinte quadro:

*Quadro nº 13: Hierarquia dos órgãos relacionados com o esporte no estado de Goiás*

<b>Órgão</b>	<b>Vinculação</b>	<b>Status</b>
Secretaria de Estado da Educação	Governo	Secretaria de Estado
Superintendência de Esporte Escolar	Sec. de Estado	Órgão de Assessoria
Agência de Esportes e Lazer	Sec. de Estado	Órgão Suplementar
Departamento de Esporte Escolar	Ag. de Esportes	Depto. Técnico

No conjunto de relatos coletados durante esta investigação, ficou claro também o conflito que existe na atribuição de responsabilidade pela iniciação esportiva enquanto atribuição da educação física escolar ou dos clubes esportivos. É um conflito que a área de educação física no Brasil vem enfrentando desde o início da década de 1990, quando surgiram as abordagens teóricas de orientação crítica que recolocaram o esporte como apenas um dos conteúdos de ensino da educação física escolar, em detrimento do lugar de destaque que ocupava até então.

O relato dos professores entrevistados confirmaram o lugar de destaque que ainda tem o esporte em suas aulas, mas destacaram a diferenciação que deve existir na responsabilização pela iniciação esportiva e pela descoberta de talentos. Ou seja, ainda que priorizem o ensino do esporte em suas aulas, os professores acreditam que a tarefa de descobrir talentos esportivos e formar uma nova geração de atletas olímpicos deve ser de clubes e de centros esportivos especializados.

Em posição oposta, os treinadores entrevistados acreditam que a iniciação esportiva deve estar entre os objetivos da educação física escolar; ainda que seja uma iniciação esportiva generalizada. Destacam como argumento central a importância da preparação esportiva básica dos indivíduos para a formação integral dos indivíduos e assinalam que o aluno, ao se tornar adulto, terá mais chances de escolher entre uma das práticas esportivas para praticar, consumir, treinar e até mesmo se profissionalizar em relação a ela.

Independente de quem seja a responsabilidade pela iniciação esportiva, é possível deduzir que o sistema esportivo brasileiro precisar garantir a continuidade do trabalho de iniciação esportiva desencadeado na escola e aprimorado nos clubes esportivos, para que se garanta o acesso de uma maior quantidade de atletas aos mais altos níveis do rendimento esportivo em nosso país.

Constatou-se neste estudo a falta de continuidade dos projetos e de iniciativas que têm seu início nas cidades. Não existe continuidade sequer em âmbito estadual, especialmente no que se refere ao nível intermediário do sistema desportivo nacional.

Em termos concretos, os projetos “Iniciação Esportiva”, “Descoberta de Talentos” e “Nação Olímpica” no Estado de Goiás não possuem nenhuma possibilidade de continuidade ou de aproveitamento dos resultados alcançados pelos referidos projetos.

A única forma de manifestação de continuidade ou de aproveitamentos dos resultados das fases iniciais que identificamos, a partir do relato dos entrevistados, se refere à organização dos eventos esportivos escolares em que se evidencia a realização de etapas seletivas para a participação nas etapas seguintes.

O entendimento sobre o esporte, seu ensino e prática no contexto escolar foi um dos pontos de partida dessa pesquisa e sobre tal tema é importante destacar o fato de que as percepções e classificações destacadas nos capítulos I e II não representaram unanimidade.

Embora tenham reconhecida a classificação das manifestações esportivas previstas na lei, assim como as classificações e finalidades apresentadas por alguns autores a análise do relato dos entrevistados nos permite identificar um outro tipo de esporte que vivenciam em suas práticas escolares e nos eventos de que participam.

Não se trata de uma classificação diferente ou inovadora do fenômeno esportivo apresentada pelos professores de Goiás nem tampouco pela pesquisa e sim uma forma de compreender o esporte nas aulas de educação física. Um tipo de esporte que apresenta características do esporte de alto rendimento, do esporte como forma de lazer, do esporte em idade escolar e do esporte adaptado, sem se esquecer das condições concretas da instituição escolar nem tampouco se submeter a elas.

Não significa, entretanto, uma mistura inadvertida ou motivada pelo desconhecimento das diferentes concepções existentes, apenas uma diferente forma de agir pedagogicamente com o esporte. Em nossa avaliação, e depois de cotejar os dados coletados com as características de cada tipo de esporte citados, acreditamos que o esporte que se manifesta no contexto das escolas públicas de Goiás é o esporte **Possível**, ou o que estabelece uma relação simbiótica e de interconsensualidade entre os modelos já existentes e o modelo que pode ser praticado no contexto escolar.

Não se trata de nova metodologia de ensino ou nova explicação teórica adequada ao contexto escolar e sim de uma mudança na intencionalidade pedagógica acrescentada pelos professores a qualquer uma das teorias ou propostas pedagógicas já existentes.

Não se trata, também, de tirar o aspecto da competitividade do ensino do esporte nas aulas de educação física, mas de tirar a centralidade do esporte enquanto objetivo geral das aulas. Definitivamente o mais importante é que o esporte praticado ou ensinado nas aulas de educação física apresente as características do que é possível no contexto escolar em que estiver inserido.

Com relação aos eventos esportivos escolares realizados atualmente no em Goiás e no país, os entrevistados indicaram problemas graves na forma de organização geral, no sistema de disputa, na forma de organização das equipes, entre outras. Sistematizamos dois conjuntos apresentados a seguir.

O primeiro bloco deve incluir a realização de outro evento esportivo escolar. Um evento que apresente características mais próximas dos objetivos do esporte praticado conforme as condições concretas das escolas brasileiras, com outro sistema de disputa que privilegie a experimentação ao invés do rendimento e que também apresente igualdade na premiação. As atividades devem promover a socialização entre todos os participantes inscritos e não só os aqueles com os melhores resultados. Ou seja, outro evento de integração da comunidade escolar, por meio de práticas esportivas específicas do cotidiano.

O segundo bloco de mudanças nos eventos esportivos escolares estaduais e nacionais se relaciona com as condições exigidas para a participação das equipes. Isto é, deveria ser permitida a inscrição de equipes formadas pelos melhores atletas das várias escolas de uma cidade, depois os melhores de uma região e, no evento nacional, dos melhores de todo o estado. A diferença em relação ao modelo atual é que nessa proposta seria permitido, em todas as etapas do evento, a adoção do princípio da seletividade e não só na etapa escolar. Dessa forma, seria definido com os participantes qual o modelo de evento em que estaria participando desde o seu início.

Além das posições apresentadas e defendidas pelos professores e referendadas pelos autores citados, os depoimentos indicaram a realização dos dois mega eventos no país como um fato capaz de gerar profundas modificações na estrutura esportiva em relação à iniciação esportiva, a criação de espaços específicos e até mesmo na destinação dos recursos públicos.

Na fase de conclusão deste estudo, em meados do mês de maio de 2014, já era possível observar que os legados de infraestrutura que faziam parte do primeiro ciclo do planejamento financeiro para a realização da Copa do Mundo não iriam ser contemplados em sua totalidade. Obras de reforma de aeroportos, de infraestrutura de transportes internos e/ou mobilidade urbana além de obras de construção de algumas arenas que iriam receber jogos durante o evento como é o caso da Arena Pantanal, localizada em Cuiabá e que, embora apresentasse apenas 85% das obras concluídas, já fora inaugurada no dia 05 de abril de 2014.

Portanto, podemos elencar como legados tangíveis para o país, 12 novos estádios de futebol, embora seja questionável a utilização desses espaços no período pós-evento. Algumas cidades-sede, seguramente poderão aproveitar imediatamente esses espaços, pois possuem vários clubes de futebol nas várias divisões do campeonato brasileiro como os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, cidades como Cuiabá/MT e Manaus/AM não possuem equipes que participam de campeonatos nacionais de futebol e apresentam calendários esportivos com atividades de, no máximo, três meses durante todo o ano.

Percebe-se, no caso dessas duas cidades, que sua definição enquanto sedes da CM/2014 teve motivações que extrapolaram o universo de interesse do futebol. Mesmo que a justificativa para a pulverização de cidades-sede pelas diversas regiões do país tenha sido apresentada oficialmente pelo governo brasileiro já em seu encarte de candidaturas (CBF, 2007), sob o argumento de que, *o futebol brasileiro é de todos e deve atingir todas as regiões do país*. Tal

indicação parece-nos equivocada, pois o futebol não representa a maior expressão da cultura esportiva local.

Por outro lado, para além dos legados tangíveis e relacionados com a infraestrutura, a CM/2014 fez veicular várias campanhas publicitárias de todos os setores produtivos da economia brasileira, relacionando com seus produtos com evento e seus principais atletas; também já faz surgir várias vagas de emprego no setor de serviços e hotelaria para o recebimento de turistas estrangeiros e brasileiros que normalmente acompanham o evento. Merecem destaque as campanhas publicitárias desenvolvidas pelas empresas patrocinadoras da seleção brasileira de futebol (Volkswagen, Nestlé, Banco Itaú, Nike, Ambev, Mastercard, TAM, Vivo, entre outras), que repassam aproximadamente 200 milhões de reais por ano à Confederação Brasileira de Futebol desde 2009 ([www.portal2014/noticias](http://www.portal2014/noticias), disponível em 10/05/2014). Essas empresas têm veiculado campanhas que não se limitam apenas à exposição de seus produtos ou marcas senão que incentivam a equipe brasileira e o torcedor a participar e torcer durante o evento e sempre se remete ao Ministério do Esporte do país como um dos realizadores do evento, ao lado da CBF e da própria FIFA.

Tais campanhas, por sua vez, geraram outro tipo de legado da CM-2014 para o país. Assim como ocorrera na África do Sul em 2010, a imagem do Brasil que vinha sendo vinculada, internacionalmente, era extremamente negativa e preocupante para todos os visitantes que pretendiam vir ao país. As reivindicações da classe trabalhadora (alguns setores, inclusive, com paralisações, greves e manifestações previstas para o período do evento), a crescente onda de vandalismo e violência nas manifestações realizadas e a imagem de um país com alto grau de corrupção política fez com que o Brasil deixasse de ser um destino “atraente” durante a CM/2014.

Também como ocorrera no país africano em 2010, as campanhas publicitárias relacionadas com o evento tem se encarregado de mostrar apenas os aspectos mais amenos e atrativos do ponto de vista turístico. De acordo com Lepp e Gibson (2011), o país africano apoiou-se na figura mítica e na história de vida do líder mundial Nelson Mandela, que se tornou presidente da África do Sul. O governo brasileiro, por sua vez, apoiou na imagem de país hospitaleiro, muito festivo, que respeita a cultura e a diversidade e com manifestações culturais tão populares que são capazes de amenizar qualquer conflito social como o próprio futebol, além do carnaval. Apoiou na figura política do ex-presidente Luis Inácio da Silva (Lula), que ficou conhecido como o presidente da república brasileira a ganhar notoriedade internacional como o primeiro presidente capaz de quitar a dívida externa brasileira.

Tais aspectos positivos foram utilizados pelas autoridades brasileiras como “atenuantes” ou como respostas para quaisquer comentários negativos sobre a capacidade de organização e realização dos eventos por parte das autoridades políticas internacionais e entidades internacionais de administração do esporte como a FIFA e a ou o COI.

Ainda no mesmo alinhamento dos legados relacionados com os mega eventos esportivos no Brasil e recuperando a noção de impactos sociais apresentada por Ohmann, Ian e Wilkes (2006), é importante destacar que já se observam algumas consequências na capacidade de mobilização da sociedade brasileira. Isto é, durante a realização da Copa das Confederações em 2013, vários setores produtivos da economia brasileira se manifestaram, conjuntamente, contra aumentos no transporte público assim como aumento do salário mínimo nacional. Tais manifestações poderiam ser consideradas normais em outros países, mas no caso da realidade brasileira torna-se evidente a influência da realização dos referidos mega eventos esportivos. Isto é, a percepção social de que os investimentos realizados para a efetivação dos eventos também

deve servir para o bem estar da sociedade o que, seguramente, determinou algumas dessas manifestações, como indicaram alguns dos entrevistados nessa pesquisa.

Além disso, é notável a quantidade de campanhas questionando a importância social da CM/2014 no país, em detrimento dos vários problemas existentes no Brasil, em áreas fundamentais, como a educação, saúde, segurança e moradia. Tais campanhas se proliferaram, basicamente, nas redes sociais como *Facebook*, *WhatsApp*, *Orkut*, *Linkedin*... O conceito destacado pelos autores citados de que os impactos sociais devem ser entendidos como “consequências de curto prazo que se manifestam sob a forma imediata e notável na qualidade de vida da comunidade que abriga o referido evento ou acontecimento” parece servir de ponto de partida para tais manifestações; até mesmo para que não sejam atingidos os mesmos resultados negativos da pesquisa realizada na cidade de Munique (uma das sedes da Copa do Mundo de 2006), em que se destacou o aumento da criminalidade, da prostituição e dos problemas com o transporte público dos residentes.

Não se observou, talvez, pela distância temporal, no relato dos entrevistados uma relação mais próxima entre o Rio 2016 e as práticas esportivas escolares, no sentido de já estar influenciando-as ou até mesmo em relação ao aproveitamento do evento enquanto conteúdo a ser tematizado durante as aulas; entretanto, destacaram-se as preocupações dos mesmos em relação aos projetos de médio e longo prazo, que já deveriam ter sido iniciados com vistas à alteração do quadro atual do esporte brasileiro e, conseqüentemente, do quadro de medalhas a serem conquistadas no Rio 2016. Projetos de desenvolvimento do esporte escolar e do esporte de base em todo o país.

Ainda que já tenham sido implantados vários programas e projetos de melhoria do esporte de alto rendimento por parte do governo federal com o incentivo, inclusive financeiro, a



atletas e equipes com potencial olímpico, não observamos a mesma preocupação com o esporte de base ou mesmo com a continuidade dos projetos de melhoria do esporte no país após a realização do evento em 2016. Como já fora destacado anteriormente, algumas modalidades já estão recebendo tratamento diferenciado em relação ao fornecimento de subsídios financeiros e materiais específicos para treinamento – atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo, judô, lutas, natação, pentatlo moderno, taekwondo, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, voleibol e voleibol de praia – enquanto que as demais modalidades esportivas que compõem o calendário olímpico sequer possuem centros de treinamentos de suas seleções nacionais.

Noutra perspectiva de análise dessa destinação dos recursos públicos para o desenvolvimento do esporte no país, vale ressaltar que a mesma não tem qualquer apoio na legislação nacional (Lei nº 9.615/98 ou Constituição Federal, 1988) em função de que todas as modalidades esportivas do calendário olímpico são consideradas amadoras e, portanto, deveriam receber o mesmo subsídio financeiro. A opção do Ministério do Esporte brasileiro de estabelecer como prioridade o investimento em modalidades com potencial olímpico determina, indiretamente, que as demais modalidades esportivas continuarão sem o devido investimento para seu desenvolvimento no âmbito do esporte de alto rendimento e mais ainda no contexto escolar, o que representa a principal queixa dos entrevistados desse estudo.

Outro legado que deveria ter sido mais bem aproveitado pelo Comitê Organizador da CM/2014 e que também parece estar sendo negligenciado pelo Comitê Organizador do Rio/2016 relaciona-se à transferência de conhecimentos e *know how* do processo de candidatura e da experiência dos eventos realizados anteriormente. Objetivamente, identificaram-se vários problemas nos preparativos para a CM/2014 assim como já assistimos o COI advertir

publicamente e através de nota oficial ([www.cob.org.br](http://www.cob.org.br) disponível em 10/04/2014) o Comitê Organizador do Rio/2016 em relação ao “atraso” no cronograma de realização das obras para a criação da estrutura olímpica na cidade de Rio de Janeiro.

Os atrasos relacionados com a obras de infraestrutura para a CM/2014 não foram os únicos que ocorreram.

A participação da equipe brasileira na CM/2014, por exemplo, ocorreu somente a partir do dia 26 de maio (menos de 20 dias antes da estreia, no dia 12 de junho); ou seja, em um evento que se realiza com periodicidade quadrienal, com a participação de 32 equipes de todos os continentes e que mobiliza vários bilhões de dólares em investimentos, além de ser vista por mais de 50% da população mundial, o país sede deixa para definir seus representantes com tão pouco tempo para sua preparação. Daí se pode concluir que o legado do conhecimento ou da experiência que se adquire no processo de candidatura e observando os eventos anteriores, no mínimo, não foram bem aproveitados pelo Comitê Organizador da CM/2014.

Por sua vez, o Rio/2016, apresenta equívocos que apontam na direção de um aproveitamento abaixo do adequado das experiências anteriores, bem como dos dois processos de candidatura fracassados da mesma cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista da organização das equipes nacionais e do treinamento dos atletas para as provas e competições individuais – confirmando o relato dos entrevistados – observa-se grande atraso na implantação de programas e projetos específicos para a participação brasileira nas Olimpíadas.

De acordo com Cruz (2012), os três primeiros jogos olímpicos da era moderna (1896, 1900 e 1904) foram realizados com grandes dificuldades financeiras e estruturais, mas depois dessas edições, a realidade foi se modificando e todos os países que sediam tal evento passaram a receber aportes financeiros e materiais que fizeram do evento uma excelente oportunidade para

aquisição de várias formas de “capital” estrangeiro. A China, citando Morris (2004), planejou a realização do evento em 2008, a partir de três provocações feita em 1907, em que se questionou: Quando a China estaria apta para enviar um primeiro atleta para a olimpíada, quando o país ganharia sua primeira medalha olímpica e quando poderia convidar o mundo para participar de uma olimpíada naquele país?

Tais provocações desencadearam um processo de reorganização esportiva – talvez o maior e mais longo até hoje – que culminou com a conquista das primeiras medalhas olímpicas na década de 1980, conquistando o primeiro lugar geral no quadro de medalhas quando da realização de sua edição do evento na cidade de Beijing em 2008; faz-se necessário recordar que o direito de realizar a referida competição foi conquistado em 2001, com expressiva votação de 56 votos contra 1 pelos membros do Comitê Olímpico Internacional.

O país se destacou na conquista de medalhas, inclusive, em modalidades esportivas e provas que culturalmente são dominadas por atletas negros e nas quais o país nunca havia conseguido, sequer, classificar seus atletas e equipes entre os finalistas; o que demonstra, sem dúvida, o alto nível de investimento realizado em pesquisas, em desenvolvimento de tecnologias e equipamentos para treinamentos específicos, além do comprometimento de toda uma nação em torno de um objetivo a ser alcançado.

Coincidentemente, a China teve os mesmos 07 (sete) anos de antecedência para tomar todas as providências necessárias à realização dos Jogos Olímpicos em seu país. O Brasil, desde 2009, foi escolhido para ser a sede da edição de 2016; excetuando-se as duas candidaturas fracassadas para sediar as de 2004 e 2012 que, teoricamente, já deveriam ter deixado como legado a preparação adequada de infraestrutura, instalações, equipes e atletas para o evento.

A última e talvez a mais importante contribuição deste estudo nos parece ter sido a identificação do enorme distanciamento existente entre a realidade concreta dos encarregados da implementação das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento do esporte em relação às instâncias decisórias dessas mesmas políticas e programas. Distanciamento, esse, que vem refletindo diretamente no estado geral de desânimo constatado nos relatos dos participantes e, conseqüentemente, nas práticas esportivas escolares.

A revisão bibliográfica inicial sobre as políticas públicas brasileiras para o esporte e para os eventos esportivos no Brasil, que constituíram os primeiro e segundo capítulos deste estudo, respectivamente, evidenciou a existência de certa coerência em suas formulações. Entretanto, indicaram também a existência de relações de determinação entre as políticas nacionais para com as políticas estaduais e dessas para com as políticas municipais que, nem sempre, são acompanhadas de mecanismos de viabilização dessas políticas. Ou seja, as leis nacionais determinam – por exemplo – a realização de eventos esportivos escolares em âmbitos municipais e estaduais como requisito obrigatório para a participação dos eventos nacionais, sem proporcionar às autoridades e entidades estaduais ou municipais as condições mínimas para realizá-los.

O fato citado serve como um importante elemento de análise de outros aspectos relacionados com o distanciamento comentado anteriormente, senão vejamos:

Se tomarmos os eventos esportivos escolares como resultado ou consequência de políticas públicas ou de projetos de desenvolvimento do esporte escolar e o fato de que todos os participantes desse estudo evidenciaram descontentamento em participar dos mesmos, podemos deduzir que tais políticas ou projetos não atendem aos objetivos do esporte escolar;

Se os eventos esportivos escolares estaduais e nacionais apresentam estruturas e regulamentos de participação que foram criticados por todos os entrevistados e citados como distantes da realidade encontradas no interior das escolas dos vários municípios do Estado de Goiás, também podemos deduzir que o modelo de evento que vem sendo realizado também não atende aos objetivos do esporte escolar; e

Se recordarmos o conceito de políticas públicas apresentado por Pereira (2006), que as coloca como um conjunto de ações que supõe o surgimento e a interferência de sujeitos para a implementação de procedimentos para a solução pacífica dos conflitos relacionados com a distribuição dos esforços e recursos públicos e o cotejamos com relato dos entrevistados que afirmaram não ter participado da construção das políticas públicas para o esporte escolar, nem tampouco para definir os regulamentos gerais dos eventos esportivos escolares, é correto deduzir que tais políticas públicas foram formuladas por representantes de outro segmento profissional que não inclui os profissionais envolvidos no assunto.

Outro aspecto que fora muito destacado pelos participantes dessa pesquisa tem relação com a destinação prioritária dos recursos públicos para o esporte escolar. A não destinação dos recursos públicos para o desenvolvimento do esporte escolar ou a destinação equivocada deles, percebida e criticada por todos os participantes evidencia, mais uma vez, o distanciamento entre o segmento dos profissionais envolvidos no assunto e o segmento dos dirigentes que formulam e aprovam as referidas políticas públicas.

Todavia, a identificação desse distanciamento ou da existência de um verdadeiro fosso entre a realidade social concreta dos sujeitos que atuam diretamente com o ensino do esporte e os sujeitos que decidem sobre a criação das políticas públicas para o esporte de nada adiantaria se não servisse para subsidiar propostas e ações que contribuam para a diminuição desse

distanciamento ou que sirvam como uma **ponte** para superar o fosso e unir os dois segmentos na formulação ou reformulação de políticas públicas para o esporte e esporte escolar no Brasil.

Agora, bem além das possibilidades concretas de intervenção no contexto do esporte escolar, através da apresentação de projetos específicos às Secretarias de Educação no contexto do Estado de Goiás, acreditamos que a identificação do modelo de esporte que se efetiva concretamente nos eventos esportivos escolares – **o esporte possível** – assim como o grau de conhecimento e capacidade de realização da transposição didática das políticas públicas para as práticas esportivas escolares podem facilitar a realização de tais intervenções.

Seguramente nossa pesquisa não esgotou totalmente o tema das políticas públicas e suas relações com os eventos esportivos ou com as práticas esportivas escolares; restam ainda, como possibilidades de continuidade dessa pesquisa ou de realização de outras, algumas questões relacionadas com o esporte escolar e com a formação dos professores de educação física e esportes no país, quais sejam:

As práticas esportivas escolares devem atender aos interesses da formação de atletas para o alto rendimento ou não?

A iniciação esportiva de nossas crianças deve estar vinculada à educação física escolar ou à programas específicos com esse fim?

A prática profissional dos atuais professores de educação física da rede pública de ensino é capaz de promover uma educação esportiva da população brasileira para a recepção dos grandes dois eventos internacionais?

Bom, mas estas são outras pesquisas e, ainda que tenhamos muito que fazer com relação ao tema que nos propusemos, esta é nossa contribuição para a melhoria das práticas esportivas no Brasil. Esperamos, enfim, que tenhamos conseguido, pelo menos, projetar nossa Ponte.

## BIBLIOGRAFIA

Abreu, J. C. (1999). *O descobrimento do Brasil*. São Paulo : Martins Fontes.

Arruda, M. & Caldeira, C. (1986). *Como Surgiram as Constituições Brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Barbanti, V. J. (1983). *Aptidão física relacionada à saúde – manual de testes*. Volume 1. Brasília/DF : SEED/MEC.

Betti, M. (1998). *A janela de vidro*. Campinas, SP : Papirus.

Borges, C. M. F. (1995). *Formação e prática pedagógica do professor de educação física: a construção do saber docente*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Bourdieu, Pierre. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda.

Bracht, Valter. (1997). *Sociologia crítica do esporte: uma introdução* - Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos.

Brohn, J. M. (1982). *Sociologia política del deporte*. México: FCE.

Blázquez, D. (1995). *La iniciación Deportiva y el Deporte Escolar*. Barcelona, Inde.

Cagigal, J. M. (1975). *El deporte en la sociedad actual*. Madrid: Editorial Nacional.

Castejón O. F. J. (1995). *Fundamentos de iniciación deportiva y actividades físicas organizadas*. Madrid: Editorial Dykinson.

\_\_\_\_\_. (2001). *Iniciación deportiva. Aprendizaje y enseñanza*. Madrid : Pila Teleña (edición electrónica).

Castellani Filho, Lino. (1988). *Educação Física no Brasil – a história que não se conta*. Campinas, SP: Papyrus.

\_\_\_\_\_. (1998). *Política educacional e educação física*. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção polêmicas do nosso tempo)

Coletivo de Autores. (1992). *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez.

Coromina, Eusebi; Casacuberta, Xavier & Quitana, Dolors. (2002). *El trabajo de investigación – el proceso de elaboración, la memoria escrita, la exposición oral y los recursos*. Traducción Luisa Cotoner Cerdó. Barcelona: Octaedro.

Cruz, R.M. (2012). *A liberdade de imprensa chinesa: legado dos XXIX Jogos Olímpicos de Verão de Beijing de 2008*. In: Revista Legado. Ano II, Edição 07, p. 44-55, julho-setembro.

Durkheim, E. (2002). *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Martin Claret.

Elias, Norbert & Dunning, Eric. (1992). *Em busca da excitação*. Lisboa, Difel.

\_\_\_\_\_. (1998). *Envolvimento e alienação*. editor alemão Michael Schröter; traduzido do inglês por Álvaro de Sá. – Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.

Faria Júnior, A. G. (1987). *Educação física fundamentos pedagógicos 2*. Rio de Janeiro : Ao livro técnico.

Forquin, Jean-Claude. (1993). *Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Faria, E. L. *O esporte na cultura escolar: Usos e significados*. (2001). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.



Fuentes-Guerra, F. (2001). *La enseñanza del deporte durante la fase de iniciación deportiva*. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Año 6. N° 31. Febrero. Buenos Aires. <http://www.efdeportes.com/efd31/id.htm>

Gariglio, J. A. (2000). *A educação física na hierarquia dos saberes escolares de uma escola profissionalizante*. In: Anais da 23ª Reunião da ANPED, Caxambu, v. XXIII p. 1-18.

Ghiraldelli Júnior, P. (1988). *Educação física progressista – a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. São Paulo: Loyola.

Goiás. Secretaria Estadual da Educação. (1992). *Programa Curricular Mínimo para o ensino fundamental*. Pré a 8ª séries. 2ª edição: Secretaria Estadual da Educação. Goiânia.

\_\_\_\_\_. (2001). Resolução nº 2098 de criação do Programa de Atividades Extra Curriculares. Goiânia: Secretaria Estadual de Educação.

Gómez, G. R.; Flores, J. G. & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. 2ª edición: Málaga: Aljibe.

Guimarães, J. S. (2002) *O esporte na cultura escolar – com a palavra o professor de educação física*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. (2002b). Programa de atividades extra-curriculares do estado de Goiás e o ensino dos esportes no ambiente escolar. In: Revista de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás, Ano III nº 2, p. 18 – 21, Goiânia/Goiás.

\_\_\_\_\_. O ensino do esporte como problema multidisciplinar. (2005) In: Revista Pensar a Prática – Faculdade de Educação Física da UFG, v. 8, p. 55-65, Goiânia/Goiás.

\_\_\_\_\_. *El marco legal deportivo de la provincia de Goiás y las prácticas deportivas escolares*. (2009). In: Anais do III Congresso Internacional de Ciências do Esporte/XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. CBCE, Salvador/Bahia/Brasil.

Heinemann, K. (2003). *Introducción a la metodología de la investigación empírica en las ciencias del deporte*. Barcelona: PaidóTribó.

Hernández, A. J. L.; Velázquez B., R. (1996). *La actividad física y deportiva extraescolar en los centros educativos*. Madrid: Ministério de Educación y Ciência.

Hobsbawn, E. (1999). *A era dos extremos*. Rio de Janeiro : Companhia das Letras.

Hüberman, M. (1992). *O ciclo de vida profissional dos professores*. In: Nóvoa, Antônio. *Vidas de professores*. Porto: Porto.

Javier, O. B. (2006) . *José Maria Cagigal y su contribución al humanismo deportivo*. In: Revista Internacional de Sociologia. Vol. LXIV, nº 44, Mayo-Agosto, 207-235.

Jean-Marie, B. *et all.* (1993). *Materiales de Sociologia del Deporte*. Madrid: Las ediciones de La Piqueta.

Kunz, E. (1991). *Educação Física: ensino e mudanças*. Ijuí/RS: Unijuí.

\_\_\_\_\_. (1994). *Transformação didático pedagógica do esporte*. Ijuí, RS: Unijuí.

Leite, L. G. (2009). *Completa Exaustão*. In: Revista Psique, Ciência e Vida. Ano 1, Nº 11. São Paulo, Editora Escala, p. 68-9

Lepp, A. & Gibson, H. (2011) *Reimagining a nation: South Africa and the 2010 FIFA World Cup*. Journal of Sport & Tourism, 16:3, 211-230, DOI: 10.1080/14775085.2011.635007.

López P. M. (2006). *Características básicas del deporte en la escuela*. EFDeportes.com, Revista Digital. Año 11. Nº 96. Mayo. Buenos Aires. <http://www.efdeportes.com/efd96/escuela.htm>

Lüdke, M. e André, M. E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Marquez, R. F. M.; Gutierrez, G. L. & Almeida, M. A. B. (2008). *A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da guerra fria*. In: Anais do I Encontro Latino Americano de Estudos Sociológicos del Deporte: Curitiba/PR. Universidade Federal do Paraná.

- Medina, J. P. S. (1983). *A educação física cuida do corpo e “mente”*. São Paulo: Papyrus.
- Meinel, K. & Schnabel, G. (1988). *Teoría del movimiento*. Ed. Stadium, Buenos Aires.
- Minayo, M C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (1996). 5ª ed. São Paulo: Hucitec.
- Miranda, A. (2008). *Os Jogos Olímpicos 2012 em Londres Leste: da desindustrialização à regeneração*. : In DaCosta, L. P.; Correia, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. & Miragaya, A. (2008). *Legados de mega eventos esportivos*. Brasília/DF: Ministério dos Esportes.
- Molina Neto, Vicente & triviños, A. N. S (Orgs.). (2010). *A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas*. Rio Grande do Sul: Sulina.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro : Vozes.
- Ohmann, S.; Jones, I. & Keith Wilkes (2006) *The Perceived Social Impacts of the 2006 Football World Cup on Munich Residents*, Journal of Sport & Tourism, 11:2,129-152, DOI: 10.1080/14775080601155167
- Oliveira, V. M. (1982). *O que é Educação física*. Coleção Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- Oliveira, S. A. (1999). *A reinvenção do esporte: possibilidades da prática pedagógica*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pernambuco.
- Paes, R. R. (2009). *Proposta pedagógica do TGFU: reflexões sobre a iniciação esportiva*. In: Revista Pensar a Prática. Ano 12 Vol. 1, p. 1-4, maio-agosto.
- Quenzer, S. M. et all. (2005). *Atletismo se aprende na escola*. São Paulo : Fontoura.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Ricardo, C. O.; De La Torre, E. & Velázquez, B. R. (2001). *Iniciación Deportiva*. Colección Fundamentos del Deporte 1. Madrid: Editorial Síntesis.
- Rury, I. M. (2008). *Regeneração social e cultural*. : In DaCosta, L. P.; Correia, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. & Miragaya, A. (2008). *Legados de mega eventos esportivos*. Brasília/DF: Ministério dos Esportes.
- Sadi, R. S., et all. (2010). *Pedagogia do Esporte: descobrindo novos caminhos*. São Paulo : Icone.
- Saviani, D. (1998). *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas/SP : Autores Associados.
- Seirul-lo, F. (1992), *Valores educativos del deporte*, en Revista de Educación Física, nº 44 (marzo-abril) (pp. 3-11).
- Serrano, G. P. (1994). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes - II Técnicas y análisis de datos*. Madrid: La Muralla.
- Soares, C. L. (1994). *Educação física – raízes européias e Brasil*. Campinas/SP : Autores Associados.
- Sousa, E. S. & Vago, T. M. (1997). *A nova LDB: repercussões no ensino da Educação Física*. Revista Presença Pedagógica, jul. - ago. 1997. v. 3, n. 16, p. 19 – 29.
- Souza, N. P. (2007). *O ensino das disciplinas esportivas coletivas nos cursos de licenciatura em Goiás: Um estudo descritivo*.(Tese de doutorado) Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP: São Paulo.
- Stigger, M. P. (2008). *Lazer cultura e educação – aproximações possíveis*. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V.30 n. 2. p. 73-88. Campinas/SP : CBCE.
- Taffarel, C. N. Z. (1985). *A criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro : Ao livro técnico.

Tani, G. (1988). *Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo : Editora da USP.

Tardif, M. *et all.* (1991). *Os professores face ao saber*. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre: n. 4 (p.215-233). Pannônica.

Tubino, M. J. G. (1980). *Metodologia científica do treinamento desportivo*. Rio de Janeiro : Ibrasa.

UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e Desportos. Paris, 1978.

Vago, T. M. (1996). *O esporte na escola e o esporte da escola: da negação radical para uma relação de tensão permanente*. Revista Movimento. Porto Alegre, n. 5, p. 4 – 17.

Velázquez, B. R. (2001) *Iniciación a los deportes colectivos y atención a la diversidad* (pp. 987 – 1015), en Actas del II Congreso Internacional de Educación Física y Diversidad (1-3 de marzo de 2001, Murcia). Dirección General de Centros, Ordenación e Inspección Educativa. Consejería de Educación y Universidades. Murcia.

\_\_\_\_\_. (2003). *Sobre la edad apropiada para el comienzo de la práctica deportiva*. Lecturas Educación Física y Deportes. Revista Digital. Año 8. Nº 57. Buenos Aires.

Villano, B. & Miragaya, A. (2008). *Definindo a temática de legado em mega evento esportivo*. : In DaCosta, L. P.; Correia, D.; Rizzuti, E.; Villano, B. & Miragaya, A. (2008). *Legados de mega eventos esportivos*. Brasília/DF: Ministério dos Esportes.

## **Leis e normativas**

Constituição da República Federativa do Brasil (1934). Congresso Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1946). Congresso Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1967). Congresso Nacional. Brasília/DF.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Congresso Nacional. Brasília/DF.

Decreto-Lei 69.450/71. (1971). Ministério da Educação e do Desporto. Lei de regulamentação da educação física. Brasília/DF.

Lei 4024/61. (1961) Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

Lei 5692/71. (1971). Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF.

Lei 8672/93. (1993). – Lei Zico - Presidência da República. Normas gerais do desporto brasileiro. Brasília/DF.

Lei 9394/96. (1996). Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF.

Parâmetros Curriculares Nacionais. (1997). Ministério da Educação. Documento da área da educação física. Brasília/DF.

Parâmetros Curriculares Nacionais. (1998). Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental. Brasília/DF.

Lei 9615/98. (1998). – Lei Pelé – Presidência da República. Lei geral do desporto brasileiro. Brasília/DF.

Lei Complementar 26/98. (1998). Lei de diretrizes e bases do sistema educativo de Goiás. Goiânia/Goiás.

Programa Curricular Mínimo do ensino fundamental. 2ª. Edição. (1992). Secretaria Estadual da Educação. Goiânia/Goiás.

Portaria 2098/01. (2001). Instituição do Programa de Atividades Extra-curriculares – PRAES - Secretaria Estadual da Educação. Goiânia/Goiás.

**Sites consultados**

[www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/goias](http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/goias)  
disponível em 20/04/2011

[www.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp](http://www.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp) disponível em 10/07/2012

[www.munimadrid.es](http://www.munimadrid.es) disponível em 29/03/2008.

[www.see.go.gov.br](http://www.see.go.gov.br) disponível em 13/01/2009.

[www.csd.gob.es](http://www.csd.gob.es) disponível em 20/01/2009.

[www.fef.ufg.br/pesquisa](http://www.fef.ufg.br/pesquisa) disponível em 13/03/2009.

[www.ligafutsal.com.br](http://www.ligafutsal.com.br) disponível em 13/01/2010.

[www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao) disponível em 10/03/2010.

[www.nbb.com.br](http://www.nbb.com.br) disponível em 22/04/2010.

[www.unesp.br](http://www.unesp.br) disponível em 28/06/2010

[www.desportoescolar.min-edu.pt](http://www.desportoescolar.min-edu.pt) disponível em 10/07/2010

[www.me.gov.br](http://www.me.gov.br) disponível em 10/12/2010.

[www.me.pt](http://www.me.pt) disponível em 30/03/2011.

<http://www.efdeportes.com> disponível em 03/05/2011

[www.ufg.br](http://www.ufg.br) disponível em 28/06/2011

[www.cev.org.br](http://www.cev.org.br) disponível em 10/01/2012.

[www.cbfs.com.br](http://www.cbfs.com.br) disponível em 13/01/2012.

[www.pordentrodoesporte.com.br](http://www.pordentrodoesporte.com.br) disponível em 22/04/2012.

[www.copa2014.gov.br](http://www.copa2014.gov.br) disponível em 10/11/2013

[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) disponível em 12/02/2014

[www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) disponível em 28/03/2014



## **ANEXOS**

**ANEXO I**  
**PROJETOS APRESENTADOS PARA ANÁLISE (PRAEC) 2009**

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AVALIAÇÃO
1	Anápolis	Adriano Rolim Freua	Voleibol	Modulado
2	Anápolis	Alair Wagner B. de Brito	Basquetebol	Modulado
3	Anápolis	Alair Wagner B. de Brito	Futsal	Modulado
4	Anápolis	Alberto J. de A. Campos	Futsal	Modulado
5	Anápolis	Alessandro Camargo Martins	Futsal	Modulado
6	Campo Limpo	Ana Maria do Nascimento	Futsal	Modulado
7	Anápolis	André Luiz Rodrigues da Rocha	Futsal	Modulado
8	Anápolis	André Luiz Rodrigues da Rocha	Voleibol	Modulado
9	Anápolis	Cárita Cordeiro da Silva	Futsal	Modulado
10	Anápolis	Cleuza de Lourdes Secchis Vieira	Futsal	Aprovado
11	Anápolis	Davi José Alecrim	Handebol	Modulado
12	Anápolis	Douglas Marques	Futsal	Modulado
13	Campo Limpo	Edson Lima de Souza	Voleibol	Modulado
14	Anápolis	Eloi Bispo da Silva	Voleibol	Modulado
15	Anápolis	Euripedes Amorim	Futsal	Modulado
16	Anápolis	Fábio Borges	Capoeira	Modulado
17	Petrolina	Francisco Ribeiro Machado	Futsal	Aprovado
18	Petrolina	Francisco Ribeiro Machado	Voleibol	Modulado
19	Anápolis	Glauco Alves Costa	Futsal	Modulado
20	Anápolis	Irani de Oliveira Marinho	Xadrez	Modulado
21	Anápolis	Josy Leila Rodrigues Calvão	Voleibol	Modulado
22	Anápolis	Julio César Lemos Olive	Futsal	Modulado
23	Anápolis	Keily Cardinele da Silva	Voleibol	Modulado
24	Anápolis	Lívia Alessandra de Carvalho	Voleibol	Modulado
25	Anápolis	Maria do Rosário e Ramos Andere	Futsal	Modulado
26	Anápolis	Maria do Rosário e Ramos Andere	Voleibol	Modulado
27	Anápolis	Paulo M. Brasil	Basquetebol	Modulado
28	Anápolis	Ricardo J. Gomes	Voleibol	Modulado
29	Anápolis	Rivaldo A. Magalhães	Futsal	Modulado
30	Anápolis	Rivaldo A. Magalhães	Voleibol	Modulado
31	Anápolis	Sidynei Silva Prado	Futsal	Modulado
32	Anápolis	Sidynei Silva Prado	Tênis de Mesa	Modulado
33	Anápolis	Solange Cândida de Oliveira	Futsal	Modulado
34	Anápolis	Sonia Cintra Duarte Alecrim	Basquete	Modulado
35	Anápolis	Vilma Ribeiro da Silva	Futsal	Modulado
36	Anápolis	Wisley Gontijo de Mesquita	Voleibol	Modulado
37	Ap. de Goiânia	Carleny Christina Trindade Jesus	Futsal	Modulado
38	Hidrolândia	Cassio Vladimir de Araújo	Basquete	Aprovado
39	Ap. de Goiânia	Daniel Cardoso Ribeira	Xadrez	Modulado
40	Ap. de Goiânia	Davi Cezar Freitas de Carvalho	Capoeira	Aprovado
41	Ap. de Goiânia	Débora Lopes Pereira Nascimento	Voleibol	Modulado
42	Ap. de Goiânia	Elisângela de Fátima Rosa	Atletismo	Modulado
43	Ap. de Goiânia	Elisângela de Fátima Rosa	Handebol	Modulado
44	Ap. de Goiânia	Fernanda Batista	Natação	Aprovado
45	Ap. de Goiânia	Joana Luiz Costa	Futsal	Modulado
46	Ap. de Goiânia	José Vieira da Costa	Capoeira	Aprovado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
47	Ap. de Goiânia	Leandro Antônio Fabino	Voleibol	Modulado
48	Ap. de Goiânia	Lindomar Francisco da Silva	Tênis de Mesa	Modulado
49	Hidrolândia	Lindomar Robledo Pires	Futsal	Modulado
50	Ap. de Goiânia	Luiz Mauro da Silva	Futsal	Modulado
51	Ap. de Goiânia	Luiz Mauro da Silva	Handebol	Modulado
52	Ap. de Goiânia	Marzi Soares de Souza	Futsal	Modulado
53	Ap. de Goiânia	Marzi Soares de Souza	Handebol	Modulado
54	Ap. de Goiânia	Mauro dos Santos e Sousa	Handebol	Modulado
55	Ap. de Goiânia	Raquel Nunes Tavares	Voleibol	Modulado
56	Campos Belos	Fabiano de Paula Santos	Voleibol	Aprovado
57	Campos Belos	Fabiano de Paula Santos	Xadrez	Aprovado
58	Campos Belos	Jalles de Paula Martins	Voleibol	Modulado
59	Monte Alegre	Lucivane Serafim da Silva	Capoeira	Aprovado
60	Campos Belos	Margareth Oliveira da Cunha Real	Natação	Modulado
61	Davinópolis	Andréa Pires de Assunção	Futsal	Aprovado
62	Catalão	Antônio Alvino de Rezende	Voleibol	Modulado
63	Catalão	Arliene Nahes Ribeiro	Handebol	Modulado
64	Catalão	Clóvis José Pedrosa	Futsal	Modulado
65	Três Ranchos	Eduardo Henrique Naves	Futsal	Modulado
66	Catalão	José Eduardo Silva Leão	Handebol	Modulado
67	Catalão	Lucembergu de Vanderlei Canedo	Handebol	Modulado
68	Catalão	Maria Eunice Mendes	Handebol	Modulado
69	Catalão	Maria Inez Aires Campos	Voleibol	Modulado
70	Catalão	Maria Inez Batista Leite	Handebol	Modulado
71	Corumbáiba	Paulo Sérgio C. Pires	Futsal	Modulado
72	Catalão	Sérgio Joaquim da Silva	Xadrez	Modulado
73	Catalão	Simone de Fátima Sousa Silva	Xadrez	Modulado
74	C.Alegre	Telma Caetano de Faria	Natação	Modulado
75	Ceres	Aldemir Lemos da Silva	Futsal	Modulado
76	Ceres	Cássia de Souza F. Meireles	Xadrez	Aprovado
77	Rialma	Francisco R. Caliman Filho	Futsal	Modulado
78	Rialma	Helaine P. da Silva	Atletismo	Modulado
79	N. Glória	Lázaro de Paula Ribeiro	Futsal	Aprovado
80	Ceres	Marco Aurélio V. Mendes	Voleibol	Modulado
81	Ceres	Maria do Carmo G Branquim	Voleibol	Modulado
82	Ceres	Maria Tereza G.Kanda	Natação	Reprovado
83	Ceres	Maristela Coelho H. Macedo	Xadrez	Aprovado
84	N. Glória	Moacir da Costa Coutinho	Futsal	Reprovado
85	Ceres	Osvanir Alves Santana	Futsal	Modulado
86	Ceres	Osvanir Alves Santana	Handebol	Modulado
87	Ceres	Raquel Mota de Souza	Futsal	Modulado
88	Carmo Rio Verde	Rodrigo S. do Vale	Futsal	Aprovado
89	Ceres	Sheyenne da Silva Correia	Handebol	Aprovado
90	Ceres	Sheyenne da Silva Correia	Futsal	Aprovado
91	Ceres	Silvia Rosane C. Resende	Voleibol	Modulado
92	Ceres	Silvia Rosane C. Resende	Futsal	Modulado
93	Formosa	Aline de Castro Santos	Futsal	Aprovado
94	Formosa	Geralda da Silva Pires	Futsal	Modulado
95	Formosa	Jaciara Fernandes de Lima	Voleibol	Modulado
96	Formosa	Julyane Pitanguí Abadía Amorim	Voleibol	Modulado
97	Formosa	Karen Cristina Costa Nascimento	Natação	Reprovado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
98	Formosa	Vinicius Pereira Resende Silva	Atletismo	Reprovado
99	Santa Isabel	Agenor Antônio da Silva	Futsal	Reprovado
100	Goianésia	Benedita Camillo	Futsal	Modulado
101	Goianésia	Benites Camillo	Voleibol	Modulado
102	Goianésia	Clélia Balbino F. S. Bessa	Voleibol	Reprovado
103	Goianésia	Dalmi Sales Santos	Futsal	Modulado
104	Barro Alto	Esmeraldo Eurípedes Junior	Futsal	Reprovado
105	Goianésia	Gabriel Ferraz Assis	Xadrez	Modulado
106	Goianésia	Galdino Barbosa Junior	Voleibol	Modulado
107	Jaraguá	Geralda Aparecida da Costa	Handebol	Modulado
108	Goianésia	Iracema Silva Pereira	Futsal	Reprovado
109	São Cristovão	Isabel Alves dos Santos	Xadrez	Modulado
110	Jaraguá	Laudelina C. de Jesus Gonçalves	Atletismo	Aprovado
111	Goianésia	Marcelo Bernardes da Silva	Futsal	Reprovado
112	Goianésia	Maria Helena S. Tavares	Handebol	Modulado
113	Goianésia	Maria Mocenir Oliveira	Futsal	Reprovado
114	Goianésia	Neilton de Paula Gonçalves	Basquete	Modulado
115	Goianésia	Neilton Paula Gonçalves	Handebol	Modulado
116	Santa Isabel	Nelson Soares de Camargo	Futsal	Reprovado
117	Jaraguá	Onívia Maria Carlos	Voleibol	Modulado
118	Jaraguá	Onívia Maria Carlos	Futsal	Modulado
119	Goianésia	Tadeu Luiz da Silva	Futsal	Modulado
120	Barro Alto	Vagda Correia Viana Ferreira	Voleibol	Reprovado
121	Mossâmedes	Colemar Cardoso da Costa	Futsal / T. Mesa	Aprovado
122	Matrincha	Diusa Cirreua Pedroso Garcias	Xadrez	Reprovado
123	Sanclerlândia	Divina Maria de Arruda	Futsal	Modulado
124	Mozarlândia	Helena Aparecida Cardoso Martins	Basquete	Modulado
125	Mozarlândia	Helena Aparecida Cardoso Martins	Voleibol	Modulado
126	Goiás	José Leite Pereira	Futsal	Reprovado
127	Goiás	José Leite Pereira	Handebol	Reprovado
128	Goiás	José Lucas Barbosa Junior	Voleibol	Aprovado
129	Goiás	José Lucas Barbosa Junior	Xadrez	Aprovado
130	Sanclerlândia	Vandeir José da Silva	Futsal	Reprovado
131	Goiatuba	Alessandra Pires Borges Carvalho	Handebol	Desistiu
132	Goiatuba	Divino Alves de Sousa	Voleibol	Modulado
133	Goiatuba	Eulálio Roberto dos Santos	Futsal	Modulado
134	Goiatuba	João Batista Oliveira Jr.	Futsal	Aprovado
135	Joviânia	João Osmar Luis de Oliveira	Futsal	Modulado
136	Joviânia	João Osmar Luis de Oliveira	Voleibol	Modulado
137	Porteirão	Joaquim Edson de Almeida	Handebol	Aprovado
138	Goiatuba	José Marcos da Silva Trinta	Handebol	Modulado
139	Vicentinópolis	Lucia A. Ferreira Bessa	Voleibol	Aprovado
140	Panamá	Lucia Helena Silva	Futsal	Modulado
141	Panamá	Lucia Helena Silva	Handebol	Aprovado
142	Goiatuba	Marcos Juliano de Sousa	Voleibol	Modulado
143	Joviânia	Marilane de Sousa Amancio	Futsal	Aprovado
144	Joviânia	Marilane de Sousa Amancio	Voleibol	Aprovado
145	Goiatuba	Mário César de Oliveira	Voleibol	Modulado
146	Goiatuba	Mayckel Rodrigues	Capoeira	Modulado
147	Goiatuba	Paulo César Sousa	Xadrez	Reprovado
148	Goiatuba	Ueder Teixeira Silva	Capoeira	Modulado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
149	Inhumas	Alexandre Alberto de Moraes Borges	Voleibol	Modualdo
150	Inhumas	Joedson Marciano	Futsal	Modulado
151	Inhumas	Joedson Marciano	Basquete	Modulado
152	Nova Veneza	Leandra Pereira Mutão	Handebol	Modulado
153	Itauçu	Viviane Martins Jorge	Futsal	Reprovado
154	Iporá	Afonso Apolinário Coelho	Futsal	Modulado
155	Iporá	Aildo Carvalho Ataídes	Futsal	Modulado
156	Dorvelândia	Álvaro André de Souza	Voleibol	Reprovado
157	Iporá	Cleudes Francisco Itacaramby	Handebol	Modulado
158	Jaupaci	Cristiane Oliveira Silva	Futsal	Modulado
159	Doverlândia	Eliane Hanum Machado	Voleibol	Modulado
160	Amorinópolis	Eurípedes Imbae da Silva	Futsal	Modulado
161	Iporá	Giselle Rosa Ferreira	Futsal	Modulado
162	Jaupaci	Iara Oliani	Futsal	Aprovado
163	Iporá	Irani Gonçalves C. Souza	Tênis de Mesa	Aposentou
164	Iporá	Jocely Leonel de Moura	Handebol	Aprovado
165	Ivolândia	Manoel Malaquias de Medeiros	Futsal	Modulado
166	Iporá	Mriângela Leonel Ferreira de Sousa	Tênis de Mesa	Aprovado
167	Iporá	Miguel Apolinário Coelho	Futsal	Modulado
168	Caiapônia	Nercilene Batista de Assis	Voleibol	Modulado
169	Iporá	Rodrigo Miyasaki	Xadrez	Reprovado
170	Iporá	Suria Ferreira Rodrigues Dias Lima	Futsal	Modulado
171	Itaberáí	Antônio Carlos Adorno Nunes	Voleibol	Aprovado
172	Itaberáí	Eduardo Figueira da Silva	Handebol	Modulado
173	Itaberáí	Flávio Henrique Carvalhaisa	Futsal	Modulado
174	Itaberáí	Joselena Ariaga de A. Bessa	Futsal	Reprovado
175	Itaberáí	Joselena Ariaga de A. Bessa	Handebol	Modulado
176	Itaberáí	Sanderley Soares de Souza	Futsal	Modulado
177	Itaoaci	Aida Neves Cardoso	Natação	Reprovado
178	Crixás	Edílson F. Ponciano	Handebol	Modulado
179	Itapaci	Geralda Maria Dias Marques	Handebol	Reprovado
180	Itapaci	Geraldo Magela Peixoto	Xadrez	Aprovado
181	Itapuranga	Danilo José Gontijo de Mesquita	Handebol	Reprovado
182	Itapuranga	Dílson Moreira da Silva	Futsal	Reprovado
183	Itapuranga	Dílson Moreira da Silva	Handebol	Reprovado
184	Itapuranga	Ery Brandão Junior	Handebol	Reprovado
185	Itapuranga	Ery Brandão Junior	Basquete	Reprovado
186	Itapuranga	Henes Alfredo de Melo	Futsal	Reprovado
187	Itapuranga	Jadson Rangel Ferreira	Voleibol	Reprovado
188	Itapuranga	José Carlos Ribeiro	Futsal	Reprovado
189	Itapuranga	Mônica Aves Resende	Voleibol	Reprovado
190	Itapuranga	Patrik Agenor José Lima	Futsal	Reprovado
191	Itapuranga	Patrik Agenor José Lima	Voleibol	Reprovado
192	Itapuranga	Rogério Borges dos Santos	Handebol	Reprovado
193	Itumbiara	Abílio Netto Carneiro	Voleibol	Modulado
194	Bom Jesus	Ailton Marcolino Filho	Futsal	Modulado
195	Itumbiara	Aleamar Carvalho de Souza	Futsal	Modulado
196	C. Dourada	Alencar Chaves de Oliveira	Futsal	Modulado
197	Buriti Alegre	Aloísio Santana Silva	Atletismo	Modulado
198	Buriti Alegre	Aloísio Santana Silva	Futsal	Modulado
199	C. Dourada	Cássia Eliane dos Santos Camargo	Handebol	Modulado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
200	Itumbiara	Celso de Macedo Junior	Handebol	Modulado
201	Itumbiara	Celso de Macedo Junior	Futsal	Modulado
202	Itumbiara	Cezimar Correia Borges	Handebol	Modulado
203	Itumbiara	Cezimar Correia Borges	Basquetebol	Modulado
204	Itumbiara	Elaine de Freitas Mamede	Handebol	Modulado
205	Itumbiara	Josué Mendes Alves	Xadrez	Modulado
206	Bom Jesus	Lusmarina Leonina Abadia Vieira	Voleibol	Modulado
207	Itumbiara	Mariane de Moraes Silos Cordeiro	Xadrez	Modulado
208	Itumbiara	Michele Silva Sacardo	Xadrez	Reprovado
209	Buriti Alegre	Nilva Luiza Santana	Voleibol	Modulado
210	Itumbiara	Rudson Dante do Amaral	Voleibol	Modulado
211	Itumbiara	Rudson Jesus Pereira	Futsal	Modulado
212	Itumbiara	Tânia Fernandes Veri Araújo	Atletismo	Modulado
213	Buriti Alegre	Tito Livio Novais Nogueira	Futsal	Modulado
214	Buriti Alegre	Tito Livio Novais Nogueira	Basquete	Modulado
215	Itumbiara	Wellington Parreira Amorim	Handebol	Modulado
216	Jataí	Aldo Ricardo de Souza	Futsal	Modulado
217	Jataí	Danilo Prado Assis	Voleibol	Reprovado
218	Jataí	Danilo Prado Assis	Basquete	Reprovado
219	Jataí	Enio Felício Monteiro	Handebol	Modulado
220	Jataí	Estefânia Ferreira Costa Machado	Voleibol	Modulado
221	Aporé	José Aristides da Silva	Futsal	Modulado
222	Jataí	Lazara Cristina Silva Menezes	Futsal	Modulado
223	Itarumã	Leene Martins de Oliveira	Voleibol	Aprovado
224	Jataí	Luciano Ferreira Luz	Handebol	Modulado
225	Jataí	Luiz Antônio Soares	Basquete	Modulado
226	Jataí	Luiz Antônio Soares	Voleibol	Modulado
227	Itarumã	Maria Alice da Silva	Handebol	Modulado
228	Lagoa Santa	Paulo Sérgio Freitas Silva	Futsal	Modulado
229	Jataí	Reidner Portela de Souza	Futsal	Reprovado
230	Lagoa Santa	Roberto Carlos Ferreira	Xadrez	Modulado
231	Serranópolis	Ronair Souza Oliveira	Futsal	Modulado
232	Jataí	Saulo Borges de Oliveira	Handebol	Modulado
233	Jataí	Shira Mohammad Rajeh Ibdeiwi	Xadrez	Modulado
234	Caçu	Weber Ramos Barbosa	Handebol	Modulado
235	Jataí	Weldes Evangelista Pinto	Futsal	Modulado
236	Caçu	Wheeller Silva de Moura	Futsal	Modulado
237	Jussara	Armando Bovo	Futsal	Modulado
238	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Futsal	Modulado
239	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Basquete	Modulado
240	Itapirapuã	Maria Regina de R. Silva	Futsal	Aprovado
241	Itapirapuã	Mirella Grassiani de Oliveira	Xadrez	Modulado
242	Luziânia	Atenilton Oliveira da Silva	Xadrez	Reprovado
243	Luziânia	Carla Paulo de Souza Silva	Futsal	Reprovado
244	Valparaíso	Joana Darc Paz de Almeida	Voleibol	Reprovado
245	Novo Gama	Wania M. de Sousa	Xadrez	Modulado
246	Goiânia	Adriana Bandeira de Almeida	Natação	Modulado
247	Goiânia	Adriane Soares Santana	Futsal	Modulado
248	Goiânia	Álcio Crisostomo Magalhães	Futsal	Reprovado
249	Goiânia	Ali Kalil Gamoum	Voleibol	Modulado
250	Goiânia	Andréa Jayme Oliveira Souza	Voleibol	Modulado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
251	Goiânia	Atamir Gonçalves Rosa	Voleibol	Modulado
252	Goiânia	Cilma Maria dos Santos	Xadrez	Modulado
253	Goiânia	Cláudio Santana de Sousa	Futsal	Modulado
254	Goiânia	Clóvis Ribeiro Nascimento	Xadrez	Aprovado
255	Goiânia	Divina Evangelista dos S. S. e Silva	Futsal	Modulado
256	Goiânia	Edjar Junior Barbosa	Xadrez	Reprovado
257	Goiânia	Ellida Fernandes Cardoso Lino	Voleibol	Modulado
258	Goiânia	Eloísa Cardoso Teixeira	Xadrez	Reprovado
259	Goiânia	Geraldo Luiz da Silva	Futsal	Modulado
260	Goiânia	Gláucia Isoldina Pimenta Coelho	Xadrez	Modulado
261	Goiânia	Glauco Marra de Castro	Futsal	Modulado
262	Goiânia	Jair Marinho de Borba	Atletismo	Modulado
263	Goiânia	Jane Alves de Souza	Xadrez	Diretora
264	Goiânia	José João dos Santos	Futsal	Modulado
265	Goiânia	Julio Domingos de Souza Junior	Futsal	Modulado
266	Goiânia	Lailde Linhares Goez	Futsal	Modulado
267	Goiânia	Lucenir Martins de Melo	Voleibol	Modulado
268	Goiânia	Luciana de Souza Carvalho	Natação	Modulado
269	Goiânia	Luciana Moreira	Voleibol	Modulado
270	Goiânia	Marco Antônio Santos Maia	Voleibol	Modulado
271	Goiânia	Maria Amélia Rodrigues da Cunha	Futsal	Modulado
272	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	Futsal	Modulado
273	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	Tênis de Mesa	Modulado
274	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Futsal	Modulado
275	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Voleibol	Modulado
276	Goiânia	Nairo Luiz Faleiro Rocha	Futsal	Modulado
277	Goiânia	Nero Figueiredo	Voleibol	Modulado
278	Goiânia	Patrícia de Faria	Futsal	Modulado
279	Goiânia	Patrícia Mara de Lima	Futsal	Modulado
280	Goiânia	Paulo Menezes de Freitas	Basquete	Modulado
281	Goiânia	Plínio Rodrigues Lima	Futsal	Modulado
282	Goiânia	Renata Laranjeira Braga	Futsal	Modulado
283	Goiânia	Rosângela Oliveira Soares	Handebol	Modulado
284	Goiânia	Rubens dos Santos Silva	Capoeira	Modulado
285	Goiânia	Sebastião A. de S. Sobrinho	Voleibol	Modulado
286	Goiânia	Wanessa Cristina Soares Fraga	Futsal	Modulado
287	Goiânia	Wellington Lagares Brito	Xadrez	Modulado
288	Goiânia	Weslane Sampaio Valim	Voleibol	Modulado
289	Minaçu	Andréia Silva Oliveira	Voleibol	Modulado
290	Minaçu	Elizabeth Guimarães de Oliveira	Handebol	Modulado
291	Campinaçu	Leandro Pereira da Silva	Futsal	Modulado
292	Mineiros	Aroldo Araújo	Futsal	Modulado
293	Mineiros	Clovis de Amorim Soares Filho	Capoeira	Reprovado
294	Portelândia	Delvair Rezende Siqueira	Voleibol	Aprovado
295	Mineiros	Eila Peres da Silva Scopel	Xadrez	Modulado
296	Mineiros	Gilson Martins de Oliveira	Handebol	Modulado
297	Mineiros	Helena Y. Katsuyama Madeira	Tênis de Mesa	Modulado
298	Mineiros	Íris Martins de Moura	Xadrez	Modulado
299	Mineiros	Jane Mª Brandão Brito	Xadrez	Reprovado
300	Mineiros	Larissa Almeida Ferreira Paniago	Basquete	Modulado
301	Mineiros	Marina Sliwinski	Futsal	Modulado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
302	Mineiros	Marlucy Fernandes Periel	Natação	Modulado
303	Mineiros	Nara Elizabeth de Souza	Voleibol	Desistiu
304	Mineiros	Patrícia Pereira Silva Assis	Futsal	Modulado
305	Mineiros	Paulo Henrique Ribeiro Barbosa	Futsal	Modulado
306	Pontalina	Camila Gonçalves	Futsal	Modulado
307	Pontalina	Camila Gonçalves	Voleibol	Modulado
308	Morrinhos	Carlos R. Franco	Futsal	Modulado
309	Morrinhos	Carlos R. Franco	Tênis de mesa	Modulado
310	Caldas Novas	Cristofer Antonio Masset	Futsal	Modulado
311	Caldas Novas	Cristofer Antonio Masset	Voleibol	Modulado
312	Caldas Novas	Edson Tomé de Oliveira	Futsal	Modulado
313	Morrinhos	Fabiana Fernandes	Futsal	Modulado
314	Morrinhos	José Donizetti	Handebol	Modulado
315	Marzagão	Maria Alice Alves	Futsal	Modulado
316	Marzagão	Maria Alice Alves	Voleibol	Modulado
317	Marzagão	Myller Soares da Silva	Xadrez	Modulado
318	Pontalina	Nestor Pérsio A. Agrícola	Basquete	Reprovado
319	Morrinhos	Paulo Sérgio Dorneles	Xadrez	Modulado
320	Morrinhos	Roberto Frauzino Pereira	Futsal	Modulado
321	Morrinhos	Roberto Frauzino Pereira	Voleibol	Modulado
322	Morrinhos	Simone Moura M. Azeredo	Basquete	Modulado
323	Edéia	Alexandre Marto	Xadrez	Reprovado
324	Varjão	Alexandre Santiago Gomes	Futsal	Modulado
325	Varjão	Alexandre Santiago Gomes	Volebol	Aprovado
326	Palmeiras	Eumar Pereira de Alcantara	Futsal	Reprovado
327	Jandaia	José Leonardo Correa	Futsal	Reprovado
328	Edéia	Maria Lúcia Ferreira	Futsal	Aprovado
329	Cezarina	Mario Lucio Rodrigues	Futsal	Modulado
330	Cezarina	Norma Sueli da Silva	Xadrez	Reprovado
331	Cezarina	Terezinha F. S. Cherulli	Handebol	Modulado
332	Piracanjuba	Elaine da Costa Martins	Xadrez	Reprovado
333	Piracanjuba	Elizabeth Ferreira da Cunha	Atletismo	Modulado
334	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Basquete	Modulado
335	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Futsal	Modulado
336	Cromínia	João Batista Cardoso Filho	Futsal	Modulado
337	Piracanjuba	José Geraldo da Mota Junior	Voleibol	Modulado
338	Bela Vista	Lindalva Conceição de Oliveira	Handebol	Modulado
339	Prof. Jamil	Maria Eneide Rodrigues Prachedes	Futsal	Modulado
340	Cromínia	Naide Soares Cardoso	Voleibol	Modulado
341	Bela Vista	Paulo Moreira Junior	Voleibol	Modulado
342	Piracanjuba	Péricles de Paula Nery	Futsal	Modulado
343	Piracanjuba	Ronaldo Rodrigues Magalhães	Atletismo	Modulado
344	Piracanjuba	Ronaldo Rodrigues Magalhães	Voleibol	Modulado
345	Cromínia	Valéria Aparecida Cardoso Cruz	Handebol	Modulado
346	Piracanjuba	Wanderley Ferreira Cunha	Xadrez	Reprovado
347	B. Jardim de Goiás	Alcir Câmara Lopes	Voleibol	Modulado
348	B Jardim de Goiás	Alcir Câmara Lopes	Futsal	Modulado
349	Aragarças	Eduardo Araújo Aires do Couto	Futsal	Aprovado
350	Arenópolis	Istanislei Silva Cardoso	Futsal	Modulado
351	B Jardim de Goiás	João Batista Ferreira	Atletismo	Aprovado
352	B Jardim de Goiás	Mariza Batista de Sousa Ferreira	Xadrez	Aprovado



Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
353	Palmelo	Fábio Vítor Martins	Futsal	Modulado
354	Ipameri	Mara Rubia Vieira	Xadrez	Aprovado
355	Pires do Rio	Maria Lúcia de Jesus	Handebol	Modulado
356	Pires do Rio	Maria Teresa de Sousa Teixeira	Futsal	Modulado
357	Pires do Rio	Maria Teresa de Sousa Teixeira	Voleibol	Modulado
358	Pires do Rio	Mônica Maria Ferreira S. Santana	Voleibol	Aprovado
359	Ipameri	Ricardo Ferreira	Futsal	Modulado
360	Ipameri	Sérgio dos Santos Duarte	Futsal	Modulado
361	Pires do Rio	Tatiane Pereira de Oliveira	Voleibol	Modulado
362	Padre Bernado	Cassius Gomes Marques	Futsal	Modulado
363	Águas Lindas	Germano Antônio Alves da Costa	Futsal	Modulado
364	Águas Lindas	Germano Antônio Alves da Costa	Voleibol	Modulado
365	Planaltina	Sandra Mara Bezerra	Atletismo	Aprovado
366	Planaltina	Wesley Fonseca Fraga	Tênis de Mesa	Reprovado
367	Porangatu	Adão Martins Dias	Futsal	Aprovado
368	Porangatu	Adão Martins Dias	Basquete	Aprovado
369	Porangatu	Edison Nunes de Pereira	Voleibol	Modulado
370	Porangatu	Maria Aparecida Gomes Martins	Xadrez	Aprovado
371	Formoso	Mariza de Oliveira	Voleibol	Reprovado
372	Porangatu	Raquel Maria do Amaral	Handebol	Aprovado
373	Porangatu	Valcireny Constantino de Lemos	Basquete	Modulado
374	Mutunópolis	Wellington F. dos Santos	Futsal	Reprovado
375	Estrela do Norte	Wilson Rodrigues Chaveiro	Futsal	Reprovado
376	Nova Roma	Ademilson Joaquim Moreira	Futsal	Reprovado
377	Posse	Adonias José Neves	Handebol	Aprovado
378	Posse Distrito	Adriano J. da Silva Neto	Futsal	Aprovado
379	São Domingos	Dalvan Gomes da Silva	Futsal	Reprovado
380	São Domingos	Dalvan Gomes da Silva	Handebol	Reprovado
381	Posse	Domingos José da Silva	Futsal	Modulado
382	São Domingos	Edivaldo Pimenta da Silva	Futsal	Reprovado
383	Posse	Elivaldo Fancisco dos Anjos	Futsal	Aprovado
384	Nova Roma	Eva Vieira dos Santos	Handebol	Reprovado
385	Alvorada Norte	Luis Carlos de Lázaro	Futsal	Aprovado
386	Alvorada Norte	Maria Cristina S. F Lázaro	Voleibol	Modulado
387	Nova Roma	Neússia Nazaré N. S. Carvalho	Voleibol	Reprovado
388	Damianopolis	Paulo de Souza Carvalho	Futsal	Aprovado
389	Posse	Wesley Lourenço de Souza	Voleibol	Reprovado
390	Quirinópolis	Arlson Costa Alves	Xadrez	Aprovado
391	Quirinópolis	Else Guimarães da Silveira	Futsal	Reprovado
392	Quirinópolis	Else Guimarães da Silveira	Handebol	Reprovado
393	Rio Verde	Beatriz Antunes Martins	Voleibol	Reprovado
394	Rio Verde	Cleibe da Silva Costa	Handebol	Modulado
395	Montevidéu	Eliane Souza Alves	Futsal	Modulado
396	Rio Verde	Gerson Oliveira Ataíde	Voleibol	Modulado
397	Rio Verde	Gilberta Venâncio Soares	Futsal	Modulado
398	Rio Verde	Huainer Vieira Beirigo	Futsal	Modulado
399	Rio Verde	Janaína Medeiros C. Castro	Voleibol	Modulado
400	Rio Verde	Jean Carlos de Jesus R. de Souza	Xadrez	Modulado
401	Rio Verde	Jean Carlos de Jesus R. Souza	Voleibol	Modulado
402	Rio Verde	José Carlos Pontes Correa	Xadrez	Modulado
403	Rio Verde	Leonardo Zardo	Futsal	Modulado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AValiação
404	Rio Verde	Ludmila Jayme Borges	Basquete	Modulado
405	Rio Verde	Marcio da Silva Arantes	Futsal	Modulado
406	Rio Verde	Nelma Moraes de Faria	Futsal	Modulado
407	Rio Verde	Raquel Bispo Alves	Handebol	Modulado
408	Rio Verde	Rejane Maria Tonet	Xadrez	Reprovado
409	Rio Verde	Simone Aparecida M.G	Futsal	Modulado
410	Rio Verde	Vilma Dias Oliveira Vieira	Handebol	Modulado
411	Rubiataba	Cira Vânia F. de Paula	Xadrez	Reprovado
412	Rubiataba	Emanuel Antônio Sales	Basquetebol	Aprovado
413	Santa Terezinha	Leonardo Gomes Ferreira	Handebol	Modulado
414	Nova América	Oemes Geraldo Machado	Futsal	Aprovado
415	Santa T. de Goiás	Sebastiana Mª da Silva	Handebol	Aprovado
416	Rubiataba	Stenio Sionei de Souza	Futsal	Reprovado
417	Rubiataba	Stenio Sionei de Souza	Handebol	Reprovado
418	Acreúna	Flávia Sousa Arantes Rosa	Xadrez	Modulado
419	Naipora	Eldison Souza Machado	Futsal	Reprovado
420	Aurilândia	Maria Rosa Soares	Voleibol	Modulado
421	Aurilândia	Maria Rosa Soares	Xadrez	Aprovado
422	São Luiz M. Belos	Rejane Mota de Noronha	Xadrez	Aprovado
423	S. M. do Araguaia	Marvina de Sousa Martins	Xadrez	Modulado
424	Mundo Novo	Otacílio Duarte	Futsal	Aprovado
425	Trindade	Fabrinni Gonçalves Ribeiro	Voleibol	Reprovado
426	Trindade	Jean Fabricio Dias Verissimo	Capoeira	Modulado
427	Anicuns	Roberto José dos Santos	Xadrez	Modulado
428	Anicuns	Sebastião Lopes da Silva Junior	Futsal	Modulado
429	Hidrolina	Abraham Thomas Moreira da Silva	Xadrez	Reprovado
430	Niquelândia	Alancarlos Oliveira Reginaldo	Futsal	Modulado
431	Uruaçu	Amaury Dias Soares	Futsal	Modulado
432	Uruaçu	Ana Clara Alves Martins	Futsal	Modulado
433	Uruaçu	Anderson Soares Dutra	Futsal	Modulado
434	Mara Rosa	Bruno Xavier Aguiar	Futsal	Aprovado
435	São Luiz do Norte	Cledivlado Rodrigues de Oliveira	Futsal	Aprovado
436	Campinorte	Deraldo dos Santos Oliveira	Tênis de Mesa	Reprovado
437	Uruaçu	Dilce Azevedo de Oliveira	Voleibol	Aprovado
438	Campinorte	Dirce Maria Borges Guimarães	Basquetebol	Aprovado
439	Uruaçu	Fabio Dias Tavares	Basquete	Modulado
440	Uruaçu	Fabrcício Cardoso da Silva	Basquete	Modulado
441	Mara Rosa	Flavio Batista de Sousa	Basquete	Modulado
442	Niquelândia	Israel Ferreira de Souza	Futsal	Reprovado
443	Niquelândia	Israel Ferreira de Souza	Voleibol	Reprovado
444	Mara Rosa	Ivaldo Rosa Sobral Junior	Handebol	Modulado
445	Uruaçu	José Pereira Furtado	Futsal	Modulado
446	Uruaçu	José Rangel Pereira Filho	Tênis de Mesa	Reprovado
447	Uruaçu	Julio César Oliveira Dourado	Xadrez	Modulado
448	Uruaçu	Julio Cezar Albuquerque Oliveira	Voleibol	Reprovado
449	Mara Rosa	Leandro Pereira de Oliveira	Voleibol	Modulado
450	Mara Rosa	Marcelino Alexandrino Bragança	Futsal	Aprovado
451	Uruaçu	Nilda Gomes de Lucena	Xadrez	Reprovado
452	Uruaçu	Oswaldo José Monteiro Junior	Futsal	Aprovado
453	Uruaçu	Paulo César Floriano Pacheco	Capoeira	Aprovado
454	Mara Rosa	Riomar José Góis	Capoeira	Reprovado

Nº.	MUNICÍPIO	PROFESSOR	MODALIDADE	AVALIAÇÃO
455	Uruaçu	Rossane Calazans Medeiros Ribeiro	Handebol	Aprovado
456	Uruaçu	Sergio de Paula Gomes	Futsal	Modulado
457	Uruaçu	Wesley Juvino Ruela	Futsal	Reprovado
458	Uruaçu	Wesley Juvino Ruela	Handebol	Reprovado

**ANEXO II**  
**PROJETOS PRAEC 2009 – PROJETOS ESPORTIVOS**

	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
1.	Anápolis	Anápolis	Adriano Rolim Freua	Voleibol
	Anápolis	Anápolis	Alair Wagner B. de Brito	Basquete
2.	Anápolis	Anápolis	Alberto J. de A. Campos	Futsal
3.	Anápolis	Anápolis	Alessandro Camargo Martins	Futsal
4.	Anápolis	Anápolis	André Luiz Rodrigues da Rocha	Voleibol
5.	Anápolis	Anápolis	Cárita Cordeiro da Silva	Futsal
6.	Anápolis	Anápolis	Davi José Alecrim	Handebol
7.	Anápolis	Anápolis	Douglas Marques	Futsal
8.	Anápolis	C. Limpo	Edson Lima de Souza	Voleibol
9.	Anápolis	Anápolis	Eloi Bispo da Silva	Voleibol
10.	Anápolis	Anápolis	Euripedes Amorim	Futsal
11.	Anápolis	Anápolis	Glauco Alves Costa	Futsal
12.	Anápolis	Anápolis	Josy Leila Rodrigues Calvão	Voleibol
13.	Anápolis	Anápolis	Julio César Lemos Olive	Futsal
14.	Anápolis	Anápolis	Keily Cardinele da Silva	Voleibol
15.	Anápolis	Anápolis	Lívia Alessandra de Carvalho	Voleibol
16.	Anápolis	Anápolis	Maria Rosário e Ramos Andere	Futsal
17.	Anápolis	Anápolis	Paulo M. Brasil	Basquete
18.	Anápolis	Anápolis	Ricardo J. Gomes	Voleibol
19.	Anápolis	Anápolis	Sidynei Silva Prado	T.de Mesa
20.	Anápolis	Anápolis	Wisley Gontijo de Mesquita	Voleibol
21.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Carleny Christina Trindade Jesus	Futsal
22.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Débora Lopes P. Nascimento	Voleibol
23.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Elisângela de Fátima Rosa	Handebol
24.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Joana Luiz Costa	Futsal
25.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Leandro Antônio Fabino	Voleibol
26.	Ap. Goiânia	Hidrolândia	Lindomar Robledo Pires	Futsal
27.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Luiz Mauro da Silva	Futsal
28.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Marzi Soares de Souza	Futsal
29.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Mauro dos Santos e Sousa	Handebol
30.	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Raquel Nunes Tavares	Voleibol
31.	C. Belos	C. Belos	Margareth Oliveira C. Real	Natação
32.	Catalão	Catalão	Antônio Alvino de Rezende	Voleibol
33.	Catalão	Catalão	Clóvis José Pedrosa	Futsal
34.	Catalão	T. Ranchos	Eduardo Henrique Naves	Futsal
35.	Catalão	Catalão	José Eduardo Silva Leão	Handebol
36.	Catalão	Catalão	Lucembergue Vanderlei Canedo	Handebol
37.	Catalão	Catalão	Maria Eunice Mendes	Handebol
38.	Catalão	Catalão	Maria Inez Aires Campos	Voleibol
39.	Catalão	Catalão	Maria Inez Batista Leite	Handebol
40.	Catalão	Corumbáiba	Paulo Sérgio C. Pires	Futsal
41.	Catalão	C. Alegre	Telma Caetano de Faria	Natação
42.	Ceres	Rialma	Helaine P. da Silva	Atletismo
43.	Ceres	Ceres	Marco Aurélio V. Mendes	Voleibol
44.	Ceres	Ceres	Maria do Carmo G Branquim	Voleibol
45.	Ceres	Ceres	Osvanir Alves Santana	Futsal
46.	Ceres	Ceres	Raquel Mota de Souza	Futsal
47.	Ceres	Ceres	Silvia Rosane C. Resende	Voleibol

48.	Formosa	Formosa	Geralda da Silva Pires	Futsal
49.	Formosa	Formosa	Jaciara Fernandes de Lima	Voleibol
50.	Formosa	Formosa	Julyane Pitanguí A. Amorim	Voleibol
51.	Goianésia	Goianésia	Benedita Camillo	Futsal
52.	Goianésia	Goianésia	Dalmi Sales Santos	Futsal
53.	Goianésia	Goianésia	Galdino Barbosa Junior	Voleibol
54.	Goianésia	Jaraguá	Geralda Aparecida da Costa	Handebol
55.	Goianésia	Goianésia	Maria Helena S. Tavares	Handebol
56.	Goianésia	Goianésia	Neilton de Paula Gonçalves	Handebol
57.	Goianésia	Jaraguá	Onívia Maria Carlos	Futsal
58.	Goianésia	Goianésia	Tadeu Luiz da Silva	Futsal
59.	Goiás	Sanclerlândia	Divina Maria de Arruda	Futsal
60.	Goiás	Mozarlândia	Helena Aparecida C. Martins	Voleibol
61.	Goiatuba	Goiatuba	Divino Alves de Sousa	Voleibol
62.	Goiatuba	Goiatuba	Eulálio Roberto dos Santos	Futsal
63.	Goiatuba	Joviânia	João Osmar Luis de Oliveira	Futsal
64.	Goiatuba	Goiatuba	José Marcos da Silva Trinta	Handebol
65.	Goiatuba	Panamá	Lucia Helena Silva	Futsal
66.	Goiatuba	Goiatuba	Marcos Juliano de Sousa	Voleibol
67.	Goiatuba	Goiatuba	Mário César de Oliveira	Voleibol
68.	Inhumas	Inhumas	Alexandre A. Moraes Borges	Voleibol
69.	Inhumas	Inhumas	Joedson Marciano	Futsal
70.	Inhumas	N. Veneza	Leandra Pereira Mutão	Handebol
71.	Iporá	Iporá	Afonso Apolinário Coelho	Futsal
72.	Iporá	Iporá	Aildo Carvalho Ataídes	Futsal
73.	Iporá	Iporá	Cleudes Francisco Itacaramby	Handebol
74.	Iporá	Jaupaci	Cristiane Oliveira Silva	Futsal
75.	Iporá	Doverlândia	Eliane Hanum Machado	Voleibol
76.	Iporá	Amorinópolis	Eurípedes Imbae da Silva	Futsal
77.	Iporá	Iporá	Giselle Rosa Ferreira	Futsal
78.	Iporá	Ivolândia	Manoel Malaquias de Medeiros	Futsal
79.	Iporá	Iporá	Miguel Apolinário Coelho	Futsal
80.	Iporá	Caiapônia	Nercilene Batista de Assis	Voleibol
81.	Iporá	Iporá	Suria Ferreira R. Dias Lima	Futsal
82.	Itaberaí	Itaberaí	Eduardo Figueira da Silva	Handebol
83.	Itaberaí	Itaberaí	Flávio Henrique Carvalhaisa	Futsal
84.	Itaberaí	Itaberaí	Joselena Ariaga de A. Bessa	Handebol
85.	Itaberaí	Itaberaí	Sanderley Soares de Souza	Futsal
86.	Itapaci	Crixás	Edílson F. Ponciano	Handebol
87.	Itumbiara	Itumbiara	Abílio Netto Carneiro	Voleibol
88.	Itumbiara	B. Jesus	Ailton Marcolino Filho	Futsal
89.	Itumbiara	Itumbiara	Aleamar Carvalho de Souza	Futsal
90.	Itumbiara	C. Dourada	Alencar Chaves de Oliveira	Futsal
91.	Itumbiara	Buriti Alegre	Aloísio Santana Silva	Atletismo
92.	Itumbiara	Buriti Alegre	Aloísio Santana Silva	Futsal
93.	Itumbiara	C. Dourada	Cássia Eliane Santos Camargo	Handebol
94.	Itumbiara	Itumbiara	Celso de Macedo Junior	Handebol
95.	Itumbiara	Itumbiara	Celso de Macedo Junior	Futsal
96.	Itumbiara	Itumbiara	Cezimar Correia Borges	Handebol
97.	Itumbiara	Itumbiara	Cezimar Correia Borges	Basquete
98.	Itumbiara	Itumbiara	Elaine de Freitas Mamede	Handebol
99.	Itumbiara	Bom Jesus	Lusmarina Leonina A. Vieira	Voleibol
100.	Itumbiara	B. Alegre	Nilva Luiza Santana	Voleibol

101.	Itumbiara	Itumbiara	Rudson Dante do Amaral	Voleibol
102.	Itumbiara	Itumbiara	Rudson Jesus Pereira	Futsal
103.	Itumbiara	Itumbiara	Tânia Fernandes Veri Araújo	Atletismo
104.	Itumbiara	B. Alegre	Tito Livio Novais Nogueira	Futsal
105.	Itumbiara	B. Alegre	Tito Livio Novais Nogueira	Basquete
106.	Itumbiara	Itumbiara	Wellington Parreira Amorim	Handebol
107.	Jataí	Jataí	Aldo Ricardo de Souza	Futsal
108.	Jataí	Jataí	Enio Felício Monteiro	Handebol
109.	Jataí	Jataí	Estefânia Ferreira C. Machado	Voleibol
110.	Jataí	Aporé	José Aristides da Silva	Futsal
111.	Jataí	Jataí	Lazara Cristina Silva Menezes	Futsal
112.	Jataí	Jataí	Luciano Ferreira Luz	Handebol
113.	Jataí	Jataí	Luiz Antônio Soares	Basquete
114.	Jataí	Jataí	Luiz Antônio Soares	Voleibol
115.	Jataí	Itarumã	Maria Alice da Silva	Handebol
116.	Jataí	L.Santa	Paulo Sérgio Freitas Silva	Futsal
117.	Jataí	Serranópolis	Ronair Souza Oliveira	Futsal
118.	Jataí	Jataí	Saulo Borges de Oliveira	Handebol
119.	Jataí	Caçu	Weber Ramos Barbosa	Handebol
120.	Jataí	Jataí	Weldes Evangelista Pinto	Futsal
121.	Jataí	Caçu	Wheeller Silva de Moura	Futsal
122.	Jussara	Jussara	Armando Bovo	Futsal
123.	Jussara	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Futsal
124.	Jussara	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Basquete
125.	Metropolitana	Goiânia	Adriana Bandeira de Almeida	Natação
126.	Metropolitana	Goiânia	Adriane Soares Santana	Futsal
127.	Metropolitana	Goiânia	Ali Kalil Gamoum	Voleibol
128.	Metropolitana	Goiânia	Andréa Jayme Oliveira Souza	Voleibol
129.	Metropolitana	Goiânia	Atamir Gonçalves Rosa	Voleibol
130.	Metropolitana	Goiânia	Cláudio Santana de Sousa	Futsal
131.	Metropolitana	Goiânia	Divina Evangelista S. S. e Silva	Futsal
132.	Metropolitana	Goiânia	Ellida Fernandes Cardoso Lino	Voleibol
133.	Metropolitana	Goiânia	Geraldo Luiz da Silva	Futsal
134.	Metropolitana	Goiânia	Glauco Marra de Castro	Futsal
135.	Metropolitana	Goiânia	Jair Marinho de Borba	Atletismo
136.	Metropolitana	Goiânia	José João dos Santos	Futsal
137.	Metropolitana	Goiânia	Julio Domingos de Souza Junior	Futsal
138.	Metropolitana	Goiânia	Lailde Linhares Goez	Futsal
139.	Metropolitana	Goiânia	Lucenir Martins de Melo	Voleibol
140.	Metropolitana	Goiânia	Luciana de Souza Carvalho	Natação
141.	Metropolitana	Goiânia	Luciana Moreira	Voleibol
142.	Metropolitana	Goiânia	Marco Antônio Santos Maia	Voleibol
143.	Metropolitana	Goiânia	Maria Amélia R. da Cunha	Futsal
144.	Metropolitana	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	Futsal
145.	Metropolitana	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	T.de Mesa
146.	Metropolitana	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Futsal
147.	Metropolitana	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Voleibol
148.	Metropolitana	Goiânia	Nairo Luiz Faleiro Rocha	Futsal
149.	Metropolitana	Goiânia	Nero Figueiredo	Voleibol
150.	Metropolitana	Goiânia	Patrícia de Faria	Futsal
151.	Metropolitana	Goiânia	Patrícia Mara de Lima	Futsal
152.	Metropolitana	Goiânia	Paulo Menezes de Freitas	Basquete
153.	Metropolitana	Goiânia	Plínio Rodrigues Lima	Futsal

154.	Metropolitana	Goiânia	Renata Laranjeira Braga	Futsal
155.	Metropolitana	Goiânia	Rosângela Oliveira Soares	Handebol
156.	Metropolitana	Goiânia	Rubens dos Santos Silva	Capoeira
157.	Metropolitana	Goiânia	Sebastião A. de S. Sobrinho	Voleibol
158.	Metropolitana	Goiânia	Wanessa Cristina Soares Fraga	Futsal
159.	Metropolitana	Goiânia	Weslane Sampaio Valim	Voleibol
160.	Minaçu	Minaçu	Andréia Silva Oliveira	Voleibol
161.	Minaçu	Minaçu	Elizabeth Guimarães de Oliveira	Handebol
162.	Minaçu	Campinaçu	Leandro Pereira da Silva	Futsal
163.	Mineiros	Mineiros	Aroldo Araújo	Futsal
164.	Mineiros	Mineiros	Gilson Martins de Oliveira	Handebol
165.	Mineiros	Mineiros	Helena Y. Katsuyama Madeira	T.de Mesa
166.	Mineiros	Mineiros	Larissa Almeida F.Paniago	Basquete
167.	Mineiros	Mineiros	Marina Sliwinski	Futsal
168.	Mineiros	Mineiros	Marlucy Fernandes Periel	Natação
169.	Mineiros	Mineiros	Patrícia Pereira Silva Assis	Futsal
170.	Mineiros	Mineiros	Paulo Henrique Ribeiro Barbosa	Futsal
171.	Morrinhos	Pontalina	Camila Gonçalves	Futsal
172.	Morrinhos	Pontalina	Camila Gonçalves	Voleibol
173.	Morrinhos	Morrinhos	Carlos R. Franco	Futsal
174.	Morrinhos	Morrinhos	Carlos R. Franco	T.de mesa
175.	Morrinhos	C. Novas	Cristofer Antonio Masset	Futsal
176.	Morrinhos	C. Novas	Cristofer Antonio Masset	Voleibol
177.	Morrinhos	C. Novas	Edson Tomé de Oliveira	Futsal
178.	Morrinhos	Morrinhos	Fabiana Fernandes	Futsal
179.	Morrinhos	Morrinhos	José Donizetti	Handebol
180.	Morrinhos	Marzagão	Maria Alice Alves	Futsal
181.	Morrinhos	Marzagão	Maria Alice Alves	Voleibol
182.	Morrinhos	Morrinhos	Roberto Frauzino Pereira	Futsal
183.	Morrinhos	Morrinhos	Roberto Frauzino Pereira	Voleibol
184.	Morrinhos	Morrinhos	Simone Moura M. Azeredo	Basquete
185.	Palmeiras	Varjão	Alexandre Santiago Gomes	Futsal
186.	Palmeiras	Cezarina	Mario Lucio Rodrigues	Futsal
187.	Palmeiras	Cezarina	Terezinha F. S. Cherulli	Handebol
188.	Piracanjuba	Piracanjuba	Elizabeth Ferreira da Cunha	Atletismo
189.	Piracanjuba	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Basquete
190.	Piracanjuba	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Futsal
191.	Piracanjuba	Cromínia	João Batista Cardoso Filho	Futsal
192.	Piracanjuba	Piracanjuba	José Geraldo da Mota Junior	Voleibol
193.	Piracanjuba	B. Vista	Lindalva Conceição de Oliveira	Handebol
194.	Piracanjuba	Prof. Jamil	Maria Eneide R. Prachedes	Futsal
195.	Piracanjuba	Cromínia	Naide Soares Cardoso	Voleibol
196.	Piracanjuba	Bela Vista	Paulo Moreira Junior	Voleibol
197.	Piracanjuba	Piracanjuba	Péricles de Paula Nery	Futsal
198.	Piracanjuba	Piracanjuba	Ronaldo Rodrigues Magalhães	Voleibol
199.	Piracanjuba	Cromínia	Valéria Aparecida Cardoso Cruz	Handebol
200.	Piranhas	B. Jardim	Alcir Câmara Lopes	Voleibol
201.	Piranhas	B Jardim	Alcir Câmara Lopes	Futsal
202.	Piranhas	Arenópolis	Istanislei Silva Cardoso	Futsal
203.	Pires do Rio	Palmelo	Fábio Vítor Martins	Futsal
204.	Pires do Rio	P. do Rio	Maria Lúcia de Jesus	Handebol
205.	Pires do Rio	P. do Rio	Maria Teresa de Sousa Teixeira	Voleibol
206.	Pires do Rio	Ipameri	Ricardo Ferreira	Futsal

207.	Pires do Rio	Ipameri	Sérgio dos Santos Duarte	Futsal
208.	Pires do Rio	P. do Rio	Tatiane Pereira de Oliveira	Voleibol
209.	Planaltina	Pe. Bernardo	Cassius Gomes Marques	Futsal
210.	Planaltina	Águas Lindas	Germano Antônio A. da Costa	Futsal
211.	Planaltina	Águas Lindas	Germano Antônio A. da Costa	Voleibol
212.	Porangatu	Porangatu	Edison Nunes de Pereira	Voleibol
213.	Porangatu	Porangatu	Valcirenny Constantino de Lemos	Basquete
214.	Posse	Posse	Domingos José da Silva	Futsal
215.	Posse	Alv. Norte	Maria Cristina S. F Lázaro	Voleibol
216.	Rio Verde	Rio Verde	Cleibe da Silva Costa	Handebol
217.	Rio Verde	Montevidéu	Eliane Souza Alves	Futsal
218.	Rio Verde	Rio Verde	Gerson Oliveira Ataíde	Voleibol
219.	Rio Verde	Rio Verde	Gilberta Venâncio Soares	Futsal
220.	Rio Verde	Rio Verde	Huainer Vieira Beirigo	Futsal
221.	Rio Verde	Rio Verde	Janaína Medeiros C. Castro	Voleibol
222.	Rio Verde	Rio Verde	Leonardo Zardo	Futsal
223.	Rio Verde	Rio Verde	Ludmila Jayme Borges	Basquete
224.	Rio Verde	Rio Verde	Marcio da Silva Arantes	Futsal
225.	Rio Verde	Rio Verde	Nelma Moraes de Faria	Futsal
226.	Rio Verde	Rio Verde	Raquel Bispo Alves	Handebol
227.	Rio Verde	Rio Verde	Simone Aparecida M.G	Futsal
228.	Rio Verde	Rio Verde	Vilma Dias Oliveira Vieira	Handebol
229.	Rubiataba	S. Terezinha	Leonardo Gomes Ferreira	Handebol
230.	S.L.M. Belos	Aurilândia	Maria Rosa Soares	Voleibol
231.	Trindade	Trindade	Jean Fabricio Dias Verissimo	Capoeira
232.	Trindade	Anicuns	Sebastião Lopes da Silva Junior	Futsal
233.	Uruaçu	Niquelândia	Alancarlos Oliveira Reginaldo	Futsal
234.	Uruaçu	Uruaçu	Amaury Dias Soares	Futsal
235.	Uruaçu	Uruaçu	Ana Clara Alves Martins	Futsal
236.	Uruaçu	Uruaçu	Anderson Soares Dutra	Futsal
237.	Uruaçu	Uruaçu	Fabio Dias Tavares	Basquete
238.	Uruaçu	Uruaçu	Fabrcício Cardoso da Silva	Basquete
239.	Uruaçu	Mara Rosa	Flavio Batista de Sousa	Basquete
240.	Uruaçu	Mara Rosa	Ivaldo Rosa Sobral Junior	Handebol
241.	Uruaçu	Uruaçu	José Pereira Furtado	Futsal
242.	Uruaçu	Mara Rosa	Leandro Pereira de Oliveira	Voleibol
243.	Uruaçu	Uruaçu	Sergio de Paula Gomes	Futsal

Fonte: Relatório Anual da Gerencia de Esportes Educacionais da SEE/Goiás/Brasil – 2009



### ANEXO III - PROJETOS PRAEC 2009 – PROFESSORES LICENCIADOS

	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
1	Anápolis	Anápolis	Adriano Rolim Freua	Voleibol
2	Anápolis	Anápolis	Alair Wagner B. de Brito	Basquete
3	Anápolis	Anápolis	Alberto J. de A. Campos	Futsal
4	Anápolis	Anápolis	Alessandro Camargo Martins	Futsal
5	Anápolis	C. Limpo	Ana Maria do Nascimento	Futsal
6	Anápolis	Anápolis	André Luiz R. da Rocha	Voleibol
7	Anápolis	Anápolis	Cárita Cordeiro da Silva	Futsal
8	Anápolis	Anápolis	Davi José Alecrim	Handebol
9	Anápolis	Anápolis	Douglas Marques	Futsal
10	Anápolis	C. Limpo	Edson Lima de Souza	Voleibol
11	Anápolis	Anápolis	Eloi Bispo da Silva	Voleibol
12	Anápolis	Anápolis	Euripedes Amorim	Futsal
13	Anápolis	Anápolis	Fábio Borges	Capoeira
14	Anápolis	Petrolina	Francisco Ribeiro Machado	Voleibol
15	Anápolis	Anápolis	Glauco Alves Costa	Futsal
16	Anápolis	Anápolis	Josy Leila Rodrigues Calvão	Voleibol
17	Anápolis	Anápolis	Julio César Lemos Olive	Futsal
18	Anápolis	Anápolis	Keily Cardinele da Silva	Voleibol
19	Anápolis	Anápolis	Lívia Alessandra de Carvalho	Voleibol
20	Anápolis	Anápolis	Maria Rosário e R. Andere	Futsal
21	Anápolis	Anápolis	Paulo M. Brasil	Basquete
22	Anápolis	Anápolis	Sonia Cintra Duarte Alecrim	Basquete
23	Anápolis	Anápolis	Vilma Ribeiro da Silva	Futsal
24	Anápolis	Anápolis	Wisley Gontijo de Mesquita	Voleibol
25	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Carleny Christina T. Jesus	Futsal
26	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Débora Lopes P. Nascimento	Voleibol
27	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Elisângela de Fátima Rosa	Handebol
28	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Joana Luiz Costa	Futsal
29	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Mauro dos Santos e Sousa	Handebol
30	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Raquel Nunes Tavares	Voleibol
31	C. Belos	C. Belos	Margareth Oliveira C. Real	Natação
32	Catalão	Catalão	Antônio Alvino de Rezende	Voleibol
33	Catalão	Catalão	Clóvis José Pedrosa	Futsal
34	Catalão	T. Ranchos	Eduardo Henrique Naves	Futsal
35	Catalão	Catalão	José Eduardo Silva Leão	Handebol
36	Catalão	Catalão	Lucembergue V. Canedo	Handebol
37	Catalão	Catalão	Maria Eunice Mendes	Handebol
38	Catalão	Catalão	Maria Inez Aires Campos	Voleibol
39	Catalão	Catalão	Maria Inez Batista Leite	Handebol
40	Catalão	Corumbafba	Paulo Sérgio C. Pires	Futsal
41	Ceres	Ceres	Aldemir Lemos da Silva	Futsal
42	Ceres	Rialma	Francisco R. Caliman Filho	Futsal
43	Ceres	Ceres	Osvanir Alves Santana	Handebol
44	Ceres	Ceres	Raquel Mota de Souza	Futsal
45	Ceres	Ceres	Silvia Rosane C. Resende	Futsal
46	Formosa	Formosa	Geralda da Silva Pires	Futsal
47	Formosa	Formosa	Jaciara Fernandes de Lima	Voleibol
48	Goianésia	Goianésia	Dalmi Sales Santos	Futsal

	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
49	Goianésia	Goianésia	Galdino Barbosa Junior	Voleibol
50	Goianésia	Jaraguá	Geralda Aparecida da Costa	Handebol
51	Goianésia	Goianésia	Maria Helena S. Tavares	Handebol
52	Goianésia	Goianésia	Neilton de Paula Gonçalves	Basquete
53	Goiás	Sanclerlândia	Divina Maria de Arruda	Futsal
54	Goiás	Mozarlândia	Helena Aparecida C. Martins	Voleibol
55	Goiatuba	Goiatuba	Divino Alves de Sousa	Voleibol
56	Goiatuba	Goiatuba	Eulálio Roberto dos Santos	Futsal
57	Goiatuba	Joviânia	João Osmar Luis de Oliveira	Futsal
58	Goiatuba	Goiatuba	Mário César de Oliveira	Voleibol
59	Goiatuba	Goiatuba	Ueder Teixeira Silva	Capoeira
60	Inhumas	Inhumas	Alexandre A. Moraes Borges	Voleibol
61	Inhumas	N. Veneza	Leandra Pereira Mutão	Handebol
62	Iporá	Iporá	Afonso Apolinário Coelho	Futsal
63	Iporá	Iporá	Cleudes Francisco Itacaramby	Handebol
64	Iporá	Doverlândia	Eliane Hanum Machado	Voleibol
65	Iporá	Caiapônia	Nercilene Batista de Assis	Voleibol
66	Iporá	Iporá	Suria Ferreira R. Dias Lima	Futsal
67	Itaberaí	Itaberaí	Eduardo Figueira da Silva	Handebol
68	Itaberaí	Itaberaí	Joselena Ariaga de A. Bessa	Handebol
69	Itaberaí	Itaberaí	Sanderley Soares de Souza	Futsal
70	Itapaci	Crixas	Edílson F. Ponciano	Handebol
71	Itumbiara	Itumbiara	Abílio Netto Carneiro	Voleibol
72	Itumbiara	B. Jesus	Ailton Marcolino Filho	Futsal
73	Itumbiara	Itumbiara	Alemar Carvalho de Souza	Futsal
74	Itumbiara	C. Dourada	Alencar Chaves de Oliveira	Futsal
75	Itumbiara	Buriti Alegre	Aloísio Santana Silva	Futsal
76	Itumbiara	C. Dourada	Cássia Eliane Santos Camargo	Handebol
77	Itumbiara	Itumbiara	Elaine de Freitas Mamede	Handebol
78	Itumbiara	Bom Jesus	Lusmarina Leonina A. Vieira	Voleibol
79	Itumbiara	B. Alegre	Nilva Luiza Santana	Voleibol
80	Itumbiara	Itumbiara	Rudson Jesus Pereira	Futsal
81	Itumbiara	B. Alegre	Tito Livio Novais Nogueira	Futsal
82	Itumbiara	Itumbiara	Wellington Parreira Amorim	Handebol
83	Jataí	Jataí	Enio Felício Monteiro	Handebol
84	Jataí	Jataí	Estefânia F. C. Machado	Voleibol
85	Jataí	Aporé	José Aristides da Silva	Futsal
86	Jataí	Jataí	Luciano Ferreira Luz	Handebol
87	Jataí	Jataí	Luiz Antônio Soares	Voleibol
88	Jataí	Itarumã	Maria Alice da Silva	Handebol
89	Jataí	Serranópolis	Ronair Souza Oliveira	Futsal
90	Jataí	Jataí	Saulo Borges de Oliveira	Handebol
91	Jataí	Caçu	Weber Ramos Barbosa	Handebol
92	Jataí	Jataí	Weldes Evangelista Pinto	Futsal
93	Jataí	Caçu	Wheeller Silva de Moura	Futsal
94	Jussara	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Futsal
95	Metropolitana	Goiânia	Adriana Bandeira de Almeida	Natação
96	Metropolitana	Goiânia	Adriane Soares Santana	Futsal
97	Metropolitana	Goiânia	Ali Kalil Gamoum	Voleibol
98	Metropolitana	Goiânia	Andréa Jayme Oliveira Souza	Voleibol

	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
99	Metropolitana	Goiânia	Atamir Gonçalves Rosa	Voleibol
100	Metropolitana	Goiânia	Cláudio Santana de Sousa	Futsal
101	Metropolitana	Goiânia	Divina Evangelista S. S. e Silva	Futsal
102	Metropolitana	Goiânia	Geraldo Luiz da Silva	Futsal
103	Metropolitana	Goiânia	Glauco Marra de Castro	Futsal
104	Metropolitana	Goiânia	José João dos Santos	Futsal
105	Metropolitana	Goiânia	Julio Domingos de S. Junior	Futsal
106	Metropolitana	Goiânia	Lailde Linhares Goez	Futsal
107	Metropolitana	Goiânia	Lucenir Martins de Melo	Voleibol
108	Metropolitana	Goiânia	Luciana de Souza Carvalho	Natação
109	Metropolitana	Goiânia	Luciana Moreira	Voleibol
110	Metropolitana	Goiânia	Marco Antônio Santos Maia	Voleibol
111	Metropolitana	Goiânia	Maria Amélia R. da Cunha	Futsal
112	Metropolitana	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	Futsal
113	Metropolitana	Goiânia	Maria Geralda da Silva Lara	T.de Mesa
114	Metropolitana	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Futsal
115	Metropolitana	Goiânia	Miriam Miguel Cintra	Voleibol
116	Metropolitana	Goiânia	Nairo Luiz Faleiro Rocha	Futsal
117	Metropolitana	Goiânia	Nero Figueiredo	Voleibol
118	Metropolitana	Goiânia	Patrícia de Faria	Futsal
119	Metropolitana	Goiânia	Paulo Menezes de Freitas	Basquete
120	Metropolitana	Goiânia	Rosângela Oliveira Soares	Handebol
121	Metropolitana	Goiânia	Rubens dos Santos Silva	Capoeira
122	Metropolitana	Goiânia	Sebastião A. de S. Sobrinho	Voleibol
123	Metropolitana	Goiânia	Wanessa Cristina S. Fraga	Futsal
124	Metropolitana	Goiânia	Weslane Sampaio Valim	Voleibol
125	Minaçu	Minaçu	Andréia Silva Oliveira	Voleibol
126	Mineiros	Mineiros	Aroldo Araújo	Futsal
127	Mineiros	Mineiros	Gilson Martins de Oliveira	Handebol
128	Mineiros	Mineiros	Larissa Almeida F.Paniago	Basquete
129	Mineiros	Mineiros	Paulo Henrique R. Barbosa	Futsal
130	Morrinhos	Pontalina	Camila Gonçalves	Voleibol
131	Morrinhos	Morrinhos	Carlos R. Franco	Futsal
132	Morrinhos	C. Novas	Cristofer Antonio Masset	Voleibol
133	Morrinhos	C. Novas	Edson Tomé de Oliveira	Futsal
134	Morrinhos	Marzagão	Maria Alice Alves	Futsal
135	Morrinhos	Morrinhos	Roberto Frauzino Pereira	Futsal
136	Morrinhos	Morrinhos	Simone Moura M. Azeredo	Basquete
137	Palmeiras	Varjão	Alexandre Santiago Gomes	Futsal
138	Palmeiras	Cezarina	Mario Lucio Rodrigues	Futsal
139	Palmeiras	Cezarina	Terezinha F. S. Cherulli	Handebol
140	Piracanjuba	Piracanjuba	Elizabeth Ferreira da Cunha	Atletismo
141	Piracanjuba	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Basquete
142	Piracanjuba	Cromínia	João Batista Cardoso Filho	Futsal
143	Piracanjuba	Piracanjuba	José Geraldo da Mota Junior	Voleibol
144	Piracanjuba	B. Vista	Lindalva Conceição Oliveira	Handebol
145	Piracanjuba	Prof. Jamil	Maria Eneide R. Prachedes	Futsal
146	Piracanjuba	Cromínia	Naide Soares Cardoso	Voleibol
147	Piracanjuba	Bela Vista	Paulo Moreira Junior	Voleibol
148	Piracanjuba	Piracanjuba	Ronaldo R. Magalhães	Voleibol

	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
149	Piracanjuba	Cromínia	Valéria Aparecida C. Cruz	Handebol
150	Piranhas	B. Jardim	Alcir Câmara Lopes	Voleibol
151	Pires do Rio	P. do Rio	Maria Lúcia de Jesus	Handebol
152	Pires do Rio	P. do Rio	Maria Teresa de S. Teixeira	Futsal
153	Pires do Rio	Ipameri	Ricardo Ferreira	Futsal
154	Pires do Rio	Ipameri	Sérgio dos Santos Duarte	Futsal
155	Pires do Rio	P. do Rio	Tatiane Pereira de Oliveira	Voleibol
156	Planaltina	Pe. Bernardo	Cassius Gomes Marques	Futsal
157	Porangatu	Porangatu	Edison Nunes de Pereira	Voleibol
158	Porangatu	Porangatu	Valcirenny Constantino Lemos	Basquete
159	Posse	Posse	Domingos José da Silva	Futsal
160	Posse	Alv. Norte	Maria Cristina S. F Lázaro	Voleibol
161	Rio Verde	Rio Verde	Cleibe da Silva Costa	Handebol
162	Rio Verde	Montevideu	Eliane Souza Alves	Futsal
163	Rio Verde	Rio Verde	Gerson Oliveira Ataíde	Voleibol
164	Rio Verde	Rio Verde	Janaína Medeiros C. Castro	Voleibol
165	Rio Verde	Rio Verde	Jean Carlos de Jesus R. Souza	Voleibol
166	Rio Verde	Rio Verde	Leonardo Zardo	Futsal
167	Rio Verde	Rio Verde	Ludmila Jayme Borges	Basquete
168	Rio Verde	Rio Verde	Marcio da Silva Arantes	Futsal
169	Rio Verde	Rio Verde	Nelma Morais de Faria	Futsal
170	Rio Verde	Rio Verde	Simone Aparecida M.G	Futsal
171	Rio Verde	Rio Verde	Vilma Dias Oliveira Vieira	Handebol
172	Rubiataba	S. Terezinha	Leonardo Gomes Ferreira	Handebol
173	Trindade	Trindade	Jean Fabrício Dias Verissimo	Capoeira
174	Trindade	Anicuns	Sebastião Lopes da Silva Jr.	Futsal
175	Uruaçu	Niquelândia	Alancarlos Oliveira Reginaldo	Futsal
176	Uruaçu	Uruaçu	Amaury Dias Soares	Futsal
177	Uruaçu	Uruaçu	Anderson Soares Dutra	Futsal
178	Uruaçu	Uruaçu	Fabio Dias Tavares	Basquete
179	Uruaçu	Uruaçu	Fabrício Cardoso da Silva	Basquete
180	Uruaçu	Mara Rosa	Flavio Batista de Sousa	Basquete
181	Uruaçu	Mara Rosa	Ivaldo Rosa Sobral Junior	Handebol
182	Uruaçu	Uruaçu	José Pereira Furtado	Futsal
183	Uruaçu	Mara Rosa	Leandro Pereira de Oliveira	Voleibol

Fonte: Relatório Anual da Gerencia de Esportes Educacionais da SEE/Goiás/Brasil – 2009

## Anexo IV

**SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
GERENCIA DE DESPORTO EDUCACIONAL  
CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DE GRUPO DE DISCUSSÃO**

**CAROS PROFESSORES E PROFESSORAS**

Serve o presente instrumento para convidá-los para participar da pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre a influência das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e as taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares, sob a coordenação do professor Juracy da Silva Guimarães da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (atualmente pesquisador da Universidade de Coimbra/Portugal) e que conta com o apoio institucional da Gerencia de Esporte Educacional da Secretaria Estadual de Educação.

A referida pesquisa tem como objetivo principal colher as impressões e experiências dos professores e professoras de educação física que atuam com o ensino do esporte no contexto escolar do estado de Goiás e que participam dos eventos esportivos escolares oficiais realizados oficialmente pela Secretaria Estadual de Educação.

A metodologia que será empregada para a coleta de dados citada acima será a de “grupos de discussão” onde a participação e as contribuições de todos são extremamente importante para a compreensão, análise e uma posterior intervenção no processo de construção democrática de um novo modelo de esporte e de eventos esportivos escolares para o estado de Goiás. Esta atividade será realizada durante todas as fases regionais das Olimpíadas Escolares do Estado de Goiás e uma última – com participantes selecionados previamente – na fase estadual da referida competição; com uma duração máxima de duas horas por encontro e com a participação facultativa de todos os professores presentes na competição, solicitando-se, entretanto, a participação de pelo menos um representante de cada subsecretaria para que se observe o critério da representatividade do universo dos sujeitos de pesquisa e para que se garanta o direito à diversidade de opiniões e posicionamentos em uma mesma região.

Com o objetivo de subsidiar as discussões, segue anexo a este convite um texto básico sobre as taxas de participação dos alunos e alunas do sistema de ensino do estado de Goiás e as políticas públicas dos governos nacional e estadual sobre a educação e o esporte além da indicação de alguns sites da internet onde podem ser consultadas as legislações citadas.

Ressaltamos, finalmente, que a participação em atividades como esta é a forma mais legítima, democrática e eficiente de promover as alterações ou ratificar as posições que acreditamos estar corretas.

Contamos com a participação de todos!

Prof. Mario de Moura Vasconcelos  
Gerente de Esporte Educacional SEE/Go.

Prof. Juracy da Silva Guimarães  
Coordenador da Pesquisa

## **PRÁTICAS ESPORTIVAS ESCOLARES NO ESTADO DE GOIÁS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE**

*Prof. Ms. Juracy da Silva Guimarães*

De acordo com dados do ano de 2008 do sistema de informações da SEE existem aproximadamente 772.000 alunos matriculados no sistema estadual de ensino entre as idades de 12 a 16 anos que poderiam estar participando dos eventos esportivos escolares e, antes deles, nas atividades esportivas no interior das unidades escolares que compõem o sistema de ensino do estado de Goiás. Atualmente temos registrada a participação de um número bastante inferior a este número nos eventos esportivos escolares que são realizados pelas entidades oficiais.

Ainda que a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), a Lei Pelé (9615/98) e suas respectivas edições estaduais estabeleçam a destinação prioritária dos recursos públicos para o fomento do esporte escolar e estabeleçam princípios gerais baseados na democratização de oportunidades e da participação de todos os alunos e alunas nas práticas esportivas escolares é preciso admitir que não é isto que vem ocorrendo no estado de Goiás. Dito de outra maneira, os dados de participação de um percentual inferior a 25% do total de alunos da comunidade escolar do estado que poderiam participar dos eventos esportivos escolares oficiais – índice considerado inaceitável para a implantação ou continuidade de qualquer projeto no contexto educacional.

Entretanto, para compreender e intervir no contexto das práticas esportivas no interior do contexto escolar é preciso, além de conhecer as determinações legais, dar voz a todos os atores sociais que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do esporte escolar. E o objetivo central deste estudo é justamente dar “voz” aos professores de educação física encarregados da operacionalização de todas as políticas públicas e projetos governamentais nas aulas de educação física escolar. Não basta conhecer as determinações legais e o conteúdo dos programas de ensino que são construídos a partir delas; é preciso conhecer como estas determinações legais são “traduzidas” pelos professores de educação física em suas práticas pedagógicas e que influenciam elas apresentam na programação das atividades esportivas escolares.

Especificamente na realidade social concreta do estado de Goiás existe uma iniciativa que deriva e está de acordo com as normas do governo federal que é representada pelo Programa de Atividades Extracurriculares (PRAEC) da Gerencia do Desporte Educacional. Este programa, como é do conhecimento de quase todos os professores da rede oficial, consiste em oportunizar ao professor de educação física uma carga horária adicional remunerada para a estruturação de equipes esportivas formadas por alunos das unidades escolares com objetivos distintos dos que devem seguir na estruturação das aulas de educação física escolar. Em uma análise mais profunda do referido programa é possível identificar algumas fragilidades e até mesmo alguns equívocos em sua operacionalização. Como por exemplo, a sugestão de adoção dos princípios científicos do treinamento desportivo na periodização das atividades das referidas equipes quando não dispomos de um calendário de eventos esportivos escolares que possam balizar esta periodização; ou, ainda, pensar na relação que deve existir entre aumento do esforço (geralmente apresentado nos períodos de competição) e o descanso quando sabemos que, em anos anteriores, algumas fases da maior competição escolar do estado de Goiás foram realizadas com

intervalos inferiores a quinze dias de intervalo entre uma e outra. Sem contar o fato de o professor que coordena as equipes de treinamento da unidade escolar, em alguns casos, se ver obrigado a priorizar o ensino do esporte em suas aulas de educação física com o objetivo de poder observar e selecionar os alunos para a formação das equipes sob sua responsabilidade.

Outro aspecto que merece destaque neste contexto tem relação com o caráter de exterioridade à escola que assume as atividades desenvolvidas pelos participantes do PRAEC's. Ou seja, as atividades voltadas para o treinamento desportivo especializado de equipes representativas das unidades escolares são realizadas em um horário contrário ao que ocorrem as aulas das demais disciplinas e conta com a participação de um grupo selecionado previamente para este fim; assumindo, por isso, princípios e características bastante distantes das que são sugeridas para o esporte escolar pelas normas brasileiras.

Por outro lado, as taxas de participação de alunos e alunas nas atividades esportivas escolares não podem ser medidas exclusivamente a partir do número de participantes nos eventos esportivos escolares, pois – entre outros aspectos – estes apresentam regulamentos e regras de participação que limitam significativamente o número de participantes em cada uma das fases de sua realização e de acordo com as modalidades esportivas em que são disputados em cada ano. Antes de atingirem o nível de participação em uma competição representando suas escolas, os alunos e alunas certamente participam de atividades de iniciação, de seleção e de treinamento esportivo sob a orientação dos professores de educação física. E, nesse sentido, há que se esclarecer também que fatores determinam o acesso e a permanência de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares até atingirem o nível de participação em uma competição. Quer dizer, é preciso conhecer as condições de trabalho que as unidades escolares oferecem para o professor de educação física, que objetivos apresentam a educação física na escola, qual a clientela atendida e como as políticas públicas governamentais estão interferindo na prática pedagógica deste professor.

Impõem-se, portanto, para o coletivo dos atores sociais envolvidos no processo de ensino aprendizagem do esporte no contexto escolar do estado de Goiás (professores, alunos e dirigentes) alguns questionamentos que estão intimamente relacionados um com outro, como por exemplo:

1. Que relações existem entre as políticas públicas do governo federal e as do governo estadual no que se refere ao esporte escolar?
2. Que políticas públicas ou projetos do governo estadual interferem nas práticas esportivas escolares? E, como?
3. Que modelo de esporte e de eventos esportivos escolares as políticas públicas determinam legalmente e quais possibilitam realmente?
4. Como os professores de educação física interpretam e operacionalizam as políticas públicas para o esporte no contexto de suas aulas de educação física escolar e como estas determinam as taxas de participação de seus alunos nas práticas esportivas escolares e nos eventos esportivos?

A resposta às questões apresentadas desempenha um importante papel no processo de reflexão sobre os problemas que atingem o esporte escolar no estado de Goiás e, de maneira geral, em todo o país; por isso é importante a participação ativa e esclarecida de todos nesta pesquisa. É através da publicação de análises como a proposta neste projeto que se poderá alterar o cenário do esporte escolar no estado de Goiás.

Assim, a presente intenção de pesquisa tem como objetivo central a análise crítica da relação entre as políticas públicas para o esporte escolar e as taxas de participação de alunos e alunas nas atividades esportivas escolares a partir do relato dos professores de educação física do estado de Goiás e necessita de maior colaboração possível dos professores do sistema de ensino do estado de Goiás.

### **Referencias Bibliográficas:**

1. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF – 1996.
2. GUIMARÃES, Juracy da Silva. *O esporte na cultura escolar - com a palavra o professor de educação física* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte : UFMG, 2002.
3. GUIMARÃES, Juracy da Silva. *Programa de atividades extra-curriculares do estado de Goiás e o ensino dos esportes no ambiente escolar*. In: Revista de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás, Ano III nº 2, p. 18 – 21, Goiânia/Goiás: PROEC/UFG, 2002.
4. GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O ESPORTE ESCOLAR. *Relatório final de atividades/2000*. V. 1, número 1, Goiânia/Go, 2000.

### **Sites consultados sobre o assunto:**

[www.me.gov.br](http://www.me.gov.br)

[www.see.go.gov.br](http://www.see.go.gov.br)

[www.fef.ufg.br/pesquisa](http://www.fef.ufg.br/pesquisa)

[www.presidencia.gov.br/legislacao](http://www.presidencia.gov.br/legislacao)



## Anexo V

## AUTORES DE PROJETOS PRAEC 2009 – PARTICIPANTES DOS GD

Nº.	Unidade SEE	MUNICÍPIO	NOME DO PROFESSOR	Modalidade
01	Anápolis	Anápolis	Davi José Alecrim	Handebol
02	Anápolis	Anápolis	Julio César Lemos Olive	Futsal
03	Ap. Goiânia	Ap. Goiânia	Carleny Christina Trindade Jesus	Futsal
04	Catalão	Catalão	Kátia Rodrigues Pires	Voleibol
05	Catalão	Catalão	Lucembergue Vanderlei Canedo	Handebol
06	Catalão	Catalão	Maria Eunice Mendes	Handebol
07	Catalão	Catalão	Maria Inez Aires Campos	Voleibol
08	Ceres	Ceres	Osvanir Alves Santana	Futsal
09	Ceres	Ceres	Sheyene Gontan	Voleibol
10	Goianésia	Goianésia	Galdino Barbosa Junior	Voleibol
11	Goianésia	Goianésia	Maria Helena S. Tavares	Handebol
12	Goiás	Mozarlândia	Helena Aparecida C. Martins	Voleibol
13	Goiatuba	Goiatuba	Divino Alves de Sousa	Voleibol
14	Goiatuba	Goiatuba	Eulálio Roberto dos Santos	Futsal
15	Itaberaí	Itaberaí	Sanderley Soares de Souza	Futsal
16	Itumbiara	B. Alegre	Tito Lívio Novais Nogueira	Futsal
17	Jataí	Jataí	Enio Felício Monteiro	Handebol
18	Jataí	Jataí	Estefânia Ferreira C. Machado	Voleibol
19	Jataí	Jataí	Luciano Ferreira Luz	Handebol
20	Jataí	Jataí	Luiz Antônio Soares	Voleibol
21	Jataí	Serranópolis	Ronair Souza Oliveira	Futsal
22	Jataí	Caçu	Weber Ramos Barbosa	Handebol
23	Jussara	Britania	Gildo Luiz de Assunção	Futsal
24	Metropolitana	Goiânia	Ali Kalil Gamoum	Voleibol
25	Metropolitana	Goiânia	Caryton Domingos Ferreira	Futsal
26	Metropolitana	Goiânia	Marco Antônio Santos Maia	Voleibol
27	Metropolitana	Goiânia	Rubens dos Santos Silva	Capoeira
28	Metropolitana	Goiânia	Weslane Sampaio Valim	Voleibol
29	Mineiros	Mineiros	Gilson Martins de Oliveira	Handebol
30	Morrinhos	Pontalina	Camila Gonçalves	Voleibol
31	Morrinhos	C. Novas	Cristofer Antonio Masset	Futsal
32	Morrinhos	Morrinhos	Simone Moura M. Azeredo	Basquete
33	Piracanjuba	Piracanjuba	Fred Evangelista Trindade	Futsal
34	Piracanjuba	Piracanjuba	José Geraldo da Mota Junior	Voleibol
35	Piracanjuba	Bela Vista	Paulo Moreira Junior	Voleibol
36	Pires do Rio	P. do Rio	Maria Teresa de Sousa Teixeira	Futsal
37	Rio Verde	Rio Verde	Flausina Mendes	Voleibol
38	Posse	Alv. Norte	Maria Cristina S. F Lázaro	Voleibol
39	Rio Verde	Rio Verde	Marcio da Silva Arantes	Futsal
40	S.L.M. Belos	S.L.M. Belos	William Eduardo Monteiro	Voleibol
41	Trindade	Trindade	Herderson Pinheiro de Oliveira	Handebol
42	Uruaçu	Uruaçu	Amaury Dias Soares	Futsal

Fonte: Relatório Anual da Gerencia de Esportes Educacionais da SEE/Goiás/Brasil – 2007

## Anexo VI

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Investigador:***Juracy da Silva Guimarães***Orientador:** *Dr. Carlos Eduardo Gonçalves***ROTEIRO DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: (    ) \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Formação: (    ) Licenciado (    ) Especialista (    ) Mestre (    ) Doutor

(    ) Outras: \_\_\_\_\_

**Informações introdutórias:**

As taxas de participação de alunos e alunas, da faixa etária de 12 a 16 anos, nos eventos esportivos escolares do estado de Goiás estão entre 10 e 15% por vários motivos. No interior destes motivos se destacam a influencias das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e para o esporte escolar bem como a realização dos grandes eventos esportivos em nosso país.

Na etapa anterior desta investigação estes dados foram analisados a partir do relato dos dirigentes do esporte e do esporte escolar do estado de Goiás que destacaram os pontos fortes e pontos fracos das políticas públicas do governo brasileiro para o esporte e para o esporte educacional no que se refere às taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares. A partir das conclusões desta etapa se impôs a necessidade de aprofundar no tema a partir do relato dos professores de educação física e suas percepções sobre a colocação em prática das referidas políticas públicas.

Assim, o grupo focal que será realizado tem como objetivo principal coletar o relato de professores que atuam com o ensino do esporte no contexto escolar sobre a influência das políticas públicas e dos mega eventos esportivos escolares nas práticas esportivas escolares.

Adotar-se-á como técnica de coleta de dados o grupo de discussão onde a opinião de todos é válida além de que não existem respostas certas ou erradas... o mais importante é a participação no debate.

## PERGUNTAS BÁSICAS INICIAIS

1. Que políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) voce acredita que apresentam relações com o vossos trabalhos na escola?
2. De que formas ou em que atividades vocês percebem estas relações?
3. Especificamente com relação às práticas esportivas escolares, que influencias voces percebem das políticas públicas?
4. Considerando os eventos esportivos escolares como um resultado das políticas públicas do governo qual é a importância dos mesmos para a definição das taxas de participação dos alunos nas práticas esportivas escolares?
5. Que influencias você identifica dos mega eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) nas práticas esportivas escolares?
6. Qual o conceito ou perspectiva de esporte constitui a base de seu trabalho na escola?
7. Que sugestões você apresentaria para melhorar o nível de participação dos alunos e alunas nas práticas esportivas escolares no interior de vossas escolas e nos eventos esportivos escolares?
8. Que sugestões você apresentaria no que se refere às políticas públicas para o governo brasileiro para o esporte e para o esporte escolar?

**Obs.:**

**Tempo aproximado de debates 1 hora.**

**Registro em áudio e vídeo dos depoimentos e posterior transcrição.**

**Identificação, apenas no vídeo, dos entrevistados.**

**Condução de um moderador.**

## Anexo VII

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE DOUTARAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO**

**PROJETO DE TESE:**

*As políticas públicas do governo brasileiro para o esporte escolar e a participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares a partir da crença dos professores de educação física.*

**Pesquisador/doutorando:**

*Juracy da Silva Guimarães*

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos E. Gonçalves

**ROTEIRO DE ENTREVISTA - PROFESSORES**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 e-mail: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: (    ) \_\_\_\_\_  
 Escola: \_\_\_\_\_  
 Formação: (    ) Licenciado (    ) Especialista (    ) Mestre (    ) Doutor  
 (    ) Outras: \_\_\_\_\_

**Informações introdutórias:**

As taxas de participação de alunos e alunas, da faixa etária entre dos 12 e os 16 anos, nos eventos esportivos escolares do estado de Goiás estão abaixo de 15% devido a uma série de fatos distintos. No interior deles se destacam a influencia das políticas públicas do governo brasileiro e do estado para o esporte e para o esporte escolar.

Na etapa anterior desta pesquisa estes dados foram analisados a partir do relato dos dirigentes do esporte e do esporte escolar que destacaram os pontos fortes e os pontos fracos das políticas do governo brasileiro para o esporte e para o esporte educacional no que se refere às taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares. A partir das conclusões desta pesquisa se impôs a necessidade de aprofundar com o relato dos professores de educação física sobre o tema das políticas públicas e as taxas de participação de seus alunos devido ao fato de terem sido apontados como os responsáveis pela colocação em prática das referidas políticas públicas.

## PERGUNTAS

1. Que políticas públicas do governo central e estadual voce cre que apresentam relação com seu trabalho na escola?
2. De que formas ou em que atividades você percebe estas relações?
3. A partir de sua resposta com respeito às práticas escolares gerais, que influências as políticas do governo exercem sobre as práticas esportivas escolares?
4. Qual conceito de esporte constitue a base do seu trabalho na escola?
5. Considerando os eventos esportivos escolares como resultados de uma política pública do governo, qual a importância deles para o aumento das taxas de participação de alunos e alunas nas práticas esportivas escolares?
6. Que sugestões você apresentaria com o objetivo de melhorar a participação dos alunos e alunas nas práticas esportivas escolares no interior de sua escola?
7. Que sugestões você apresentaria com o mesmo objetivo, mas no que se refere às políticas públicas do governo?

*A partir das respostas apresentadas para as perguntas indicadas inicialmente poderão ser formuladas outras mais para atender ao interesse da pesquisa ou para esclarecer quais dúvidas da entrevista.*

## Anexo VIII

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE CIENCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE DOUTORAMENTO**

**PROJETO DE TESE:**

*O impacto das políticas públicas e dos mega eventos na prática esportiva escolar – o caso do estado de Goiás*

**Investigador:**

*Juracy da Silva Guimarães*

**Orientador:**

*Prof. Dr. Carlos Gonçalves*

**ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIRIGENTES ESPORTIVOS**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 e-mail: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
 Órgão: \_\_\_\_\_  
 Formação:  
 Licenciado  Especialista  Mestre  Doutor  
 Outras: \_\_\_\_\_

**PERGUNTAS BASICAS**

1. Qual a importância do vosso cargo para o esporte no estado de Goiás?
2. Quais políticas públicas para o esporte você julga mais importante?
3. Qual manifestação do esporte você julga mais importante?
4. Como você avalia as políticas públicas para o esporte no Brasil?
5. Considerando os eventos esportivos escolares como o resultado de uma política pública do governo como você avalia as políticas públicas do governo para o esporte fora do ambiente escolar?
6. Como avalia o fato do COB ser o responsável pela realização dos eventos esportivos escolares brasileiros?
7. Como você avalia a distribuição de recursos entre o esporte escolar e o esporte de alto rendimento no país?

## Anexo IX

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE CIENCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE DOUTORAMENTO**

**PROJETO DE TESE:**

*O impacto das políticas públicas e dos mega eventos na prática esportiva escolar – o caso do estado de Goiás*

**Investigador:**

*Juracy da Silva Guimarães*

**Orientador:**

*Prof. Dr. Carlos Gonçalves*

**ROTEIRO DE ENTREVISTA - TREINADORES**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: (    ) \_\_\_\_\_

Clube: \_\_\_\_\_

Formação:

(    ) Licenciado (    ) Especialista (    ) Mestre (    ) Doutor

(    ) Outras: \_\_\_\_\_

Qual o nível mais elevado de competição que participou: \_\_\_\_\_

**PERGUNTAS BASICAS**

1. Que políticas públicas apresentam relação com o seu trabalho?
2. Que relações você consegue estabelecer entre o esporte escolar e o esporte no clube?
3. O esporte escolar deve ser considerado como a base do esporte de alto rendimento?
4. A iniciação esportiva deve ser responsabilidade de quem?
5. O treinamento esportivo deve ser responsabilidade de quem?
6. Que influencias o esporte escolar exerce sobre o esporte praticado nos clubes?
7. Considerando os eventos esportivos escolares como o resultado de uma política pública do governo como você avalia as políticas públicas do governo para o esporte fora do ambiente escolar?
8. Qual sua opinião sobre o fato de ser o COB o atual responsável pela realização dos eventos esportivos escolares em âmbito nacional?
9. Que influencias os mega eventos podem exercer sobre o esporte praticado nos clubes?